



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde - CETAS

Coletivo CETAS de Pesquisadores



FREDI DOS SANTOS BENTO

MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES PARA O CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP), NO INÍCIO DO SÉCULO XXI



PRESIDENTE PRUDENTE

SETEMBRO DE 2015

Foto de Capa:

Conjunto de imagens, fotografias, mapas, etc., construídas ao longo da pesquisa a campo.

Autoria: Fredi dos Santos Bento

Créditos: João Paulo Pimenta pelos registros fotográficos utilizados.

FREDI DOS SANTOS BENTO

**MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES PARA O
CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL DO
PARANAPANEMA (SP), NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

PRESIDENTE PRUDENTE

SETEMBRO DE 2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Bento, Fredi dos Santos.
B42m Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI / Fredi dos Santos Bento. - Presidente Prudente : [s.n.], 2015
248 f. : il.

Orientador: Antonio Thomaz Júnior
Trabalho de conclusão (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Trabalho. 2. Migração do trabalho. 3. Território. I. Thomaz Júnior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

FREDI DOS SANTOS BENTO

**MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES PARA O
CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR NO PONTAL DO
PARANAPANEMA (SP), NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia/ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / Campus de Presidente Prudente, submetida à aprovação da banca avaliadora composta pelos seguintes nomes:

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (orientador)

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

Prof. Dra. Sônia Maria Ribeiro de Souza

Prof. Ms. Maria Joseli Barreto (suplente)

PRESIDENTE PRUDENTE

SETEMBRO DE 2015

*À Maria, minha mãe, e à Elias, meu pai (in memoriam), ambos sem os quais eu não
poderia estar aqui hoje.*

*Aos trabalhadores e trabalhadoras que mesmo em condições precárias não deixam de
sonhar e acreditar que outro mundo é possível e necessário, mesmo que isso os leve aos
mais distantes rincões do país.*

*E finalmente, àqueles e àquelas que coletivamente unem esforços no intuito de não
apenas acreditar, como também construir um mundo emancipado do jugo do capital.*

AGRADECIMENTOS

Não haveria outra forma de iniciar este constructo sem falar daquela que está presente em todos os momentos de minha vida até aqui, mais do que o leite materno, ela é motivo e razão do meu viver, a ela devo todos os meus momentos de alegria e felicidade, e mesmo em minhas loucuras cotidianas, jamais deixou de estar ao meu lado, me apoiando, incentivando, me permitindo alçar passos quando eu já não achava que os poderia dar, e é a você mãe que eu dedico este texto, porque muito mais que mãe, tu és exemplo de grandeza, de força na adversidade, de incentivo e garra mesmo em tempos que não permitissem isso.

E para, além disso, tu és mãe duas vezes, pois na ausência de meu pai Elias (*in memoriam*), tu és esteio, vitalidade e força em nosso lar, tendo jamais deixado de me apoiar nos meus mais distantes devaneios, e mesmo nos dias em que pouco ou nada eu poderia estar contribuindo para sua caminhada, tu tem se mostrado muito mais que mãe, mas também pai e amiga. Dessa maneira, em sua luta diária para me criar tem me mostrado valores que eu não poderia aprender com outrem, sendo exemplo diário de força e garra, me devolvendo os sonhos nos dias em que deixei de sonhar.

A minha avó Natália, a qual se deve parte de minha criação e formação e a seu esposo e meu padrinho, Antônio Pessoa, sendo os dois, exemplo de garra, superação e dedicação, mesmo que isso envolva largar a vida na cidade grande e retornar ao interior em busca de seus sonhos, mesmo que em idade avançada, em busca do (re) existir enquanto camponeses que são.

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras migrantes que mesmo em minhas aparições em seus dias de lazer e descanso, de modo algum faltaram em me ajudar nas mais diversas formas, desde o aceite para uma conversa até mesmo em me acompanhar em minha busca por outros trabalhadores, ou dividindo conosco seus sonhos, esperanças, dificuldades em sua luta diária, nos permitindo dizer que mais que trabalhadores e trabalhadoras, estes são guerreiros que diariamente vendem sua força de trabalho, na expectativa da tão esperada “mudança de vida”.

Agradeço ao orientador e professor Antonio Thomaz Junior, que muito mais que Geografia, tem me permitido pensar sobre a vida, bem como suas dificuldades, sendo dele a célebre frase que ouço desde o primeiro ano, “a vida é difícil”. Todavia, o pensar a vida neste caso, envolve o fato de jamais deixar de acreditar que outro mundo é possível e necessário, sendo o mesmo exemplo de dedicação e empenho a causa trabalhadora. Dessa forma, agradeço-lhe também, por me apresentar o universo da academia e a aposta realizada sobre nós, membros e membras do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

E por falar em CEGeT, devo ao mesmo todo o caminho trilhado até aqui nestes últimos cinco anos, tendo em vista que a cada dia me convenço de que estou no lugar certo, pois lar de pessoas incríveis em suas distintas trajetórias de vida é no ambiente cegeteiro e na convivência com os demais amigos e colegas do CEGeT, que posso hoje apresentar este trabalho. Entretanto, muito mais que a academia o CEGeT tem se mostrado um ambiente de crescimento pessoal, e aí destaco as relações sociais travadas, e as mais distintas trajetórias que se entrecruzam, materializando-se na construção e crença de que alternativas ao modelo destrutivo do capital, não só existem e devem ser pensadas, como podemos contribuir na construção das mesmas.

Assim, agradeço ao companheirismo e dedicação do João Paulo Pimenta e do Gabriel, que mais que companheiros de pesquisa, são companheiros de luta nas dificuldades diárias. Agradeço a Sônia e a Jô pelo carisma e gentileza em todas as vezes que cheguei ao grupo, cheio de dúvidas e incertezas. Agradeço também aos companheiros Fernando Heck, Diógenes e Sidney pela disposição em me ajudar em todas as vezes que precisei de ajuda, e com quem tenho aprendido muito no que diz respeito aos sentidos de se acreditar que outra realidade é possível e viável.

Agradeço ao Robinson, que além do convívio acadêmico também me tem percebido pensar sobre diversos assuntos, seja na pesquisa, seja na vida, e também pelas inúmeras contribuições no manejar da língua castelhana. À José Dourado, pela enorme ajuda dispensada neste início de minha trajetória acadêmica e a Dayane Garcia, sendo parte importante do constructo aqui apresentado.

Aos meus amigos e sim posso chama-los de amigos, porque é o que de fato são, Elines Sodré e Guilherme Claudino, que mais que o sentido da verdadeira amizade, tem me mostrado que mesmo em nossos conflitos é possível crescer e aprender. À ambos

devo os melhores dias que tenho vivido nestes últimos cinco anos, sendo exemplos de motivação e garra para que possamos continuar a caminhada.

Com vocês dividi minhas angústias, tristezas e medos, como também as risadas, expectativas, esperanças e sonhos, mais que companheiros de academia, vocês são companheiros de vida, sendo este constructo também resultado e resultante da ajuda incondicional que recebi e tenho recebido de vocês, seja materialmente com os mapas construídos pela Elines Sodré, e as sacadas, ideias e correções feitas pelo Guilherme Claudino, seja pela ajuda e incentivo pessoal.

Agradeço aos colegas da turma 54 pela vivência e aprendizado nestes últimos cinco anos, à Tamae pela gentileza e carinho em minhas constantes idas e vindas ao escritório de pesquisa, com dúvidas em respeito aos fomentos. À Lúcia, secretária do Departamento de Geografia, por já ter me tirado das mais distintas enrascadas, no que diz respeito a prazos e documentos, bem como por sua solidariedade e disposição.

Agradeço aos companheiros e companheiras da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local de Presidente Prudente da qual fazemos parte sendo outro ambiente de aprendizado e construção que temos podido ter contato nos últimos anos.

Agradeço aos amigos Eduardo Feliciano (Dudu), Leonardo Cardoso (futuro geógrafo dos pampas), Guilherme Alonso, Lucas Citolino, Jackson Mendes e Felipe Oliveira (Colaço), que também são parte deste constructo, dada a amizade e companheirismo emprestadas e sua aposta de que poderíamos chegar até aqui, e construir muito mais.

E finalmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela oportunidade da pesquisa, e à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pelo aprendizado nos dispensado nos últimos cinco anos, sendo local onde neste momento concluímos esta graduação.

Assim, é necessário enfatizar que sem estas pessoas e instituições mencionadas aqui, e a outras que venham a ter sido esquecidas, não poderíamos de forma alguma concluir este trabalho, e para, além disso, nem ao menos teríamos chegado até aqui. Obrigado por tudo.

Estrela Errante

Sou uma folha vagando para onde o vento levar
Sigo sem destino algum, não tenho dia de chegar
Na bagagem levo sofrimento, no bolso nenhum vintém,
Sou um pobre coitado, eu sou um João Ninguém.
Eles me olham com indiferença, pra mim nenhum emprego.
Para que eu sacie minha fome,
Que me dê um pouco de sossego.

Seguindo minha sina vou na direção do além:
Aquele lugar ali, onde não sei onde;
Eu tenho que parar e também correr:
Foi a ordem que me deram, senão ainda tenho que morrer
Eu não tenho nada no bolso,
Eta danado meu mundo cão!
Onde está a sua mente, perdeu a bola então!

Vagando de Norte a Sul, cruzando o Leste e o Oeste,
Sou um filho do Jequitinhonha, sou um filho do Nordeste.
Me tornei um boia-fria nesta constante encruzilhada.
Se falo mais alto viro logo saco de pancada.
Se volto para lá não tenho terra e nada.
Tenho que retornar, recomeçar minha caminhada.

Eu sou uma estrela errante
Vagando nesta imensidão,
Não sei para onde vou,
Não sei, não tenho direção.

Sim, eu sei, não tenho brilho,
Nenhum facho de luz,
Que me guie nesta estrada,
Que a sorte me conduza!

(ANÍZIO, migrante sazonal, Cartas do Povo, Centro de Estudos Migratórios, 1986)

MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES PARA O CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS CANAVIAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP), NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

RESUMO

Esta monografia visa à reflexão em torno da configuração apresentada no Pontal do Paranapanema (SP), nessa viragem do século XXI, podendo se perceber o avanço cada vez mais voraz do capital sobre o trabalho, imerso em ambientes refeitos pela reestruturação produtiva. Esse processo expressa no território o conteúdo historicamente determinado das formas de dominação sobre os trabalhadores, sendo, pois, uma desta, a precarização que se dá por meio da migração de trabalhadores, diante de poucas alternativas de sobrevivência, tanto nos núcleos urbanos como rurais do Nordeste e Norte de Minas Gerais para o Pontal do Paranapanema, em busca de melhores oportunidades. A expansão recente do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema se percebe com clareza, de um lado, mediante a ampliação vertiginosa das áreas de plantio de cana-de-açúcar, como também pelo aumento do número de trabalhadores migrantes, sobretudo a partir de 2005, e que a partir de 2012, expressa diminuição acentuada. Assim, nos propomos compreender a territorialização das migrações do trabalho para o capital nos municípios de Martinópolis, Caiabu e Emilianópolis o que nos tem permitido compreender as faces das contradições capital x trabalho no Pontal do Paranapanema (SP) sendo, pois, o trabalhador migrante a peça central dessa engrenagem que move o agronegócio canavieiro exportador. É viável se destacar o controle exercido desde os locais de origem, com o agenciador e que permanece na chegada desses trabalhadores aos alojamentos, sendo vigiados a todo o momento, num controle do capital canavieiro dentro e fora dos canaviais. Em contrapartida, esses trabalhadores enxergam nas migrações a oportunidade da ‘mudança de vida’, tendo em vista os diversos objetivos que os trazem aos canaviais, como a compra da casa própria, de terras, carros, motos e outros bens, além da própria manutenção dos mesmos enquanto trabalhadores camponeses. Em meio a essa perspectiva, outras questões se fazem sinalizar, em respeito às próprias rotas migratórias travadas por esses trabalhadores e a constante mudança de lavra existente, bem como o processo de reordenamento territorial promovido pelo agronegócio canavieiro na região. Dessa forma, é que temos nos concentrado na apreensão do fenômeno, tendo em vista uma série de contradições presentes que se fazem sentir no âmbito das estratégias do capital agroindustrial canavieiro na região, que atingem não só os trabalhadores, como a organização sindical regional. Então, é nesse sentido que temos acompanhado o jogo de interesses que se ocultam por traz desses deslocamentos, e que nos permitem falar de um quadro de desrealização do trabalho existente na região.

Palavras-chave: Trabalho. Migração do Trabalho. Território. Agrohídronegócio.

MIGRATION OF WORKERS TO THE CANE FIELDS OF THE PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) AT THE BEGINNING OF XXI CENTURY

ABSTRACT

This term paper aims to reflect about the configuration shown in Pontal do Paranapanema (SP), in this turn of the century, making it possible to realize the increasingly voracious advance of capital over labor, immersed in environments remade by productive restructuring. This process expressed in the contents territory historically determined forms of domination over the workers, and it is therefore one of this, the precariousness that is given through labor migration, facing few alternatives for survival, both in the urban centers and rural northeast and North of Minas Gerais for Pontal do Paranapanema, in search of better opportunities. The recent expansion of the sugarcane agribusiness in the Pontal do Paranapanema is perceived clearly, on one side, through the dizzying expansion of areas planted to cane sugar, but also by the increasing number of migrant workers, especially from 2005 and that from 2012, expresses sharp decrease. Thus, we propose to understand the territorial migration of labor to capital in the municipalities of Martinópolis, Caiabu and Emilianópolis which has allowed us to understand the faces of contradictions of capital against labor in the Pontal do Paranapanema (SP) and therefore the migrant worker to centerpiece of this gear that moves the exporting sugarcane agribusiness. It is feasible to highlight the control exercised from the places of origin with the bookie and remains on arrival of these workers to accommodation, being watched all the time, in control of the sugarcane capital in and out of the canebrakes. However, these workers sighted in migration the opportunity of 'life changing', in view of the many objectives that bring them to the cane fields such as home purchases, land, cars, motorcycles and other property, and maintain themselves as peasants. Amid this perspective, other issues are made to signal, in relation to migration routes waged by the workers themselves and the constant change of existing work, as well as the process of territorial reorganization promoted by sugarcane agribusiness in the region. Thus it is that we have focused on the apprehension of the phenomenon, given a series of contradictions that are felt within the strategies of the sugarcane agro-industrial capital in the region, which affect not only the workers, as the regional trade union organization. Then, it is in this sense we have witnessed the game of interests that lurking behind these displacements, and that allow us to speak of a framework of derealization of existing work in the region.

Keywords: Labor. Labor Migration. Territory. Hydroagrycultural.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Estimativas para a produção agroindustrial canavieira-Centro Sul (Safras 2015-2016)	34
Gráfico 02- Produção de Cana-de-açúcar (Ton.). Brasil (Safras 2001-2002 e 2013-2014).....	35
Gráfico 03- Evolução da colheita mecanizada na região Centro-Sul.....	36
Gráfico 04- Evolução do plantio mecanizado na região Centro-Sul.....	36
Gráfico 05- Licenciamento anual de veículos novos no Brasil (Ciclo Otto) por tipo de combustível.....	37
Gráfico 06- Licenciamento anual de motocicletas novas no Brasil por tipo de combustível.....	38
Gráfico 07- Frota brasileira de motocicletas.....	39
Gráfico 08- Frota brasileira de automóveis leves (Ciclo Otto).....	40
Gráfico 09- Número médio de pessoas ocupadas em diferentes agrupamentos profissionais sucroalcooleiros, no Centro-Sul entre 2013 e 2014.....	56
Gráfico 10- Número médio de pessoas ocupadas em diferentes agrupamentos profissionais sucroalcooleiros, no estado de São Paulo entre 2013 e 2014.....	57
Gráfico 11- Área cultivada com cana-de-açúcar- microrregião de Presidente Prudente.....	71
Gráfico 12- Principais responsáveis pela formação das redes migratórias.....	115
Gráfico 13- Principais funções desempenhadas pelos trabalhadores migrantes entrevistados no Pontal do Paranapanema (SP).....	120
Gráfico 14- Qualificação dos trabalhadores migrantes entrevistados.....	122
Gráfico 15- Principais motivos para a realização do ato migratório.....	132
Gráfico 16- Principais objetivos de consumo dos trabalhadores migrantes.....	133

Gráfico 17- Principais rotas de destino citadas pelos trabalhadores migrantes no estado de São Paulo.....	136
Gráfico 18- Nível de escolaridade dos trabalhadores migrantes entrevistados.....	141
Gráfico 19- Principais gêneros cultivados pelos trabalhadores migrantes entrevistados.....	145
Gráfico 20- Principais incomodações ocupacionais que acometem os trabalhadores migrantes nos canaviais.....	201
Gráfico 21- Representatividade sindical para os trabalhadores migrantes entrevistados.....	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Relação dos trabalhadores migrantes entrevistados (nomes fictícios).....	29
Quadro 02- Outros entrevistados.....	30
Quadro 03- Área cultivada com cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), por município- ano safra 2013/2014.....	70
Quadro 04- Ranking dos EDR's menos mecanizados aos mais mecanizados do estado de São Paulo.....	72
Quadro 05- Número de turmas de trabalhadores migrantes sazonais para a colheita da cana-de-açúcar, em Martinópolis-SP.....	128
Quadro 06- Número de trabalhadores por alojamento “república de trabalhadores”, em Martinópolis-SP.....	128

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema.....	68
Mapa 02- Migração do trabalho para o capital nos canaviais do Pontal do Paranapanema-SP no início do século XXI.....	108
Mapa 03- Rotas migratórias dos trabalhadores migrantes com origem em Montezuma-MG e Mortugaba-BA.....	138
Mapa 04- Principais estados de origem dos trabalhadores migrantes sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema-SP.....	207
Mapa Trajetória 01- Trajetória de Luiz.....	172
Mapa Trajetória 02- Trajetória de Roberto.....	176
Mapa Trajetória 03- Trajetória de André.....	181
Mapa Trajetória 04- Trajetória de Carlos.....	185
Mapa Trajetória 05- Trajetória de Rodolfo.....	188
Mapa Trajetória 06- Trajetória de Geraldo e Ester.....	191
Mapa Trajetória 07- Trajetória de Richard.....	195

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- O Polígono do Agrohídronegócio.....	45
Figura 02- Localização do Pontal do Paranapanema e da Nova Alta Paulista.....	59
Figura 03- Planta industrial da Decasa S/A.....	69
Figura 04- Cana da Decasa S/A sendo colhida pela Odebrecht Agroindustrial.....	74
Figura 05- Certificado de conclusão do curso de capacitação pelo Via Rápida.....	77
Figura 06- Termo de concordância de suspensão do contrato de trabalho.....	77
Figura 07- Manifestantes bloqueiam a Rodovia General Euclides de Oliveira Figueiredo, em Teodoro Sampaio no dia 01 de junho de 2015.....	78
Figura 08- Avião pulverizador sobrevoando propriedades rurais no entorno de canaviais em Sandovalina (SP).....	80
Figura 09- Plantação de mandioca prejudicada por agrotóxicos advindos da pulverização aérea.....	81
Figura 10- Lotes nas proximidades dos canaviais impactados pela pulverização aérea.....	82
Figura 11- Selos de certificação aferidos pelos grupos usineiros.....	83
Figura 12- Reordenamento territorial promovido pelo agrohídronegócio canavieiro no Brasil.....	91
Figura 13- Três referenciais teóricos da migração.....	92
Figura 14- O território migrante.....	100
Figura 15- Diferentes tipologias de migrantes, segundo Melo (2008).....	111
Figura 16- Localização do bairro Vila Maria em Emilianópolis-SP.....	112

Figura 17- Casas alugadas pelos trabalhadores migrantes em Emilianópolis-SP entre 2008 e 2014.....	113
Figura 18- Rua José Domingues Martins em Emilianópolis-SP.....	117
Figura 19- Certificados de cursos de qualificação profissional.....	123
Figura 20- Trabalhadores recebendo curso de qualificação em usina da região.....	124
Figura 21- Rua em Caiabu (SP) com a presença de trabalhadores (as) migrantes residindo.....	126
Figura 22- Casas “repúblicas de trabalhadores migrantes” em Martinópolis-SP.....	130
Figura 23- Casas e dormitórios de trabalhadores migrantes em Martinópolis (SP).....	130
Figura 24- Motocicletas adquiridas pelos trabalhadores migrantes enquanto resultado de safras anteriores.....	134
Figura 25- Funções desempenhadas pelos trabalhadores migrantes sazonais.....	139
Figura 26- Casas alugadas por trabalhadores migrantes no bairro Jardim das Acácias em Tarabai-SP.....	147
Figura 27- Quarto em “república de trabalhadores”; Casa 02, em Martinópolis.....	148
Figura 28- Monocultivo de eucalipto em Montezuma-MG.....	153
Figura 29- Território geraizeiro: tabuleiros para a agricultura, chapada para o extrativismo.....	153
Figura 30- Usina Biosev Giasa (Grupo Louis Dreyfus) em Pedras de Fogo-PB.....	156
Figura 31- Diferentes funções exercidas por Luiz ao longo de sua trajetória migratória.....	166
Figura 32- Mapa afetivo de Luiz.....	167
Figura 33- Mapa afetivo nº 2 de Luiz.....	168
Figura 34- Auto fotografia do trabalhador em seu dia-a-dia de trabalho.....	170
Figura 35- Fotografia tirada pelo trabalhador (casa e amigos).....	170

Figura 36- Diferentes funções exercidas por Roberto ao longo de sua trajetória migratória.....	174
Figura 37- Mapa afetivo de Roberto.....	175
Figura 38- Diferentes funções exercidas por Roberto ao longo de sua trajetória migratória.....	177
Figura 39- Mapa Afetivo nº01 de André.....	179
Figura 40- Mapa Afetivo nº02 de André.....	180
Figura 41- Diferentes funções exercidas por Caio ao longo de sua trajetória migratória.....	183
Figura 42- Mapa Afetivo de Caio.....	184
Figura 43- Diferentes funções exercidas por Rodolfo ao longo de sua trajetória migratória.....	186
Figura 44- Mapa Afetivo de Rodolfo.....	187
Figura 45- Diferentes funções exercidas por Rodolfo ao longo de sua trajetória migratória.....	190
Figura 46- Diferentes funções exercidas por Richard ao longo de sua trajetória migratória.....	192
Figura 47- Mapa Afetivo de Richard.....	193
Figura 48- Trabalhadores realizando exercícios e se preparando para a oração antes de iniciar o turno.....	209

LISTA DE SIGLAS

ANFAVEA- Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAI- Complexo Agroindustrial

CEGeT- Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CEMOSi- Centro de Memória e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”

CEPAAL- Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Alcool

CETAS- Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde

CIC- Congresso de Iniciação Científica

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

COPERSUCAR- Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

CTC- Centro de Tecnologia Canavieira

DST's- Doenças Sexualmente Transmissíveis

EDR- Escritório de Desenvolvimento Rural

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPI- Equipamento de Proteção Individual

ET- Estatuto do Trabalhador

FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCT- Faculdade de Ciências e Tecnologia

FERAESP- Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FETAESP- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IAA- Instituto do Açúcar e Alcool

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

L.E.R.- Lesão por Esforços Repetitivos

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

N.R. - Normas Regulamentadoras

OTIM- Observatório do Trabalho “István Mészáros”

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PID- Projeto de Integração Disciplinar

PLANALSUCAR- Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PROÁLCOOL- Programa Nacional do Alcool

R.A. - Região Administrativa

SER- Sindicato dos Empregados Rurais

SMA- Secretária do Meio Ambiente

SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural

STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UBS- Unidade Básica de Saúde

UDOP- União dos Produtores de Bioenergia

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo

UHE- Usina Hidrelétrica

UNESP- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICA- União da Indústria de Cana-de-Açúcar

UNIPONTAL- União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

SUMÁRIO

PARTE – A

Agradecimentos.....	07
Resumo.....	12
Lista de Gráficos.....	14
Lista de Quadros.....	16
Lista de Mapas.....	17
Lista de Figuras.....	18
Lista de Siglas.....	21
Apresentação.....	25

PARTE – B

Introdução.....	33
1. Os cenários da agroindústria canavieira e as disputas territoriais empreendidas pelo capital.....	43
1.1. A agroindústria canavieira no Brasil.....	46
1.2. As disputas territoriais produzidas pelo capital agroindustrial canavieiro no início do século XXI.....	53
1.3. A territorialização do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema.....	58
2. A migração do trabalho para o capital no início do século XXI.....	86
2.1. Migração sazonal do trabalho em questão: abordagens teórico-metodológicas.....	89

2.2. O território migrante e as migrações sazonais no início do século XXI.....	96
3. A invisibilização do trabalhador migrante sazonal nos canaviais do Pontal do Paranapanema (SP).....	102
3.1. O processo de transição no eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau (SP).....	109
3.1.1. O processo de transição entre a colheita manual e mecanizada da cana e os rebatimentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema (SP).....	118
3.2. As migrações do trabalho para o capital no eixo Caiabu-Martinópolis-Narandiba (SP).....	125
3.3. Apontamentos em respeito aos lugares de origem dos trabalhadores migrantes sazonais em Martinópolis (SP) e Caiabu (SP).....	151
3.3.1. Lugares de origem dos trabalhadores migrantes sazonais em Caiabu (SP).....	153
4. Do sonho da mudança à degradação do trabalho: trajetórias de vida dos trabalhadores migrantes sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP).....	158
4.1. Mapas afetivos e trajetórias de vida dos trabalhadores migrantes sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP).....	163
5. A degradação do trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema (SP).....	198
5.1. Demandas do trabalhador migrante sazonal X a ação sindical.....	210
5.2. Apontamentos para a "leitura" da dinâmica geográfica do trabalho no âmbito das migrações do trabalho para o capital.....	215
Considerações Finais.....	223
Referências.....	225
Anexos.....	236

APRESENTAÇÃO

O objetivo central deste trabalho se dá pela compreensão da inserção dos trabalhadores migrantes temporários, de diferentes regiões e estados do país, no corte manual da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, mais precisamente nos municípios de Martinópolis, Caiabu e Narandiba. Isso nos tem exigido atenção nos últimos anos, dado que tenhamos nos proposto a elucidar os condicionamentos que levam os trabalhadores a migrar, e suas implicações diante da ação perversa do capital, tanto na origem quanto no destino, considerando-se os níveis de exploração, descumprimentos da legislação, das normativas regulamentadoras, além de discutirmos o estabelecimento de um território migratório, aliado as estratégias e as redes de sociabilidade estabelecidas entre estes trabalhadores.

Assim, temos buscado elucidar os condicionamentos que os levaram e levam a migrar e suas implicações diante da ação perversa do capital, tanto na origem quanto no destino, considerando-se os níveis de exploração, descumprimentos da legislação trabalhista, das normativas regulamentadoras, bem como a inserção dos trabalhadores migrantes temporários, de diferentes regiões e estados do país, no corte manual da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema.

A partir da realidade social do trabalhador migrante estamos apreendendo as estratégias territoriais gestadas pelo agrohidronegócio canavieiro que desterreia os trabalhadores na origem, muitas vezes, camponeses que mantêm relação precária com a terra, e os força a deixar seus familiares para se submeterem à outra faceta do trabalho, agora assalariado, no destino. Isto é, esta monografia é fruto de pesquisas realizada nos últimos anos, com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), nos tem possibilitado entender ainda, o processo contraditório engendrado pelo capital, que ao mesmo tempo em que aciona mecanismos que fragilizam a situação de vida e de trabalho desses sujeitos, nos locais de origem, também precariza as condições de trabalho no corte da cana-de-açúcar, tais como, a ocorrência da superexploração, jornadas extensas, roubo no pagamento da cana cortada, descumprimentos dos acordos coletivos de trabalho, da NR 31 etc.

Outras questões também ganharam importância no desenrolar da pesquisa, como as estratégias utilizadas para o exercício da alienação do trabalhador migrante e como este reage ou as percebe, em relação a seus objetivos com a migração. Mas também, sob o efeito da intensificação da mecanização das operações agrícolas da cana-de-açúcar, o processo distinto que envolve a dinâmica migratória do trabalho para o capital, que a partir de então direciona os trabalhadores a buscar novas alternativas de trabalho e formas de remuneração, vinculadas principalmente à construção civil, tais como, as grandes obras oriundas das políticas públicas (portos, aeroportos, estradas, campos de futebol, transposição do rio São Francisco etc.).

Para a realização da pesquisa aqui exposta, traçou-se desde o plano de trabalho uma série de atividades, e ações a serem realizadas, sendo que todas foram executadas, com destaque para o levantamento bibliográfico, pois buscamos não apenas livros, teses, dissertações, periódicos e artigos impressos, mas também por veiculação virtual, bem como jornais, revistas, folhetos e outros que abordem direta ou indiretamente o tema em apreço, a citar as questões relacionadas à luta pela terra, e à Reforma Agrária.

Outras atividades, executadas transcorreram através do diálogo estabelecido com as entidades sindicais de âmbito regional, e a oportunidade de estarmos dialogando com representantes sindicais, do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), de Presidente Venceslau.

Essas ações nos possibilitaram a compreensão não apenas da questão migratória, mas também um panorama mais detalhado do jogo de forças promovido pelo capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema, e os rearranjos que têm se dado nos últimos meses.

Da mesma forma, estreitamos relações junto aos representantes das prefeituras dos municípios em apreço a exemplo de Martinópolis e Caiabu-SP, principalmente o estabelecimento de conversas com as assistentes sociais, e representantes das Secretarias Municipais de Saúde.

Coadunado a essas ações, estabelecemos também um diálogo com a população local destes municípios, no intuito de compreender outra face do processo em estudo, que é a relacionada à visualização do trabalhador migrante sazonal, pelos habitantes locais. Procuramos assim, realizar entrevistas semiestruturadas junto a esses

representantes, na perspectiva de ao ouvir os sujeitos, potencializar ainda mais a apreensão da dinâmica geográfica do trabalho.

Aqui fazemos menção à importância da realização dos trabalhos de campo na área de pesquisa, destacando que esse é o diferencial para entendermos a dinâmica territorial do trabalhador migrante.

Com relação ao diálogo com os trabalhadores migrantes sazonais, fizemos uso da metodologia da história oral, bem como da produção de relatos orais e de entrevistas semiestruturadas, valendo apenas ressaltar que o trabalho com história oral, assim como com relatos orais (entrevistas temáticas), necessitam que se exista por parte do pesquisador respeito pelos sujeitos, assim como por suas visões de mundo. (ALBERTI, 2005)

Ao interagirmos com esses trabalhadores, temos procurado realizar uma comunicação que não se pautasse na “violência simbólica”, para com os mesmos, daí a necessidade de se estabelecer uma relação pautada pela sociabilidade, e pelo estabelecimento de vínculos de confiança para com os sujeitos entrevistados. (BOURDIEU et al., 2008)

Tais ações estão voltadas para os locais de destino, a citar as cidades dormitórios, ou melhor, os municípios de enfoque, principalmente no diálogo construído com esses trabalhadores nos municípios de Narandiba, Caiabu e Martinópolis-SP. Isso tem nos possibilitado responder uma grande gama de questões que nos propomos a investigar, ou seja, nos possibilitando um melhor entendimento do universo focado e, além disso, possibilitando que formulássemos análises sobre a razão de ser destes deslocamentos espaciais.

Para a realização destas entrevistas e conversas têm sido necessário criarmos uma codificação para identificarmos as casas alugadas pelas empresas envolvidas na contratação destes trabalhadores, no município de Martinópolis-SP. Propusemos essa metodologia, para facilitar o retorno às residências, bem como identificar as entrevistas sem que tivéssemos que fazê-lo a partir dos nomes dos trabalhadores, porque os mesmos serão mantidos em sigilo, o que nos motivou a atribuição de nomes fictícios (pseudônimos) para os trabalhadores.

É importante destacar também, a utilização de dados quantitativos obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas, sendo as mesmas imprescindíveis para a compreensão de algumas questões do fenômeno estudado, valendo a pena citar, a produção de quadros e mapas, para melhor compreensão do fenômeno em apressão.

O processo de saturação das informações obtidas a partir das entrevistas tem sido aplicado, tendo em vista o melhor tratamento dos dados. E, com relação à possibilidade de se utilizarem em alguns casos, trechos das transcrições, estabelecemos uma codificação no intuito de tornar mais simples a compreensão dos mesmos, identificando as falas do pesquisador com a letra P, e o entrevistado sendo representado pela letra E. (Quadros 1 e 2).

É viável destacarmos que em ambos os quadros os nomes originais dos trabalhadores foram preservados, desse modo apenas personalidades públicas tem o nome original apresentado e aqui falarmos de sindicalistas, funcionários públicos, párocos e representantes de órgãos públicos como o Ministério do Meio Ambiente a nível regional e representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, também a nível regional, os demais nomes são fictícios em ambos os quadros.

Nome(Pseudônimo)	Idade	Casa	Descrição	Tipo de migrante	Origem	Destino	Função	Data da entrevista
João Ribas	36 anos	.*	agricultor na terra dos pais	sazonal	Paratinga-BA	Emilianópolis-SP	cortador de cana	04/10/2014
Luzia	60 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	São Brás-AL	Caiabu-SP	aposentada	16/11/2014
Lucas	27 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	São José de Piranhas-PB	Caiabu-SP	cortador de cana	16/11/2014
Arnaldo	30 anos	.*	filho de migrante estabelecido	estabelecido	São José de Piranhas-PB	Caiabu-SP	cortador de cana	16/11/2014
Tales	38 anos	Casa 1	agricultor com terra	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	cortador de cana	19/10/2014
Ulisses	32 anos	Casa 2	agricultor com terra	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	cortador de cana	09/11/2014
Mário	36 anos	Casa 1	reside na cidade	mobilidade do trabalho	São Miguel-AL	Martinópolis-SP	engatador	26/11/2014
Paulo	32 anos	Casa 1	reside na cidade	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	tratorista	29/11/2014
Alessandro	30 anos	Casa 1	agricultor com terra	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	tratorista	08/12/2014
Júlio	24 anos	Casa 2	reside na cidade	mobilidade do trabalho	Afogados da Ingazeira-PE	Martinópolis-SP	construção civil	13/12/2014
Carlos	39 anos	Casa 2	agricultor com terra	sazonal	São Miguel dos Campos-AL	Martinópolis-SP	cortador de cana	08/02/2015
Luiz	29 anos	Casa 1	agricultor na terra dos pais	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	tratorista	08/02/2015
Roberto	26 anos	Casa 1	agricultor na terra dos pais	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	tratorista	15/02/2015
André	52 anos	Casa 1	agricultor com terra	sazonal	Palmares-PE	Martinópolis-SP	tratorista	01/03/2015
Éric	27 anos	Casa 1	agricultor com terra	sazonal	Santo Antônio do Retiro-MG	Martinópolis-SP	operador	01/03/2015
Gustavo	25 anos	Casa 2	reside na cidade	sazonal	Maceió-AL	Martinópolis-SP	guarda	22/03/2015
Pedro	26 anos	Casa 2	agricultor na terra dos pais	sazonal	Maceió-AL	Martinópolis-SP	engatador	22/03/2015
Rodolfo	27 anos	Casa 1	reside na cidade	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	cortador de cana	05/04/2015
César	35 anos	Casa 2	reside na cidade	sazonal	São Miguel dos Palmares-AL	Martinópolis-SP	engatador	05/04/2015
Gilberto	37 anos	Casa 2	reside na cidade	mobilidade do trabalho	Adamantina-SP	Martinópolis-SP	soldador	02/05/2015
Ricardo	39 anos	Casa 1	agricultor com terra	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	operador de colheita	02/05/2015
Elton	22 anos	.*	agricultor com terra	sazonal	Araripe-CE	Vila Escócia**	construção civil	02/05/2015
Valéria	46 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Bacabal-MA	Vila Escócia**	dona de casa	02/05/2015
Clebérrson	43 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Bacabal-MA	Vila Escócia**	cortador de cana	02/05/2015
Geraldo	38 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Bacabal-MA	Vila Escócia**	cortador de cana	02/05/2015
Luciana	36 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Lagoa Grande-MA	Vila Escócia**	dona de casa	02/05/2015
Richard	22 anos	Casa 1	agricultor na terra dos pais	sazonal	Montezuma-MG	Martinópolis-SP	guarda	02/05/2015
Maria do Carmo	28 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Girau do Ponciano-AL	Tarabai	dona de casa	25/05/2015
Dalysson	26 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Coroatá-MA	Tarabai	cortador de cana	25/05/2015
Edivan	38 anos	.*	reside na cidade	sazonal	Paratinga-BA	Emilianópolis-SP	cortador de cana	05/07/2015
Paulo	20 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Paratinga-BA	Emilianópolis-SP	construção civil	05/07/2015
Márcia	27 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Paratinga-BA	Emilianópolis-SP	cortador de cana	05/07/2015
Luciana	45 anos	.*	reside na cidade	estabelecido	Água Quente-BA	Emilianópolis-SP	dona de casa	06/07/2015
José	28 anos	.*	reside na cidade	sazonal	Bom Jesus da Lapa-BA	Emilianópolis-SP	construção civil	06/07/2015
* A opção casa, diz respeito apenas aos trabalhadores migrantes que tenham como destino o município de Martinópolis-SP entre 2014 e 2015.								

Quadro 01- Relação dos trabalhadores migrantes entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Nome	Descrição	Data da entrevista
Rubens Germano	Presidente do STR Regente Feijó-SP	20/08/2014
Marcelino	Presidente do STR Presidente Venceslau-SP	06/10/2014
Jurandir Severino de Lima	Paróco de Álvares Machado-SP(líder CPT local)	10/11/2014
Lauro	Motorista de ônibus e turmeiro Martinópolis-SP	23/11/2014
Leonardo	Motorista de ônibus e turmeiro Emilianópolis-SP	13/01/2015
Antonia	Assistente Social Teodoro Sampaio-SP	24/02/2015
Ener	Assentado Sandovalina-SP	25/02/2015
Maria de Fátima	Assentada Sandovalina-SP	25/02/2015
Nícolas	Auxiliar rural Teodoro Sampaio-SP	25/02/2015
Dário	Auxiliar rural Teodoro Sampaio-SP	25/02/2015
Eduardo	Assentado Sandovalina-SP	25/02/2015
Inês	Assentada Sandovalina-SP	25/02/2015
Marta	Assentada Sandovalina-SP	25/02/2015
Fernando Jardim	Ministério Público Meio Ambiente Presidente Prudente-SP	02/03/2015
Sérgio	Assentado Teodoro Sampaio-SP	20/03/2015
Marcela	Assentada Teodoro Sampaio-SP (Planalto do Sul)	20/03/2015
Leonel	Assentado Sandovalina-SP	20/03/2015
Emília	Assentada Sandovalina-SP	20/03/2015
Teobaldo	Assentado Sandovalina-SP	20/03/2015
Júlio	Auxiliar fertirrigação Teodoro Sampaio-SP	01/04/2015
Cristian	Operador de colhedeira Teodoro Sampaio-SP	01/04/2015
Italo	Mecânico agrícola Teodoro Sampaio-SP	01/04/2015
Matheus	Operador de moenda Teodoro Sampaio-SP	01/04/2015
Regiane Vágula	Assistente Social Martinópolis-SP	28/04/2015
Aparecida	Agente de saúde Martinópolis-SP	28/04/2015
Heitor	Líder de colheita Martinópolis-SP	02/05/2015
Túlio	Cortador de cana Martinópolis-SP (Vila Escócia)	02/05/2015
Pascoal	Tratorista de reboque Martinópolis-SP	02/05/2015
Danilo	Operador colhedeira Martinópolis-SP	02/05/2015
Maurício	Ex-motorista de ônibus e turmeiro Santo Anastácio-SP	13/05/2015
Guilherme	Ex-cortador de cana Santo Anastácio-SP	13/05/2015
Márcio	Presidente do STR Santo Anastácio-SP	13/05/2015
Pablo	Motorista de ônibus Emilianópolis-SP	16/05/2015
Dália	Ex-cortadora de cana Emilianópolis-SP	16/05/2015
Angela	Assistente social Narandiba-SP	18/05/2015
Lúcia	Funcionária pública Narandiba-SP	18/05/2015
Ivani	Auxiliar de projetos Narandiba-SP	18/05/2015
Reginaldo	Operador de motoniveladora Narandiba-SP	18/05/2015
Bete	Assistente social Tarabaí-SP	25/05/2015
Fernando	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas Sousa-PB	16/06/2015
Adonias	Comerciante Coremas-PB	16/06/2015

Quadro 02- Outros entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Por fim, para fortalecermos o debate sobre o trabalho migrante no Pontal do Paranapanema, temos demarcado nossa participação junto aos eventos organizados pelo CEGeT, CEMOSi, Observatório do Trabalho “István Mészáros (OTIM), Coletivo

CETAS de Pesquisadores (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde), além de debates, discussões e o convívio cotidiano com os demais pesquisadores do CEGeT”.

Deste modo, este trabalho é fruto do acompanhamento recente da dinâmica migratória do trabalho para o capital nos canaviais do Pontal do Paranapanema-SP, e seus rebatimentos em relação à dinâmica geográfica do trabalho.

Em meio a tantas possibilidades de recortes analíticos, perspectivamos abordar os principais processos em curso na configuração do fenômeno migratório do trabalho em algumas porções do território do Pontal do Paranapanema, sob o viés das contradições estruturais inerentes à dinâmica territorial do capital agroindustrial canavieiro, como traço característico da acumulação capitalista no meio rural brasileiro e as novas faces do conflito em torno da luta pela terra, sem perder de vista os conteúdos do controle social.

No entanto, o processo diferencial que caracteriza a expansão recente da agroindústria canavieira, no Pontal do Paranapanema, indica dois setores demarcados desde o ponto de vista tecnológico. O setor Raposo Tavares e adjacências ao Sul, com dois eixos demarcados, sendo, pois, Presidente Prudente, Caiabu, Martinópolis, Regente Feijó e Taciba, de um lado, e de outro Santo Anastácio, Marabá Paulista, Piquerobi e Presidente Venceslau. Destaca-se, pois, que em ambos a característica principal é a prevalência do corte manual da cana-de-açúcar. E o setor Sul, a contar com dois eixos, Sandovalina, Pirapozinho e Mirante do Paranapanema, e outro, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha e Rosana, onde se constata crescimento ano a ano do corte mecanizado da cana-de-açúcar.

Devido a essas peculiaridades, a maior demanda por trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar dá-se no Setor Raposo Tavares, tendo em vista que o processo manual ainda prevalece. Por isso, o processo migratório de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar, como parte da expansão recente do agrohídronegócio canavieiro, nos ocupa a dar continuidade ao Plano de Trabalho anterior, todavia nesse momento focando em Emilianópolis, Santo Anastácio, Presidente Venceslau, Caiabu e Martinópolis e Nandubá. Com base nas informações que estamos apurando há indícios que nesses municípios a utilização de trabalhadores migrantes é maior do que nos demais.

Dessa forma, pretendemos contribuir com o fortalecimento do debate sobre as condições de trabalho na agroindústria canavieira. Em decorrência, pretendemos

transitar por outros aspectos da realidade do trabalho que entrecruzam nosso tema de pesquisa. Assim, a luta pela terra, a grilagem de terras, as contradições iminentes à expansão destrutiva da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, como também a migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar, revelam as ameaças à saúde dos trabalhadores e da população em geral. Dentre tantos desdobramentos, essa pesquisa nos possibilitou compreender as contradições da realidade social no Pontal do Paranapanema, sendo, pois, o trabalhador migrante ou as migrações sazonais, uma das faces dessa engrenagem contraditória da exploração perversa do trabalho pelo capital.

Então, temos em mente que nossos esforços, e aqui me refiro às investigações e pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT), bem como as ações realizadas pelo "Centro de Memória e Hemeroteca Sindical Florestan Fernandes" (CEMOSi) e pelo Observatório do Trabalho "István Mészáros" (OTIM), ambos coordenados pelo professor doutor Antonio Thomaz Junior, nos inquietam para a compreensão das questões relacionadas à dinâmica geográfica do trabalho, e os rebatimentos nas relações de trabalho, e nas rearrumações promovidas pelo capital agroindustrial canavieiros na região de enfoque.

No entanto, devem ser destacados também, os esforços recentes de se constituírem estudos que alinhem as questões relativas ao trabalho, à saúde e ao meio ambiente, esforços esses, que têm se fortalecido no âmbito do Centro de Estudos de Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS).

É parte desse estudos em consecução no CEGeT o projeto: "Territórios em Disputa e a Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Processo social e acesso a terra e a água, formas de exploração, saúde e ambiente de trabalho), que nos têm possibilitado desvendar a dinâmica territorial da migração dos trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar para o Pontal do Paranapanema.

Desse modo, temos procurado desmistificar tal processo através de levantamento bibliográfico, do diálogo com os próprios sujeitos investigados, mas também com entidades de organização dos trabalhadores, tais como os STR's (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e SER's (Sindicato dos Empregados Rurais).

Nossos agradecimentos a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pela oportunidade de nos ter permitido desenvolver o projeto de pesquisa que alimenta esta monografia.

INTRODUÇÃO

O avanço das práticas predatórias do capital sobre o trabalho tem crescido no século XXI, bem como o processo que identifica a especificidade e a irracionalidade sistêmica do capital que se apreende mediante a intensificação da fragmentação e heterogeneização do trabalho e da classe trabalhadora. (THOMAZ JUNIOR, 2013)

No Brasil tem se orquestrado nos últimos anos, o fortalecimento de um pacto de classes em torno de um modelo de desenvolvimento sustentado em torno do agronegócio exportador. Tal modelo nos impele de mostrarmos seus reais agravos para os trabalhadores, o que não se deve perder de vista a perversidade do capital, verificada nos quadros de desemprego em massa, expropriação da terra, informalização do trabalho, ocorrências de trabalho em condição análoga a escrava, ou em condições degradantes.

Uma das faces deste modelo agroexportador se dá pelo desenvolvimento do agronegócio canavieiro, que tem se destacado nos últimos tempos pelos recordes de produção, sendo que para a safra 2015/2016, espera-se moer cerca de 654,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com incremento de 3,1% em relação à safra passada, devendo-se destacar o estado de São Paulo, em que a colheita deve subir 2,5% em relação à safra anterior seguindo como o maior produtor nacional. (CONAB, 2015; UNICA 2015)

Entretanto, podemos destacar que dentre as regiões produtoras, sobressai o Centro-Sul, onde está localizado o Polígono do Agrohídronegócio, sendo que os estados líderes em produção da região estão localizados no polígono, com destaque para a produção dos estados de São Paulo, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. (Gráfico 01)

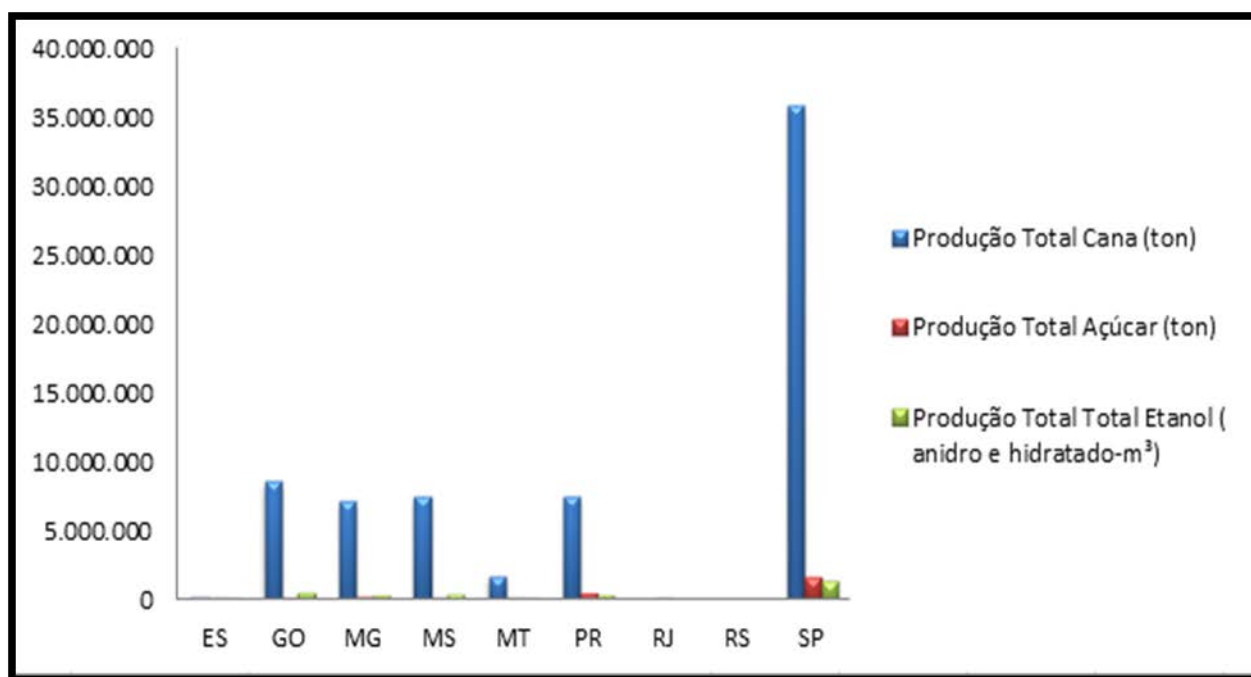


Gráfico 01- Estimativas para a produção agroindustrial canavieira - Centro-Sul (Safr 2015-2016)

Fonte: Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira (SAPCANA) e UDOP, 2015. Organização: Fredi dos Santos Bento

Esses dados são importantes, tendo em vista que apesar da apregoada crise e da configuração posta na atualidade, o agrohidronegócio canavieiro tem conseguido resultados de elevada monta, tendo em vista a produtividade e sua territorialização, reveladas neste início do século XXI. (Gráfico 02)

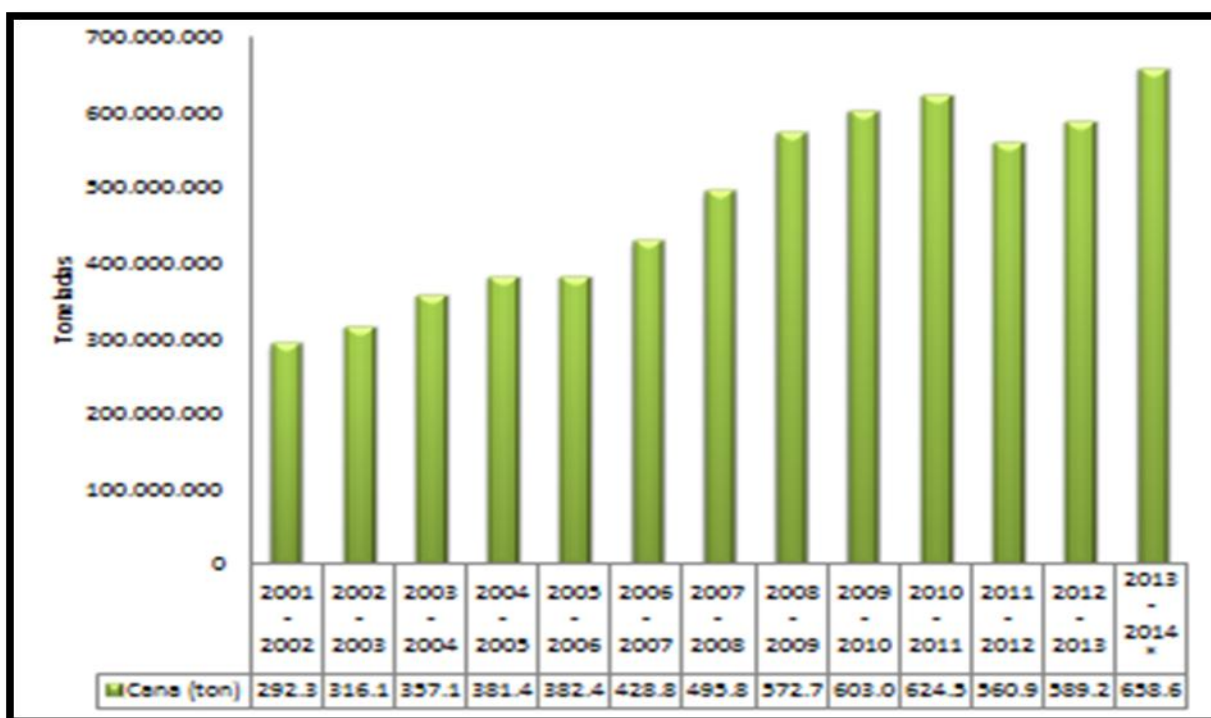


Gráfico 02- Produção de Cana-de-açúcar (Ton.). Brasil (Safras 2001-2002 à 2013-2014)

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2015.
Organização: Fredi dos Santos Bento. * Dados atualizados até 21/10/2014.

O Gráfico 02 expressa a ampliação rápida e contínua do agrohidronegócio canavieiro no país, tendo em vista o salto de produtividade entre a safra de 2001/2002, com produção em torno de 292,3 milhões de toneladas, para algo em torno de 658,6 milhões de toneladas na safra 2014-2015, mas sua leitura não deve deixar de apreender os rebatimentos para os trabalhadores, chamando atenção principalmente por um elemento que tem sido destaque no setor, que é a mecanização crescente nos últimos anos.

A ampliação da mecanização da cana é sentida principalmente nos estados de maior produtividade da gramínea e aí chamarmos atenção novamente para o Centro-Sul, dado que segundo expectativas do CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), a mecanização deve alcançar 97% dos canaviais na região em 2015, (Gráfico 03) sendo que em 2014 eram 93,4%. Todavia, segundo o órgão também tem crescido o plantio mecanizado (Gráfico 04) da cana nos últimos anos. (CTC, 2015; UNICA, 2015)

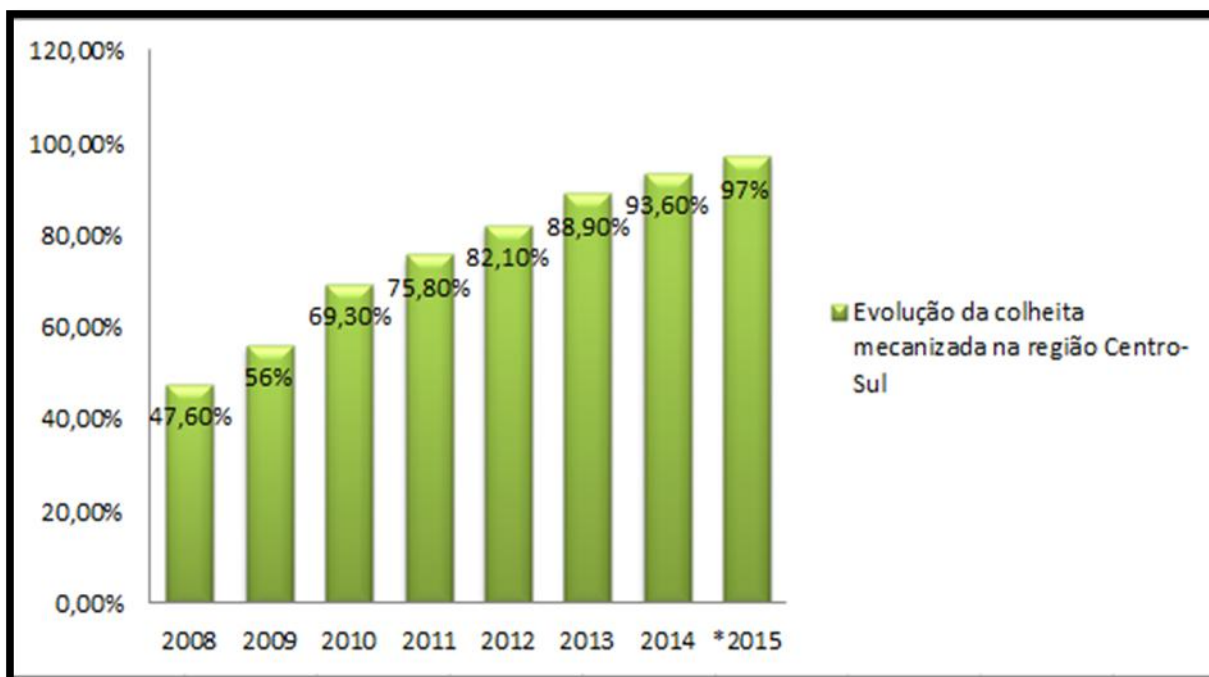


Gráfico 03- Evolução da colheita mecanizada na Região Centro-Sul Fonte: CTC e UNICA, 2015. Organização: Fredi dos Santos Bento. * Acumulado até abril de 2015.

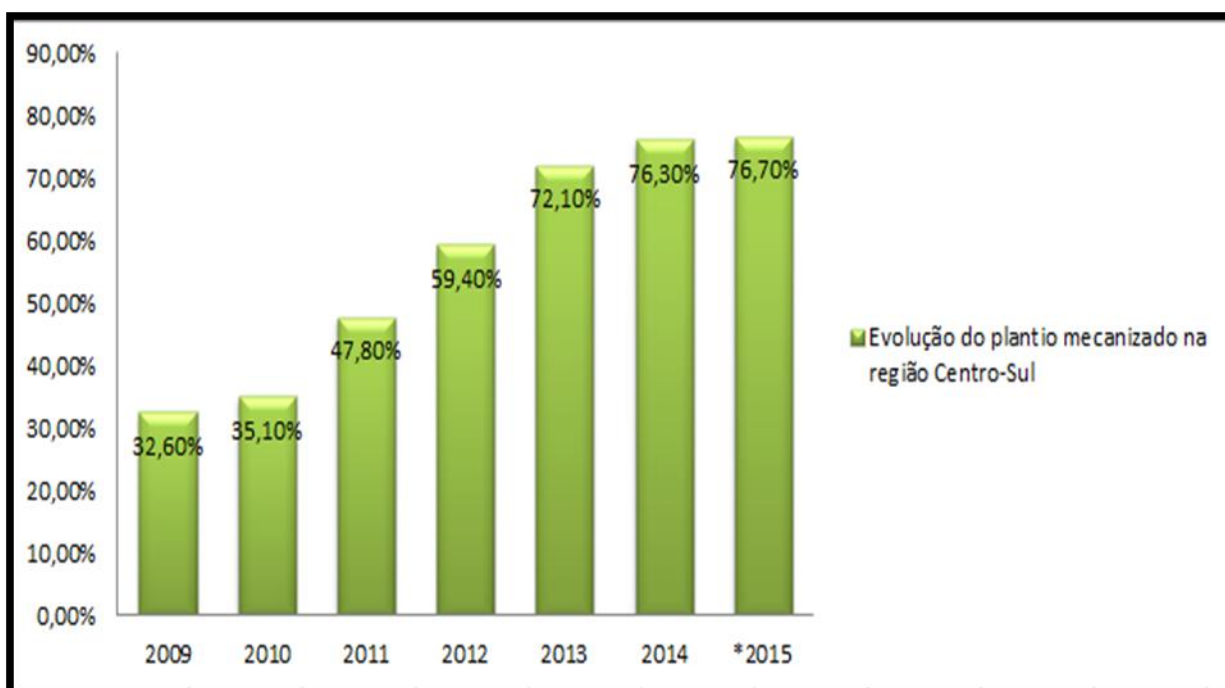


Gráfico 04- Evolução do plantio mecanizado na Região Centro-Sul * Acumulado até abril de 2015

Fonte: CTC e UNICA, 2015. Organização: Fredi dos Santos Bento.

Os Gráficos 03 e 04, apresentam a ampliação do quadro de mecanização no plantio e colheita, mas aliado a tal crescimento, está à aposta no discurso da produção

de energia limpa e renovável, consubstanciada na produção de etanol, que se amplificou após o desenvolvimento do motor com tecnologia *flex fuel*, capaz de operar com etanol e/ou gasolina. É oportuno destacar que, o número de veículos em circulação no Brasil com essa tecnologia, alcançou a marca de 20 milhões em junho de 2013, segundo a ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores). (UNICA, 2014)

Deve ser destacada a ampliação do licenciamento de automóveis (Gráfico 05) e motocicletas (Gráfico 06), que tem se utilizado da tecnologia *flex fuel*, podendo se destacar também que o licenciamento de automóveis com a tecnologia, iniciou-se em 2003 e tem crescido vertiginosamente. As motocicletas *flex*, começaram a ser licenciadas a partir de 2009. (UNICA, 2015)

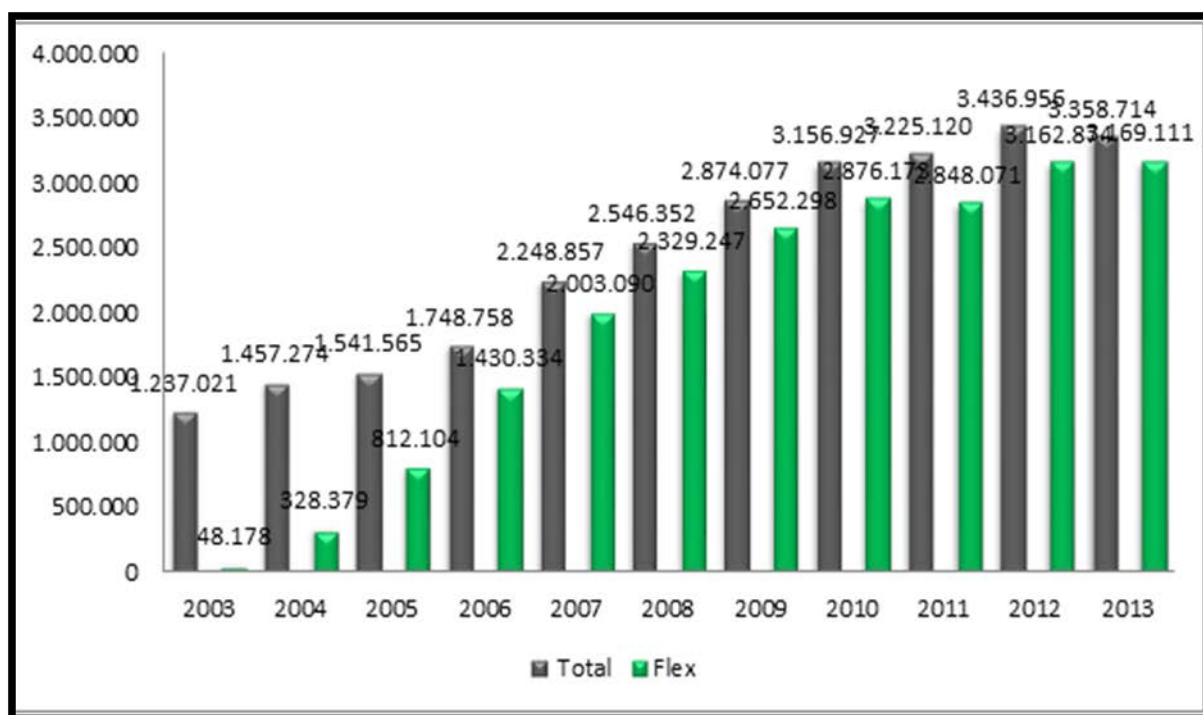


Gráfico 05- Licenciamento anual de veículos novos no Brasil (Ciclo Otto¹) por tipo de combustível

Fonte: Adaptado de UNICA; ANFAVEA, 2015. Organização: Fredi dos Santos Bento

¹ O Ciclo Otto não inclui os veículos movidos a diesel.

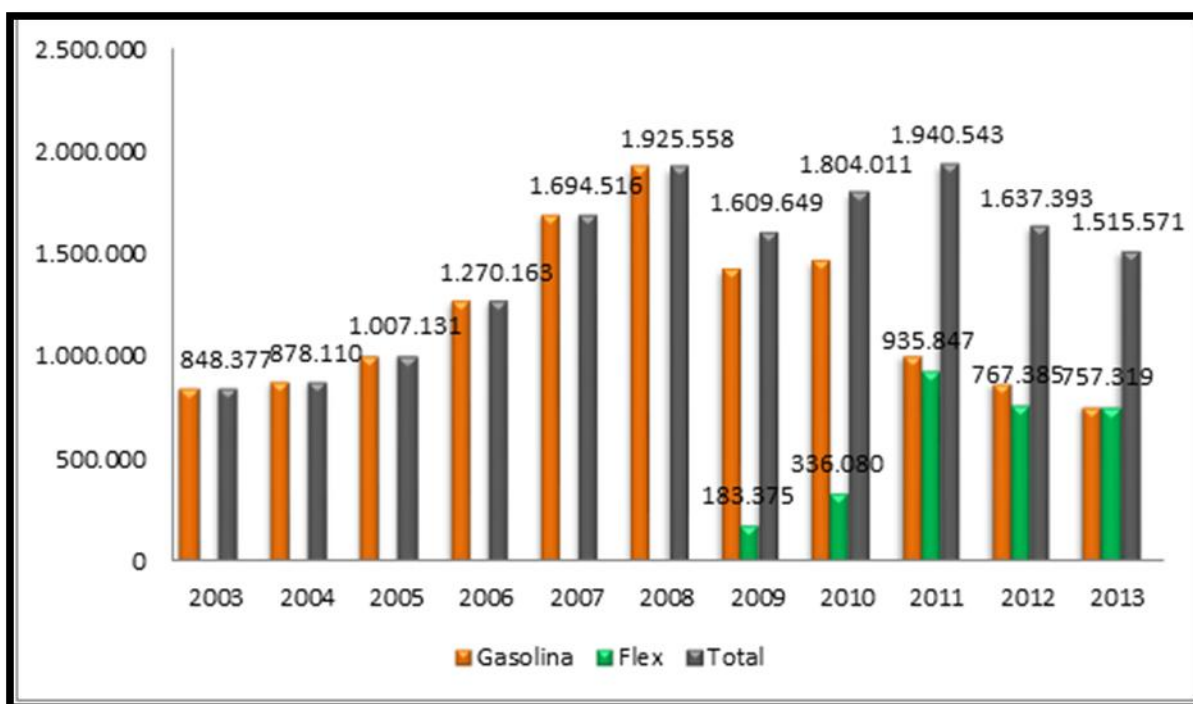


Gráfico 06- Licenciamento anual de motocicletas novas no Brasil por tipo de combustível

Fonte: Adaptado de UNICA; ABRACICLO, 2015. Organização: Fredi dos Santos Bento

Em relação às motocicletas, deve-se destacar que o número de motocicletas licenciadas com a tecnologia *flex fuel* tem se aproximado do número daquelas movidas a gasolina, sendo que em 2013, foram licenciadas 757.319 motocicletas com a tecnologia flex contra 758.252, com motores apenas à gasolina, contribuindo com a ampliação da frota brasileira de motocicletas (Gráfico 07). (UNICA; ABRACICLO, 2015)

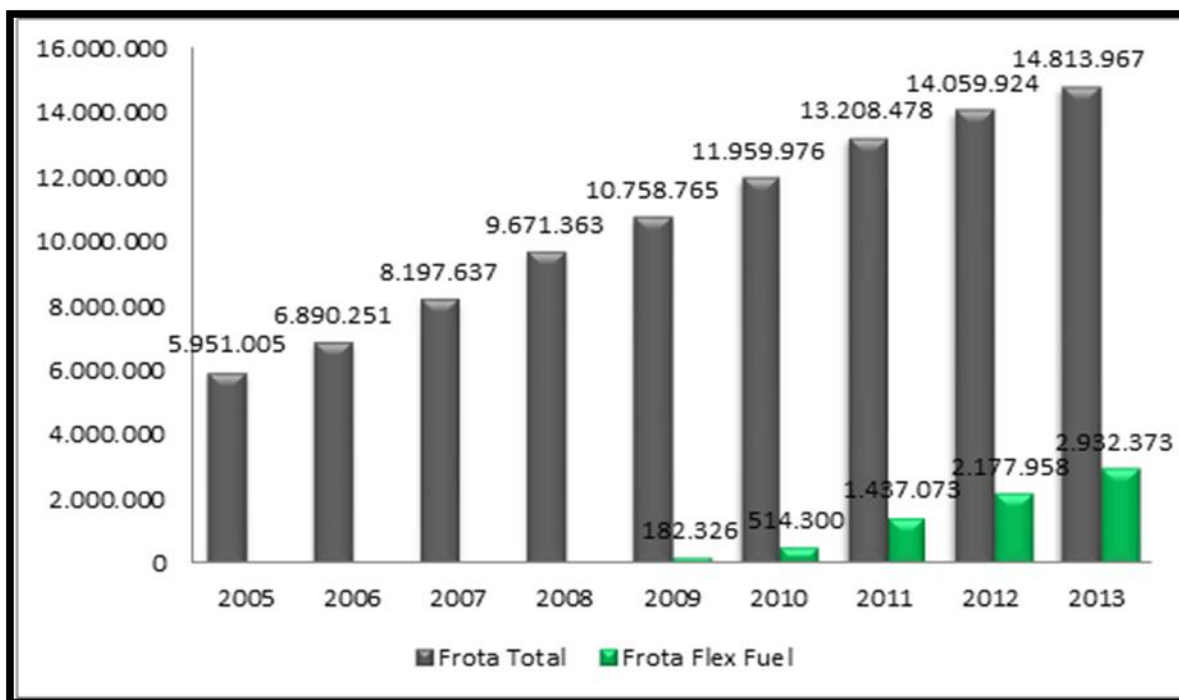


Gráfico 07- Frota brasileira de motocicletas

Fonte: Adaptado de UNICA; ABRACICLO, 2015. Organização: Fredi dos Santos Bento

O Gráfico 07 nos permite perceber a ampliação vertiginosa da frota de motocicletas com a tecnologia flex no país, já representando cerca de um quinto da frota de motocicletas existentes no país, situação essa que só não é maior do que a da frota de automóveis (Gráfico 08), em que mais da metade da frota nacional possui motores flex, dado que desde 2006 a frota com esta tecnologia tenha mais que decuplicado no país, pois em 2006 eram 2.603.914 automóveis, passando em 2013 para 20.772.995 veículos.

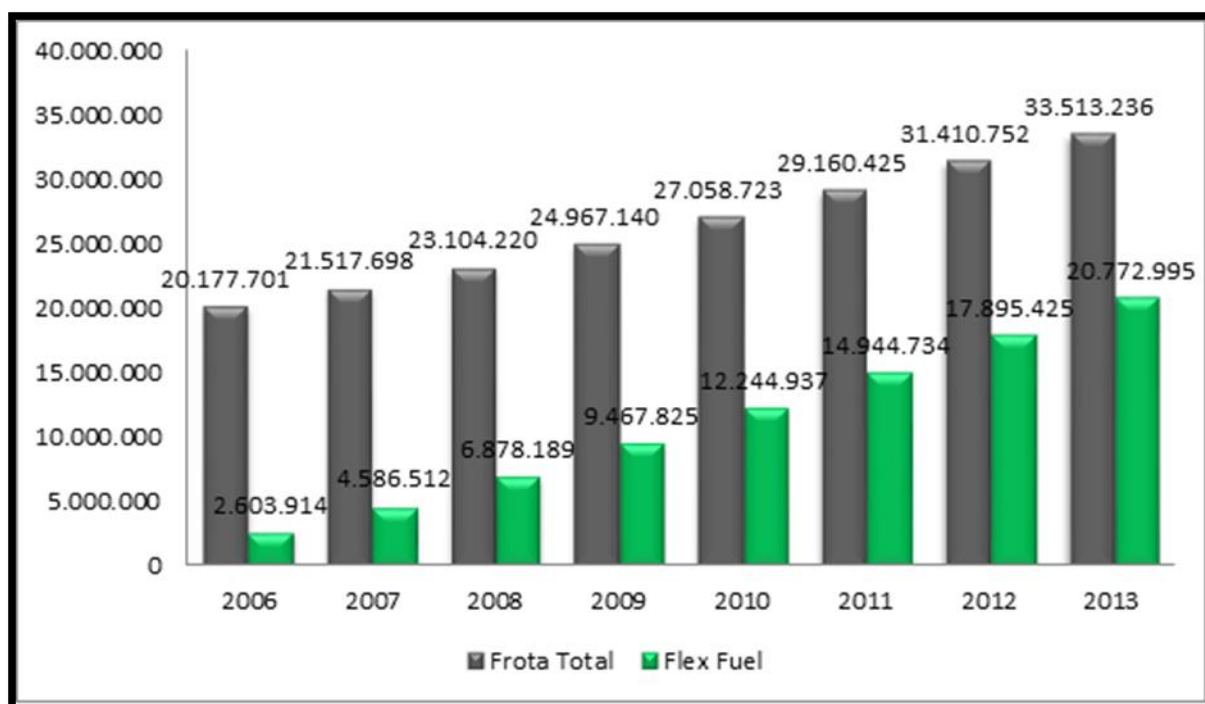


Gráfico 08- Frota brasileira de automóveis leves (Ciclo Otto)

Fonte: Adaptado de UNICA; ANFAVEA, 2015. Organização: Fredi dos Santos Bento

Apesar do apregoado discurso do etanol enquanto *commodity* e alternativa aos combustíveis fósseis, o agrohidronegócio canavieiro também tem sido responsável através de sua territorialização perversa, pelo (re)ordenamento territorial do trabalho, sendo, pois, um dos reflexos dessas ações, a ampliação das migrações internas pelo território nacional, principalmente para o Centro-Sul, onde se concentra a maior parte dos capitais do setor, e por si só, onde os trabalhadores migrantes esperam poder alterar as condições impostas em seus locais de origem.

Então, nos propomos refletir os tensionamentos que a expansão desmedida do agronegócio canavieiro tem causado para os trabalhadores, com as atenções para os migrantes, que cooptados pelos agenciadores nos locais de origem, acabam se submetendo a migração, que se traduz na apropriação perversa de sua força de trabalho para o capital agroindustrial canavieiro, sofrendo assim a territorialização do capital desde o seu local de origem, com os reveses da expropriação/expulsão, pensando os trabalhadores migrantes enquanto camponeses.

Buscamos então perceber que esta territorialização se mantém ao longo das ‘chegadas e partidas’ desses trabalhadores, desde a ação de agenciadores, até as relações no eito encimadas no pagamento por produção, quebra de solidariedade entre os trabalhadores, omissão sindical, revertendo-se ainda nas irregularidades dentro e fora do trabalho, que acabam por configurar a degradação do trabalho durante a territorialização das migrações sazonais para o capital agroindustrial canavieiro, dentro e fora do trabalho, ou seja, nos locais de destino, de trabalho nos locais de destino, e nos locais de moradia, ou da reprodução dos trabalhadores.

Desse modo, intentamos mostrar que o trabalhador migrante é uma das faces das formas de controle do capital sobre o trabalho, portanto não se restringe apenas à exploração propriamente, e por isso representando parte das fragmentações que o capital imprime sobre o tecido social. (THOMAZ JUNIOR, 2009)

De modo que chamamos a atenção para uma das faces desse processo, pensando aqui a atividade agroindustrial canavieira, que atrai anualmente milhares de trabalhadores para o eito, principalmente para regiões onde o processo de mecanização da colheita ainda não é tão intenso, a exemplo dos canaviais, do eixo Raposo Tavares, do Pontal do Paranapanema. (THOMAZ JUNIOR, 2013). Isso nos leva a questionar qual o sentido dessas migrações? O que leva estes trabalhadores ao eito, e quais os objetivos traçados com a realização da migração? Quais os interesses do capital por trás desse processo? E de que forma ocorre o controle social destes trabalhadores?

Procuramos compor esse constructo em 5 capítulos. A começar pelo capítulo I, no qual discutiremos os cenários da agroindústria canavieira e as disputas territoriais empreendidas pelo capital, apontando alguns aspectos históricos sobre a agroindústria canavieira no Brasil, até a escala regional, focando a atuação do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP).

No capítulo II, elucidaremos a questão da migração do trabalho para o capital no início do século XXI, bem como abordaremos as migrações sazonais a partir de referenciais teórico-metodológicos que nos possibilitem vinculá-las às territorializações das mesmas no Brasil.

No capítulo III, discutiremos a invisibilização do trabalhador migrante sazonal nos canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), bem como os diferentes casos da

presença de trabalhadores migrantes temporárias ao longo do eixo Raposo Tavares, seja no trecho Caiabu-Martinópolis, seja no trecho Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau.

No capítulo IV, poderemos analisar as trajetórias de vida dos trabalhadores migrantes, dado o exercício realizado durante a pesquisa, envolvendo a construção de mapas afetivos e das cartografias sociais, com o estabelecimento das trajetórias de vida destes trabalhadores, bem como a utilização da fotografia enquanto recurso na compreensão da visualização dos trabalhadores dos locais de destino, nos auxiliando na compreensão das estratégias travadas por estes trabalhadores no intuito de resistirem as práticas predatórias estabelecidas pelo capital agroindustrial canavieiro.

E, por fim, no capítulo V, pretendemos analisar questões relacionadas à degradação do trabalho nos canaviais paulistas, tentando apresentar alguns apontamentos para a "leitura" da dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações do trabalho para o capital.

CAPÍTULO I

OS CENÁRIOS DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E AS DISPUTAS TERRITORIAIS EMPREENDIDAS PELO CAPITAL

Nos últimos anos, tem ganhado força o discurso em torno da perspectiva de se ter no agrohidronegócio a saída para alavancar o desenvolvimento nacional. No entanto, diante desse quadro iminente de possibilidades para o desenvolvimento amparado pela exportação de commodities, tem sido ocultados não apenas os reais interesses do Estado, como também do próprio capital.

É viável destacar também que a perspectiva em torno do agronegócio, como promotor de desenvolvimento, omite as disputas territoriais, que se fazem não apenas durante a territorialização perversa promovida pelo capital no território brasileiro, mas nos seus rebatimentos para modos de vida alternativos, e aqui pensarmos as comunidades tradicionais a exemplo dos camponeses, quilombolas, indígenas, faxinais etc., que tem sido alvo constante de disputas não apenas pela terra, mas pela perspectiva de sobrevivência de seu modo de vida.

O discurso em torno do agrohidronegócio, enquanto gerador de progresso e desenvolvimento traz ainda rebatimentos para o trabalho, produzindo sua fragmentação, heterogeneização e precarização. Encimados, pois, no controle e domínio de classe, pois a racionalidade presente na lógica do capital está encimada na busca por eficiência, na ampliação da produtividade e diminuição do tempo necessário de trabalho, produzindo assim, uma série de agravos para a classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Quando falamos em classe trabalhadora, não estamos pensando apenas no proletariado e toda a complexidade presente em torno do mesmo, mas na possibilidade de entendermos enquanto classe, não apenas o proletariado, mas os camponeses, indígenas, quilombolas, terceirizados, subempregados, desempregados, e todos aqueles que de uma forma ou de outra, mesmo que em diferentes condições, de vender sua força de trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2006)

No Brasil, além de não solucionar as desigualdades existentes, o agronegócio tem se preocupado exclusivamente com as disputas em torno de seus interesses. Dentre estes tem ganhado destaque, pela especificidade apresentada, o controle da terra e dos financiamentos necessários, bem como o controle pelos recursos hídricos disponíveis.

Na procura por esses recursos (terra, água, logística), acabou por se eleger no território brasileiro, uma enorme área, que apresentaria tais características, sendo a mesma denominada de Polígono do Agrohidronegócio (Figura 01). Além de amplo estoque de terras, que também chama atenção por sua fertilidade natural, no coração da

Bacia do Paraná, relevo adequado à mecanização agrícola das lavouras, bem como por sua disponibilidade hídrica e de força de trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2010)

Esta vasta área do território nacional, tem sido alvo de investimentos relacionados à produção de para exportação, a citar as monoculturas da soja, da cana-de-açúcar, a produção de açúcar (*commodities*), álcool, e eucalipto. E com relação à cana, tem se percebido um avanço cada vez maior da mesma por toda a área constituinte do Polígono do Agrohidronegócio².

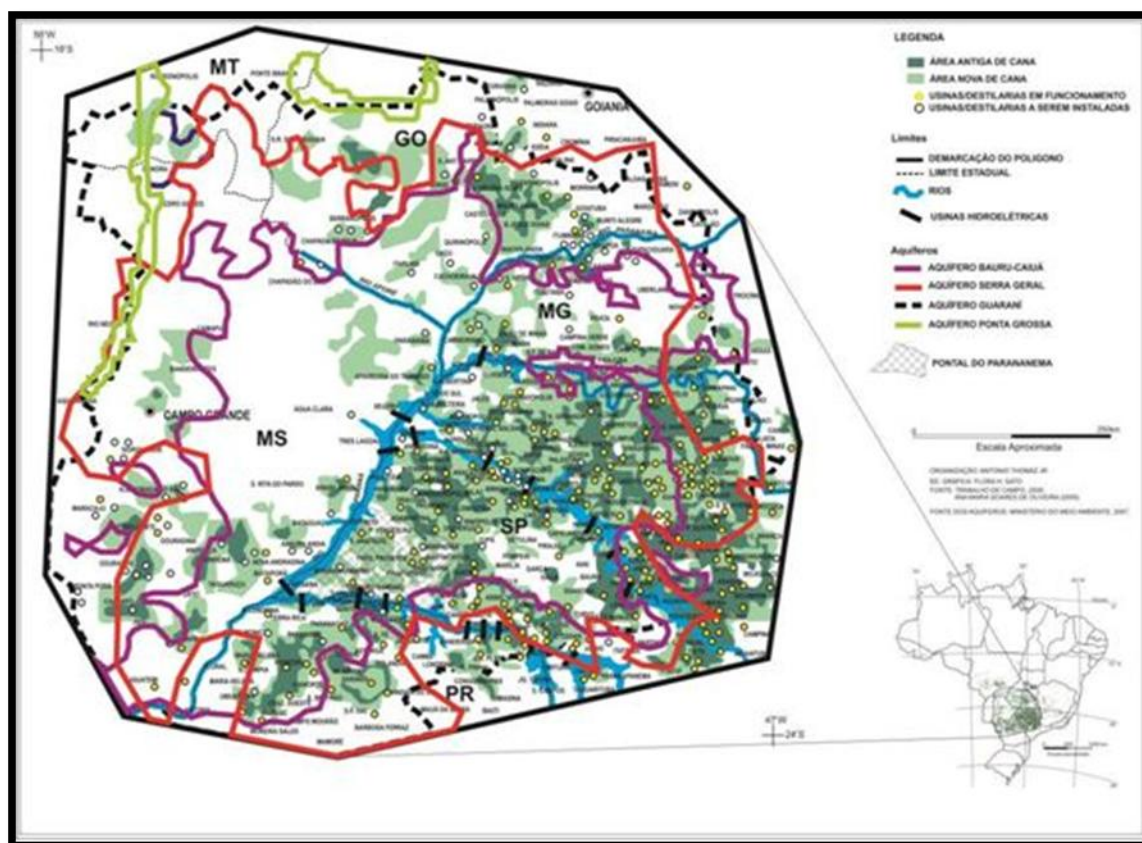


Figura 01- Polígono do Agrohidronegócio

Fonte: Thomaz Junior (2015).

A territorialização da monocultura da cana-de-açúcar tem chamado a atenção por revelar o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio, criando em torno de si, um campo de disputas que lhe permite a

² O Polígono do Agrohidronegócio envolve o Noroeste do Paraná, Oeste de São Paulo, Sudeste e Leste do Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro e o Sul-Sudoeste de Goiás, e quanto ao agronegócio canavieiro, segundo a Conab, estes estados são também os maiores produtores da gramínea. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

monopolização cada vez maior de áreas antes destinadas a outras atividades agrícolas, a exemplo das lavouras de subsistência dos camponeses.

O legado do latifúndio grilado, em que acaba por haver o embate entre o grande latifundiário aliado do agrohidronegócio e os movimentos sociais, em sua luta por um modo de vida distinto e antagônico ao que está posto, sendo uma face marcante da territorialização da cana-de-açúcar em áreas do Polígono do Agrohidronegócio.

É para com as disputas territoriais do agronegócio canavieiro, o apregoado discurso de desenvolvimento e progresso envolvido, sua face perversa ao revelar suas contradições envolvendo o trabalho, é que nos estimulam a pontuar algumas questões a respeito do avanço da agroindústria canavieira em território nacional.

Nesse sentido, pontuamos a importância de se enxergar nas marcas históricas os tensionamentos necessários para compreender as contradições do modelo perverso de exploração, não apenas dos recursos naturais, e aqui pensarmos a terra e a água, mas acima de tudo da força de trabalho, sendo necessário frisar o elenco de estratégias contra o trabalhador cometidas pelo agrohidronegócio canavieiro.

Tais estratégias têm rebatimentos não só para a classe trabalhadora, como também para a saúde física e mental dos trabalhadores, diante do quadro de intensa precarização a que são acometidos os mesmos, num período de transição entre formas de empreender o trabalho no eito - e aqui pensarmos na transição acelerada nos últimos anos, entre a colheita manual e a mecanizada - que, como temos acompanhado em nossas pesquisas, tem se suscitado inúmeras questões, a exemplo das disputas territoriais que marcam e se intensificam nesse período.

1.1. A Agroindústria canavieira no Brasil

Tendo em vista os discursos recentes, em torno da utilização da energia limpa e renovável, bem como a garantia de ampliação do desenvolvimento e solução das desigualdades sociais existentes no país, é preciso que façamos correlações e mediações históricas em respeito da agroindústria canavieira, para que possamos compreender toda uma trama que tem se construído nos últimos anos, em torno dada mesma, e em torno do etanol, que nos possibilitam falar de um *agronegócio alcoolizado*³.

Neste período, o destaque da produção girava em torno da Região Nordeste, como resultado dos antigos engenhos do período colonial. Todavia, a cana faz parte da história da economia colonial, tendo encontrado inicialmente no Nordeste as condições edafoclimáticas comerciais para expandir-se, fazendo surgir os engenhos, seguidos pelos engenhos centrais, substituídos posteriormente pelas primeiras usinas. (CARVALHO, 2002; ANDRADE, 1994)

Em relação aos engenhos centrais, Andrade (1994), destaca que sua falência foi subsídio para o fornecimento de matéria-prima para as primeiras usinas, tendo se transformado os donos de engenho em fornecedores de cana, assim prosperou no Nordeste não apenas a produção inicial de açúcar, como também a expansão da agroindústria canavieira.

Porém, tal situação começaria a se inverter a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o dirigismo antes existente, deu lugar a uma racionalização da produção, e a mudança do eixo produtor nacional, que passou do Nordeste para o Centro-Sul. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000)

O agravo do conflito bélico acabou gerando um contraste no país, em que de um lado havia superprodução de açúcar na região Nordeste, que não podia ser escoado e de outro, falta do mesmo nos mercados consumidores do Centro-Sul do país, o que acabou gerando a necessidade, de se expandir a até então incipiente produção de açúcar na região, gerando uma transferência da produção do Nordeste para o Sudeste, devendo se destacar a atuação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) criado em 1933, e que perdurou até 1990, que na época passou a incentivar a produção de açúcar no Centro Sul, principalmente em São Paulo.

O IAA acabou por contribuir com a intervenção governamental dispensada a gramínea naquele momento, controlando a exportação, estabelecendo cotas de produção por estado e por usinas, e implantando destilarias para produção do álcool anidro, vindo

³ Ver Thomaz Junior, 2007.

a desmorrar dada a pressão dos produtores paulistas no mercado nacional. (ANDRADE, 1994)

O incentivo dado pelo IAA se refletiu nas mudanças que se perpetuaram no cenário da agroindústria canavieira, pois até então a grande exportadora de açúcar era a região Nordeste, papel que passa a ser desempenhado pelo Centro-Sul que até então apenas ficou conhecido como *modernização da agricultura*, de grande integração da agricultura no metabolismo do capital, através de mudanças na base técnica, e que levou no caso brasileiro a formação dos CAI's (Complexos Agroindustriais), tendo como peça essencial o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, dada a necessidade de créditos estatais, e amparando-se ainda no Estatuto da Terra (ET) criado em 1964. (SILVA; KAGEYAMA, 1996; SILVA; 1999; IAMAMOTO, 2001)

Souza (2011) destaca que a formação dos CAI's é reflexo das mudanças advindas com a modernização da agricultura, mas também são espelho das desigualdades estabelecidas, quando pensamos a agricultura, dada a existência de regiões com um aporte de técnicas e tecnologias e outras marcadas pela permanência de velhas formas de produção, em que estes aportes de tecnologia não chegaram, havendo regiões em que novas e velhas formas de produção conviveriam lado a lado, e por si só, alimentariam (alimentam) a dinâmica estabelecida pela modernização e por isso a alcunha de “conservadora”.

Nos anos 1960, com o rompimento das relações entre Estados Unidos e Cuba, o Brasil acaba tendo a oportunidade de participar do mercado consumidor estadunidense, de forma que o Centro-Sul se coloca como o grande produtor de açúcar para exportação, e se começa a desenhar o avanço do capital monopolista no setor.

Na década de 1970, ganhou destaque a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) e do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, denominado depois de Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira, que possibilitaram a expansão das usinas, a concentração de terras e das pesquisas em torno das melhores variedades de cana para produção.

Esses programas abriram caminho para o que viria a seguir, após a crise energética que o país enfrentou a partir de 1973, com o primeiro choque do petróleo e a

elevação dos preços do mesmo, havendo assim intervenção estatal e a criação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) em 1975.

De acordo com Bray; Ferreira; Ruas (2000), o Proálcool em sua primeira fase, criada a partir do primeiro choque do petróleo, em 1975, teve muito mais significado no intuito de resolver os problemas dos usineiros endividados, após a crise exportadora de açúcar em 1974, como também dos fabricantes de equipamentos industriais para o setor, sendo que o álcool, que até então era um subproduto do açúcar, tem a partir de 1976 a sua produção ampliada, havendo ainda a criação de destilarias autônomas ou destilarias anexas⁴ as usinas.

O Proálcool também foi defendido enquanto medida de política energética alternativa ao esgotamento dos recursos naturais, prometendo ainda influir na geração de renda e emprego, garantindo assim empregos diretos e indiretos, o que não se efetivou na realidade pois o programa não deu grande atenção aos problemas sociais, provocando impactos diretos na população das regiões açucareiras, com a proletarização após desterritorialização dos trabalhadores camponeses. (ALVES, 2002; ANDRADE, 1994)

Thomaz Junior (2002), destaca que para o estado de São Paulo, o programa trouxe grande rentabilidade, tendo em vista os recursos destinados ao setor pelo Estado por meio de financiamentos, perdão de dívidas etc., e que nos permitem questionar quais os segmentos que de fato se beneficiariam com o programa. Entretanto, vale destacar a contribuição dada pela COPERSUCAR (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo), no intuito de apoiar e fomentar o desenvolvimento tecnológico da agroindústria canavieira. (THOMAZ JUNIOR, 2002; SOUZA, 2011)

Em 1979, ocorreu o segundo choque do petróleo e o Proálcool caminharia para sua segunda fase, ligada a substituição da gasolina pelo álcool combustível. No entanto, o Proálcool e os programas relacionados à modernização e racionalização da agroindústria canavieira, fazem parte de um processo de industrialização da agricultura, que ganhou força a partir da década de 1970. Esse período é caracterizado como o do

⁴ Ver Thomaz Júnior, 2002a.

surgimento de um processo que ampliava sua produção, atendendo o mercado interno. (SZMERECSÁNYI, 1991)

A agroindústria canavieira entra assim num processo de reestruturação, dada à necessidade de expansão ocasionada pelas mudanças que estavam ocorrendo no país na década de 1970, o que acabou por promover a concentração e centralização da produção no setor, tendo em vista a necessidade de expansão do setor de insumos e máquinas agrícolas. (NOVAES, 2009)

É viável se destacar o papel exercido pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), instituída em 1973, pelo Decreto nº 72.020, e que de acordo com Souza (2011), tem em sua criação o papel do Estado responsável, regulador e promotor de um projeto de modernização dos setores estratégicos, à exemplo da agricultura.

Dessa forma, percebe-se uma ampliação da ação estatal que acabou por provocar mudanças nas estruturas sociais agrárias da época, e que além de ampliar a mercantilização da agricultura, acelerou também a proletarianização rural, efetivando assim a forte concentração da propriedade da terra que acabou por dar ao processo de modernização, a alcunha de *modernização conservadora* ou *perversa*. (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1985)

O termo modernização conservadora, faz referência ao fato de que apesar de o processo empreender uma mudança da base técnica, produtiva e do mercado, relações pretéritas de realização da agricultura e do trabalho foram mantidas, à exemplo da junção do trabalho em condições semidegradantes e a presença do latifúndio monocultor, que além de promoverem a expropriação do trabalhador no campo, *colocando-o nu*, ou seja, desprovido dos meios de produção, também promoveram e promovem a junção do proprietário da terra com o capitalista. (OLIVEIRA, 2001)

Em respeito a esta fusão de interesses, podemos pontuar à respeito da ambição de dar nova roupagem ao velho latifúndio monocultor, agora transformado numa empresa, o que caracterizou esse período como o de instalação de uma modernização conservadora no país.

Souza (2011), afirma que as transformações ocorridas a partir da modernização, à exemplo da constituição dos CAI's (Complexos Agroindustriais), que compõem

enquanto forma de circuito espacial da produção, chamando a atenção para os novos padrões de integração econômica e social, mudanças na organização empresarial, tendo em vista o interesse em ampliar a competitividade.

A agroindústria canavieira teve um papel importante neste período de mudanças da agricultura brasileira, e que aliado aos problemas que o setor já vinha passando, de crises consecutivas, acabaram por serem sustentáculos na defesa do Proálcool a partir de 1975, em sua primeira fase.

A partir de 1979, o Proálcool entrou em sua segunda fase, em que o álcool se apresenta como substituto a gasolina automotiva. Isso ocasionou alterações na estrutura produtiva e no ordenamento orgânico, para produção de álcool anidro e hidratado, com a construção de novas plantas industriais. (THOMAZ JUNIOR, 2002a).

Em 1986, houve o corte de financiamentos e subsídios para instalação de plantas agroindustriais, marcando o período de decadência do Proálcool, que apesar de ter enquanto aliado o setor automobilístico, começava a cair em descrédito em relação à população, ao mesmo tempo em que se tornava custoso, tendo em vista os problemas que a Petrobrás estava enfrentando por conta do programa.

Nos fins da década de 80, o setor passou por uma séria crise, que minou as expectativas de manterem-se os investimentos que vinham se dando, e em 1991 o fechamento do Instituto de Açúcar e Alcool, refletiu a bancarrota do setor que já estava dada antes do fechamento deste, que por consequência mergulhou o mesmo num período de estagnação que se alastrou pelos anos 1990.

Com o fechamento do IAA, e a saída do Estado enquanto regulador do setor agroindustrial canavieiro, as próprias usinas e destilarias passaram a exportar diretamente sua produção, com destaque para o estado de São Paulo, que pelos baixos custos de produção à época, acabou por obter vantagens em relação aos demais estados produtores, tornando-se o principal centro açucareiro e alcooleiro nacional. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000)

Ao longo da década de 1990, a produção alcooleira encontrava-se estagnada dada a falta de investimentos, pois se até outrora o setor automobilístico era o principal aliado do setor, isso caiu por terra, iniciando-se assim um período em que novos aliados

surgiram na defesa da produção do álcool e da geração de energia, em contraposição ao uso contínuo dos combustíveis fósseis.

Deve se destacar que o setor sucroalcooleiro entra numa fase de desregulamentação, fazendo parte de uma configuração mais ampla, com o afastamento do Estado da economia nacional e a série de privatizações e liberação do mercado que a acompanham. Assim, o período foi marcado por conflitos pelos interesses no setor, em que de um lado haviam aqueles que pediam o retorno da regulação estatal e de outro (grupos mais tecnificados), desejam a atuação do livre mercado. (BELIK; VIAN, 2002)

Na região Centro-Sul surgem duas entidades representantes do setor agroindustrial canavieiro, a citar a UNICA (União da Agroindústria Canavieira), vinculada as propostas para a liberalização do mercado, indo na direção oposta as propostas da CEPAAAL (Coligação das Entidades Produtoras de Açúcar e Álcool) de postergação da liberalização e regulamentação para a formalização do álcool nas distribuidoras. (SOUZA, 2011)

Dessa maneira, ocorre neste período a liberação da produção e comercialização, se extinguindo o monopólio exercido pelo governo brasileiro nas exportações, havendo também extinção das quotas de comercialização interna do açúcar.

A necessidade de se traçar um breve histórico da agroindústria canavieira até o início do século XXI, se aplica no sentido de podermos enxergar nas formas e conteúdos presentes na atualidade os sinais históricos deixados nas marcas territoriais analisadas, a exemplo da ação do Estado como o grande incentivador e aliado do agronegócio canavieiro, podendo-se falar numa aliança capital-Estado, que marcou a história do desenvolvimento da agroindústria canavieira e que traz rebatimentos para a compreensão das contradições e fissuras existentes na territorialização do agronegócio canavieiro no início do século XXI e as disputas territoriais provocadas pela mesmo.

Dentre essas fissuras, é interessante destacarmos os significados para a classe trabalhadora das mudanças pelas quais vem passando a agroindústria canavieira a partir do início do século XXI, amparada num discurso ambientalista, que não ofusca aos nossos olhos a permanência de situações de trabalho semidegradantes, ligadas não apenas ao corte manual da cana-de-açúcar, mas da própria forma de contratação da mão

de obra, e que nos abre um leque de possibilidades para nos inserirmos no desvendamento dos cenários da agroindústria canavieira.

1.2. As disputas territoriais produzidas pelo capital agroindustrial canavieiro no início do século XXI

A partir de 2003, o setor agroindustrial canavieiro após a estagnação da década de 1990, volta a vivenciar processo de expansão, com a urgência da produção dos motores *flex fuel*, que trouxeram novo alento aos empresários do setor, e ao mesmo tempo mostram a consubstanciação da aliança entre o capital e o Estado no país.

Para tanto, para Novaes, et. al. (2007), esta expansão deve-se, a novas perspectivas do comércio interno e externo, elevação dos preços internacionais do petróleo, crescimento da demanda interna por álcool hidratado, em decorrência do sucesso dos novos modelos *flex fuel*, “movidos a álcool e gasolina” e os efeitos do Protocolo de Kyoto, que impõe a redução por parte dos países signatários, das emissões de CO₂.

Encimado no ideário ambiental, e num discurso permeado pela sustentabilidade, o processo de expansão do agronegócio canavieiro, marcaria o avanço da incorporação de terras, bem como do arrendamento das mesmas pelo capital agroindustrial canavieiro, o que fez com que o período fosse percebido enquanto um novo ciclo de modernização pela qual passava o setor, dada a perspectiva de tornar o álcool, uma *commodity* para exportação, ocasionando assim a ampliação da territorialização dos grupos usineiros em áreas não tradicionais, sob um discurso ambiental, pautado pela produção de energia limpa. (MENEZES; SILVA; COVER, 2011)

Todavia, também se passou a investir na produção de derivados da cana, à exemplo da cogeração de energia elétrica a partir do bagaço, valendo a alcunha dos termos “agroenergia” e “bioenergia”, que passam a comparecer nos slogans dos grupos usineiros neste início do século XXI, pois mais que usinas e destilarias, estas empresas se qualificam enquanto produtoras de energia.

O período é marcado pela ampliação dos financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para com o setor, não somente na construção de novas unidades em áreas não tradicionais, como na ampliação das unidades que já se encontravam em operação. No entanto, a partir de 2007, com a visita do presidente estadunidense George W. Bush, o setor passaria a contar também com investimentos diretos de grandes grupos internacionais. (NOVAES, 2009)

A partir desse momento, o álcool passa a ser conhecido enquanto bioenergia, passando a ser chamado de etanol, ganhando notoriedade não apenas no Brasil, como também no exterior, graças a todo um ideário dos problemas relacionados à utilização dos combustíveis fósseis, o que garantiu ao etanol um novo ciclo de intensa mecanização, com a entrada de capital estrangeiro, havendo assim concentração e centralização no setor.

Entretanto, é factível destacarmos os reais significados para a classe trabalhadora deste período, pois nota-se uma ampliação da precarização dentro e fora do trabalho, com a ampliação das formas de exploração do trabalhador nos canaviais, submetidos a uma jornada cada vez mais intensa, com destaque para a utilização do corte manual da cana, que se intensificou na primeira década do século XXI, dadas as perspectivas em torno do fim do mesmo⁵, abrindo espaço para que se pudesse encontrar um número maior de trabalhadores ofertando sua força de trabalho em condições precárias, dada a necessidade de concorrer com a máquina.

Thomaz Junior (2007), nos fala da máxima em torno da metáfora agronegócio alcoolizado, sinalizando os desafios para os trabalhadores e para a sociedade, em torno de uma nova divisão do espaço produtivo e dos mercados nacional e internacional do etanol, que promovem também uma redivisão territorial do trabalho.

⁵ Nos últimos anos, inúmeros acordos e protocolos tem sido ratificados em torno do fim da realização das queimadas nos canaviais, cabendo citar o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético, proposto pela Secretária do Meio Ambiente do estado de São Paulo (SMA), que prevê o fim da realização da queima da cana-de-açúcar (despalha) até 2014 para terras mecanizáveis e 2017 para terras não mecanizáveis neste estado.

A oposição entre trabalhadores e capital, acaba por revelar fissuras, tendo em vista a necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica, estando assim aptas para a mecanização, que nos revelam as disputas pelo território que se fortaleceram neste início do século XXI, aqui novamente colocando em jogo a expansão (extensão) do agronegócio, que o permite ser caracterizado enquanto agrohidronegócio. (THOMAZ JUNIOR, 2010)

Nesse sentido, tem se tornado comum à disputa por território entre frações do capital agroindustrial, o que nos permite falar na máxima em torno dos territórios em disputa, promovendo o que Thomaz Junior (2011) postula enquanto *intemperização* da sociedade e do trabalho.

Com relação as disputas por território, tem se verificado nos últimos anos, um reordenamento territorial do setor agroindustrial canavieiro, e que por si só trouxe (traz) alterações também na dinâmica do trabalho, em que a territorialização do capital, tem promovido a desterritorialização do trabalho. (OLIVEIRA, 2009)

O processo de desterritorialização do trabalho, tem se tornado evidente com a expropriação das comunidades tradicionais a exemplo dos camponeses, que tem sido expulsa de suas terras, dado o avanço do reordenamento territorial provocado pela territorialização do agronegócio, se utilizando toda sorte de estratégias para estabelecer a apropriação privada da terra, desde a grilagem das mesmas até a expropriação por dívidas contraídas tanto na compra ou no cultivo destas.

Entretanto, com a emergência do discurso da energia limpa, tem se criado mecanismos para ofuscar toda uma face regressiva relacionada ao agronegócio canavieiro relacionado tanto ao trabalho precarizado, quanto as marcas deixadas pelo processo de reordenamento territorial, e isso tem ficado evidente com a promoção dos chamados “selos sustentáveis”, que discutidos por Oliveira (2009), dão o tom das relações capital/Estado, pois este último dá preferência na concessão de financiamentos as usinas que se adequem a estes protocolos, a exemplo do selo Etanol Verde fornecido pela Secretária do Meio Ambiente (SMA) do governo do estado de São Paulo.

Em 2008, com a crise financeira que se abateu sobre a economia mundial, e que consideramos como uma das faces de uma crise estrutural, nos apoiando assim nas prerrogativas de Mészáros (2002), que propõe que não vivenciamos uma nova crise,

mas apenas parte de uma crise do sistema de metabolismo social do capital que tem se apresentado nos últimos quarenta anos.

Tal crise trouxe (e tem trazido) rebatimentos para o agronegócio canavieiro, com o redirecionamento dos investimentos, que ao invés de se direcionarem para a ampliação da capacidade da produção, passaram a ser utilizados para a compra de empresas que ficaram vulneráveis, havendo também enxugamento do crédito.

Isso tem rebatimento direto no número total de pessoas contratadas pelo setor que de acordo com Baccarin; Camargo e Ferreira (2014), reduziu-se em 36.827 pessoas, cerca de 7,4% entre 2013 e 2014 no Centro-Sul, com destaque para a ampliação das pessoas envolvidas no processo mecanizado, e que nos permite falarmos do período de transição porque passa o setor agroindustrial canavieiro, entre o corte manual e o mecanizado, este último intensificado tendo em vista a vigência dos protocolos estabelecidos que estipulam o fim da queima da palha da cana. (Gráfico 09)

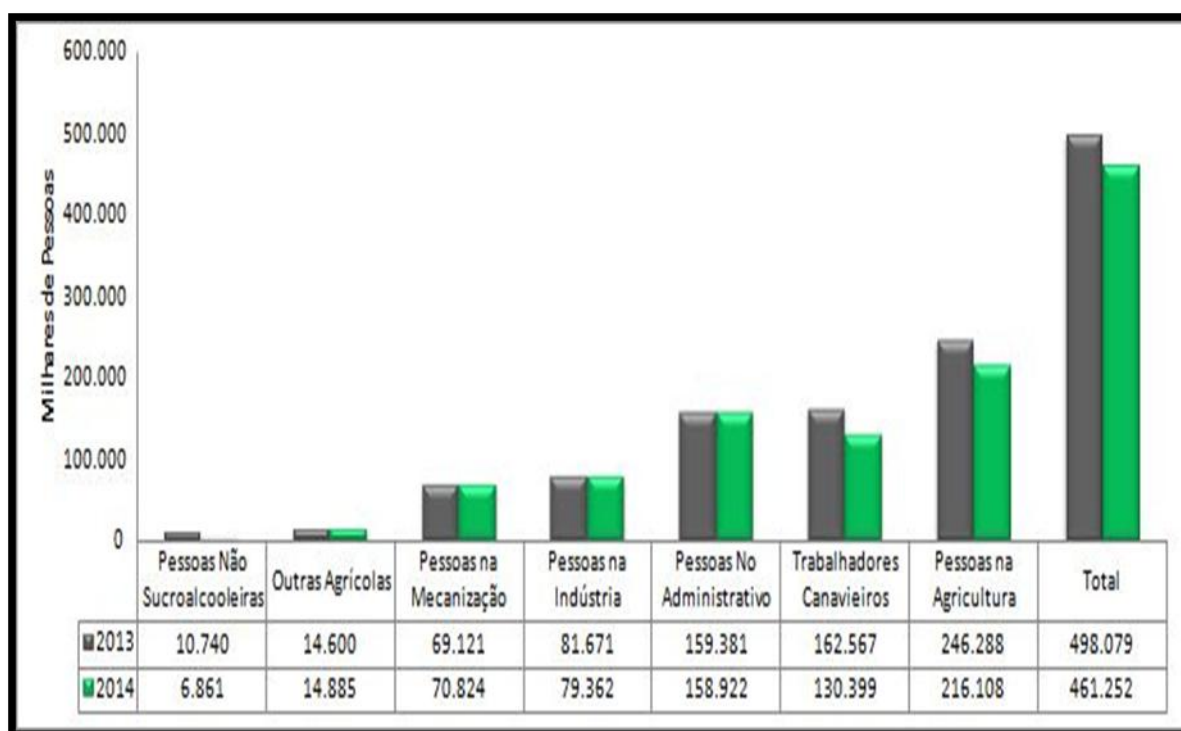


Gráfico 09- Número médio de pessoas ocupadas em diferentes agrupamentos profissionais sucroalcooleiros, no Centro-Sul entre 2013 e 2014

Fonte: Adaptado de Baccarin; Carmago & Ferreira (2014). Organização: Fredi dos Santos Bento

Os mesmos autores afirmam que a produtividade dos trabalhadores canavieiros aumentou em 2,5 vezes entre 2007 e 2014, com a ressalva de que em 2014, se necessitava de apenas cerca de um terço desses trabalhadores por área e cana-de-açúcar, quando comparado a 2007.

No estado de São Paulo, o número de pessoas contratadas por empresas sucroalcooleiras caiu em 25.327 pessoas, cerca de 8,7% entre 2013 e 2014, como afirmam Baccarin; Camargo e Ferreira (2014), tendo caído também o número de pessoas no setor industrial das empresas canaveiras, havendo queda inclusive no grupo de pessoas que integram os processos mecanizados, queda esta de 0,6%. Todavia, o número de trabalhadores canavieiros no estado sofreu baixa de 22,4%, equivalendo a 83,5% da diminuição do total das ocupações sucroalcooleiras. (Gráfico 10)

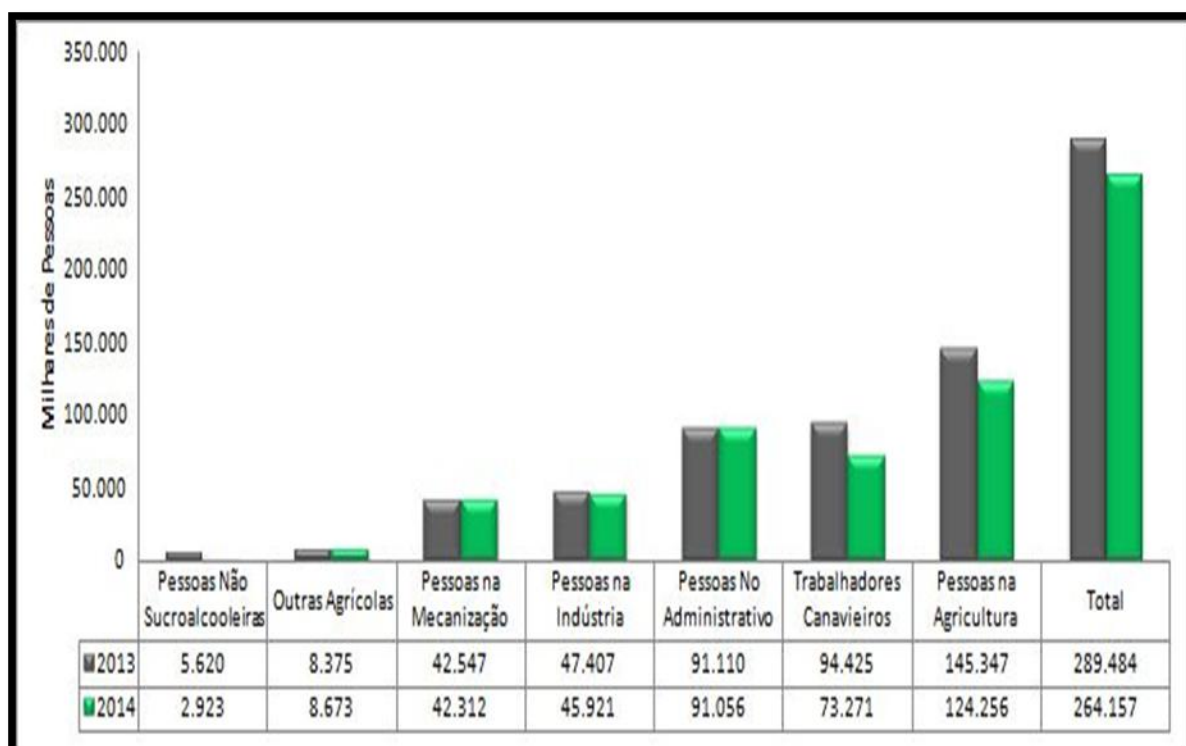


Gráfico 10- Número médio de pessoas ocupadas em diferentes agrupamentos profissionais sucroalcooleiros, no estado de São Paulo entre 2013 e 2014

Fonte: Adaptado de Baccarin; Camargo & Ferreira, 2014.

Dessa forma, tem despencado o número de trabalhadores relacionados ao corte manual da cana, em detrimento a colheita mecanizada, dado que houve baixa de 21.154 pessoas envolvidas com este tipo de lavra nos canaviais paulistas entre 2013 e 2014, e que nos dão subsídio para analisar o atual momento vivido pelo setor no que diz

respeito a configuração que se apresenta para os trabalhadores. (BACCARIN; CAMARGO & FERREIRA, 2014)

Como apresentado anteriormente, a expansão dos canaviais tem se feito nos últimos anos em áreas não tradicionais que ao longo da história pouco ou nada receberam de investimentos ligados ao setor, a exemplo dos pequenos municípios da região do Pontal do Paranapanema que se tornaram reféns dos impactos ocasionados pela crise, com a desativação de inúmeras plantas agroindustriais, ocasionando a concentração e centralização do setor na região.

O Pontal do Paranapanema, então, expressa uma série de questionamentos e configurações territoriais que nos possibilitam o desafio de analisar os diversos cenários da agroindústria canavieira nacional, por conta da persistência de marcas históricas e geográficas que nos revelam entendimentos a respeito da configuração existente na região neste início do século XXI.

Desta forma, nos deteremos agora na região, buscando nas contradições não apenas do capital, mas na própria relação capital x trabalho, as formas e conteúdos que dão vida a todo um movimento de desrealização do trabalho e do próprio homem existente na sociedade, cujos exemplos ficam bem claros no Pontal do Paranapanema, que ‘tentaremos’ analisar a seguir.

1.3. A territorialização do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema tem sido alvo nos últimos anos da territorialização e do reordenamento territorial produzido pelo capital agroindustrial canavieiro, que deixaram (deixam) marcas claras no território, tendo em vista a amplitude das contradições apreendidas neste processo, numa região que historicamente é conhecida pelo *conflito*.

Quando falamos em Pontal do Paranapanema estamos considerando sua designação, segundo a Unipontal (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) que reúne um total de 32 municípios, localizados na 10º R.A. (Região Administrativa),

que compreende as microrregiões do Pontal do Paranapanema e da Nova Alta Paulista (Figura 02).

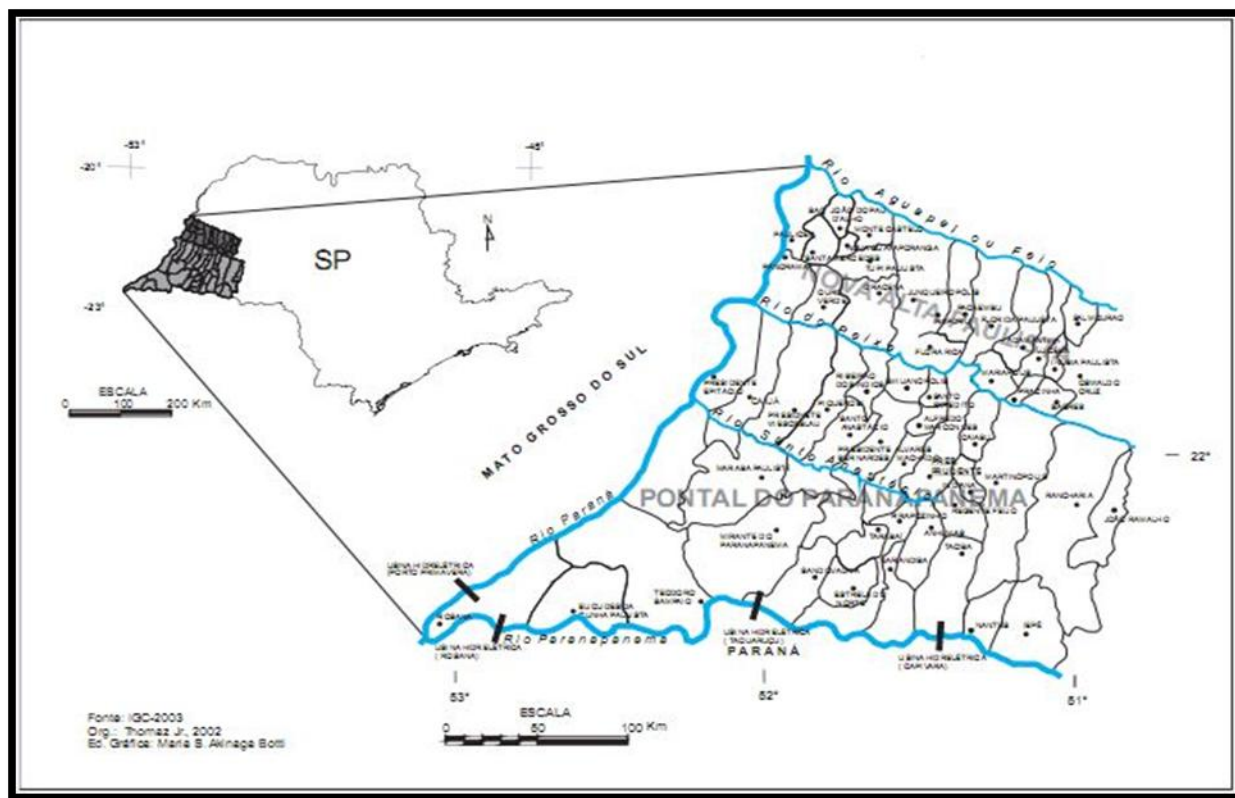


Figura 02- Localização do Pontal do Paranapanema⁶ e da Nova Alta Paulista

Fonte: Thomaz Junior, 2002a.

O Pontal do Paranapanema é uma região conhecida pelos conflitos que historicamente ocorre na região, conflitos estes ligados a um processo de ocupação das terras da região, que transcorre desde o início do século XIX, de modo irregular, mantendo a existência de terras griladas. (LEITE, 1998)

Abreu (1972), nos dá pistas para compreendermos que desde o período colonial e depois no Brasil Império, o Pontal do Paranapanema, foi e é marcado pelo conflito,

⁶ A Microrregião do Pontal do Paranapanema, é composta pelos seguintes municípios segundo a Unipontal: Rosana, Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Teodoro Sampaio, Narandiba, Estrela do Norte, Tarabai, Taciba, Presidente Epitácio, Pirapozinho, Iepê, Presidente Prudente, Anhumas, Caiuá, Piquerobi, Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Ribeirão dos Índios, Marabá Paulista, Santo Expedito, Alfredo Marcondes, Alvares Machado, Presidente Bernardes, Emilianópolis, Indiana, Regente Feijó, Nantes, Martinópolis, Caiabu, Rancharia e João Ramalho.

seja entre os habitantes originais, a citar os tupiniquins, caingangues, xavantes, guarani-kaiowás, dentre outras tribos, e os próprios desbravadores, advindos das Minas Gerais, que marcam também o início do estabelecimento da posse das terras, com instalações que beiravam bem mais o embrenhar mata adentro a área conhecida até o início do século XX, como território desconhecido.

Com o avançar do estabelecimento das relações capitalistas no Brasil, e o desenvolvimento do café, houve grande valorização das terras de boa parte do estado de São Paulo, em contrapartida ao declínio de áreas de plantio tradicionais como o Vale do Paraíba, o que levou a rubiácea a se expandir mata adentro, ou melhor sertão adentro, com a emergência depois da ampliação da malha férrea pelo estado. (SILVA, 2008)

O processo de ocupação do Pontal do Paranapanema nos revela uma série de especificidades que implicam em desdobramentos territoriais que trazem sinais ou marcas históricas ainda possíveis de serem apreendidas no estado de coisas atual.

Bem sabemos que a região do Pontal do Paranapanema sofre na atualidade, com marcas históricas que advém de outros períodos históricos, e aqui fazemos menção à questão da grilagem de terras, a concentração e exploração irracional das mesmas, feita por um seletivo grupo de pessoas, bem como a contraditória luta entre dois modelos de sociedade, um encimado na manutenção das relações capitalistas de dominação, sob a anuência do latifúndio grilado, da monocultura para exportação, e que nos últimos anos é enfatizada pelo avanço do agronegócio canavieiro e das relações de trabalho degradantes.

Desta forma, sob um aporte teórico e referencial sobre a história da região, não fica difícil percebermos sinais e (in) conclusões ao longo de todo o processo histórico de ocupação desta região, sendo necessário que façamos os devidos chamamentos para estas questões, na alternativa de podermos clarificar e oxigenar o debate em torno não apenas da ocupação do Pontal, mas da própria contradição que marca este processo.

Para realizarmos esta empreitada é necessário mergulharmos um pouco não apenas na história da ocupação da região, mas nas próprias marcas que o processo histórico nos apresenta na atualidade, a começar pela própria questão das terras devolutas e dos processos de discriminação, contestação etc. das mesmas, resultado de um embate que reconhecidamente não é de hoje, e que toma vez de um lado pelos

movimentos sociais, encimados numa proposta alternativa de sociedade, que não a que pense o campo, apenas como nicho de mercado e ampliação do agrohidronegócio, mas que enxergue a própria vinculação orgânica do camponês com a terra, e aí pensar na policultura, no trabalho familiar etc.

Todavia, de outro lado estão representados aqueles que por herança, e aqui falarmos não só em herança patrimonial, mas também histórica, os representantes do grilo, em sua aliança capital/ Estado, que tem ficado evidente, com as recém-disposições do governo estadual em respeito às pendências de terra, que acabam por evidenciar, ou melhor, legitimar o grilo.

Até meados do início do século XIX, a região hoje conhecida como Pontal do Paranapanema, fazia parte de uma imensa área de mata, ocupada apenas por populações indígenas como os coroados, guaranis-kaoiwás etc., como afirma Abreu (1972). Porém, essa situação se modifica quando na figura de José Teodoro de Souza, que após passar por Botucatu, decide realizar uma empreitada com interesses em estabelecer a posse desta área, valendo se considerar as inúmeras dificuldades, que não apenas a mata, mas os confrontos com as populações indígenas e necessidade de se deslocar por meandros e afluentes dos rios que cortam a região, o que depois rendeu a denominação de aguadas, para as áreas piqueteadas e divididas. (ABREU, 1972)

Este período inicial da ocupação do Pontal é fortemente marcado pela ação indiscriminada do grilo, que sob os auspícios de José Teodoro de Souza, e depois de seus aparentados Fernando de Paula Moraes e João Oliveira da Silva, darão início a especulação de terras na região, mesmo que isso significasse a eliminação completa não apenas das matas, mas dos indígenas e o estabelecimento através de seus familiares advindos de Minas Gerais, da abertura do que pode se chamar de “frente pioneira”.

O fato é que o grileiro na verdade não tinha interesse na terra propriamente, mas em especular com a mesma, mais do que ter as mesmas reconhecidas em cartório de notas, ou pelo vigário geral, era necessário passar a terra à frente, num processo que acabou por culminar nas mais variadas práticas como o beliche fundiário, a permuta, dentre outros. (ABREU, 1972)

Com a iminência da Guerra do Paraguai, ampliou-se o fluxo de migrações internas com destino ao que seria o Pontal do Paranapanema, o que fez fervilhar o

negócio de terras na região, e o grilo ampliaria ainda mais suas estratégias de legitimação, fato que ganhou força com a abertura de um ramal da ferrovia para a região, que não significou apenas o ‘progresso’, mas também significava a condenação para aqueles que habitavam a região até então, pois com a devastação das matas, a enorme matança de índios ganhou destaque.

Outro ponto marcante no que diz respeito as marcas históricas que compõem a configuração do Pontal do Paranapanema (SP) na atualidade, se deu pela aprovação em 1941 da criação de três grandes reservas florestais no intuito de coibir a voracidade dos negócios especulativos do grilo na região, a citar a Reserva da Lagoa São Paulo, a Grande Reserva do Pontal e a Reserva do Morro do Diabo.

O fato é que das três reservas, só sobreviveria à duras penas, a reserva do Parque Estadual Morro do Diabo, este que foi alvo de um dos maiores golpes fundiários que se registraram no país, o conhecido ‘golpe da arrematação’, que envolveu a opinião pública e diversos setores da sociedade em torno da questão, em que na perspectiva de se dar uma “rasteira” no estado, os beneficiários em hasta pública, negociaram terras nas proximidades do 2º e 3º perímetros, em que se localiza a reserva, no intuito de abrirem frente para que outras negociações pudessem se dar, bem como a legitimação nas áreas do 10º perímetro (Lagoa São Paulo) e 13º perímetro grande reserva do Pontal, já grandemente afetadas pelo sistema do “machado de fogo” e da queimada antes que a área pudesse ser preservada. (LEITE, 1998)

A iniciativa de criação das reservas florestais acabou assim tendo efeito contrário ao esperado, pois só ampliou os interesses pela especulação das terras do Pontal, o que traria rebatimentos anos depois, com a iniciativa dos grileiros de inicialmente trazerem a família para explorar estas terras, e que depois de certo tempo, passaram a empregar a mão de obra migrante, advinda principalmente do Nordeste do país, iniciaria assim um novo capítulo desta trama.

Entretanto, Antonio (1990) chama atenção para o fato de os migrantes advindos para a região, serem impossibilitados de trabalharem para si próprios, sendo livres apenas para trabalhar para o capital, onde esses trabalhadores serviram a médio e longo prazo para resolver a escassez da mão de obra, nesta nova área de ocupação, e que deram origem a partir da década de 60, aos movimentos sociais. Isso ocorreu dado o grau de exploração a que estes trabalhadores foram submetidos, o que os fez recusar a

continuação na proletarização, buscando nos movimentos de resistência a reivindicação e ocupação da terra.

Nesse sentido, o Estado acabou desempenhando o papel de mediador, neste conflito aparente, onde os grupos econômicos permitiam o acesso à terra a estes trabalhadores, o que tornou a ação estatal na verdade, um movimento de cooptação dos movimentos sociais, amenizando e institucionalizando conflitos, no intuito de manter o trabalhador migrante enquanto mão de obra, atendendo assim os interesses do capital, em regularizar, legalizar e valorizar as terras.

Uma das estratégias de regularização fundiária se deu através da consolidação da lógica capitalista, com a construção de três usinas hidrelétricas e de três destilarias de álcool, bem como incentivo a outros projetos agropecuários que acabaram por mostrar esse caráter de institucionalização do conflito, ao mesmo tempo em que serviam para dirimir a pressão exercida pelos mesmos. (ANTONIO, 1990)

Podemos destacar também, que a primeira conquista do movimento social, através de confronto armado entre camponeses, parceiros e arrendatários e os latifundiários, ocorreu no atendimento de uma liminar expedida pela Justiça de integração de posse pelo latifundiário, onde os camponeses buscavam provar que a escritura era falsa e que eles também tinham o direito de ocupar aquelas terras, o que deu origem a uma mobilização social, sendo o período entre 1950 e 1970, foi percebido como de grande tensão e de conflitos sobre a posse da terra.

No entanto, os movimentos sociais como: Rebojo, Santa Rita e Lagoa São Paulo, revelaram o embate mais intenso entre os camponeses e os latifundiários, numa luta pelo direito a terra a quem nela trabalha, onde os primeiros buscavam se afirmar como portadores de direitos sociais, civis e políticos, com destaque para a segunda conquista destes movimentos após o Projeto Integrado Rebojo em 1968, que deu na emergência de se amenizar os conflitos, onde o Estado através da CESP transferiu famílias para um projeto de reassentamento populacional, na Lagoa São Paulo. (ANTONIO, 1990)

A partir de 1983, com a desaceleração destas obras e a demissão de milhares de trabalhadores, o que reascendeu o movimento social dos camponeses-operários temporários, que repercutiu na imprensa nacional e internacional, e produziu-se

maiores reações na classe empresaria rural brasileira, que culminou com a criação da União Democrática Ruralista (UDR) para combater esses movimentos sociais.

A partir dos anos 90, mantém-se a luta pela terra na região, capitaneada pelo MST, mas gostaríamos de neste momento, podermos incorrer sobre o quanto estas marcas históricas desde a grilagem inicial até a colonização federal, acabaram por desenhar e nos impor a necessidade de poder dialogar e criar pontes de ligação para a compreensão das contradições apresentadas na região, que permanece em meio ao conflito.

Assim, mais que uma iniciativa de procurar correlações entre estes diferentes períodos, está o intuito de reconhecer neles as sinalizações para o que tem sido posto na região, com o avanço do agrohidronegócio, bem como da aliança do capital/ Estado e os prejuízos/ marcas, para aqueles que lutam por um projeto alternativo de sociedade, que sendo estes herança dos movimentos sociais até a década de 90, no intuito de poder vivenciar um Pontal livre do latifúndio.

Destacam-se, então, as ações protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na perspectiva da terra para quem nela trabalha. Tem-se a partir de então, de forma explícita, dois polos distintos, sendo, pois, um encimado na aliança entre capital/Estado, legitimadora da grilagem na região, e outro na perspectiva dos camponeses e trabalhadores sem terra, com vistas à democratização do acesso à terra de trabalho.

Nos últimos anos tem-se evidenciado na região uma aliança entre o agrohidronegócio canavieiro e os latifundiários, sob a prerrogativa de se legitimar o grilo, que tem imposto novos desafios para aqueles que buscam contrapor este modelo perverso que expropria, domina e controla toda a sociedade.

Com relação à agroindústria canavieira, Barreto; Thomaz Junior (2012b) propõe a existência de dois momentos distintos que marcam a territorialização da cana-de-açúcar no Pontal, o primeiro durante o Proálcool, com a criação das primeiras usinas e destilarias na região, durante a década de 1970, e o segundo momento ocorrendo a partir de 2005, impulsionado pela produção dos carros *flex-fuel*.

Deve ser ressaltada a influência do Pró-Oeste (Procana) nas regiões consideradas prioritárias, e que deu estímulo à criação de unidades processadoras em regiões não

tradicionais, a exemplo do Pontal do Paranapanema, que teve instaladas na região, unidades processadoras, a citar a Alcídia. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000)

A partir de 2005, novas unidades processadoras começaram a se instalar na região, sob o discurso da geração de empregos, da geração de desenvolvimento regional e no sentido de apagar a imagem da região como região dos conflitos em torno da posse da terra. (BARRETO; THOMAZ JUNIOR, 2012b)

Souza (2011), ao lançar a hipótese de que forma o discurso como uma prática, um elemento fundante do processo de ordenamento espacial constrói um território, nos permite enxergar as contradições em torno do discurso do desenvolvimento regional, cunhado pelo agronegócio canavieiro na região, que omite a concentração de terras e de renda.

Thomaz Junior (2009) ressalta que o modelo de desenvolvimento contraditório da agroindústria canavieira, traz benefícios que passam longe daqueles que geraram e geram tal riqueza, a citar, os trabalhadores e que nos propõe enxergar com outras lentes, o novo período que se instaura a partir da expansão do agronegócio canavieiro nos últimos anos na região.

Uma das faces perversas da territorialização do agronegócio canavieiro, se anuncia em torno da disputa pelas terras férteis e aptas a mecanização, ressoando na ampliação das áreas para cultivo da cana-de-açúcar e na diminuição das áreas com outros tipos de cultivos, estabelecendo assim a territorialização da monocultura da cana na região nos últimos anos, o que tem permitido a legitimação do grilo das terras da região.

Ao falarmos da territorialização da monocultura da cana na região, é viável destacarmos os impactos para os municípios com a instalação dos grupos usineiros, dado o que Barreto (2012), postula enquanto “municípios de impacto”, que seriam os municípios que apesar de não abrigarem uma unidade processadora, servem as mesmas com sua disponibilidade de terras e mão de obra.

Dessa forma, tem sido implantado na região o discurso em torno do desenvolvimento gerado a partir da instalação de agroindústrias, como promotoras da geração do tão sonhado desenvolvimento da região, mesmo que este se dê às custas de investimentos maciços realizados pelo BNDES como ressaltado anteriormente e que

também se fazem presentes na região, principalmente no que diz respeito aos grupos usineiros instalados neste início do século XXI.

Barreto (2012), chama atenção para a disputa por terras na região, dada a necessidade de matéria-prima para a instalação dos grupos usineiros, tendo em vista sua ascensão na primeira década do século XXI, com a implantação de novos grupos usineiros, à exemplo da Atena, UMOE Biofuel e Odebrecht Agroindustrial, o que tem feito se ampliar a demanda, procura e consequentemente o preço dos arrendamentos das terras da região, contribuindo na legitimação/legalização das grilagens já descritas que marcam a realidade regional.

A autora destaca ainda uma série de requisitos que tem sido chave para a instalação destes grupos nos últimos anos, a citar: a distância média de outras agroindústrias, a disponibilidade de água, localização geográfica, proximidade com eixos rodoviários, apoio local das prefeituras e isso rebate no discurso do desenvolvimento local e regional, infraestrutura, mão de obra e a já citada, disponibilidade de terras.

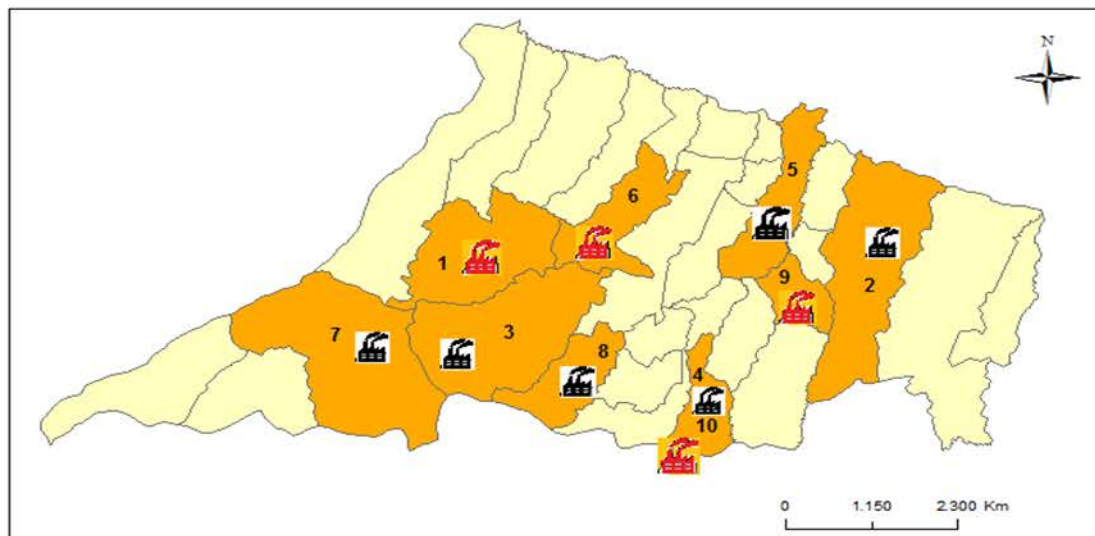
Ao falarmos das expectativas em torno do desenvolvimento local e regional, é preciso que asseveremos o exposto por Souza (2011), dada a conotação econômica que assume a palavra no capitalismo, com a valorização do individualismo, utilitarismo, separação e simplificação, ao mesmo tempo em que esta palavra também esteja em nossa maneira de analisar o mundo, e daí a autora considerar o desenvolvimento uma prática discursiva.

Com a crise financeira mundial de 2008, o agrohidronegócio canavieiro em nível nacional sofreu um duro golpe, que promoveu a concentração e centralização no setor, provocando o fechamento de inúmeras unidades processadoras em todo o território nacional. No Pontal do Paranapanema, isso não foi diferente, pois algumas unidades processadoras, que tiveram sua abertura durante o período em que vigorou o Proálcool, passaram a operar em condições delicadas.

Nesse período, cresceram (crescem) os expedientes regressivos de utilização da mão de obra, a citar a colheita manual, que infligem à portaria que dispõe sobre as condições de trabalho no eito assinaladas na NR 31 (Normas Regulamentadoras), que

junto com o fechamento de algumas unidades processadoras instaladas na região, caracterizam a situação da região. (Mapa 01)

Mapa 01 - Localização das agroindústrias canaveiras no Pontal do Paranapanema



Localização do estado de São Paulo no Brasil



Localização do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo



Agroindústrias Canaveiras e Municípios

- | | |
|--|---|
| 1 - Decasa - Marabá Paulista/Caiuá | 6 - Alvorada do Oeste - Santo Anastácio |
| 2 - Atena - Martinópolis | 7 - Alcídia - Teodoro Sampaio |
| 3 - Odebrecht Agroindustrial - Mirante do Paranapanema | 8 - UMOE Bionergy - Sandovalina |
| 4 - Cocal II - Nanduba | 9 - Santa Fany - Regente Feijó |
| 5 - Alto Alegre - Presidente Prudente | 10 - Paranapanema I - Nanduba |

Legenda

- Em funcionamento
- Desativadas
- Municípios com agroindústrias

Organização: Fredi dos Santos Bento
Edição Cartográfica: Eline Sodrê Gomes
Fonte: Adaptado de Barreto, J. (2012)
Fevereiro/2015

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JULIO DE MESQUITA FILHO

FAPESP

CEGeT
CENTRO DE ESTUDOS E GESTÃO DE TERRITÓRIOS
Laboratório

UNESP

Como podemos perceber no mapa 01, quatro das dez unidades processadoras instaladas na região, estão desativadas, a citar as unidades Santa Fany em Regente Feijó, Paranapanema I em Narandiba, que já se encontravam desativadas, e mais recentemente foram acrescentadas as unidades Decasa em Marabá Paulista/Caiuá, e Alvorada do Oeste localizada em Santo Anastácio, que tem sido alvo de protestos, bem como da mídia local, por conta dos problemas relacionados ao não pagamento dos trabalhadores.

Essas unidades são consideradas obsoletas, tendo em vista outras unidades instaladas na região recentemente, como as do grupo Odebrecht Agroindustrial, que possui duas unidades, uma em Teodoro Sampaio (Alcídia), esta já existente desde o período do Proálcool, mas que foi revitalizada e outra em Mirante do Paranapanema (Unidade Conquista do Pontal), bem como o grupo norueguês Biofuel, que se instalou no município de Sandovalina (UMOE).

Uma das características registradas nesse período de crise financeira e por seguinte do setor canavieiro, é a disputa pelo arrendamento das terras, bem como pela própria área de atuação das empresas, o que acaba por opor os interesses dos grupos recentemente instalados, a exemplo da UMOE Biofuel e da Odebrecht Agroindustrial, e unidades em estado falimentar como a Alvorada do Oeste e a Decasa S/A (Figura 03).



Figura 03- Planta Industrial da Decasa S/A

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015). Autor: Fredi dos Santos Bento.

Entretanto, é preciso que reafirmemos o fato de que municípios que não disponham de uma unidade processadora estão totalmente ligados as estratégias do setor, dada a territorialização e monopolização das terras da região para o plantio da gramínea, sendo os municípios do entorno aos que tem uma unidade processadora instalada, vistos enquanto suporte para a instalação das mesmas, inclusive tendo se destacado pela área plantada existente nos mesmos (Quadro 3), ao mesmo tempo em que tem que arcar com o ônus da implantação da mesma em municípios próximos, como se evidenciou em conversas com o poder público local.

Área de Cana-de-Açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), por município-Ano safra 2013-2014						
Município	Disponível para colheita (ha)				Em reforma ^(d) (ha)	Total Cultivada ^(e) (ha)
	Soca ^(a)	Reformada ^(b)	Expansão ^(c)	Total ^(a+b+c)		
Alfredo Marcondes	0	0	0	0	0	0
Alvares Machado	0	0	0	0	0	0
Anhumas	4.888	650	386	5.924	1.706	7.630
Calabu	5.611	990	78	6.679	548	7.227
Caluá	4.004	133	273	4.410	1.136	5.546
Emilianópolis	2.494	186	0	2.680	1.490	4.170
Estrela do Norte	5.848	0	1.325	7.173	467	7.639
Euclides da Cunha Paulista	3.320	0	701	4.021	0	4.021
Iepê	9.656	807	1.729	12.192	993	13.184
Indiana	53	23	0	76	0	77
João Ramalho	10.521	2.583	450	13.554	3.118	16.672
Marabá Paulista	15.994	399	1.611	18.004	1.638	19.642
Martinópolis	21.000	5.323	4.030	30.354	4.566	34.919
Mirante do Paranapanema	13.635	129	4.746	18.510	894	19.404
Nantes	3.820	46	687	4.553	708	5.261
Narandiba	10.184	952	638	11.774	2.624	14.399
Piquerobi	1.700	244	76	2.021	539	2.560
Pirapozinho	16.688	2.020	163	18.870	1.934	20.804
Presidente Bernardes	2.730	280	178	3.188	536	3.724
Presidente Epitácio	6.996	10	3.903	10.909	382	11.290
Presidente Prudente	5.104	819	120	6.043	2.089	8.132
Presidente Venceslau	7.025	0	1.335	8.360	2.071	10.431
Rancharia	25.666	3.558	6.924	36.148	4.211	40.359
Regente Feijó	675	364	71	1.109	210	1.320
Ribeirão dos Índios	2.809	950	228	3.988	420	4.408
Rosana	5.277	0	692	5.969	402	6.371
Sandovalina	14.620	1.138	1.879	17.637	1.186	18.823
Santo Anastácio	3.216	110	393	3.718	1.012	4.730
Santo Expedito	1.023	0	0	1.023	495	1.519
Taciba	15.327	1.320	2.388	19.035	1.217	20.253
Tarabai	2.629	237	780	3.646	607	4.253
Teodoro Sampaio	28.883	234	2.229	31.346	1.722	33.068

Quadro 03- Área cultivada com cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), por município- ano safra 2013/2014

Fonte: Adaptado de CANASAT; UDOP (2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Nesse sentido, podemos perceber que não apenas os municípios que abrigam uma unidade processadora, a citar: Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Martinópolis, Narandiba, Sandovalina e Marabá Paulista, possuem área plantada considerável, como também os municípios de entorno dos mesmos, fazendo valer os expostos de Barreto (2012) em respeito dos municípios de impacto e do raio de ação destas empresas. Desta forma é que também se destacam em área plantada, municípios como: Rancharia, Pirapozinho, Taciba e João Ramalho (SP).

Neste início do século XXI, a área plantada da cana na região ampliou-se vertiginosamente segundo dados do CANASAT; UNICA (2014) passando de 59.789 hectares na safra 2003/2004 para 333.391 hectares na safra 2013/2014 (Gráfico 11), devendo se destacar que apesar da grande expansão da área plantada no Pontal confirmada por estes dados, é necessário que nos atentemos a possível subnotificação nos mesmos.

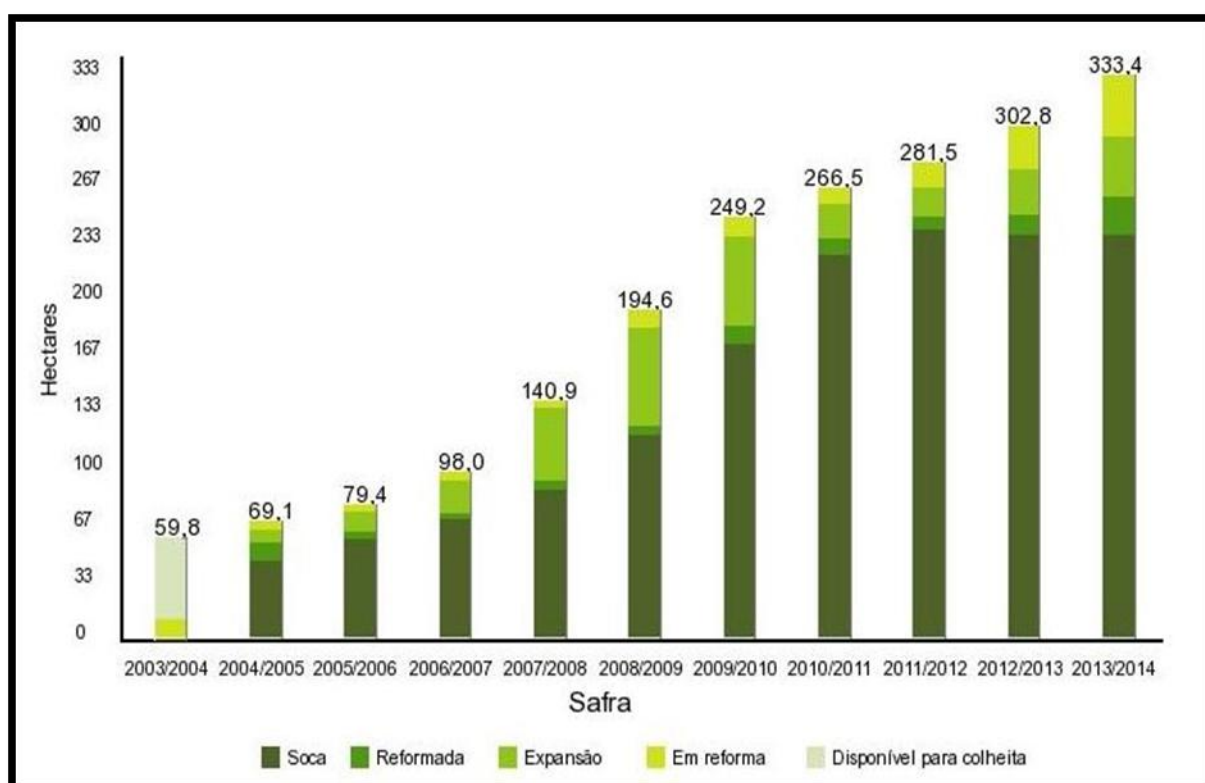


Gráfico 11- Área cultivada com cana-de-açúcar- microrregião de Presidente Prudente

Fonte: Adaptado de UNICA; CANASAT, (2014). Organização: Fredi dos Santos Bento

Assim, podemos perceber a necessidade eminente de terras pelas unidades canavieiras, o que faz com que esses grupos disputem as mesmas terras, aquecendo o conflito regional, nesse caso, pela via das disputas intraburguesas. Todavia, levando a melhor, as mais tecnificadas, como Odebrecht e UMOE.

Entretanto, tem crescido neste início do século XXI a utilização da mão de obra para o corte da cana manual, pois se em outras partes do estado o avanço da mecanização tem quase extinguido este tipo de lavra, na EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) de Presidente Prudente, mantém-se constante o número de trabalhadores no corte da cana. (Quadro 04)

Ranking dos EDR's menos mecanizados aos mais mecanizados do estado de São Paulo				
Ranking/EDR Cana-de-Açúcar	Estimativa de N° de Cortadores de Cana (ha)	Área	Área Mecanizada (ha)	Mecanização (%)
1° Orlândia	5.941	367.218	283.808,60	77,3
2° Presidente Prudente	3.900	234.298	180.243,80	76,9
3° Ribeirão Preto	3.886	357.821	290.750,90	81,3
4° Catanduva	3.215	251.010	204.111,70	81,3
5° São José do Rio Preto	3.075	268.353	215.259,40	80,2
6° Barretos	3.012	457.449	408.056,30	89,2
7° Jaú	2.699	235.134	205.752,50	87,5
8° Jaboticabal	2.437	278.576	245.410,60	88,1
9° Bauru	2.354	83.238	58.208,70	69,9
10° Araraquara	1.907	278.300	244.000,00	87,7
11° Piracicaba	1.880	130.602	95.012,10	72,7
12° Limeira	1.716	138.727	111.458,00	80,3
13° Ourinhos	1.689	108.435	85.577,50	78,9
14° Dracena	1.676	153.774	124.981,40	81,3
15° General Salgado	1.639	177.423	143.803,60	81,1
16° São João da Boa Vista	1.503	123.656	102.843,90	83,2
17° Assis	1.226	236.182	215.137,40	91,1
18° Franca	1.194	136.573	120.825,60	88,5
19° Araçatuba	1.084	244.351	255.646,10	92,3
20° Presidente Venceslau	964	141.593	128.661,40	90,9
21° Itapetininga	921	48.785	36.610,00	75
22° Botucatu	854	85.190	68.859,50	80,8
23° Tupã	759	81.920	65.881,30	80,4
24° Mogi-Mirim	734	46.010	36.369,40	79
25° Avaré	712	68.141	60.893,00	89,4
26° Sorocaba	598	30.362	20.246,40	66,7
27° Campinas	534	26.634	18.974,10	71,2
28° Votuporanga	350	127.321	120.116,70	94,3
29° Fernandópolis	340	70.820	66.025,00	93,2
30° Pindamonhangaba	308	2.075		0
31° Bragança Paulista	200	2.657	397,30	14,9
32° Marília	177	31.228	27.978,00	89,6
33° Itapeva	142	4.480	2.770	61,8
34° Andradina	126	254.641	252.897,20	99,3
35° Jales	73	44.783	43.857,90	97,9
36° Lins	27	169.103	168.505,60	99,6
37° Guaratinguetá	16	173		0
38° Registro		72		0
39° São Paulo		10		0
Total do estado	51.716	5.497.118	4.659.684,00	84,8

Quadro 04- Ranking dos EDR's menos mecanizados aos mais mecanizados do estado de São Paulo

Fonte: O Imparcial, edição de 08 de março de 2015. Organização: Fredi dos Santos Bento

O quadro 04 exprime uma configuração que coloca o Pontal do Paranapanema enquanto uma das regiões de menor índice de mecanização, tendo em vista o período legal para a mecanização, bem como ao fato de haverem unidades processadoras que não aderiram ao protocolo agroambiental, outro ponto se dá pela dificuldade de se realizar a mecanização em terras arrendadas de pequenas propriedades, situação comum na região. (O IMPARCIAL, 08/03/2015)

Entretanto, nos últimos meses tem ganhado grande repercussão na região, como ressaltamos anteriormente, os problemas enfrentados pelas unidades Alvorada do Oeste e Decasa S/A, que também foram desativadas, deixando um rastro de dívidas, demissões e de descumprimento das leis trabalhistas.

A situação precária em que se encontram os trabalhadores tem chamado à atenção da mídia local, que relata que “cerca de 1.200 ex-funcionários da Usina Decasa, de Marabá Paulista, aguardam que uma decisão na Justiça possa colaborar no recebimento de salários atrasados” (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 02/06/2014)⁷.

Em outra matéria exibida “o ex- trabalhador André Rodrigues da Silva conta que foi um ano difícil. Em três anos, a usina depositou para ele apenas R\$400,00 do Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS) ”. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 02/06/2014).

Dessa forma, fica evidente o desrespeito aos direitos dos trabalhadores por parte do agrohidronegócio canavieiro, pensando aqui os grupos em estado falimentar. Entretanto, a situação que se anuncia na reportagem acima é parte de um processo que já vinha se dando nos últimos anos, em que essas unidades em condições financeiras delicadas, já vinham abandonando suas atividades e repassando sua produção para outros grupos mais tecnificados, a exemplo da ETH/Odebrecht Agroindustrial.

Desde a safra 2012/2013, “a Usina Alvorada do Oeste, tem repassado a matéria-prima para o grupo Odebrecht Agroindustrial, para a unidade de Mirante, a Unidade Conquista do Pontal”. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2013)⁸

⁷Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2014/06/funcionarios-de-usina-de-maraba-paulista-aguardam-decisao-da-justica.html>>

⁸ Entrevista realizada por Fredi dos Santos Bento, ao presidente do STR Presidente Venceslau, Rubens Germano, realizada em 06 de outubro de 2014.

A crise no setor que afeta as unidades processadoras da região, também tem atingido a receita dos sindicatos, sendo exemplo o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Presidente Venceslau-SP, pois “60% da nossa receita, vinha da Decasa, sobrou 40%” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2014)⁹

No entanto, deve-se chamar atenção para as estratégias do capital agroindustrial canavieiro, que neste período de crise, passa a concentrar-se cada vez mais e isso fica evidente, quando pensamos não apenas na compra da matéria-prima das unidades em dificuldades, mas a própria disputa pelas terras destas unidades, que tem se intensificado nos últimos anos. (Figura 04)



Figura 04- Cana da Decasa S/A sendo colhida pela Odebrecht Agroindustrial

Fonte: Pesquisa de campo (2014). Autor: Fredi dos Santos Bento.

Vale ressaltar que em meio a esse quadro de crise que afeta de maneira mais grave os grupos agroindustriais canavieiros menos tecnificados da região, cresceu a utilização pelos mesmos do corte manual da cana-de-açúcar, sob a perspectiva de ampliação dos lucros encimados na exploração dos trabalhadores, que além de espoliados, ainda têm que conviver com a cooptação no eito, pois são forçados a produzir cada vez mais. (THOMAZ JUNIOR, 2010).

⁹ Entrevista realizada por Fredi dos Santos Bento, ao presidente do STR Presidente Venceslau, Rubens Germano, realizada em 06 de outubro de 2014.

Todavia, em relação à Decasa S/A, a expectativa é de que os salários atrasados sejam pagos, tendo em vista a falência de a empresa ter sido decretada no dia 22 de fevereiro de 2015, pela juíza Tamara Priscila Tocci, dada a rejeição do plano de recuperação judicial, num processo que teve início em 2010, o que anima o sindicalista do STR de Presidente Venceslau-SP, pois “ é uma forma de garantir que um dia, todos os funcionários serão pagos. ”¹⁰ (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 11/03/2015)

A decretação da falência da empresa dá novo fôlego aos trabalhadores que desde 30 de novembro de 2012, com a paralisação das atividades da empresa, tem se empenhado na luta constante por seus direitos, tendo que se submeter as mais diversas privações, como temos acompanhado nos últimos anos, com os inúmeros descumprimentos por parte da empresa dos acordos realizados, a citar o parcelamento do débito para com os trabalhadores. (CSP CONLUTAS, 13/07/2015)

A mão de obra proveniente destes grupos falimentares, a exemplo da Decasa S/A, foi apropriada por grupos mais tecnificados, tendo a mesma selecionado os melhores trabalhadores, lê-se mais capacitados do ponto de vista da qualificação, e absorveu-os, situação que não ocorreu com os menos capacitados, gerando uma série de problemas para os municípios do raio de ação da empresa, a exemplo de Marabá Paulista-SP, em que os trabalhadores acabam buscando outras formas de lavra, a citar: a construção civil, agricultura, bem como a realização de migrações de trabalhadores locais para outros estados, fenômeno que faz parte das novas configurações que se apresentam no Pontal do Paranapanema-SP (INFORMAÇÃO VERBAL, 2014)¹¹

O não cumprimento dos acordos é motivo de revolta dos trabalhadores, dada à forma como tem se anunciado para eles as decisões tomadas pelo grupo usineiro em que se “chegava lá, o tanto que era para receber não era, era novecentos, recebia quinhentos-quatrocentos e se pagou foram três meses...depois parou...aí entramos na

¹⁰ Disponível em:<<http://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/01/justica-determina-falencia-da-usina-decasa-em-presidente-venceslau.html>>

¹¹ Entrevista realizada por Fredi dos Santos Bento, ao presidente do STR Presidente Venceslau, Rubens Germano, realizada em 20 de agosto de 2014.

justiça”.(INFORMAÇÃO VERBAL, 2015)¹²

Dessa forma, dentre os trabalhadores mais prejudicados pelo não cumprimento dos acordos, podemos destacar aqueles que realizavam funções menos qualificadas, a exemplo do cortador de cana, que além de estar vivenciando e sofrendo os impactos da transição na forma de colheita da cana, ainda é submetido a um quadro de precarização do trabalho, desrespeito e degradação, principalmente no que diz o discurso que envolve os cursos de qualificação, que inclusive tem sido utilizados enquanto manobra das empresas para negligenciar outros direitos dos trabalhadores.

Essa questão ganhou relevo na fala de um de nossos entrevistados, dada à participação do mesmo num dos cursos de qualificação realizados e que na verdade tratava-se de uma artimanha da empresa para burlar direitos dos trabalhadores como ao seguro desemprego pois “ pegava o ônibus aqui meio dia e ficávamos até as duas... fizemos, recebemos o valor, e eles falaram que nosso seguro desemprego, nós pagamos com o nosso próprio dinheiro”. (INFORMAÇÃO VERBAL, 2015)¹³

A fala do trabalhador chama a atenção para as formas de cooptação e precarização do trabalho existentes na relação entre o capital agroindustrial canavieiro e os trabalhadores, bem como para as mais distintas formas de ataque aos direitos dos mesmos, e que neste caso caminha *pari passu* ao discurso da qualificação profissional, sendo viável destacar que o curso oferecido é gratuito e realizado em parceria com o governo estadual na modalidade Via Rápida. (Figura 05)

Tal curso na verdade não passou de uma forma de ludibriar e enganar os trabalhadores que poucos meses depois estariam demitidos da empresa, bem como tendo seus direitos negligenciados, dado que sua anuência forçada ao curso, também permitia que a empresa se utilizasse de um mecanismo para tirar dos trabalhadores, seu direito ao seguro desemprego (Figura 06). Porém, chama a atenção o fato dos cursos nesta modalidade do Via Rápida serem gratuitos, o que aparentemente não ocorreu neste caso, e a precariedade nas condições em que foi se realizado tal curso, como asseveram os trabalhadores.¹⁴ (INFORMAÇÃO VERBAL, 2015)

^{12;13;14} Entrevista realizada com o trabalhador Guilherme (nome fictício) no dia 13 de maio de 2015.



Figura 05- Certificado de conclusão do curso de capacitação pelo Via Rápida

Fonte: Pesquisa de campo (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

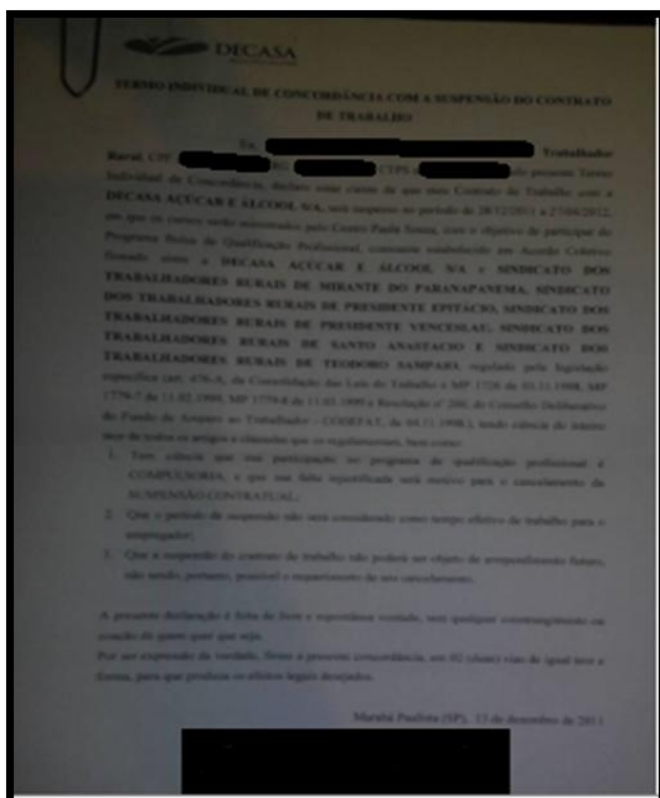


Figura 06- Termo de concordância de suspensão do contrato de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Em contrapartida, a conjuntura atual exige que nos sintonizemos diante do quadro apresentado com a ampliação da precarização, degradação e fragmentação do trabalho, bem como da perversidade das estratégias do capital agroindustrial canavieiro nesses tempos de crise econômica como ficou premente no caso das manobras realizadas por grupos usineiros do Pontal do Paranapanema para com os trabalhadores.

A crise vivenciada nos últimos anos nos permite chamar atenção para o enxugamento que tem havido no setor com o fechamento de inúmeras unidades processadoras, bem como a transferência da produção entre unidades de um mesmo grupo ou mesmo com outros grupos, no intuito de conter gastos, e se reestruturar. Tal questão é importante pois no Pontal do Paranapanema não tem sido diferente, dado que além do fechamento de unidades em estado falimentar, grupos mais tecnificados como o Odebrecht Agroindustrial também anunciaram mudanças.

Desse modo, é que ocorreu a paralisação nas atividades de uma das unidades do grupo no Pontal do Paranapanema, a citar a unidade Alcídia em Teodoro Sampaio, em que trabalhadores tem sido realocados para outras unidades, ou tem rescindidos seus contratos, gerando um grande impacto não apenas para a economia local, como também para os trabalhadores que tem de optar entre migrar ou perder o emprego. (Figura 07)



Figura 07- Manifestantes bloqueiam a Rodovia General Euclides de Oliveira Figueiredo, em Teodoro Sampaio no dia 01 de junho de 2015

Fonte: Ifronteira, G1 Presidente Prudente-SP. Organização: Fredi dos Santos Bento

Em junho de 2015, os trabalhadores da unidade Alcídia do grupo Odebrecht realizaram uma manifestação nos dois sentidos da rodovia General Euclides de Oliveira (SP-563), em Teodoro Sampaio, protestando contra o fechamento da usina e a demissão dos trabalhadores que não foram realocados, ou que não aceitaram ser movidos de unidade¹⁵. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 01/06/2015)

Essa configuração expõe a dissintonia existente entre os interesses do agrohidronegócio canavieiro e dos trabalhadores, que dentre as possíveis escolhas, se é que se pode chamar assim, ou aceitam perder o emprego ou a realocação, sendo a última vista enquanto melhor saída para o grupo usineiro, omitindo-se os agravos para os trabalhadores que são forçados a migrarem para outras unidades e consequentemente para outras regiões, dado o grupo ter unidades nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, gerando assim uma série de impactos para esta mão de obra, que se torna móvel.

Em contrapartida, as situações narradas são apenas algumas das inúmeras formas de desrealização a que os trabalhadores estão submetidos no agrohidronegócio canavieiro, sendo que destas podemos destacar desde as formas de pagamento, e aí chamarmos atenção para o pagamento por produção, até a omissão e consequente violação dos direitos previstos pela CLT, bem como as mais espúrias formas de exploração do trabalho.

No entanto, quando pensamos o pagamento por produção no corte manual da cana, e que por si só é uma das formas mais desumanas e perversas de remuneração do trabalhador, pois ao mesmo tempo em que se impõe ao trabalhador o controle sob o seu trabalho, o coloca na expectativa de ao produzir cada vez mais, aumentar o salário mensal, sendo que, contraditoriamente, o capital amplia sobremaneira seus lucros, participando os trabalhadores assim, do que Thomaz Junior (2007) denomina de “bingo da morte”.

Todavia, outra questão que tem chamado atenção no Pontal do Paranapanema diz respeito ao discurso da sustentabilidade do agrohidronegócio canavieiro, fenômeno recorrente não apenas na região, como em todo território nacional, mas que assumem na

¹⁵ Disponível em <<http://www.ifronteira.com/noticia-regiao-64393>>.

região a promessa de melhorias na infraestrutura local atrelado ao desenvolvimento, com a capacitação local e geração de empregos.

Todavia, o que temos acompanhado nestes primeiros anos do século XXI nos remetem ao descumprimento destas promessas, e isso se exemplifica nas demissões ocorridas na Odebrecht Agroindustrial, bem como pela falácia que envolve o discurso da sustentabilidade perante os grupos usineiros, dado todo um rastro de destruição deixado quando pensamos nos processos de quimificação que tem se apreendido na região nos últimos anos, principalmente quando pensamos em respeito a utilização da pulverização aérea nos canaviais .

O problema da pulverização chama atenção por conta da territorialização da gramínea no Pontal do Paranapanema, que se faz inclusive nas proximidades dos assentamentos da Reforma Agrária, gerando prejuízos de grande monta a população que também é vítima da utilização dos defensivos agrícolas dado que estes podem vir a contaminar a população que vive nas proximidades dos canaviais. (Figura 08)



Figura 08- Avião pulverizador sobrevoando propriedades rurais no entorno de canaviais em Sandovalina (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (2015). Autor: João Paulo Pimenta (04/2015)

Essa questão tem chamado a atenção do Ministério Público Estadual do Meio Ambiente de Presidente Prudente, pois tem se ampliado o quadro de relatos de trabalhadores impactados pela pulverização aérea com perda de reses, plantações, bem como tem sido recorrente as denúncias de mal-estares causados pela ingestão de alimentos provavelmente contaminados por estes agrotóxicos. (Figura 09)



Figura 09- Plantação de mandioca prejudicada por agrotóxicos advindos da pulverização aérea

Fonte: Adaptado de Ministério Público do Meio Ambiente (2015) Organização: Fredi dos Santos Bento

A utilização de agrotóxicos nos canaviais da região também tem atingido os lotes dos assentados da Reforma Agrária por conta da ação do efeito deriva que leva boa parte do agrotóxico despejado sobre os canaviais para as propriedades nas imediações, podendo assim contaminar cultivos, criações e/ou até mesmo pessoas que possam estar entrando em contato com o veneno, como aparecem nos relatos denúncia efetivados no Ministério Público Estadual do Meio Ambiente. (Figura 10)



Figura 10- Lotes nas proximidades dos canaviais impactados pela pulverização aérea

Fonte: Adaptado do Ministério Público Estadual do Meio Ambiente, extraído do Google Earth. Organização: Fredi dos Santos Bento

Em oposição a estas denúncias encontra-se o discurso propalado pelo capital agroindustrial canavieiro visando a preservação ambiental, a sustentabilidade, empresa amiga da criança, promotora do desenvolvimento local e regional, gerando empregos e isso se expressa nos selos de qualificação dados a empresas que atendam a estas normativas, servindo-as inclusive para mascarar suas reais ações no que diz respeito a preservação ambiental, desenvolvimento local etc.

Assim os selos de qualificação (Figura 11) são utilizados para ocultar todo um conteúdo destrutivo que permeia a presença destes grupos usineiros nos municípios da região, servindo inclusive para encobrir práticas predatórias como as apresentadas anteriormente no que diz respeito a utilização de agrotóxicos, bem como o respeito as áreas de preservação permanente. Dessa maneira, estes grupos procuram contabilizar selos que qualifiquem estas empresas enquanto geradoras de emprego, produtoras de energia limpa e renovável e protetoras do meio ambiente.



Figura 11- Selos de certificação aferidos pelos grupos usineiros

Fonte: UMOE Bioenergy (2015)

Então, o discurso do desenvolvimento regional a partir da agroindústria canavieira além de ser falho, ainda omite que vislumbremos uma série de questões no que diz respeito a real configuração apresentada na região, dado o embate existente entre distintos modos de vida, em que de um lado encontram-se os trabalhadores e assentados do MST e de outro as personificações do capital agroindustrial canavieiro em sua aliança com os latifundiários grileiros e com o Estado.

Dessa forma, o que temos acompanhado no Pontal do Paranapanema, nos permite falar de um cenário de total desrealização do trabalho. É nesse contexto que um personagem tem ganhado ênfase com as mudanças ocorridas na agroindústria canavieira nos últimos anos, ou seja, o trabalhador migrante. Devemos entender, que desde a década de 1930, já se registravam segundo Mello (1976), a presença de trabalhadores que se instalavam na região, para trabalhar na terra sob a condição de parceiros ou mesmo trabalhadores volantes boias-frias, desse modo podemos identificar que a mão de obra migrante já era utilizada em grande monta.

Entretanto, tem se ampliado neste início do século XXI, a utilização da mão de obra migrante não apenas no Pontal do Paranapanema, mas em todo o Brasil, e que nos estimula a entender os reais condicionamentos que levam estes trabalhadores a se deslocarem, bem como toda uma estratégia do agronegócio canavieiro em atrair este trabalhador, que ao se deslocar já é um partícipe do reordenamento territorial promovido por esse.

E no Pontal do Paranapanema, não tem sido diferente, pois se de um lado ampliou-se a mecanização da colheita da cana conjugada as estratégias pelo acesso a terra, que acabaram por destacar os grupos mais tecnificados, por outro também cresceu o quadro de precarização do trabalho na mesma, principalmente nos grupos que não conseguiram (conseguem) acompanhar o avanço dos demais, que passam a disputar as terras destes, no intuito de absorvê-las e estender seu raio de ação. (BARRETO; THOMAZ JUNIOR, 2012a)

E é para estes grupos menos tecnificados, que tem se direcionado as migrações do trabalho para o capital na região, sendo o trabalhador migrante uma das engrenagens que movem o processo de reprodução ampliada do capital agroindustrial canavieiro, e que por si só faz parte do atual cenário da agroindústria canavieira, que tentamos apreender até aqui.

Para tanto, as migrações do trabalho para o capital, que se intensificaram na região neste início do século XXI nos põe em xeque a perspectiva de desmistificar os reais significados da mesma não apenas para os sujeitos que realizam tais deslocamentos, mas para aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos na questão, tendo em vista enxergarmos o trabalhador migrante sazonal, enquanto parte da orquestração de interesses e estratégias do agronegócio canavieiro.

E assim, partindo do Pontal do Paranapanema e de todas as marcas históricas e geográficas vistas até este momento, é que nos sentimos estimulados a apreender e enxergar o papel desempenhado pelas migrações do trabalho para o capital agroindustrial canavieiro no início do século XXI.

Desse modo, toda a construção histórica e geográfica que empreendemos, nos ajuda a perspectivar os reais sentidos da desrealização do trabalho e dos sujeitos que

vivenciam a situação da migração sazonal, sendo a face oculta, resultado da territorialização do capital e do reordenamento territorial percebido nos últimos anos.

Ao voltarmos nossas atenções neste momento para o trabalhador migrante sazonal, implica-nos avançar em revelar não só as contradições existentes na relação antagônica entre capital e trabalho, como também desvendar as estratégias do agronegócio canavieiro e entender que outra solução, oposta ao atual estado de coisas, é não apenas possível, mas necessária!

CAPÍTULO II

A MIGRAÇÃO DO TRABALHO PARA O CAPITAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Nesse início do século XXI, as distintas tramas sociais que se revelam para os trabalhadores, nos impelem a pensar nas diferentes formas de apreensão do momento histórico vivido. Ou seja, o caráter de regressão dos direitos e as vitórias da classe trabalhadora ao longo da história postas em perigo.

Desse modo, tem chamado atenção as mais inúmeras formas de precarização do trabalho insurgentes, recriadas/reformadas no âmbito da voracidade expansionista do capital encimada na apropriação do trabalho excedente.

O resultado destas incursões do capital tem se revelado de forma dramática nas mais distintas formas de expropriação do trabalhador, e por seguinte a exploração do trabalhador que já foi expropriado, a exemplo da insolvência que se abate sobre o campesinato, vítima dos rearranjos territoriais promovidos pelo capital. (OLIVEIRA, 2001)

Thomaz Junior (2011) chama atenção para a nova polissemia que caracteriza o período, revelando que a migração do trabalho para o capital é resultado e resultante da desqualificação que vem ocorrendo em alguns setores e a qualificação em outros, sendo o trabalhador parte deste expediente de mudanças, ao serem obrigados a migrar constantemente em busca de melhores condições de vida.

Nesse sentido, tem se avançado no Brasil as migrações do trabalho para o capital, tendo-se ampliado principalmente por conta da abertura de novas rotas e destinos destes deslocamentos, sendo exemplo as grandes obras gestadas em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) existente desde 2007 no governo Lula, e que recentemente ganhou sua continuação no governo da presidenta Dilma Rousseff, com a instituição do PAC 2. (THOMAZ JUNIOR, 2011)

As obras gestadas por esse programa acabam por atrair mão de obra, dos mais distintos lugares do país, qualificada ou não. Entretanto, não só as grandes obras relacionadas ao PAC, como a transposição do Rio São Francisco, a construção de UHE's (Usinas Hidrelétricas), e do Programa Minha Casa Minha Vida 1 e 2, são indutoras das migrações do trabalho para o capital, como também as ações gestadas em torno do agrohidronegócio e sua recente expansão pelos biomas brasileiros

Nesta perspectiva Thomaz Junior (2011), explica que há uma conciliação de interesses dos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, de modo a incentivar

a produção para exportação (*commoditização*), a exemplo do etanol da cana-de-açúcar, produzindo também as migrações do trabalho para o capital, tendo em vista o reordenamento territorial efetivado.

Então, o desenho das rotas migratórias do trabalho para o capital, têm mostrado certa complexidade, dados os novos fatores e elementos colocados em cena, e que nos propõem a enxergar e tentar desvendar as tramas que envolvem o trabalhador migrante neste início do século XXI.

No entanto, é preciso que realizemos as devidas mediações tendo em vista o Pontal do Paranapanema (SP), enquanto uma das rotas destes deslocamentos que tem se dado nos últimos anos, tendo em vista as estratégias colocadas em ação pelo agronegócio canavieiro, sendo as migrações do trabalho para os canaviais do Pontal, uma das mesmas e que se dá encimada nos trabalhadores migrantes sazonais.

Esse movimento é percebido na região, com maior força neste período de transição no capital agroindustrial canavieiro entre a colheita manual e a mecanizada da cana, tendo em vista a urgência dos protocolos firmados em torno do fim da realização da queima (despalha) da cana, o que nos permite, questionar quais os sentidos da utilização da mão de obra migrante, bem como os impactos gerados ao Pontal, enquanto parte das rotas migratórias do trabalho para o capital.

Entretanto, quando falamos em migração, devemos ter em conta a dificuldade de se estudar este tema, não só do ponto de vista da própria conceituação do termo, porque podemos nos perguntar que tipo de migração, nós estamos querendo chamar atenção e não faltam conceitos para expressar o mesmo.

Assim, consideramos imprescindível tratarmos de que tipo de migração estamos falando, bem como buscar os reais significados para o trabalho presentes na mesma. Desse modo, faz-se necessário extrairmos as conceituações para que possamos produzir avanços no intuito de compreender os rebatimentos para com o estado de coisas vigente, marcado pela fragmentação, heterogeneização e fetichização do trabalho, e que nos estimula a buscar no fenômeno migratório, as sinalizações que nos possibilitem desvendar as contradições existentes no mesmo.

2.1. Migração sazonal do trabalho em questão: abordagens teórico-metodológicas

Ao falarmos do termo migração, temos que entender que o mesmo é marcado por inúmeros significados e sentidos, e que podem nos levar a diferentes leituras a respeito de um determinado fenômeno.

Desta forma, é viável que nos situemos diante das inúmeras leituras existentes, sendo importante destacar que tipo de migrações nós trataremos aqui, que são as migrações *temporárias* ou *sazonais*, enquanto fenômeno que tem se destacado não só no Pontal do Paranapanema (SP), mas em todo o país, valendo a máxima de migrações do trabalho para o capital.

No entanto, ao pensarmos o migrante sazonal temos que entender que o mesmo passa boa parte do ano, a percorrer as rotas (corredores) migratórios, desempenhando o papel de mão de obra barata para as mais distintas frações do capital em âmbito nacional, destacando seu papel no agrohidronegócio canavieiro, que é base de nossas investigações.

As migrações sazonais acabam por revelar o lado visível de fenômenos invisíveis, tendo em vista o trabalhador migrante, muitas vezes ter sido alvo de um processo que além de provocar sua expulsão (expropriação) de seu local de origem, muitas vezes acaba por atraí-lo para os lugares de destino, este é o caso do processo de desterritorialização e reterritorialização do trabalho, que envolvem os camponeses. (OLIVEIRA, 2009; GONÇALVES, 2001)

Neste sentido, podemos ver no camponês brasileiro, um trabalhador migrante, sendo que sua expropriação não representa uma perda total dos vínculos com a terra, o que nos revela questões que vão para além da esfera econômica, mas que nos possibilita penetrarmos na dimensão da subjetividade destes trabalhadores. (MARQUES, 2008)

Isso rebate em questões discutidas por Mondardo (2007) a respeito dos estudos migratórios, que num período de pós-modernidade tem incorporado outras dimensões para a análise a exemplo da subjetividade, memória entre outros, e que apesar de não nos enveredarmos por estas questões, elas nos ajudam a refletir em torno de outras

questões que qualificam estes deslocamentos e sua importância no sentido de promover a *concreção* do fenômeno migratório.

O migrar temporariamente acaba por envolver a passagem de um tempo a outro, tendo em vista que o migrante sazonal se caracteriza por “ser duas pessoas ao mesmo tempo, é sair quando está chegando e voltar quando está indo... é estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum” (MARTINS, 1988, p.45).

O trabalhador migrante então viveria duas situações, ao mesmo tempo em que manteria relações com os locais de origem, também constituiria novas relações no lugar de destino, o que acaba por configurar sua dupla personalidade. Entretanto, devemos entender que esta dupla personalidade que o envolve não é fruto de seu desejo, mas das próprias condições que enfrenta ao sofrer o processo migratório.

Para tanto, devido a todo um histórico de expropriação do trabalho e do trabalhador, de reordenamento territorial do capital que promove por si só o reordenamento territorial do trabalho, como assevera Oliveira (2009), nos impelem a crer que o migrante é obrigado a escolher aquilo que ele não quer ser, ou seja, um migrante.

Ao falarmos em reordenamento territorial do capital, estamos chamando atenção para sua face relacionada não apenas a expropriação do trabalhador no campo, mas da própria mudança empreendida no território, em que os cultivos destas populações são substituídos pelo agronegócio, que em seu movimento territorializante, reordena o território, assim como reordena o trabalho, promovendo assim a migração do trabalho para o capital. (Figura 12).



Figura 12- Reordenamento territorial promovido pelo agrohídronegócio canavieiro no Brasil

Fonte: Thomaz Junior, 2007.

Entretanto, até este momento procuramos identificar de que tipo de migração nós estamos tratando, que são as migrações sazonais ou temporárias e de que forma elas têm ocorrido no Brasil, sob a titulação de migrações do trabalho para o capital.

No entanto, não devemos deixar de lado a análise destes deslocamentos tendo em vista a perspectiva das teorias que tem norteado o assunto, e aqui chamarmos atenção para os expostos de Póvoa Neto (1997), Salim (1992) e Becker (1997), a respeito do que Mondardo (2007) entende como uma perspectiva modernista de interpretação do fenômeno migratório, caracterizado por uma leitura encimada nos referenciais teóricos que circundam o fenômeno. (Figura 13).



Figura 13- Três referenciais teóricos da migração

Fonte: Salim (1992). Organização: Fredi dos Santos Bento.

A leitura em respeito a estes troncos teóricos, fortalece-nos no sentido de promover um debate em torno da análise do fenômeno migratório, com vistas a entender os reais condicionamentos que levam estes trabalhadores para o trecho. Entretanto, em nossa visão as migrações do trabalho para o capital, são migrações forçadas, tendo em vista todo um histórico de expropriação e precarização do trabalho, bem como dos laços familiares, a que se submetem estes trabalhadores.

Porém, as migrações do trabalho para o capital, também podem ser entendidas como parte de um processo de mobilidade do trabalho, dado que a mobilidade do trabalho segundo Gaudemar (1977) é uma característica do trabalhador submetido ao capital.

Assim encimados na leitura feita por Gaudemar (1977), a respeito da mobilidade do trabalho, podemos entender que os deslocamentos migratórios fazem parte do terceiro momento caracterizado pelo autor, e que diz respeito ao processo de circulação das forças de trabalho, que promove o deslocamento dos trabalhadores no espaço, havendo submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado.

Nesse sentido, o processo de mobilidade do trabalho atenua ainda mais o caráter forçado assumido pelas migrações sazonais do trabalho para o capital, tendo em vista enxergarmos que o trabalhador migrante sazonal, não migra porque quer, havendo toda uma construção relacionada à estrutura social, econômica e política que permite que se apreenda o migrar enquanto um processo histórico. (SILVA, 2004)

Todavia, ao definirmos o camponês enquanto um trabalhador migrante, temos que ter em mente que o fato do mesmo aceitar fazer parte do circuito de mobilidade do trabalho, se dá pelo fato de ver na migração, uma forma de resistência à expropriação de sua propriedade familiar.

Oliveira (2001) considera a migração enquanto necessidade para a reprodução do camponês, tendo em vista que mais que o resistir à expropriação de sua propriedade, o trabalhador migrante trava uma luta nos locais de destino pela fração de terras deixadas em seu local de origem.

No entanto, os filhos dos trabalhadores camponeses é que sofrem mais diretamente o processo de expropriação, tornando-se assim, trabalhadores migrantes que passam a circular pelas rotas migratórias no país, e que nos permitem entender o processo de proletarianização existente na relação perversa que envolve a territorialização do capital e desterritorialização do trabalho. (OLIVEIRA, 2001)

Desse modo, ganha força a leitura realizada por Singer (1983) em torno dos *fatores de expulsão* que propiciam as migrações, a citar os chamados fatores de *mudança* que se caracterizam pela introdução de relações de produção capitalistas que promovem a expropriação dos camponeses, e os fatores de *estagnação*, que se relacionam a ampliação da pressão populacional sobre uma área de terras.

Encimado nesta perspectiva, pontuamos a coexistência dos dois fatores como significativos para a compreensão das migrações do trabalho para o capital neste início do século XXI, mas não só, pois apreender o fenômeno migratório exige que nos confrontemos com os mais diversos significados e sinalizações que possam nos revelar os sujeitos que realizam estes deslocamentos.

Tal afirmação nos impede de depositarmos nossa atenção apenas para um determinado fator que explique o fenômeno migratório, tendo em vista a própria

complexidade do tema em ser explicado. Dessa forma, a análise desta perspectiva, se dá no sentido de buscarmos uma contribuição para o estudo do tema em apressado.

No entanto, apesar de enxergarmos nas migrações do trabalho para o capital, enquanto migrações forçadas, isso não nos impede de considerarmos a existência de outros fatores que acabam por se somar ao caráter perverso assumido nas migrações do trabalho, perspectivando aqui, o conhecimento em torno das trajetórias sociais travadas por esses trabalhadores, tendo em vista o migrante temporário ser um *inclassificável*. (SAYAD, 1998)

Tal leitura apropriada de Sayad (1998), mesmo este tendo se dedicado a estudar a imigração, é fortuita pelo fato do migrante temporário estar dividido no tempo e espaço migratório, vivendo assim o trânsito entre tempos, relações e contradições sociais diferentes, e que nos permitem visualizar nas migrações sazonais a materialidade de um processo social que leva em conta ainda, questões relacionadas aos próprios sentimentos para com as experiências migratórias (IAMAMOTO, 2001)

Com relação a esta questão, é vital que se entenda que a migração sazonal deixa marcas permanentes, pois o retornar periodicamente não garante que se possa efetivar a territorialização perdida no momento da partida, como assevera Martins (2002), tendo em vista que ao deixarem o local de origem, esses trabalhadores sofram o processo de desterritorialização do mesmo.

Ao considerarmos o termo desterritorialização, podemos entender que toda relação em que se dê o processo de desterritorialização, implicará numa reterritorialização e vice-versa conforme proposto por Haesbaert (2004). No entanto, consideramos também a proposição a respeito do termo realizada por Santos (2002), em que a desterritorialização é considerada enquanto estranhamento, bem como sinônimo de desculturização, pois “o homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação”. (SANTOS, 2002, p.330)

Sob a perspectiva de que tenha de buscar um novo aprendizado e por si só uma nova territorialização, ajuda-nos a entender o exposto por Martins (2002), com relação a não efetivação de uma territorialização perdida, tendo em vista não apenas o fato de o

lugar de origem ter mudado, como o próprio migrante já não ser o mesmo. (MARTINS, 1988)

Entretanto, enfrentar essas situações significa apreende-las a partir de relações materiais concretas, pois a migração não é um ato simples como nos indica Goetttert (2008), pois estaria condicionada a uma série do que o autor chama de fatores de mobilidade, e que permitem chegarmos ao estado em trânsito que os trabalhadores migrantes sazonais estão ao serem colocados em mobilidade.

Ao utilizarmos essa conceituação pensando as migrações sazonais, estamos ressaltando o caráter fragmentar presente no processo social que envolve as migrações e que nos permitem falar num estado de trânsito destes sujeitos, entre o partir e o permanecer, entre o ser e o não ser social. (GOETTERT, 2008; SAYAD, 1998)

Dessa forma, a migração pode ser entendida enquanto um processo social de grande complexidade, se considerar não apenas os sentidos e significados presentes no ato de migrar, como também no fator que leva o sujeito a migrar, mesmo que temporariamente, como é o caso empreendido aqui.

Para tanto, o que apreendemos até aqui em torno do processo migratório, nos possibilita realizar não apenas avanços teórico-conceituais a respeito do tema, mas nos capacita a realizar uma leitura do processo, que permita-nos entender os reais tensionamentos e sentidos que envolvem a migração.

E neste início do século XXI, torna-se urgente buscarmos as devidas mediações para com a teoria, para nos situarmos em torno do que apreendemos na prática cotidiana, tendo em vista, a apreensão deste processo nos canais do Pontal do Paranapanema (SP).

Entretanto, considerando o trabalhador migrante enquanto um camponês, como se apreende nas migrações do trabalho para o capital no Pontal do Paranapanema, entendermos que apesar de realizarem uma migração forçada, ela também pode ser entendida enquanto estratégia de reprodução ou sobrevivência enquanto camponês. (OLIVEIRA, 2001)

Nesse sentido, nos propomos buscar nas migrações sazonais do trabalho para o capital, não apenas o estado em trânsito contínuo a que esses sujeitos se submetem, mas a própria construção territorial existente no fenômeno.

Todavia, ao perspectivarmos a construção territorial presente no fenômeno migratório, temos em mente as dificuldades e descaminhos que possam envolver a apreensão deste processo, tendo em vista a própria dificuldade epistemológica presente nos estudos em torno da migração, mas tais dificuldades só nos estimulam a ampliar nossos questionamentos em relação ao tema em apresso.

Então, o exercício que realizamos até este momento, potencializa em nós o desejo de empreender uma discussão em torno da territorialização do fenômeno migratório, e que nos permite desde já, falarmos na máxima em torno da construção de um *território migrante*, sintonizado nas contradições existentes pensando aqui, as migrações do trabalho para o capital nos canaviais do Pontal do Paranapanema.

2.2. O território migrante e as migrações sazonais no início do século XXI

Ao buscarmos construir até este momento, um encadeamento de ideias e conceitos em torno das migrações sazonais, nos chama atenção o caráter territorial do empreendimento migratório, tendo em vista que apesar de a migração evocar outras categorias geográficas, a exemplo do lugar, não nos permite deixar de entender a possibilidade de se compreender a territorialização do fenômeno.

A utilização do termo territorialização, ganha expressão em nossa apreensão tendo em vista não apenas o movimento migratório, mas a própria construção territorial apreendida nos deslocamentos migratórios.

No entanto, o fato de tratarmos de migrações sazonais ou temporárias, não nos impede de enxergarmos que exista uma territorialização envolvida no processo, mesmo que precária e fragmentada, tendo em vista o trabalhador migrante sazonal como destacamos antes, ser um ser dividido entre espaço e tempo migratório. (MARTINS, 1988)

O desafio de entender a formação de um território migrante ou migratório, incute-nos pensar nas trajetórias sociais vivenciadas pelos sujeitos que realizam o movimento migratório, a exemplo dos camponeses, permitindo que entendamos que o trabalhador migrante sazonal constrói ciclos migratórios, fortalecendo laços sociais ao longo deste processo. (SILVA, 2011b)

Encimado na leitura a respeito dos territórios migratórios, realizada por Silva (2011b), podemos entender que este indica-nos o caráter transitório e fragmentado não apenas dos deslocamentos, mas da própria vida daqueles que realizam o mesmo, caracterizando-se por serem “vidas transitórias”.

Porém, devemos chamar atenção para as contradições engendradas no processo de apropriação territorial dos sujeitos ao migrarem, tendo em vista a intensa mudança de lavra, o estabelecimento de laços de amizade, que rebatem na máxima das redes sociais ou de solidariedade entre os sujeitos migrantes, e que nos permitem analisar uma tentativa de tomar o controle sobre as mesmas, apesar do caráter forçado não ser desconsiderado. (FLORES, 2006)

Essa tentativa de tomada de controle do processo migratório nos permite pensar nas relações que produzem o território migrante, bem como todo um caráter contraditório que permeia o mesmo, tendo em vista o quadro de expropriação, fragmentação do trabalho e a própria fetichização presente nos desejos e estratégias que permeiam os interesses desses trabalhadores, e que devem ser levados em conta, ao buscarmos desvendar as contradições presentes no mesmo.

Nesse território também estaria presente à máxima em torno de um ‘território em transe’, tendo em vista o estranhamento que obstaculiza a tomada de consciência, por parte do trabalho da dinâmica territorial da totalidade social em que estariam dispostos, nos permite analisar o processo de desterritorialização e reterritorialização constante nas mais diversas funções laborais a que estes trabalhadores estariam acometidos. (THOMAZ JUNIOR, 2009)

E é chamando a atenção para esta questão, que propomos que o território migrante, não deve ser compreendido apenas enquanto os deslocamentos realizados ao longo de uma determinada extensão territorial, mas também deve ser levados em consideração, o quadro de degradação do trabalho existente, fazendo-se reconhecer a

máxima em torno de um território permeado pela degradação do trabalho, as diversas formas de sociabilidade, as estratégias e a construção de redes sociais, onde os sujeitos fazem a história. (SILVA, 2011b; FLORES, 2006)

Entretanto, deve se destacar também o fetiche da mercadoria que envolve os trabalhadores migrantes sazonais e a fragmentação existente nas relações sociais constituídas nos lugares de origem, passagem e destino destes trabalhadores, a exemplo do que ocorre nos canais do Pontal do Paranapanema, tendo em vista as ações dos grupos usineiros no intuito de exercer o controle social sobre esses trabalhadores, acaba por promover disputas territoriais.

Sendo assim, todas essas questões nos estimulam a pensar a existência e apropriação de um território migrante por estes sujeitos, território esse marcado não só por relações de poder, numa leitura de Raffestin (1993), como também por uma relação conflituosa, entre a forma como este é produzido e a forma como é apropriado pelos trabalhadores migrantes temporários, pensando aqui as próprias redes de solidariedade traçadas entre os mesmos, daí o intuito de enxergarmos o território migrante encimado num transe territorial e enquanto parte dos territórios em disputa, dado o caráter transitório e conflituoso, que permeia o mesmo.

É preciso que realizemos alguns expostos sobre este conceito e para alguns categoria fundamental da Geografia, que é o território, sendo viável destacarmos os atores que produzem o mesmo e aí falarmos nos sujeitos sociais partícipes desta construção, chamando a atenção para a construção de territorialidades, entendendo as enquanto parte do que Raffestin (1993), postula enquanto um processo territorial.

Raffestin (1993) chama atenção para a confusão existente entre o que é território e o que é espaço, em que o primeiro é visto enquanto sinônimo do outro. Todavia, o espaço antecede o território, sendo o território resultado da produção realizada por atores sociais, e aí o autor postular que “o território é a prisão que os homens constroem para si”. (RAFFESTIN, 1993)

O território é composto por relações de poder, mas estas não devem ser vistas enquanto únicas a compô-lo, tendo em vista que outros aspectos como as identidades, cultura, também o definem e aqui pensarmos no território exposto por Souza (2009), chamando atenção ainda para a projeção das relações de poder no espaço.

Em outra abordagem, Saquet (2009) define o território enquanto resultado das territorialidades efetivadas pelos homens, trazendo a discussão em torno da dimensão sócio-espaco-temporal proposta por Raffestin (1993), sendo uma construção coletiva e multidimensional. No entanto, para o autor o mesmo teria significações ligadas as articulações sociais, conflitos, sendo objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo.

Saquet (2009), também destaca os processos de territorialização enquanto resultado e condição dos processos sociais e espaciais, fazendo insurgir as diferentes territorialidades e temporalidades, numa abordagem que leva em consideração não apenas as relações de poder, como também as redes e as identidades, devendo se considerar os vínculos existentes entre cada lugar e as territorialidades que se apresentadas nos mesmos.

Nesse sentido, quando apostamos no estabelecimento dos territórios migratórios, estamos chamando a atenção para as relações de poder existentes entre os atores que o produzem ao se deslocarem, como também as redes que permitem a comunicação destes atores, pois permite um conjunto de relações, possibilitando o estabelecimento de laços entre determinadas localidades, devendo se destacar as territorialidades compostas por estes trabalhadores e trabalhadoras, e que enriquecem nossa aposta na composição dos territórios migratórios. (TRUZZI, 2008)

Podemos perceber a relação dos fatores que em nosso entendimento comporiam ou fariam parte de um território migrante ou migratório (Figura 14), encimado no território em transe, nas disputas territoriais, aí valendo a máxima em torno dos territórios em disputa, e o papel das redes sociais, entendendo as redes não enquanto destruidoras do território, mas enquanto componentes e constituidores do mesmo como afirma Haesbaert (1997).

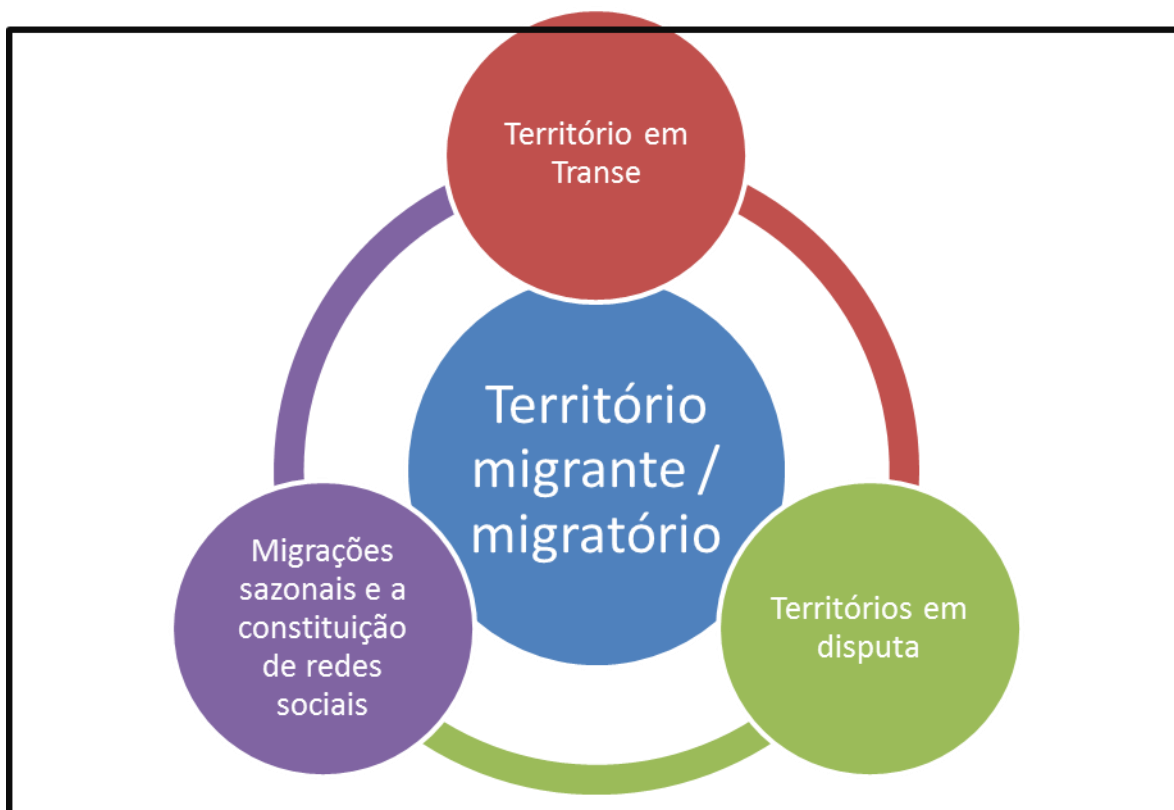


Figura 14- O território migrante

Organização: Fredi dos Santos Bento

Esse conjunto de fatores é importante, se quisermos dar conta dos encadeamentos travados pelos trabalhadores migrantes sazonais, ao longo de seus deslocamentos, tendo em vista toda materialização social construída no processo. Apesar da fragmentação que se acomete sobre estes trabalhadores, há também uma apropriação territorial, mesmo que encimada em relações fetichizadas de expropriação da mão de obra.

Essas posições em respeito às migrações temporárias, em busca de diversas interpretações, são vitais para propugnarmos análise em torno do que apreendemos por meio da pesquisa, com o avanço das migrações sazonais do trabalho para o capital no Pontal do Paranapanema, a partir de 2005, dada a expansão da territorialização do agrohídronegócio canavieiro.

Desta forma, as reflexões teóricas realizadas até o momento, ganham importância na leitura que empreenderemos em torno do fenômeno registrado no Pontal

do Paranapanema, dado o quadro de intensa precarização e desrealização do trabalho presente na região.

E em meio a esse quadro insere-se o trabalhador migrante sazonal, mesmo que sua presença seja vista enquanto a face oculta de diferentes discursos e estratégias do capital agroindustrial canavieiro, mas que nos permite analisar a invisibilização que se acomete sobre o trabalhador no eito, produzindo assim a invisibilização do trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema.

CAPÍTULO III

A INVISIBILIZAÇÃO DO TRABALHADOR MIGRANTE SAZONAL NOS CANAVIAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

A expansão da agroindústria canavieira a partir de 2005 no Pontal do Paranapanema, expressa diversos significados para a classe trabalhadora. No entanto, o trabalhador migrante sazonal tem se assumido enquanto uma figura crucial nas estratégias de acumulação gestadas pelo setor.

É factível se mencionar o processo de concentração e centralização do setor na região a partir deste período como indutor da ampliação da utilização da mão de obra migrante sazonal nos canaviais. Isso se percebe pelas peculiaridades de operação das unidades processadoras, em que de um lado há elevado grau de tecnificação da produção, principalmente nas unidades instaladas a partir de 2005 como enfatiza Thomaz Junior (2009), e de outro se mantém a utilização de técnicas regressivas encimadas na colheita manual da cana de açúcar.

Com relação à colheita manual é vital ressaltarmos novamente a assinatura de diversos protocolos em torno da sua extinção, encimados em discurso pautado na precarização do trabalho no eito, em consequência, sobretudo porque são remunerados por produção, bem como pelos problemas ambientais ocasionados com a queima da cana (despalha) realizada nos canaviais. Todavia, sobrepõe-se a esses argumentos a intrínseca necessidade metabólica do capital garantir sua reprodução ampliada. (THOMAZ JUNIOR, 2011).

A manutenção da realização das colheitas manuais, pode ser entendida enquanto estratégia dos grupos menos tecnificados, na esperança de ampliar a acumulação de capitais e consequentemente sobreviver ao processo de concentração e centralização existentes.

Nesse sentido, é que ganha destaque a participação do trabalhador migrante sazonal, enquanto uma das engrenagens desse processo e enquanto parte do reordenamento territorial promovido pelo agrohidronegócio em todo o território nacional.

Dessa forma, intentamos enxergar na utilização da mão de obra migrante não só o caráter estratégico do capital, mas também enquanto manutenção da regressividade da exploração da força de trabalho, encimada, pois, na remuneração por produção, nas jornadas extenuantes de trabalho, além de toda uma cooptação do trabalhador, no intuito de que ele alcance índices de produtividade cada vez maiores.

O aumento da produtividade que tem se dado nos canaviais tem a ver não apenas com a ampliação da mecanização da colheita, no crescimento da oferta de mão de obra, e na estratégia das empresas de selecionar os ‘bons cortadores’. (ALVES, 2006)

Entretanto, devemos entender que neste jogo de interesses e estratégias do capital, também estão os interesses dos trabalhadores que aceitam se submeter aos ditames do capital agroindustrial canavieiro, tendo em vista sofrerem nos seus locais de origem a outra face do processo de reordenamento territorial, que ao mesmo tempo em que expande as áreas destinadas à monocultura em algumas áreas do país, promove a expropriação desses trabalhadores em seus locais de origem, gestando assim um processo contraditório, que acaba por pôr promover a mobilidade forçada dos mesmos. (OLIVEIRA, 2009)

Em respeito à expropriação dos trabalhadores nos locais de origem, estamos atentando para o fato de enxergarmos o trabalhador migrante sazonal para os canaviais do Pontal do Paranapanema, enquanto um camponês, sendo a migração não apenas parte da inviabilização das suas condições de existência nos locais de origem, como também parte de sua reprodução enquanto camponês. (WOORTMANN, 1990; OLIVEIRA, 2001)

Para Woortmann (1990, p.35), migrar é “condição para a permanência camponesa”, porém, também devemos considerar os rearranjos territoriais promovidos pelo capital que se firmam possibilitando as migrações sazonais para o Pontal do Paranapanema, ao promoverem a mobilidade forçada dos trabalhadores de seus locais de origem.

Ao participarem deste processo de mobilidade forçada, os trabalhadores acabam sujeitando-se as estratégias do agronegócio canavieiro, que desde a contratação dos trabalhadores, promove seleções que visem à habilidade, destreza, força e resistência física dentro do eito, no intuito de ampliar a produtividade sob a intensificação do ritmo de trabalho. (NOVAES, 2007)

Na colheita da cana de açúcar o trabalhador realiza uma série de atividades a citar: o corte da cana rente ao solo, o corte da ponteira pobre em sacarose, realizando também o transporte para a rua central, empilhando-a em montes ou deixando-a de

forma esteirada. Para tanto, o trabalhador caminha 8.800 metros, despende cerca de 133.332 golpes de facão, carregando ainda algo em torno de 12 toneladas diariamente, realizando cerca de 36.630 flexões e entorses torácicos. (ALVES, 2006)

Deve se ressaltar que a migração para os canaviais, é em sua essência masculina, pois enquanto os homens partem, as mulheres ficam, seja cuidado da roça, participando assim da manutenção da condição camponesa da família. (GALLIANO; VETORASSI; NAVARRO, 2012)

Nesse sentido, esses sujeitos sociais em boa parte homens, deixam seus locais de origem, para se sujeitarem a um quadro de precarização do trabalho que se acomete nas oportunidades de trabalho por eles encontradas, a exemplo dos canaviais do Pontal do Paranapanema.

A respeito destas oportunidades de trabalho, um personagem é considerado vital em nossa perspectiva de analisar o caráter de invisibilização do trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema, tal personagem é o *gato* ou *agenciador*, responsável por recrutar os trabalhadores nos locais de origem, bem como pela vinda desses para os canaviais, sendo então um elo entre os trabalhadores e o capital agroindustrial canavieiro, o que permite que se dê uma série de irregularidades com relação não só a contratação dos trabalhadores, como da própria venda da força de trabalho por esses nos canaviais. (SILVA, 2011b)

Ao chegarem aos locais de destino esses trabalhadores são submetidos não apenas a uma dura rotina de trabalho, mas a todo um quadro de cooptação que permitem que o mesmo seja visto enquanto um ser *invisibilizado*, dadas as contradições presentes desde sua contratação até a utilização de sua mão de obra nos canaviais.

Para Silva (2011a), esses trabalhadores carregam sobre si uma máscara de invisibilidade, tendo em vista o caráter de elevada segregação da força de trabalho que passa despercebido nos canaviais, bem como as condições de vida que esses trabalhadores passam a ter ao chegarem aos locais de destino, tendo que residirem em alojamentos cedidos pelas usinas ou em casas alugadas por si próprios.

Além da segregação da força de trabalho e da emergência do pagamento por produção, o capital agroindustrial canavieiro também se utiliza de uma série de mecanismos que detém o trabalhador enquanto agente passivo no processo, ao

promover a utilização de listas negras, que excluem na próxima safra, os trabalhadores que não se adequarem aos interesses das usinas, pensando aqui tanto a produtividade quanto o comportamento dentro e fora do trabalho. (SILVA, 2006)

Outra característica que remete ao caráter de invisibilidade que se acomete sobre os trabalhadores migrantes sazonais, se dá pela sua visualização enquanto ‘os de fora’, pela população local nos locais de destino, o que faz com que este trabalhador seja vítima de uma série de preconceitos dentro e fora dos canaviais, o que remete ainda aos elementos étnicos, de gênero, idade e culturais que não devem ser dissociados do trabalhador migrante. (SILVA, 2005a; 2006)

Nesse sentido, é que se dão as estratégias por esses trabalhadores, para resistir não apenas ao trabalho precarizado, mas também a cooptação realizada pelos agenciadores e pelas usinas, através da constituição de redes sociais de solidariedade entre si, que relacionadas ao estranhamento a que se acomete sobre os mesmos, nos remetem ao território migrante e as contradições que o envolvem, pensando-o enquanto permeado pela degradação do trabalho.

Com relação às contradições que envolvem o trabalhador migrante, podemos destacar o fato do mesmo ser considerado um ser ‘excluído’ contraditoriamente, pois sua exclusão realizada em torno da desterritorialização do mesmo dos locais de origem remete a inclusão precária nos canaviais do Pontal do Paranapanema, produzindo assim laços que o interligam a sociedade que os produz, mesmo que de forma desumana e precária.

Em respeito a estas postulações Martins (2002, p.11) nos permite entender que “a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos”.

Então, imerso neste quadro de verdadeira inclusão precária, o trabalhador migrante, acaba por aceitar as condições degradantes de trabalho, valendo-lhes o título de seres que se sujeitam a situações de anomia, supressão de normas e valores sociais, ou melhor, seres que além de terem o seu trabalho invisibilizado, também o são perante a sociedade. (MARTINS, 2002)

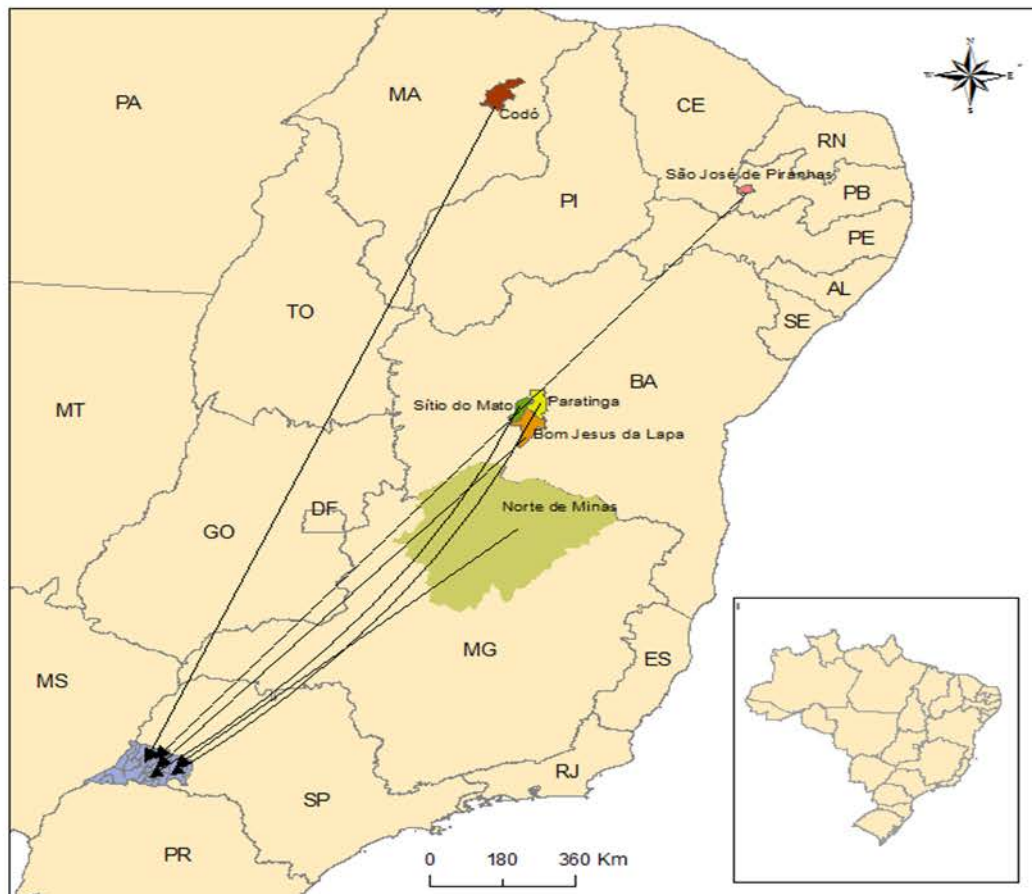
Dessa forma, a invisibilização do trabalhador migrante nos canaviais do Pontal do Paranapanema, nos traz questionamentos em torno não só de todo um caráter contraditório ligado à utilização de sua mão de obra, mas a própria territorialização forçada dos mesmos nos canaviais do Pontal do Paranapanema. Todavia, para imergirmos em torno desta questão, é preciso que realizemos um exercício que coligue o teórico e a prática, apreendendo na realidade observada, os reais significados, tensionamentos e direcionamentos em torno da questão.

Tal perspectiva nos permite buscar nas práxis da pesquisa, os reais direcionamentos que nos capacitem para a apreensão do fenômeno que se apresenta nos canaviais do Pontal do Paranapanema. Desse modo, pudemos dividir nossas ações em torno da realidade que nos foi (é) apresentada na região, e o caráter contraditório das disputas territoriais existentes na mesma.

Assim, essas questões nos auxiliam no intuito de compreendermos os reais significados para o trabalho das recentes investidas territoriais do capital agroindustrial canavieiro e seus reflexos não apenas para o trabalhador migrante sazonal, como também para a população residente nesta região. (Mapa 02)

Então, nos sentimos estimulados a desvendar o quadro de invisibilidade que se abate sobre o trabalhador migrante nos canaviais do Pontal do Paranapanema, embasados em nossas ações realizadas a campo nesta pesquisa, como veremos a seguir.

**Mapa 02 - Migração do trabalho para o capital
nos canaviais do Pontal do Paranapanema-SP
no início do século XXI**



**Localização do Pontal do Paranapanema
no estado de São Paulo**



Pontal do Paranapanema



Legenda

Norte de Minas	Codó
Bom Jesus da Lapa	São José de Piranhas
Paratinga	Pontal do Paranapanema
Sítio do Mato	Deslocamentos

Organização: Fredi dos Santos Bento
Edição Cartográfica: Elines Sodré Gomes
Fonte: Pesquisa de campo (2014/2015)
Fevereiro/2015

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JOSÉ DE MESSEIAS FILHO"

FAPESP
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CEGeT
CENTRO DE ESTUDOS GÊNICOS E TECNOLÓGICOS



3.1. O processo de transição no eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau (SP)

Como vimos até este momento, o movimento migratório do trabalho para o capital, tem se dado neste início do século XXI, por conta de inúmeros fatores ligados não apenas a manutenção do trabalhador camponês na terra, como também em decorrência da sua expropriação, daí falarmos na proletarização destes, encimados no reordenamento territorial do capital que promove rebatimentos para o trabalho, promovendo assim a desterritorialização do trabalho.

Nesse sentido, esses trabalhadores tornam-se mão de obra em movimento, sendo cooptados a venderem sua força de trabalho nos mais diversos pontos do território nacional, tendo sido atraído principalmente para as grandes obras públicas e para o Polígono do Agrohidronegócio.

É dessa forma, que podemos tentar entender a ampliação das migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema, podendo se fazer uma associação em torno dos meios e formas que a mesma ocorre, tendo em vista não apenas os interesses do capital agroindustrial canavieiro na região, como a própria configuração firmada nos últimos anos.

Então, podemos entender que os grupos usineiros que ainda continuam recrutando mão de obra manual para a colheita da cana, são os grupos em estado delicado, tendo em vista as sinalizações econômicas que se deram principalmente a partir de 2008, dando margem para a configuração de um cenário de concentração e centralização do setor na região, e que abre margem para a precarização do trabalho.

No entanto, ao nos pautarmos em pesquisar o caso existente no Pontal do Paranapanema, pudemos empreender nossas análises em dois casos, dividindo assim nossas ações em dois eixos, compostos por três municípios de enfoque, sendo eles o eixo¹⁶: Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau e o eixo: Caiabu-

¹⁶ A perspectiva de separar nossa análise em torno das migrações do trabalho para o capital no Pontal do Paranapanema em eixos, leva em consideração as diferenças na situação das unidades processadoras, sua área de ação, como também a presença sindical nessas áreas.

Martinópolis, tal iniciativa vem no sentido de percebermos as convergências peculiaridades do fenômeno migratório na região.

O eixo Emilianópolis-Santo Anastácio- Presidente Venceslau, tem se caracterizado pela presença significativa de trabalhadores migrantes nos últimos anos, presença que se deu de forma mais expressiva a partir de 2005, com a expansão do setor na região, e que vem diminuindo nos últimos anos, por conta da concentração e centralização de capitais no setor.

Para compreendermos o exposto acima é viável postularmos que a escolha dos eixos, também leva em consideração a área de influência e ação das unidades agroprocessadoras, o que nos permite analisar situações distintas tendo em vista o eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, testemunhar o fechamento da Decasa S/A e a Alvorada do Oeste Ltda, intensificando a marca falimentar do setor na região.

Nessa perspectiva, pudemos perceber ao longo de pesquisas anteriores, a citar o fomento PIBIC CNPq, sob o processo: 119984/2012-1, que estas unidades em estado falimentar, é que mais tem se utilizado da mão de obra migrante, diferenciando-se assim das unidades processadoras em melhor situação financeira, que tem um grau avançado de mecanização de suas colheitas.

Com relação à utilização do trabalho migrante sazonal nesse eixo, podemos perceber a existência daquilo que Melo (2008), separa em três categorias de trabalhadores migrantes, a citar o *trabalhador migrante temporário*, o *trabalhador migrante estabelecido*, e o *trabalhador migrante circulante*.

Entretanto, pudemos perceber que além das três categorias, o eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, apresenta um estado de transição entre as mesmas, tendo em vista os trabalhadores migrantes temporários, advindos principalmente da região Nordeste e do Norte de Minas Gerais, tornaram-se migrantes estabelecidos, após permanecerem mais de três safras no Pontal do Paranapanema, mas voltarem a ser temporários certo tempo depois, ao ativarem novamente a sua migração.

O mesmo se daria com relação ao trabalhador migrante circulante, o que nos permite refletir que apesar do trabalhador migrante poder ser classificado nestas categorias, essas de forma alguma devem deixar que percebamos o caráter transitório

que acomete o trabalhador migrante, tendo em vista que ao categorizá-lo nessas três perspectivas, não podemos deixar de considerar o caráter transitório de seu deslocamento e das próprias categorias em que ele é classificado.

A Figura 15, nos permite entender o caráter transitório não apenas das migrações do trabalho para o capital, como também das próprias categorias que eles assumem em seus deslocamentos.

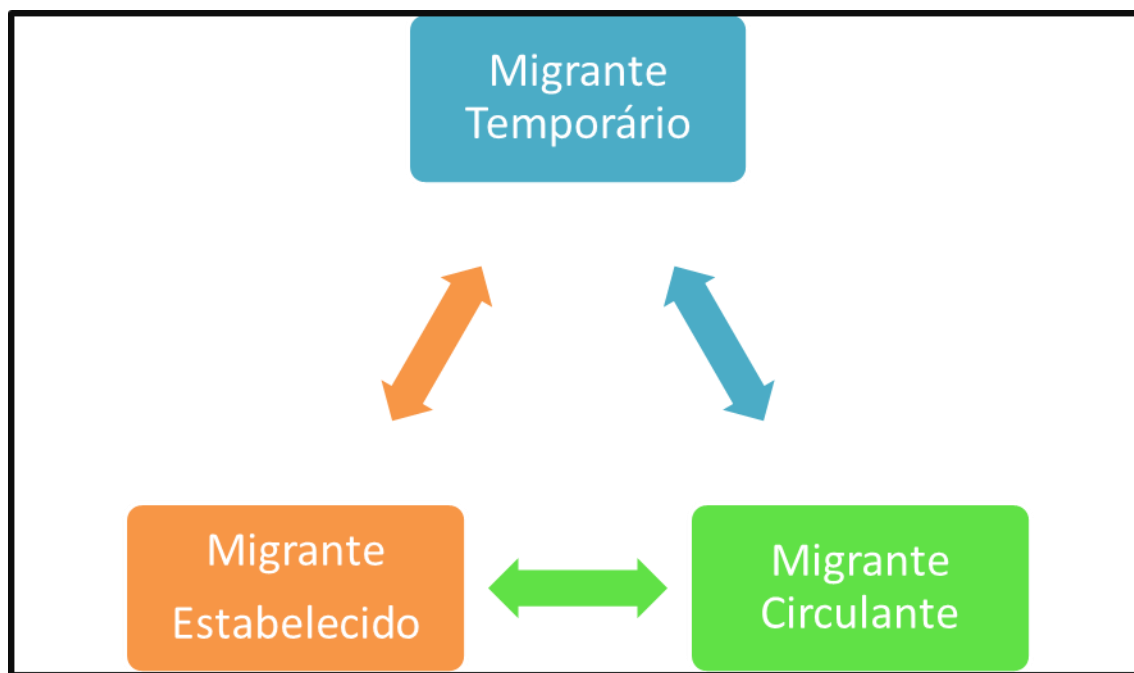


Figura 15- Diferentes tipologias de migrantes, segundo Melo (2008)

Fonte: Melo (2008). Organização: Fredi dos Santos Bento

Assim, tentamos explorar na figura acima o caráter de transição a que pudemos observar nas migrações sazonais no eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, tendo em vista a mesma ser evidente no município de Emilianópolis-SP, município este central de nossas pesquisas envolvendo esse eixo de análise.

Nesse sentido, detemos nossas investigações nesse eixo, principalmente em torno do município de Emilianópolis, tendo em vista as peculiaridades encontradas no mesmo, enquanto cidade dormitório de trabalhadores migrantes.

O município de Emilianópolis conta com uma população em torno de 3.024 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2010, produzido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), localizando-se a latitude de 21°49'59" S e

longitude de 58°28'59''W, tendo recebido nos últimos anos um fluxo considerável de trabalhadores migrantes, como temos acompanhado em pesquisas anteriores.

Originários principalmente da região Nordeste, esses trabalhadores chegam entre os meses de março e maio, tendo em vista a oportunidade de trabalhar durante a safra nos canaviais da região, prevalecendo o caráter das redes sociais e de solidariedade entre esses trabalhadores, como também das redes existentes entre os agenciadores, que permitem que se deem os deslocamentos dada à abertura de oportunidades de trabalho no Pontal do Paranapanema.

Ao chegarem ao município, esses trabalhadores residem em casas alugadas por si próprios, em condições de certa precariedade, dado o número de trabalhadores alojados e o tamanho das residências, sendo que boa parte dessas casas está concentrada em áreas periféricas do município, a exemplo do bairro Vila Maria, localizado aproximadamente entre a latitude de 21°49'44.2 S e longitude de 51°29'08.3''W (Figura 16).



Figura 16- Localização do bairro Vila Maria em Emilianópolis-SP

Fonte: Google Maps, 2014. Organização: Fredi dos Santos Bento.

Todavia, além de sofrerem com a precarização do trabalho no corte manual, ainda tem que sofrer com as condições precárias de moradia (Figura 17), pois as casas alugadas no geral são pequenas, dado o número de trabalhadores instalados.



Figura 17- Casas alugadas pelos trabalhadores migrantes em Emilianópolis-SP entre 2008 e 2014

Fonte: Pesquisa de Campo (2014). Autor: Fredi dos Santos Bento (10/2014)

Entretanto, apesar das condições precárias a que se submetem, estes trabalhadores enxergam na cana a possibilidade de mudança de vida, tendo em vista o quadro deixado nos seus locais de origem.

E com relação aos locais de origem, é factível destacar a forte presença de migrantes com origem nordestina nos últimos anos, no eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, principalmente em Emilianópolis, onde boa parte desses trabalhadores advém de municípios como Bom Jesus da Lapa-BA, Paratinga-BA, Sítio do Mato-BA, Codó-MA etc., mas deve se levar em consideração também a participação mineira nas migrações sazonais nesse eixo, quando consideramos o

município de Presidente Venceslau, que tem recebido trabalhadores do Norte deste estado.

Apesar de historicamente ter se associado às migrações sazonais advindas do Nordeste a seca que costuma assolar a região, principalmente o semiárido nordestino, o deslocamento de trabalhadores da região Nordeste, não é novidade, conforme nos fala Andrade (1964), tendo em vista a existência dos *corumbás* e *caatingueiros* que se deslocam para as zonas canavieiras, durante o período de safra, retornando ao término da mesma.

No entanto, é preciso que não nos limitemos por essa leitura, tendo em vista a necessidade de se compreender as contradições que envolvem esse processo, pelo fato do mesmo ser marcado pela expropriação da terra e a territorialização do capital nos locais de origem desses trabalhadores.

Dessa forma é que Gonçalves (2001, p.180) conclui que “a seca apenas agrava uma situação fundiária já extremamente desigual. Mais que a seca, o que expulsa o nordestino é a cerca”. Nessa perspectiva, podemos perceber que a estiagem marcaria apenas o momento da partida, mas a causa residiria na estrutura fundiária existente.

Porém, a presença dos trabalhadores migrantes sazonais, também está ligada a expropriação das possibilidades dos filhos de permanecerem nas terras, como afirma Oliveira (2001), o que percebemos empiricamente, tendo em vista a existência de trabalhadores que migram no intuito não de permanecer na terra, mas de conseguir adquirir a mesma.

Esses trabalhadores acabam também sendo atraídos pelas ações dos movimentos sociais, a exemplo do MST, tanto nos locais de origem e aqui falarmos principalmente dos municípios de Paratinga, Bom Jesus da Lapa e Sítio do Mato-BA, quanto nos locais de destino, ao tornarem-se trabalhadores migrantes estabelecidos.

No entanto, deve se ressaltar também o caráter existente em torno da descoberta da oportunidade de trabalho por estes, que é feita através dos contatos deixados ou mesmo de parentes e amigos que se tornaram migrantes estabelecidos na região, reafirmando o caráter transitório da tipologia de migrantes empreendida.

Por meio da nossa pesquisa, temos percebido que o papel das redes sociais, se dão no sentido não apenas de amenizar as dores e sofrimentos do trabalho nos canaviais, como também em formas de apropriação territorial por esses trabalhadores, fazendo parte assim das estratégias desses trabalhadores, para contrapor as estratégias do capital.

É importante ressaltar também, que a perspectiva em torno da construção das redes migratórias (Gráfico 12) tem permitido que esses trabalhadores resistam ao preconceito da população local, e de sua visualização enquanto não pertencentes aquele lugar. Dessa forma, temos acompanhado que são inúmeras as formas de territorialização empreendidas por esses trabalhadores, que não rebatem apenas nas estratégias travadas na vinda dos mesmos, como também na manutenção de sua cultura e hábitos trazidos dos locais de origem, a citar a música, a comida etc.

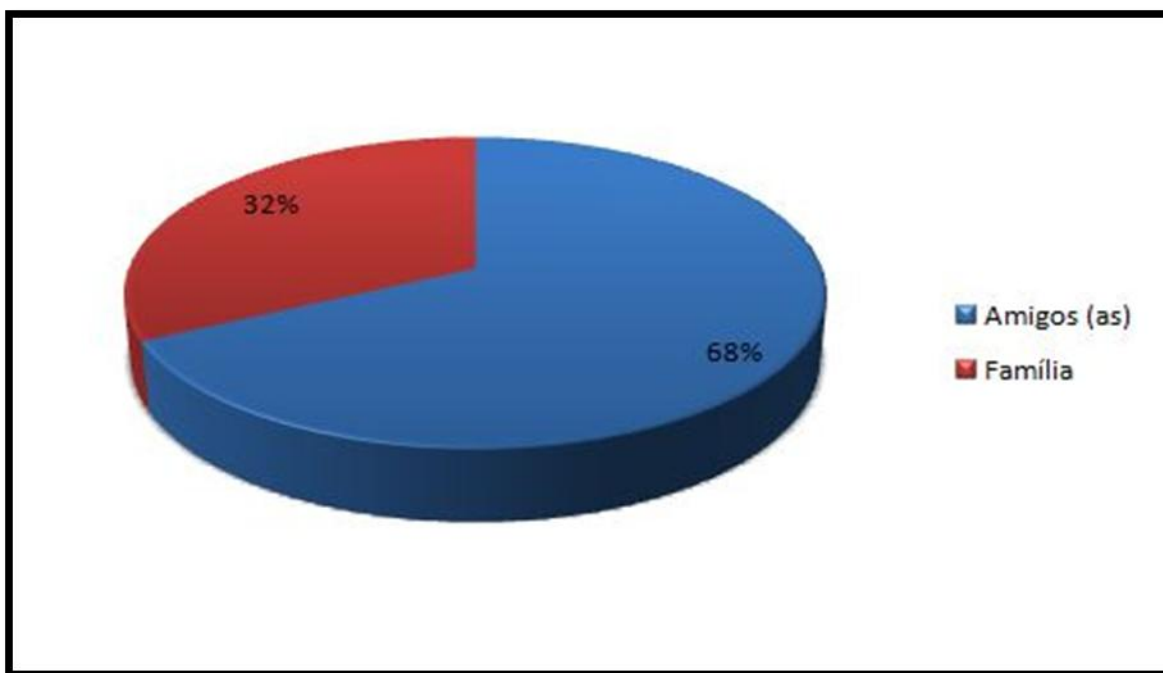


Gráfico 12- Principais responsáveis pela formação das redes migratórias

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

O gráfico 12 expressa os principais responsáveis (partícipes) das redes migratórias estabelecidas para com os trabalhadores migrantes, destacando-se a força das amizades criadas antes, durante e depois do ato migratório, citadas por 68% dos entrevistados, bem como a importância dos laços familiares que também influem na configuração as mesmas, tendo em vista que se ampliam as possibilidades de outros membros de uma determinada família migrarem, quando alguém de parentesco já o fez,

dado o caráter ressaltado anteriormente em respeito às estratégias travadas por esses trabalhadores na realização do ato migratório.

Nesse sentido, no município de Emilianópolis, por exemplo, é comum no período em que não estão no eito, os trabalhadores realizarem churrascos, jogarem cartas, ouvirem músicas que remetem a terra natal, promovendo assim uma apropriação territorial que nos remete a configuração do território migrante.

Porém, em respeito a essa apropriação territorial realizada pelos trabalhadores migrantes, deve ser considerada a sua visualização enquanto sujeitos em si, pela população local, tendo em vista as mudanças registradas nesses municípios, a exemplo de Emilianópolis, com relação às demandas municipais de segurança e principalmente de saúde, pois conforme entrevista realizada a um representante da UBS (Unidade Básica de Saúde) de Emilianópolis, em 2010, por conta da ampliação da demanda na unidade, os horários de atendimento sofreram uma mudança radical, passando a existir naquele ano, o atendimento noturno.

Deve se destacar ainda, a ampliação da utilização de medicamentos para dor, hidratação e complexos vitamínicos no período supracitado, o que contribuía para a redução dos medicamentos destinados a população local, o que permitia a ampliação do preconceito existente para com esses trabalhadores.

Assim, podemos perceber que a apropriação territorial realizada a partir das redes de solidariedade entre esses trabalhadores, não se dá apenas para minorar a extenuante jornada de trabalho, como também para coibir o sentimento de serem considerados “os de fora”, e toda a sorte de preconceitos presentes que se dão sobre eles.

Podemos constatar que em uma das ruas do bairro Vila Maria, a citar a José Domingues Martins em Emilianópolis, nos fins de semana, não só a presença dos trabalhadores migrantes sazonais, como a influência dos mesmos no local. (Figura 18)



Figura 18- Rua José Domingues Martins em Emilianópolis-SP

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015). Autor: Fredi dos Santos Bento (12/2014)

Além da Rua José Domingues Martins, é possível perceber nas ruas de entorno a esta, a citar as ruas Caetano Marchi, Geovane Redivo, José Prete, Domingues Moreno e José Antônio Aguera, enquanto parte da apropriação territorial dos trabalhadores migrantes nos fins de semana, como também o estabelecimento de redes de solidariedade.

Ao longo da pesquisa, pudemos perceber que é comum encontrar trabalhadores visitando-se uns aos outros, como forma de lazer, bem como de estabelecer redes sociais entre eles. Entretanto, em relação a este eixo deve se destacar ainda as irregularidades envolvendo os trabalhadores nos alojamentos fornecidos pelas usinas ou por iniciativa própria, dadas as condições de insalubridade, e no caso de alojamentos cedidos pela empresa, como acontecia em Presidente Venceslau-SP, a formação de toda uma blindagem sobre esses trabalhadores, impedindo assim que até mesmo os sindicatos, pudessem atuar de forma eficaz.

Neste município tem sido comum nos últimos anos a presença de trabalhadores advindos de outras regiões, expostos a um quadro de precarização e (des) realização do

trabalho, sob o manto da invisibilização, pois além de explorados, são submetidos a todo um caráter punitivo que acompanha os alojamentos, dado o controle exercido pelo capital agroindustrial canavieiro sobre esses trabalhadores, que ultrapassa a jornada de trabalho.

Assim, aos propormos a análise do eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, podemos perceber algumas peculiaridades, ligadas não apenas a formação das redes de solidariedade entre os trabalhadores migrantes, sendo estas inclusive resultado de um período que vale a pena identificar, pois se tratará de um período de transição por que passa o eixo, com relação não só a presença das migrações do trabalho para o capital, como também do próprio capital agroindustrial canavieiro.

3.1.1. O processo de transição entre a colheita manual e mecanizada da cana e os rebatimentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema (SP)

Com o fechamento de duas das unidades agroprocessadoras existentes nesse eixo de análise, a se ressaltar a Decasa S/A e a Alvorada do Oeste Ltda, começa a se configurar uma nova fase do processo de expansão do capital agroindustrial canavieiro nos municípios que compõem esse eixo migratório, tendo em vista as consequências da troca do controle das mesmas, ou seja, dos grupos empresariais originários para a Odebrecht Agroindustrial.

Percebe-se também que esse período marca uma ampliação do que Thomaz Junior (2009) entende enquanto plasticidade do trabalho, tendo em vista a constante mudança de lavra dos trabalhadores que por intermédio das redes sociais de solidariedade, continuam a percorrer as rotas migratórias ligadas a esses municípios.

No intuito de conseguirem se empregarem nos canaviais esses trabalhadores continuam a realizar migrações para esses municípios, porém ao chegarem encontram-se envoltos num quadro de incerteza quanto às ofertas de trabalho e reforçam o caráter de plasticidade de sua mão de obra, pois vindos com o intuito de trabalhar nas usinas, acabam tendo que se submeter a outras funções.

Nesse sentido, é importante também considerarmos as estratégias do setor agroindustrial canavieiro, com as unidades processadoras mais tecnificadas ampliando

seu raio de ação, e passando a alterar as rotas de oferta de trabalho na região, tendo em vista não apenas o trabalhador migrante encontrar dificuldades ao buscar se empregar no setor, como também os trabalhadores regionais, que passam a deslocar-se para áreas cada vez mais distantes, para manterem-se vendendo sua força de trabalho de forma precária para os grupos usineiros que ainda fazem uso da realização das colheitas manuais.

Todavia, o trabalhador migrante acaba ao desembarcar na região, tendo que se sujeitar a outras atividades a citar: servente de pedreiro, garçom, realizando bicos em sítios e fazendas, ou trabalhando na indústria local. O trabalhador migrante assim acaba vitimado pelo novo cenário que começa a se construir nesse eixo de investigação.

Em contrapartida, os impactos também se refletem sobre a população local, que passa tornar-se migrante também, se deslocando para outras regiões do estado em busca de trabalho, ou sofrendo o quadro de desemprego, como o que afeta os ex-trabalhadores da Decasa S/A mostrado em reportagem já apresentada neste texto.

Nesta perspectiva, faz parte de nossa investigação continuar analisando as contradições existentes para com o novo cenário que se apresenta na região, tendo em vista o fechamento de unidades processadoras, enquanto parte do processo de concentração e centralização do capital agroindustrial canavieiro na região, bem como as alternativas encontradas pelos trabalhadores diante do novo quadro.

Todavia, quando pensamos neste novo quadro que tem se configurado para a região, nos surge à questão do discurso da qualificação profissional, pois além de propalado pelos grupos canavieiros enquanto oportunidade de os trabalhadores advindos principalmente do corte da cana, manterem-se trabalhando nos canaviais da região. Dessa maneira, os próprios grupos têm incentivado e organizado a qualificação profissional desses trabalhadores, que iludidos pelo sonho da melhor remuneração, ou da expectativa de se manterem empregados, acabam por realizar o mesmo, que como mostramos anteriormente, tem sido utilizado também enquanto manobras do setor para com os trabalhadores.

Então, a qualificação profissional insurge enquanto questão dada à configuração que se apresenta não apenas no Pontal do Paranapanema, como em todo país, dadas as mudanças que o setor canavieiro tem passado nos últimos anos com a ampliação do

corte e plantio mecanizado, sendo os cursos de qualificação enquanto novos fetiches que se assumem para os trabalhadores, dada a ilusão de que ao realizá-los, há a certeza da vaga de emprego nos canaviais.

Porém, como temos acompanhado nos últimos anos, tais cursos fazem parte do discurso instituído para com o fim da despalha e do corte manual, com a eventual substituição do corte manual pelo mecanizado e a mudança para os trabalhadores nas funções que realizavam até então, sendo os cursos de qualificação vistos enquanto alternativa para a manutenção desta mão de obra, o que não ocorre nos canaviais, como é exemplo do Pontal do Paranapanema, em que realizar o curso não é garantia de oferta de trabalho.

Em contrapartida, não apenas os trabalhadores regionais têm participado destes cursos, pois temos acompanhado que mesmo a mão de obra migrante temporária, também tem buscado se qualificar, e isso se expressa nas mudanças existentes na configuração da mão de obra encontrada nos alojamentos (Gráfico 13), havendo não apenas o cortador de cana, como também engatadores, operadores de colhedeira, tratorista, fazendo parte então, da nova dinâmica que estamos acompanhando.

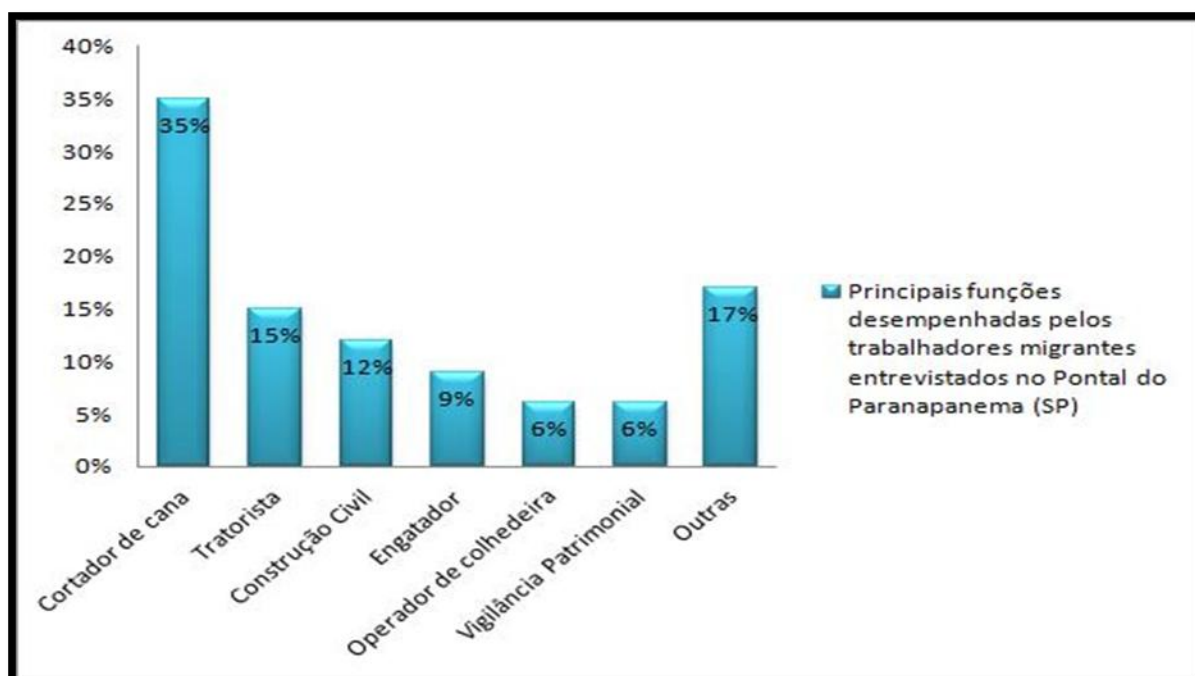


Gráfico 13- Principais funções desempenhadas pelos trabalhadores migrantes entrevistados no Pontal do Paranapanema (SP)

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

O gráfico 13 expressa o processo de transição que temos acompanhado e que atinge também a mão de obra migrante, dadas às ambições e sonhos envolvendo a realização de cursos de qualificação profissional, enquanto forma de mudança não apenas de função, como também de vida, sendo depositados seus sonhos e objetivos para a realização do ato migratório encimados na realização dos cursos de qualificação.

Todavia, 21% dos trabalhadores entrevistados (operadores de colhedeira e tratoristas), possuem cursos de qualificação profissional, sendo interessante destacar as mudanças nos objetos de desejo desses trabalhadores, tendo surgido nos últimos anos, à necessidade de se obter a carteira de habilitação, no intuito de poderem realizar cursos e testes para eventuais vagas de trabalho nos canais do Pontal do Paranapanema e demais rotas migratórias desses trabalhadores.

Em contrapartida, com a transição para o corte mecanizado que tem avançado bruscamente neste início do século XXI, tem surgido impactos para a mão de obra não qualificada, a citar os cortadores de cana, que dia-a-dia tem sentido os reflexos do atual momento vivenciado pelo agrohidronegócio canavieiro no país, devendo se destacar o fato de os trabalhadores que se mantêm no corte da cana, não cortarem cana durante toda uma safra (safristas), bem como a dificuldade ou mesmo impossibilidade de negociar o preço da cana, dada a concorrência com as máquinas.

Outro ponto que merece destaque, advém da ampliação das diárias, que para os trabalhadores migrantes acostumados com o intenso trabalho no corte manual no intuito de aferirem uma melhor remuneração mensal, sentem-se prejudicados, dado que o controle de sua produtividade deixa suas mãos e passa para a empresa, que dá o preço da cana, ou que designa os trabalhadores para a realização de diárias nos canais.

Desse modo, o Pontal do Paranapanema (SP), tem deixado de ser rota para os trabalhadores migrantes sazonais, pois além das dificuldades de remuneração e oferta de trabalho, tem crescido a questão da qualificação profissional, que passa a fazer parte da mente e imaginário desses trabalhadores como temos acompanhado, dado esses trabalhadores terem entre seus objetivos de migração, a realização de cursos de capacitação, sejam os oferecidos pelas empresas, sejam os custeados por eles mesmos, realizados em dias de folga ou ao final da jornada de trabalho.

Assim, nestes tempos de transição das formas de colheita, tem se ampliado a procura e realização dos cursos de qualificação (Gráfico 14), como também a migração de funções dentro dos canaviais, pois os trabalhadores podem em um ano estarem trabalhando enquanto cortadores, em outro obterem a habilitação e realizarem cursos para tratorista, e no ano seguinte, tentarem ofertar sua mão de obra enquanto operador de colhedeira.

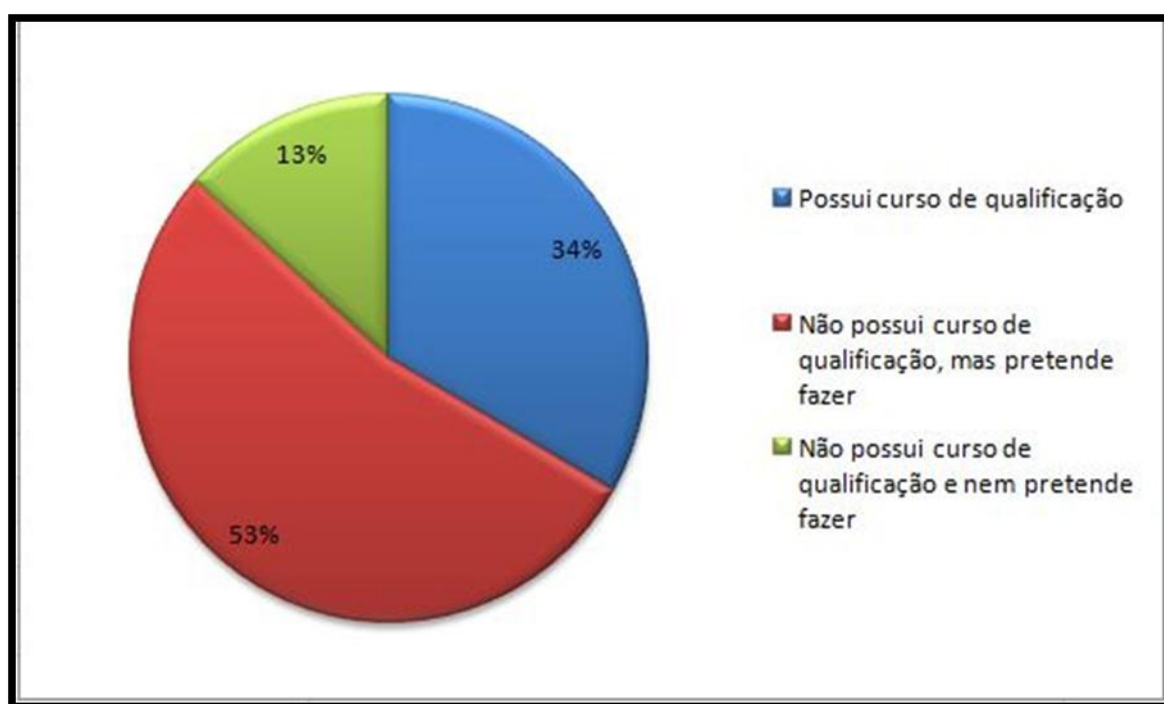


Gráfico 14- Qualificação dos trabalhadores migrantes entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

O Gráfico 14, expressa a magnitude que se tem assumido para os trabalhadores migrantes, a realização de cursos de qualificação, pois 53% dos trabalhadores entrevistados, não possui, mas tem interesse em realizar cursos de qualificação, e outro ponto a se destacar é a presença de trabalhadores migrantes com cursos de qualificação, que é de 34%, principalmente nas funções de tratorista e operador de colhedeira.

Entretanto, também é viável chamarmos atenção para a forma como o discurso da qualificação profissional, tem se construído na mente desses trabalhadores, em que a realização de um ou mais cursos de qualificação (Figura 19), é motivo de orgulho e de expectativa de se manterem nos canaviais, situação que não é distinta daqueles que não possuem cursos de qualificação, pois além da esperança de realizarem os mesmos,

depositam nestes suas expectativas de se manterem no ato migratório, ou seja, continuarem migrando principalmente para o Polígono do Agrohidronegócio.



Figura 19- Certificados de cursos de qualificação profissional

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

A figura 19, apresenta a materialização do discurso que permeia a qualificação profissional, dado que todos os certificados pertencem a um único trabalhador, nos permitindo compreender de que forma o discurso da qualificação profissional atua no intuito de dar aos trabalhadores a oportunidade não apenas de atuar em várias frentes nos canaviais, mas também de oferta de trabalho garantida, como exemplificamos anteriormente, o que não ocorre na realidade, pois muitos dos trabalhadores que concluem estes cursos, não são absorvidos pelos grupos usineiros.

No entanto, os próprios grupos usineiros tem realizado e disponibilizado a seus trabalhadores a realização destes cursos como exposto anteriormente neste texto, tendo em vista os mesmos também comporem as estratégias do capital agroindustrial canavieiro para com os trabalhadores, dada a possibilidade de se efetuar um exército de reserva desses trabalhadores que iludidos pelas promessas de emprego, para os que estão fora, ou pela possibilidade de mudança de função, para os que já são empregados

das empresas, o que acaba por permitir que estes trabalhadores pleiteiem tais cursos. (Figura 20)



Figura 20- Trabalhadores recebendo curso de qualificação em usina da região

Fonte: ATENA (2015).

Outra questão que tem surgido nestes tempos de transição também advém das mudanças nos objetivos dos trabalhadores migrantes, que ao chegarem aos canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), e não mais encontrarem remuneração nos mesmos, passam a ofertar sua força de trabalho em outras funções, com destaque para a construção civil, em que 12% dos trabalhadores migrantes entrevistados, trabalham em funções na construção civil, seja como pedreiro, ajudante, eletricista etc.

Desse modo, ajudam a compor um quadro de trabalhadores migrantes estabelecidos, que num primeiro momento vieram na expectativa de cortar cana, mas que dadas às configurações que se assumem nos últimos anos, tem se deslocado para outras rotas migratórias, ou para outras funções no Pontal do Paranapanema e consequentemente se estabelecendo na região.

Nesta perspectiva, faz parte de nossa investigação continuar analisando as contradições existentes para com o novo cenário que se apresenta na região, tendo em

vista o fechamento de unidades processadoras, enquanto parte do processo de concentração e centralização do capital agroindustrial canavieiro na região, bem como as alternativas encontradas pelos trabalhadores diante do novo quadro.

No entanto, há uma configuração não muito diferente, quando pensamos o eixo Caiabú-Martinópolis- Narandiba, com relação não apenas ao capital agroindustrial canavieiro, como das próprias migrações do trabalho para o capital, e que nos estimulam a buscar correlações e diferenças com o que vimos até aqui, dado o grande número de trabalhadores em outras funções, que não a de cortador de cana.

Todavia, sabermos que o processo de transição por que passa o agrohidronegócio canavieiro, e seus efeitos sentidos no Pontal do Paranapanema neste início da segunda década do século XXI, ser reflexo do período em que se encontra o setor agroindustrial canavieiro, e que intentamos continuar estudando nos próximos anos, tendo em vista a compreensão dos tensionamentos e contradições existentes no mesmo.

Porém, trataremos agora do eixo Caiabu-Martinópolis-Narandiba, tendo em vista não só as contradições presentes em torno da relação capital x trabalho, como também os reais significados da permanência das colheitas manuais, bem como da utilização da mão de obra migrante no mesmo.

3.2. As migrações do trabalho para o capital no eixo Caiabu-Martinópolis-Narandiba (SP)

Diferentemente do que pudemos expor em torno do eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, o eixo Caiabu-Martinópolis-Narandiba apresenta algumas diferenças ligadas ao jogo de interesses do capital agroindustrial canavieiro, que dão o tom das relações travadas em torno do mesmo, como também semelhanças.

As semelhanças se pautam pelo tipo de trabalhador migrante encontrado no município de Caiabu, tendo em vista o mesmo ser caracterizado enquanto um município que também tem sofrido o processo de transição ressaltado antes, apresentando assim um número considerável de migrantes estabelecidos, principalmente advindos do estado da Paraíba. (Figura 21)



Figura 21- Rua em Caiabu (SP) com a presença de trabalhadores (as) migrantes residindo

Fonte: Pesquisa de campo (2014-2015). Autor: Fredi dos Santos Bento (06/2014)

Em contrapartida, em Martinópolis, pudemos detectar situação adversa relacionada à própria forma de contratação dos trabalhadores, bem como a vinda dos mesmos para os canaviais, pois diferente do que expomos com relação ao município de Emilianópolis-SP, as migrações do trabalho para o capital têm se dado encimadas na própria emergência do capital agroindustrial canavieiro de manter esse tipo de mão de obra para os seus canaviais.

Assim, nossas ações para com esse eixo, acabaram por se deter ao município de Martinópolis, dado essa especificidade. O município de Martinópolis possui aproximadamente cerca de 24.260 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010, estando localizado entre a latitude de 22°08'45" S e longitude de 51°10'15" W aproximadamente.

Com relação à presença do trabalhador migrante sazonal, uma das características apresentadas, se dá pela presença desses trabalhadores vinculada às estratégias do capital agroindustrial canavieiro, que nos últimos anos tem recrutado esses trabalhadores nos mais distintos estados do país, com ênfase para os da região Nordeste, como exposto pela população local.

Esses trabalhadores ao chegarem ao município, passam a viver em alojamentos “repúblicas de trabalhadores”, cedidas pela usina, sendo uma continuação do que se observa nos canaviais, tendo em vista o caráter cooptativo e de vigilância constante se manter, e que nos permitem questionar o caráter punitivo dos alojamentos, tendo em vista os trabalhadores terem de seguir uma série de normas de convivência e de comportamento, sob o perigo da vigília constante.

Com relação a esse caráter punitivo, podemos questionar ainda de que modo o mesmo esbarra nas estratégias dos trabalhadores, bem como na própria constituição das redes sociais de solidariedade entre eles, tendo em vista considerarmos os alojamentos também enquanto seu caráter disciplinador, pois o trabalhador deve cumprir uma série de regras que permitem que o mesmo se torne ainda mais submisso as diligências da empresa.

No entanto, a submissão do trabalhador na verdade começa desde que o mesmo aceita vender sua força de trabalho, ainda nos locais de origem no processo de agenciamento pelo gato, pois faz parte das estratégias do capital agroindustrial canavieiro se utilizar da mão de obra migrante, não só pelo caráter produtivo dos mesmos, como também da passividade que os cerca por conta da necessidade da oferta de emprego realizada.

Com relação ao gato, como percebido durante nossas entrevistas a campo, há um caráter seletivo do mesmo para com os trabalhadores que ele trará. Tal caráter leva em conta não apenas a produtividade e força física, pensando aqui o ‘bom cortador’, como também o caráter submisso desses trabalhadores, tendo em vista ele não vir a prejudicá-lo, e nem dar prejuízos para a usina.

Pode-se perceber então nesse caso, que a figura do gato, trabalha ligada não só ao simples agenciamento desses trabalhadores, como também enquanto uma figura que representa aos trabalhadores o laço estabelecido com as usinas, bem como o temor da demissão, que pode ser entendida enquanto o falhar ao migrar.

Então, é possível perceber que a utilização do trabalhador migrante, também tem a ver com o caráter submisso aos mandos e desmandos do capital agroindustrial canavieiro, o que nos permite concordar com Silva (2011a), quando esta postula a respeito da acumulação por espoliação realizada pelo capital agroindustrial canavieiro,

caracterizada pela utilização da mão de obra migrante, havendo assim segundo a autora a eliminação de substâncias vivas do trabalho.

No entanto, para darmos continuidade à exposição em torno do quadro existente no município de Martinópolis é viável que expressemos alguns números referentes à utilização da mão de obra migrante para os canaviais existente no município, tendo em vista que segundo informações dos próprios trabalhadores, em 2013 a usina chamou apenas uma turma, situação diferente a de anos anteriores. (Quadro 05).

Ano	Número de turmas
2009	1
2010	_*
2011	3
2012	2
2013	1
2014	1*
* Não foram obtidos dados a respeito do ano destacado.	
1 * Turma foi dispensada ainda no começo da safra.	

Quadro 05- Número de turmas de trabalhadores migrantes sazonais para a colheita da cana-de-açúcar, em Martinópolis-SP

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015) Organização: Fredi dos Santos Bento.

Através do Quadro 05, podemos perceber que a utilização da mão de obra migrante sazonal, tem se feito notar nos últimos anos, a partir de 2009, sendo que quando iniciamos nossas investigações no município no ano de 2013, apenas uma turma de trabalhadores migrantes foi recrutada, sendo a mesma dividida em casas alugadas pela própria unidade processadora (Quadro 06).

Casa	Número de trabalhadores
1	16
2	14
3	16
Total:	46

Quadro 06- Número de trabalhadores por alojamento “república de trabalhadores”, em Martinópolis-SP

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Entretanto, pudemos perceber que diferente de Emilianópolis, que possui casas de trabalhadores migrantes alugadas por si próprios, bem como a presença das mulheres desses trabalhadores, além da proximidade das casas, isso não ocorre em Martinópolis, tendo em vista a usina recrutar apenas homens e ter os dividido em casas, e com relação às mesmas, pode se observar que estas são grandes, tendo em vista o número de trabalhadores que acolhem, devendo-se destacar que os trabalhadores não podiam trazer mulheres nas mesmas, dada essa ser uma das regras impostas pela usina, bem como a não realização de festas, churrascos, dentre outros que remetam a empresa um caráter de desordem.

O cumprimento dessas exigências significa para o trabalhador não só sua permanência nos canaviais do Pontal do Paranapanema, como também um fator desagregador de sua apropriação territorial tendo em vista ser lhe negado o direito de estabelecer redes de solidariedade entre si.

Dessa maneira, mesmo que sejam do mesmo local de origem, os trabalhadores passam a se conhecer apenas nos canaviais paulistas, o que permite compreendermos o trabalhador migrante sazonal enquanto um ser a margem das relações sociais e apropriações territoriais existentes, estando eternamente fora de seu lugar, como nos fala Perpetua (2012).

Pudemos constatar que as casas “repúblicas de trabalhadores”, são os locais não só de dormitório e vivência, como também de criação de relações sociais entre esses trabalhadores, ao se conhecerem em Martinópolis. (Figuras 22 e 23)



Figura 22- Casas “repúblicas de trabalhadores migrantes” em Martinópolis-SP

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015). Autor: Fredi dos Santos Bento. (11/2014)

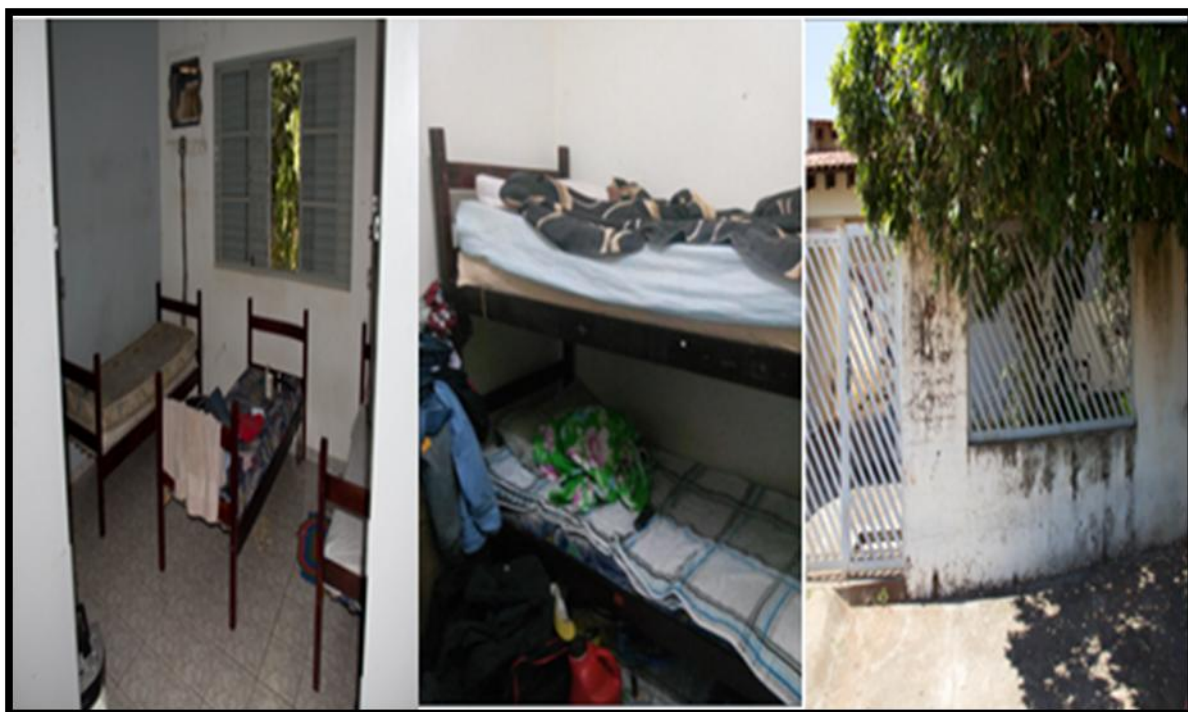


Figura 23- Casas e dormitórios de trabalhadores migrantes em Martinópolis (SP)

Fonte: Pesquisa de campo (2014-2015). Autor: João Paulo Pimenta (05/2015)

Além do controle realizado pelo gato, esses trabalhadores também sofrem a ação de funcionários da usina, que constantemente realizam visitas nos alojamentos. Todavia, o gato tenha poder também de interferir em favor ou contra determinado trabalhador, o que nos permite entender sua dupla personalidade, ao mesmo tempo em que é considerado alguém a quem recorrer pelos trabalhadores, é também elemento de confiança das usinas no intuito de manter o disciplinamento dos trabalhadores.

Com relação à contratação desses trabalhadores, pudemos perceber ao longo da pesquisa, que essa se faz nos locais de origem, ressaltando que elementos como a produtividade e o bom comportamento, são incluídos, dado o gato ter aferido para si parte do trabalho excedente realizado por esses trabalhadores, tendo em vista que quanto mais os trabalhadores migrantes produzirem maior será seu rendimento.

Assim, o gato realiza um criterioso processo de seleção que segundo os trabalhadores, começa ainda nos locais de origem, em bares, nas casas ou nas ruas, por conversas informais, bem como o ato de investigar se esse trabalhador não tem seu nome nas listas negras da usina, valendo-se ressaltar o elemento que gira em torno do confiar em determinado trabalhador, todavia só os trabalhadores de confiança do gato é que serão selecionados.

Vale-se destacar que o gato muitas vezes é um ex-trabalhador que migrou anteriormente para os canaviais paulistas e estabelecendo contato com as usinas, acaba por ser eleito agenciador de mão de obra no seu local de origem. No entanto, é comum nesses locais, que sejam realizados anúncios em rádios locais, bem como em carros de som nas ruas, a existência de oportunidades de emprego para as mais diversas atividades, destacando-se a oferta de mão de obra para as grandes obras públicas, como citado antes, que remetem ao PAC 2 e para os canaviais localizados no Polígono do Agrohidronegócio.

Entretanto, não é apenas o capital agroindustrial canavieiro que tem estratégias para com a utilização da força de trabalho migrante, pois os próprios também criam suas estratégias, realizando uma seleção dos melhores locais para migrarem, ou seja, os grupos usineiros que melhor os remunerem, e aqui uma série de características devem ser mencionadas, a exemplo do grau de intensidade da mecanização existente na usina, as condições de sobrevivência nos locais de destino, bem como os próprios municípios de destino.

Para esses trabalhadores não compensa permanecer em sua terra natal, trabalhando na roça ou desempenhando tarefas que lhes afirmam no final do mês, apenas um salário mínimo. Então, podemos destacar que as migrações desses trabalhadores se dão não apenas pela busca de melhor remuneração, como também pela qualidade da lavra a ser desempenhada, ou melhor, da qualidade do serviço. (Gráfico 15)

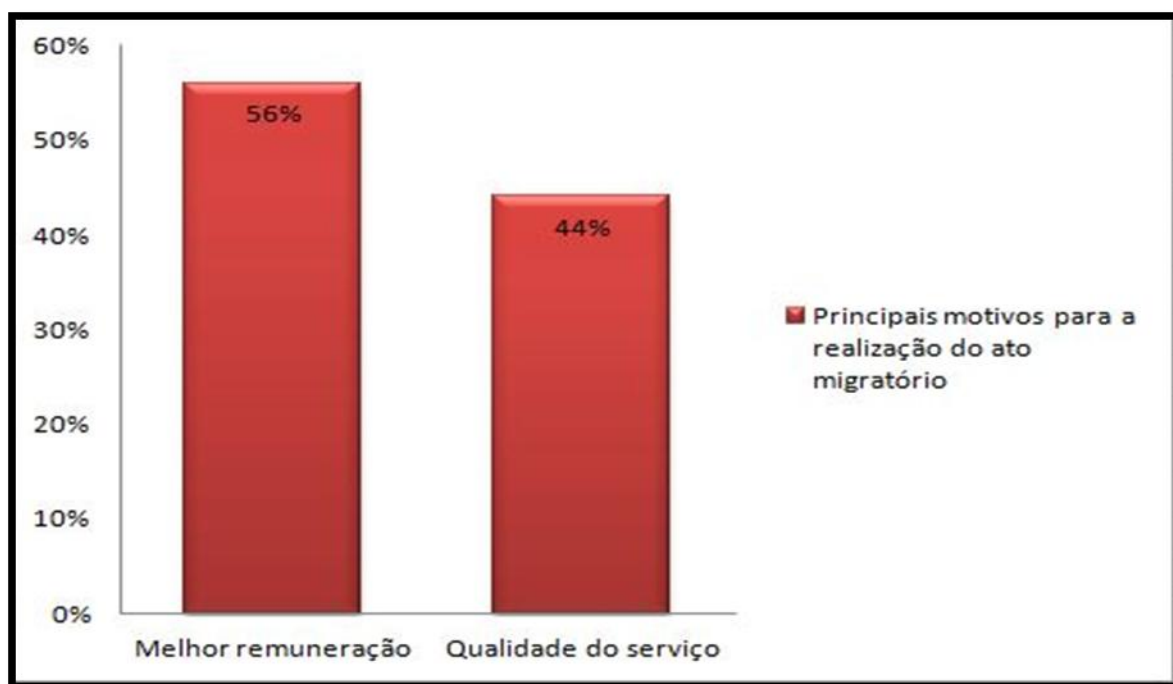


Gráfico 15- Principais motivos para a realização do ato migratório

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Todavia, a melhor remuneração foi o fator principal elencado pelos trabalhadores, dado que 56% deles apontam questões relacionadas aos ganhos aferidos nos locais de origem e a comparação realizada pelos mesmos, quando se pensam os locais de destino, ou seja, as eventuais rotas migratórias traçadas. De todo modo, os tipos de funções a serem desempenhadas também merecem destaque e são um fato fortemente lembrado pelos trabalhadores, tendo em vista os tipos de lavra disponíveis e realizados nos locais de origem.

A questão da qualidade do serviço é importante, pois expõe as estratégias desses trabalhadores que apesar de terem sua força de trabalho apropriada de forma predatória pelo capital, mantém-se traçando suas próprias estratégias, buscando sempre a melhoria das suas condições de vida, e por si só, de trabalho, e aí pensarmos as dificuldades

existentes no que diz respeito às funções desempenhadas nos locais de origem, não devendo se dissociar à precarização existente nas mesmas, aliada a baixa remuneração.

Desse modo, os canaviais paulistas são vistos por esses trabalhadores então, enquanto “lugares de ganhar dinheiro”, tendo em vista a perspectiva de retorno ao fim da safra, podendo-se perceber certa diferença em torno dos objetivos ao migrar.

Todavia, pudemos perceber que a média de idade desses trabalhadores está na faixa dos 18-35 anos em sua maioria, mas também pudemos encontrar trabalhadores com até 51 anos, valendo se ressaltar o número de safras realizadas por esses trabalhadores.

Nessa perspectiva, pudemos perceber que dentre os objetivos dos trabalhadores migrantes está não apenas o salário, como também a perspectiva de se acessarem bens, a exemplo de motos, carros, bem como casas, além de ajudar a família. (Gráfico 16)¹⁷.

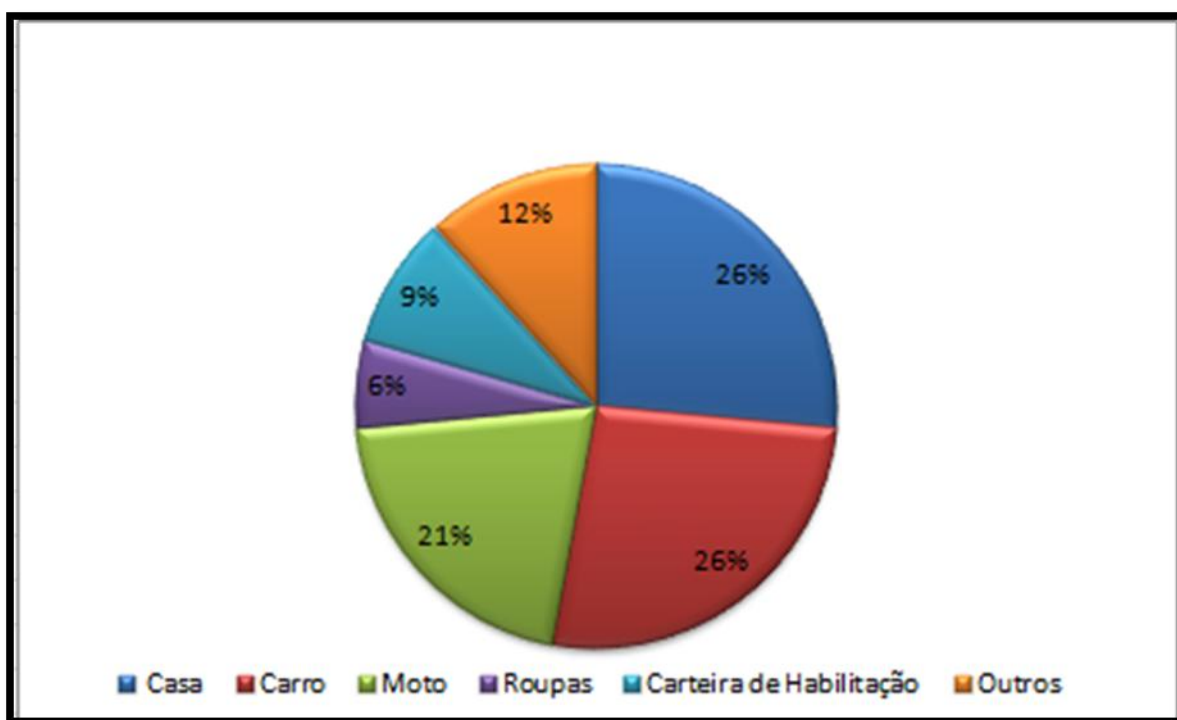


Gráfico 16- Principais objetivos de consumo dos trabalhadores migrantes

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

¹⁷ Os gráficos utilizados a partir daqui, no texto, levam em consideração apenas as entrevistas realizadas no eixo Caiabú-Martinópolis, tendo sido construídos a partir das entrevistas semiestruturadas e relatos orais realizados para com esses trabalhadores.

Com base no Gráfico 16, podemos perceber dois polos opostos, tendo em vista a perspectiva de se adquirir carro, quando 26% dos entrevistados confirmaram, e a da construção da casa também por 26%, chamarem atenção para a diferença nos objetivos ao migrar, de acordo com a faixa etária desses trabalhadores. Isto é, enquanto entre os trabalhadores solteiros e consequentemente mais jovens, na faixa etária até os 30 anos, os objetivos giram em torno da compra de carros, motos, além de roupas, para os trabalhadores casados os objetivos se dão em torno da construção ou compra da casa, bem como na necessidade de adquirir um pedaço de terra.

Outro bem que merece destaque são as motocicletas, objeto de desejo principalmente dos trabalhadores mais jovens, e que deve ser destacada enquanto reservas de valor, dado que ao retornarem as rotas migratórias, esses trabalhadores vendem as mesmas para poderem viajar, adquirindo outra ao término da safra, que posteriormente poderá ser vendida na safra seguinte, num ciclo contínuo de compra e venda. Porém, não se deve deixar de elencar outro fator neste caso, que é o da necessidade de adquirir modelos mais novos e sofisticados. (Figura 24)



Figura 24- Motocicletas adquiridas pelos trabalhadores migrantes enquanto resultado de safras anteriores

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Autor: João Paulo Pimenta (05/2015)

As motocicletas à direita e ao centro deixam claro o local de origem dos trabalhadores, os municípios de Santo Antônio do Retiro-MG e Iturama-MG, sendo que com relação aos trabalhadores mais jovens, é possível se perceber que as mercadorias mais que uma marca, imprimem um disfarce, e conseqüentemente o parecer àquilo que não é no intuito de se sentirem incluídos mesmo que precariamente a sociedade em que vivem. Desse modo, a mercadoria funciona enquanto uma espécie de fetiche, que não apenas os corrompe como também aciona o detonador para que se produza cada vez mais na esperança de adquirirem essas mercadorias. (SILVA 2011b; MARTINS, 2002)

Entretanto, nos chama atenção outro objeto de desejo desses trabalhadores, que em pesquisas anteriores não se evidenciou, que é a obtenção da carteira de habilitação, lembrada por 9% dos trabalhadores, e que tem ligação com o período vivenciado neste início da segunda década do século XXI, dada a necessidade de mudança de lavras por conta do fim do corte manual da cana-de-açúcar.

Dessa forma, mais que um objetivo, a conquista da carteira de habilitação os aproxima de seus sonhos, dado que muito mais que a habilitação em si para dirigir, esta permitiria a continuidade do ato migratório, dada a possibilidade de realização de cursos de qualificação e a conseqüente mudança de lavra, que por si só manteria a expectativa destes trabalhadores em aferirem os demais objetos citados no gráfico 16.

No entanto, também nos chama a atenção o número de safras realizadas por esses trabalhadores, tendo em vista que as mesmas indicam também o grande número de rotas migratórias estabelecidas pelos mesmos. Vale-se ressaltar que uma das estratégias desses trabalhadores em torno do ato migratório, se dá pelo fato de migrarem a cada dois anos, permanecendo um ano em sua terra natal, e aqui falarmos nos municípios do Norte de Minas Gerais: Montezuma e Santo Antônio do Retiro, além do município baiano de Mortugaba, e outro nas mais diversas formas de lavra nos locais de destino.

Outra estratégia é dada pelos trabalhadores que migram anualmente, evitando assim os mesmos destinos seguidamente, por exemplo, os trabalhadores migrantes encontrados em Martinópolis, para a safra 2015-2016, não são os mesmos encontrados em 2013, mas já migraram temporariamente para o município em 2011.

Todavia, outros municípios do estado merecem destaque como o de Engenheiro Coelho-SP e Valparaíso-SP. (Gráfico 17)

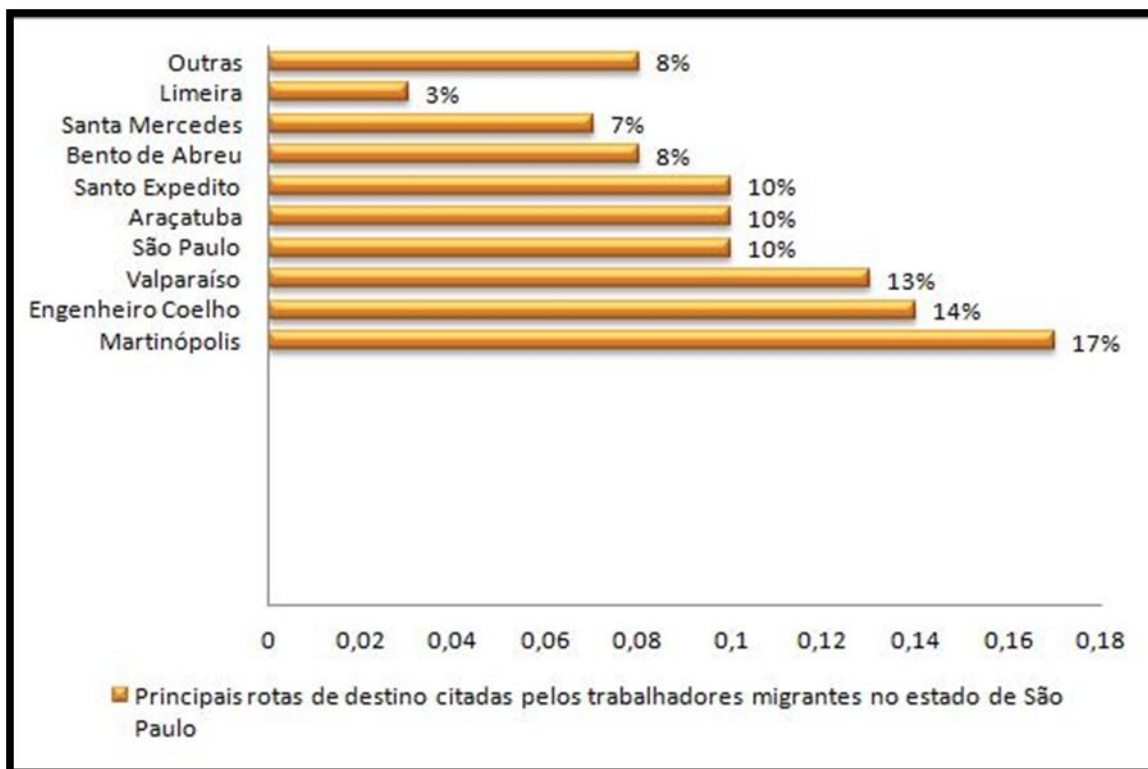


Gráfico 17- Principais rotas de destino citadas pelos trabalhadores migrantes no estado de São Paulo

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015).

O Gráfico 17, reflete a fala dos trabalhadores ao citar os municípios para os quais migraram, migram ou pensam em migrar, a exemplo de Santa Mercedes, Bento de Abreu, Engenheiro Coelho e Valparaíso, que constituem parte das rotas migratórias anteriores desses trabalhadores.

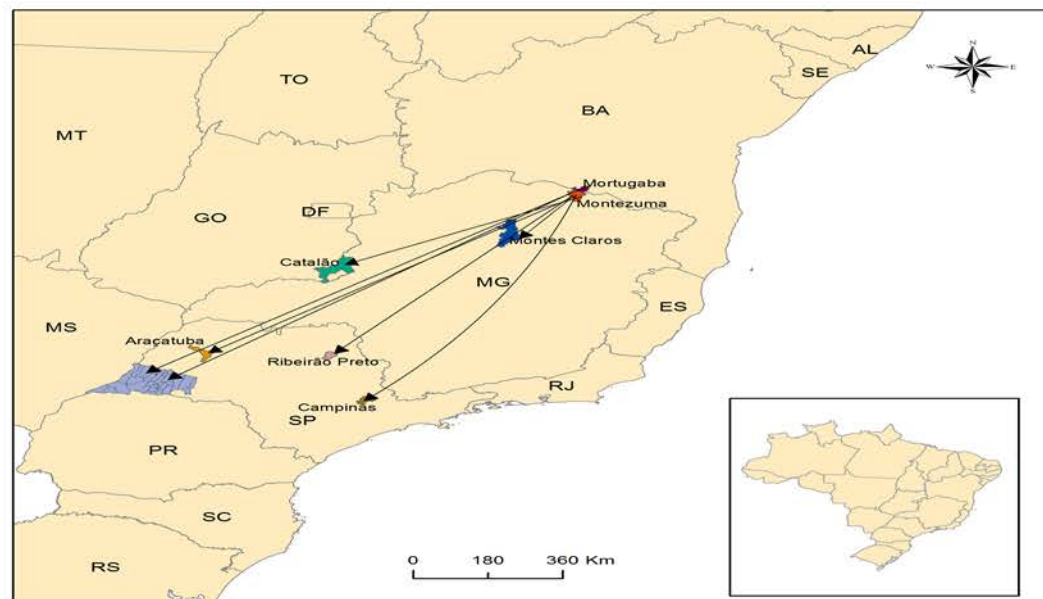
Com relação à escolha desses trabalhadores em torno do local de migração, levando-se em consideração o próprio caráter em torno das redes de solidariedade e da formação de um território migrante, não podemos nos esquecer de que no caso das migrações para os canaviais do Pontal do Paranapanema, os interesses do capital agroindustrial canavieiro também devem ser levados em conta, pois a usina também realiza uma seleção dos locais ofertantes de mão de obra migrante, evitando selecionar trabalhadores do mesmo local por mais de uma safra seguida, como pudemos perceber nas falas dos trabalhadores migrantes.

No entanto, a não escolha de trabalhadores de um determinado local seguidamente, está ligada também a quebra dos laços estabelecidos por esses com o local de destino, e que aqui preferimos entender enquanto quebra da apropriação territorial realizada pelos mesmos, o que rebate diretamente na própria constituição dos direitos dos trabalhadores, pensando aqui a ação sindical que é blindada pela não existência de sociabilidade.

Logo, enxergamos a seleção de trabalhadores de diferentes lugares a cada safra, enquanto estratégia para evitar não apenas a constituição de redes sociais de solidariedade, como também para evitar a criação de sociabilidade dos trabalhadores com a população local, bem como com a instância sindical.

Porém, em alguns casos também há troca de rota migratória, tendo em vista as mesmas não aferirem aos trabalhadores a remuneração esperada, dessa forma, os trabalhadores percorrem as mais diversas rotas migratórias (Mapa 03), com relação aos trabalhadores entrevistados em Martinópolis na safra 2013-2014, tendo em boa parte participado da colheita da cana na safra 2010-2011.

Mapa 03 - Rotas migratórias dos trabalhadores migrantes com origem em Montezuma-MG e Mortugaba-BA



Localização do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo



Pontal do Paranapanema



Legenda

	Pontal do Paranapanema		Mortugaba
	Araçatuba		Montezuma
	Catalão		Montes Claros
	Campinas		Unidades da Federação
	Ribeirão Preto		Deslocamentos

Organização: Fredi dos Santos Bento
Edição Cartográfica: Elines Sodré Gomes
Fonte: Pesquisa de campo (2013/2014)
Junho/2014

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CEGeT
Centro de Estudos em Geografia e Territórios
Laboratório

UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Nos chama atenção ainda, o grau de flexibilidade em torno das migrações do trabalho para o capital estabelecidas por esses trabalhadores, tendo em vista o grau de plasticidade do trabalho, e aqui mais uma vez fazendo uso do exposto por Thomaz Júnior (2009), pois esses trabalhadores se caracterizam pela constante muda de lavra, de acordo com a rota migratória traçada.

Num determinado ano, podem trabalhar nos canaviais do Pontal do Paranapanema, em outro ano colher laranja em Limeira ou café no Triângulo Mineiro, ou ainda, em outro trabalhar de servente de pedreiro em Montes Claros, ou pode não migrar e permanecer no local de origem seja cuidando da roça, ou fazendo bicos, como foi ressaltado por esses trabalhadores, o que para nós caracteriza um eterno trânsito de funções, que nos remetem a máxima em torno da plasticidade do trabalho desempenhado por esses trabalhadores (Figura 25).

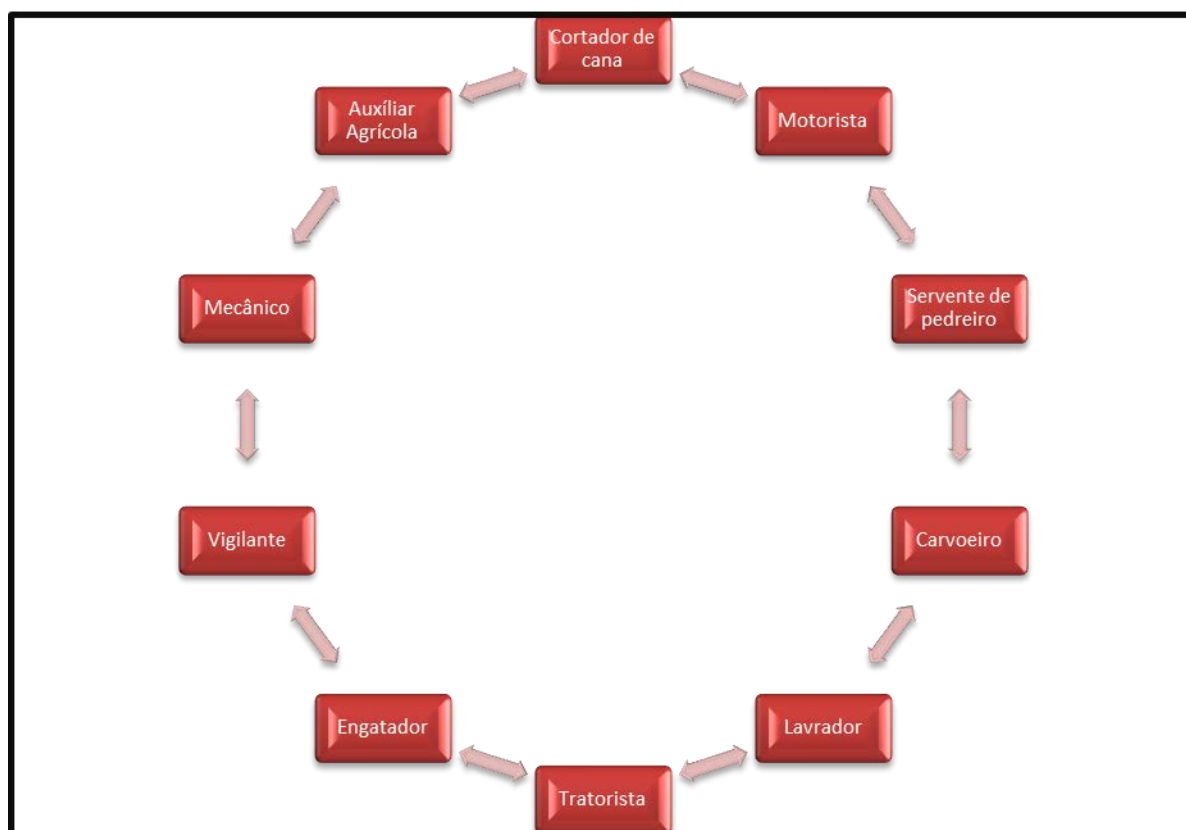


Figura 25- Funções desempenhadas pelos trabalhadores migrantes sazonais

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Desse modo, podemos perceber que o trabalhador migrante é conhecido também pelas mais diferentes formas pelas quais submete sua força de trabalho, sendo interessante destacar na figura acima, as funções de carvoeiro dado o alto grau de precarização do trabalho existente na mesma, bem como o quadro de trabalho semidegradante a que se submetem nos canaviais paulistas.

Com relação à colheita da cana deve se destacar também a rejeição desses trabalhadores para com os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), tendo em vista que os mesmos atrapalham os trabalhadores, pois parar um minuto já é prejuízo no corte da cana, sendo que dentre os equipamentos utilizados o óculos é um dos mais rejeitados pelos trabalhadores dado que sob as altas temperaturas do Pontal do Paranapanema, que podem chegar até os 37°C em dias mais quentes, fazem com que o olho fique embaçado e o trabalhador tenha sua visualização do eito comprometida.

Outro dado interessante advém do tipo de cana preterido por esses para cortar, que depende de sua estratégia, pois uma cana mais leve e mais rápida de cortar tem menor valor segundo eles, já a cana enrolada e mais pesada, é também mais difícil de ser cortada, embora a decisão de que cana cortar não esteja nas mãos desses.

Com relação a este dado, deve-se chamar atenção para a temida diária, que se caracteriza por serviços realizados na roça, quando não há cana para colher, dentre esses serviços estão o carpir ervas daninhas, plantar etc., que não aferem ao trabalhador ganhos como o corte da cana, tendo em vista o preço estipulado e a não possibilidade de produzir cada vez mais, na esperança de aferir uma maior quantia de dinheiro no final do mês.

Entretanto, a diária também é utilizada enquanto medida punitiva para aqueles trabalhadores que respondem ou desacatam os fiscais de algum modo, bem como para os trabalhadores que se recusam ao esforço contínuo, não produzindo o esperado, tornando-se assim 'marcados' pelos fiscais, que podem direcioná-lo para a diária.

Novamente, postulando o jogo de estratégias entre os trabalhadores migrantes sazonais x o capital agroindustrial canavieiro, podemos perceber que migrar para o trabalho no corte da cana, não apenas é estratégia, como necessidade tendo em vista o fato desses trabalhadores além sua maior parte não terem tido acesso a um grau elevado de escolaridade, ou mesmo nem terminado a escola.

Essa é uma questão importante, pois pode nos indicar outro sentido para o grau de submissão a que esses trabalhadores se põem nos canaviais paulistas, tendo em vista as perspectivas em torno da ‘mudança de vida’ darem-se encimados no corte da cana, sendo para alguns inclusive o capital agroindustrial canavieiro visto com bons olhos, por causa da oportunidade de trabalho existente.

Em relação a estas questões, poderemos discuti-las mais efetivamente na unidade V, deste texto, onde procuraremos investigar encimado na teoria, os reais motivos que levam os trabalhadores a tal submissão, e a própria percepção dos mesmos enquanto submissos ao labor.

A questão da escolaridade é importante, pois também nos permite enxergar os diferentes interesses entre esses trabalhadores, tendo em vista que se para alguns, os canaviais significam a oportunidade de mudar de vida, para outros é oportunidade de ampliar seu grau de aprimoramento.

Dessa forma, pudemos ao longo da pesquisa perceber que dentre os trabalhadores entrevistados, boa parte não terminou a escola, parando de estudar ainda no ensino primário. (Gráfico 18).

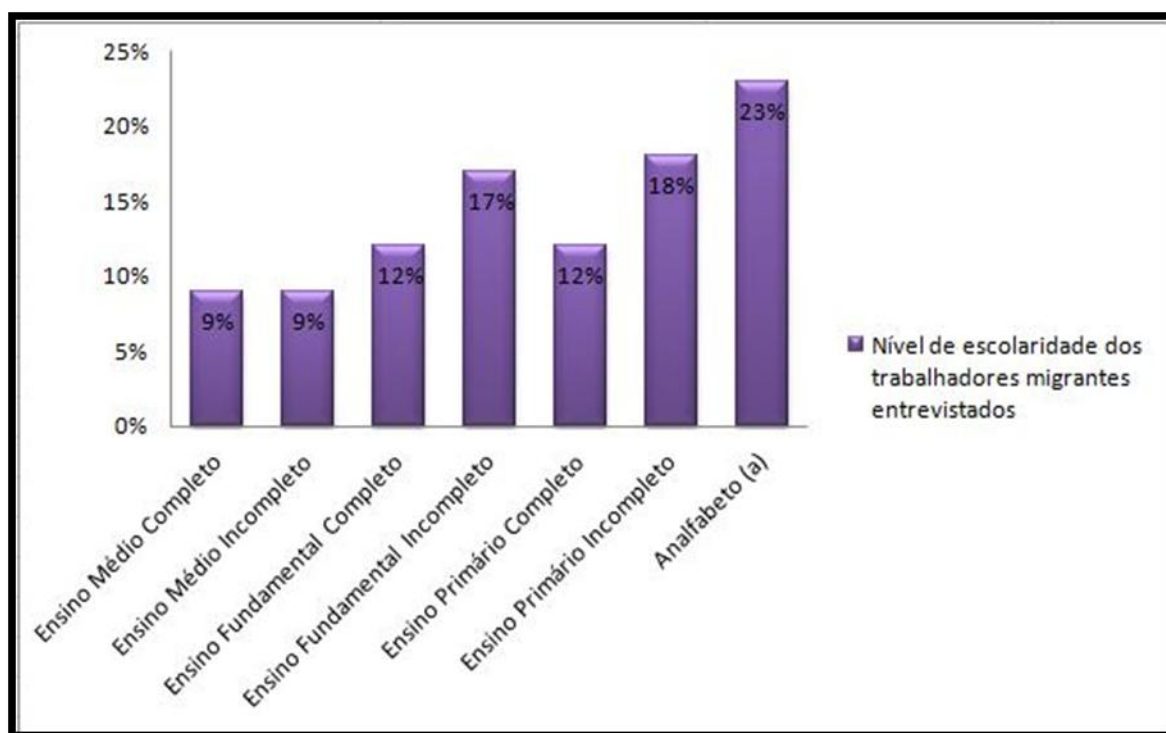


Gráfico 18- Nível de escolaridade dos trabalhadores migrantes entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015).

Ao analisarmos o Gráfico 18, percebemos que 23% dos trabalhadores migrantes entrevistados sequer foi à escola, valendo destacar que a faixa etária neste caso também deve ser considerada, pois os trabalhadores acima de 30 anos, puderam nos relatar que não puderam terminar por conta da continuação de seus estudos ter que ser dada na cidade, tendo eles estudado em escolas rurais que iam até o nível primário apenas.

Diferentemente do que pudemos acompanhar em relação aos trabalhadores mais jovens, tendo os mesmos em boa parte terminado a escola, chegando assim ao ensino médio, muito por conta das próprias mudanças no ensino que ocorreram nas últimas décadas, pensando aqui o acesso da população das áreas rurais a escola na cidade.

Menezes (2012) considera que para os trabalhadores migrantes o estudo é um investimento caro e incerto, tendo em vista ser um investimento de muitos anos, tempo este que os trabalhadores migrantes não têm dado o fato de terem que ajudar a família, ou mesmo alcançar seus objetivos a curto prazo.

Assim, é que entendemos falas de trabalhadores que migraram no intuito de retomarem os estudos, mas que não mais o fizeram, passando assim a vida *lá e cá*, realizando deslocamentos migratórios praticamente todos os anos.

Em contrapartida, para os mais jovens a expectativa de trabalhar nos canaviais está atrelada também ao período histórico que nos encontramos, tendo em vista a ampliação da mecanização das colheitas, que força os trabalhadores a se capacitarem para resistir ao novo estado de coisas, passando então a desejar realizar cursos para aprender a operar máquinas colheitadeiras, dirigir tratores e caminhões, dentre outros.

Aqui pode se destacar a ampliação de sua vigília diária, pois após deixar os canaviais à tarde, o trabalhador ainda ter que se submeter a um curso técnico no período noturno, no intuito de além de manterem a sua própria migração, manterem-se também empregados nos grupos usineiros.

A colocação acima é válida, sobretudo porque pudemos perceber nesse período de transição das formas de colheita da cana, as migrações também relacionadas ao trabalho mecanizado, e aqui vale destaque à formação de redes de solidariedade, bem como a experiência adquirida anteriormente em torno do corte manual, que permite que esses trabalhadores também sejam contratados agora para outras funções, como a pesquisa pode nos revelar.

No entanto, faz parte de nossas investigações no atual período o fato de o trabalho no corte mecanizado, não representar a melhoria das condições de trabalho, nem mesmo a amenização do mesmo, tendo em vista todo um caráter flexível da jornada de trabalho desses trabalhadores, que além de não terem o domingo, enquanto dia de descanso, ainda são obrigados a trabalhar no período noturno, com mudanças constantes nos horários de trabalho, sob a perspectiva do rodízio realizado.

A utilização das máquinas colheitadeiras não significa assim, a humanização do trabalho, tendo em vista que é nas jornadas de trabalho noturnas, que ocorrem mais acidentes relacionados ao corte mecanizado, isso se dá principalmente pela própria jornada, realizada em forma de rodízio que obriga os trabalhadores a terem de cumprir turnos alternados, podendo trabalhar durante uma mesma semana em três períodos diferentes. (MENEZES; SILVA; COVER, 2011; SCOPINHO et al., 1999)

Scopinho et al. (1999) destaca que com a utilização do corte mecanizado, diminui o número de acidentes nos canaviais, porém amplia sua gravidade, tendo em vista que diminui a carga física sobre os trabalhadores, mas amplia-se a carga psíquica, os tornando susceptíveis a acidentes principalmente no período noturno.

A mecanização das colheitas também afeta os trabalhadores migrantes que permanecem sendo contratados pelos grupos usineiros, tendo em vista sua competição ser contra a máquina, levando-se em consideração que ela é que passa a determinar o ritmo não só de trabalho dos cortadores, como também do percentual de cana existente direcionado ao corte manual, e que os força a inclusive realizar a colheita da cana na palha, o que impele um esforço físico e uma sujeição ainda maior desses.

Então, podemos retomar a discussão em torno das estratégias existentes entre esses trabalhadores, tendo em vista que os grupos usineiros mais tecnificados, não são os preteridos, pois não permitirão ao fim da safra que o trabalhador afira lucros como em grupos que se utilizem do corte mecanizado em menor escala. Tal afirmação, na verdade é uma contradição em si, pois justamente os grupos que mais se utilizam do trabalhador migrante, serem os que mais compactuam com o trabalho precarizado.

Em relação às estratégias travadas pelos trabalhadores, é importante perceber que a presença do vínculo familiar enquanto um fator decisivo nas migrações, pois a

permanência de um membro da família pode representar a possibilidade de migração de outro, pois o primeiro ficaria responsável por cuidar das lavouras desses trabalhadores.

Quando postulamos que o trabalhador migrante sazonal era também um trabalhador camponês, estávamos querendo chamar a atenção para o fato de esses trabalhadores migrarem para manter-se na terra. Entretanto, deve-se considerar também as dificuldades que os mesmos encontram na lida cotidiana com a mesma.

Ao retornarem em meados de dezembro para sua terra natal, os trabalhadores encontram-na em estação de chuvas, ou seja, o período ideal para realizarem seus cultivos, que como pudemos avaliar, são no geral de subsistência. É nesse sentido, que se percebe o caráter incerto das migrações, pois as mesmas dependeriam ainda da própria configuração existente na terra natal, levando em consideração a exígua capacidade de suas terras.

No entanto, ressaltamos a discussão realizada anteriormente em torno de não entendermos nas constantes secas, o motivo das migrações desses trabalhadores, de modo que a questão envolve uma série de outros fatores, como a própria permanência na terra, tendo em vista a mesma nem sempre ser de propriedade desses trabalhadores, que são no geral, posseiros ou arrendatários que cultivam em sua maior parte, gêneros básicos para sua subsistência, a citar os que compõem a chamada lavoura branca. (Gráfico 19).

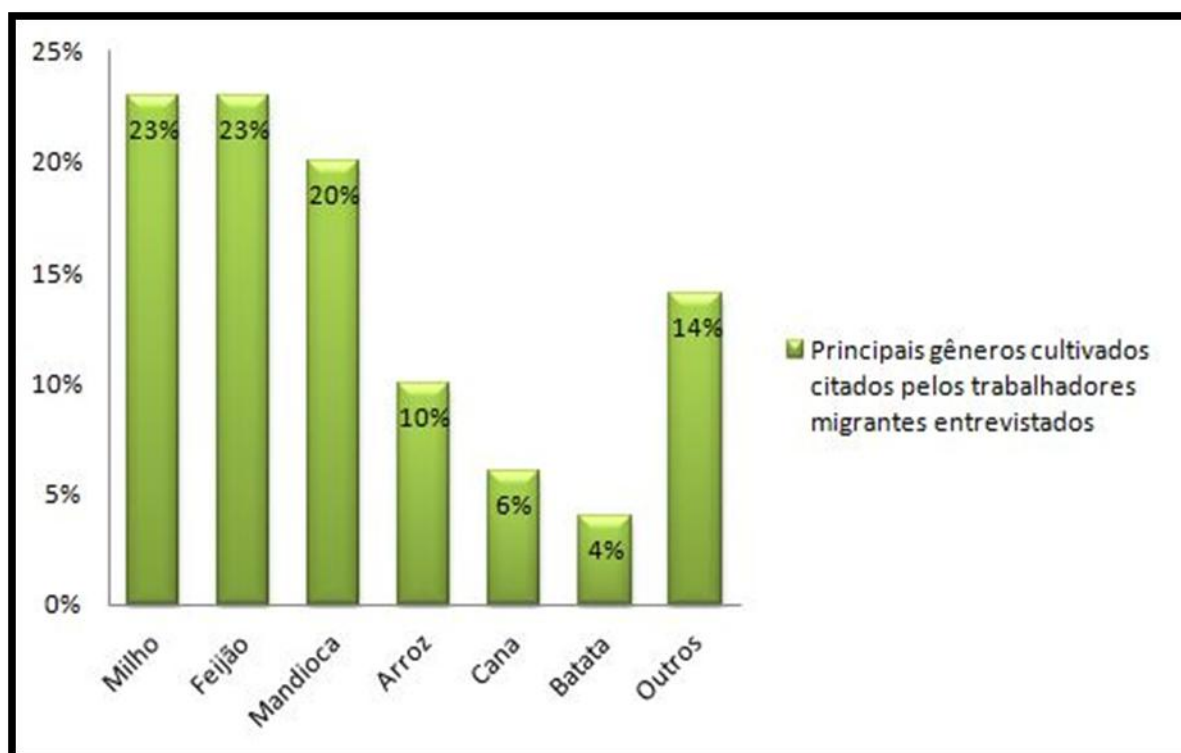


Gráfico 19- Principais gêneros cultivados pelos trabalhadores migrantes entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Por meio do Gráfico 19, podemos perceber que os gêneros cultivados pertencentes à lavoura branca destoam do cultivo de outros gêneros, com destaque para os cultivos de arroz, feijão, milho e mandioca. Em contrapartida, também foram citados os cultivos de eucalipto, capim e a cana, e a exemplo desta última ser utilizada para fazer rapadura ou aguardente, tendo em vista o município de Montezuma-MG, segundo os trabalhadores ter a presença marcante de alambiques.

Dessa maneira, é que podemos entender que o processo migratório do trabalho para o capital, envolve não apenas uma série de contradições, principalmente ligados ao metabolismo do capital, como também nos permite enxergar no mesmo também as estratégias dos trabalhadores, bem como seus anseios, medos, esperanças, dúvidas e incertezas, que eles trazem, e que também os trazem, tendo em vista a influência das mesmas no ato migratório.

É nessa perspectiva que enxergamos a formação de um território migrante, tendo em vista não apenas as disputas territoriais, como também o processo de transe territorial que acomete esse território e que procuramos deixar explícito nas formulações

aqui apresentadas, o que nos permite pensar no processo já mencionado de desrealização do trabalho existente não apenas nos canaviais, como nas próprias migrações do trabalho para o capital.

Entretanto, pensar o território migrante também implica compreendermos a degradação que envolve a formação desses territórios da migração, encimados num lastro de degradação do trabalho e na própria gestão territorial promovida pelo capital, e aqui nos remetermos aos expostos por Thomaz Junior (2009), que nos permitem analisar o processo de gestão territorial realizado pelo agronegócio canavieiro.

É preciso se destacar ainda com relação aos territórios da migração, ou território migrante, que apesar de todo um quadro de cooptação e de vigilância que são acometidos os trabalhadores, não os impede de infligir as regras e criarem entre si redes de solidariedade, como as verificadas no eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, pois é parte da própria territorialização dos mesmos nos locais de destino.

Embora vetado a eles, pudemos acompanhar a realização de churrascos, acompanhados da música local tocada em aparelhos de sons adquiridos pelos mesmos, e enquanto forma de resistência a apropriação territorial e social promovida pelo capital agroindustrial canavieiro, que nos remete ao estado de precariedade, dentro e fora do trabalho, sendo então o domingo eleito enquanto dia de buscarem formas de se divertir, de ampliar o círculo de amizades entre eles e a população local etc.

Em relação ao município de Narandiba-SP, vale se destacar a existência de um grupo usineiro que atrai trabalhadores para sua área de atuação, e aí falarmos de trabalhadores advindos do Maranhão, Bahia e Alagoas, mas que tem se alojado em outro município, a citar Tarabaí-SP, município este que não fazia parte de nosso enfoque, mas foi incorporado dadas as questões verificadas, com a existência de um bairro composto principalmente de trabalhadores migrantes sazonais e estabelecidos, que é o Jardim das Acácias. (Figura 26)



Figura 26- Casas alugadas por trabalhadores migrantes no bairro Jardim das Acácias em Tarabaí-SP

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015) Autor: Fredi dos Santos Bento (05/2015)

As casas do bairro Jardim das Acácias em Tarabaí, são alugadas de forma semelhante ao que ocorre no município de Emilianópolis-SP e no distrito da Vila Escócia em Martinópolis-SP, que chamamos atenção neste momento, por conta dos fatores estratégicos que envolvem a preferência dos trabalhadores migrantes para este distrito enquanto local de destino no Pontal do Paranapanema.

A explicação para tal preferência advém da localização estratégica entre a Alta Sorocabana e a Alta Paulista, possibilitando que esses trabalhadores possam se empregar tanto em usinas localizadas no Pontal, como em usinas na Alta Paulista. Outro ponto tem haver com o preço dos aluguéis que é mais barato, dado que a presença do trabalhador migrante nos municípios da região, tem ajudado a inflacionar o preço dos aluguéis.

Tal efeito também tem se percebido no município de Narandiba-SP, enfoque da pesquisa, mesmo não termos encontrado trabalhadores migrantes para esta safra, mas de acordo com informações colhidas na prefeitura do município, com a instalação da

unidade Narandiba da Usina Cocal, ampliou-se a população, e a presença de trabalhadores de outras regiões, que também se direcionam para outro grupo nas proximidades, que é a UMOE, dado o raio de ação desta última também compreender Narandiba.

Assim, podemos perceber diferenças e semelhanças entre os eixos migratórios Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau e Caiabu-Martinópolis-Narandiba, sendo que uma delas se dá em relação aos alojamentos (Figura 27), diferem bastante das casas alugadas pelos próprios migrantes, pois os trabalhadores contam com espaço um pouco melhor, que o das casas alugadas, pensando aqui as condições sanitárias e de salubridade.



Figura 27- Quarto em “república de trabalhadores”; Casa 02, em Martinópolis

Fonte: Pesquisa de Campo (2014-2015). Autor: Fredi dos Santos Bento. (05/2015)

No entanto, em relação às semelhanças é necessário que destaquemos os estigmas e preconceitos que carregam estes trabalhadores ao desenvolverem o ato migratório, tendo em vista sua visualização pelos trabalhadores locais, bem como pela população dos locais de destino, enquanto invasores, sofrendo as mais diversas formas

de preconceito, desde a associação a sua presença ao crescimento da violência, prostituição e casos de DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis), como se pode perceber em Martinópolis-SP, até a sua total invisibilização.

Dessa maneira, esses trabalhadores acabam vistos nem mesmo enquanto semelhantes pelos seus próximos, dado que o fato de serem migrante e cortador de cana, impõe sobre eles o rótulo de qualquer outra coisa, menos de semelhante, afinal “ aquilo não é gente não minha filha...é cortador de cana¹⁸...” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2015)

Tal trecho da fala de um dos trabalhadores migrantes é significativo e significante da situação vivenciada diariamente por esses trabalhadores, tendo que se submeter as mais distintas formas de precarização do trabalho, e também de preconceitos, recaindo novamente a questão da violência simbólica. (BOURDIEU, et al., 2008)

Na tentativa de minorar os preconceitos a que estão sujeitos, esses trabalhadores também traçam estratégias como pudemos acompanhar através do estabelecimento de redes sociais entre eles, que se expressa no estabelecimento de vínculos de amizade e ajuda mútua. Desta forma, é comum a realização de churrascos, acompanhados da música local tocada em aparelhos de sons adquiridos pelos mesmos, e enquanto forma de resistência a apropriação territorial e social promovida pelo capital agroindustrial canavieiro.

Tal questão nos remete ao estado de precariedade, dentro e fora do trabalho, sendo então o domingo eleito enquanto dia de buscarem formas de se divertir, de ampliar o círculo de amizades entre eles e a população local etc., como se evidencia no relato a seguir de nossa autoria, produzido no dia 08/12/2013.

“O domingo parece ser o dia da diversão, da alegria, o dia em que se pode sentir um pouco daquilo, que durante a semana, com a jornada estafante nos canaviais não sente, que é a sensação mesmo que represada de liberdade, liberdade esta de poder farrear, descontraír, conversar, jogar bola, ouvir as músicas tocadas no local de origem, telefonar para os parentes informando a proximidade do retorno.” (Diário de campo, 08/12/2013)

¹⁸Entrevista realizada com o trabalhador Luiz (nome fictício) no dia 08 de fevereiro de 2015.

O caráter em torno do lazer nos dias de domingo, é realçado também no exposto a respeito do momento de retorno desses trabalhadores, tendo em vista termos acompanhado o retornar para seus locais de origem, ao término da safra 2013/2014, acompanhando assim, um pouco da sensação e dos sentimentos em torno do retorno a terra, após oito meses de trabalho duro nos canaviais do Pontal do Paranapanema.

O relato descritivo produzido a seguir, é parte de uma de nossas idas, especificamente no dia 15/12/2014, na última semana de estadia desses trabalhadores no Pontal do Paranapanema, tendo em vista os trabalhadores estarem próximos da realização do acerto de safra, que ocorreu ainda na mesma semana, tendo retornado num ônibus fretado pela usina, exceto por aqueles que dispunham de automóvel que realizaram o deslocamento em seu próprio veículo.

“É mais um domingo, na vida desses trabalhadores migrantes, um dia que parece ser o da alegria, pois as tristezas e dores relativas à distância, parecem desfazer-se em meio à cantoria e a alegria de poder reunidos aos companheiros de trajetória, nesse momento também chamados de amigos, poder festejar com cerveja e churrasco, que parecem dar o tom desta tarde, principalmente agora que se aproxima o fim da safra. Deixa-se de lado o facão, as botas, o mangote, para dar lugar ao short para aqueles que irão jogar bola, ou mesmo roupas que trazem na sua estampa, não apenas um fetiche, mas a conquista. Logo, nos deparamos com um carro dirigido por um dos trabalhadores migrantes, com rumo certo a represa de Martinópolis, local de descanso e diversão nas tardes de calor da região. ” (Diário de campo, 15/12/2014)¹⁹

Outros pontos a serem destacados, advém da situação de constante vigilância, dadas as formas de vigilância e cooptação dos trabalhadores que os acompanham mesmo que tenham deixado o corte manual, bem como dos impactos que essa mão de obra migrante tem gerado nos municípios de destino, refletindo em setores como educação, saúde, assistência social, mercado imobiliário, com a elevação do preço dos aluguéis.

Os impactos para os municípios de destino são sentidos principalmente no setor

¹⁹ Os relatos descritivos foram produzidos pelo próprio pesquisador, levando em conta à organização do diário de campo do mesmo depois de realizadas as atividades a campo, que para com os trabalhadores migrantes, se dão nos domingos, tendo em vista esse ser o melhor dia para encontrá-los em suas casas “repúblicas de trabalhadores”.

da assistência social e saúde, dadas às novas demandas sejam de exames e medicamentos, no caso da saúde, seja de outras formas de ajuda requisitadas no setor de assistência social, gerando um ônus que as prefeituras da região nem sempre dão conta de suprir.

No entanto, ao analisarmos a questão migratória para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), e conseqüentemente o processo de desterritorialização e (re) territorialização do trabalho, como exposto em Oliveira (2009), é preciso que tentemos buscar correlações na configuração instalada nos locais de origem, enquanto possibilidade para apreendermos o fenômeno migratório para a região.

A proposta de analisarmos os municípios e regiões de origem dos trabalhadores é viável dada a possibilidade de estabelecermos correlações no que tange a configuração territorial que se apresenta no território brasileiro neste início do século XXI, chamando a atenção para o reordenamento territorial promovido pelo capital agroindustrial canavieiro nos últimos anos.

Dessa forma, daremos enfoque para duas das localidades citadas pelos trabalhadores migrantes, uma delas tratar-se-á do Norte de Minas Gerais, chamando atenção para o município de Montezuma-MG, tendo em vista uma das rotas migratórias traçadas por trabalhadores do município, seja Martinópolis (SP), e outra seria a região Nordeste, com as atenções voltadas para o estado da Paraíba, dado o fato de percebermos a presença de trabalhadores advindos deste estado no município de Caiabu (SP).

3.3. Apontamentos em respeito aos lugares de origem dos trabalhadores migrantes sazonais em Martinópolis (SP) e Caiabu (SP)

Como apresentado anteriormente, os trabalhadores migrantes que tem Martinópolis (SP) enquanto rota migratória, tem advindo dos municípios do Norte de Minas Gerais, principalmente do município de Montezuma-MG. Tal município, é marcado pela presença do que Silva (1999), postula enquanto os “geraizeiros”, que tem sido desterritorializados nas últimas décadas da região.

Em relação aos geraizeiros, estes se espalham pela margem direita do Rio São Francisco, entre o Norte de Minas Gerais e o oeste baiano, sendo Montezuma-MG, um dos municípios em que vivem essas comunidades, bem como Santo Antônio do Retiro-MG, outro município que pudemos constatar a presença nos canaviais do Pontal do Paranapanema.

O município de Montezuma-SP, também se caracteriza pelo baixo índice de desenvolvimento econômico, em torno de (0,587) bem como pelo fato de menos de 60% das casas estarem ligadas à rede de esgoto. (DATASUS, 2013). A situação tem piorado nas últimas décadas com a instalação da monocultura de eucalipto, dada a devastação do cerrado e a desterração dos trabalhadores, fazendo valer a cena descrita por Silva (1999), com o cercamento da chapada.

A questão dos cercamentos, bem como da desterritorialização dos trabalhadores passa inclusive pela existência de grilos, como o realizado pela família do ex-governador Aécio Neves no município, tendo em vista seu pai ter deixado para este, uma propriedade com área aproximada a 950 campos de futebol no município de Montezuma-MG. (AGÊNCIA PÚBLICA-REPORTAGEM E JORNALISMO, 11/09/2014)

A questão fundiária também se faz presente no município, com o avanço da monocultura de eucalipto em terras devolutas e que tem envolvido grandes grupos como o Gerdau Aços Longos S/A, que tem facilitadas suas ações pelo governo estadual, dada a expansão dos programas de desenvolvimento do governo Aécio Neves (2003-2010), que tem trazido novamente para a região a monocultura do eucalipto. (Figura 28) (AGÊNCIA PÚBLICA-REPORTAGEM E JORNALISMO, 11/09/2014)

Com o retorno do cultivo de eucalipto, as populações geraizeiras (Figura 29) tem entrado em embate direto com os proprietários das fazendas, em sua luta contra o desmatamento das chapadas e a destruição das nascentes que também são ameaçadas pelo eucalipto.



Figura 28- Monocultivo de eucalipto em Montezuma-MG

Fonte: PÚBLICA-Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo (11/09/2014)



Figura 29- Território geraizeiro: tabuleiros para a agricultura, chapada para o extrativismo

Fonte: PÚBLICA-Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo (11/09/2014)

3.3.1. Lugares de origem dos trabalhadores migrantes sazonais em Caiabu (SP)

Ao desenvolvermos nossa pesquisa, pudemos constatar que boa parte da população migrante estabelecida em Caiabu-SP, advém de municípios do estado da Paraíba, sendo forte a presença de trabalhadores com origem paraibana no município. Porém, também damos destaque para a possibilidade de análise da realidade existente no estado da Paraíba, através da realização de um intercâmbio em forma de missão de estudos.

Tal intercâmbio, deu-se na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus João Pessoa, entre os dias 02 de junho e 01 de julho de 2015, totalizando um mês, sob responsabilidade da Professora Dra. María Franco Garcia e da Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira, desenvolvendo atividades correlatas ao Projeto Casadinho do Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica), sob o processo: 552710/ 2013-1: “A questão agrária brasileira no século XXI, dinâmicas e conflitos territoriais”.

Entretanto, diferente do que ocorre em Martinópolis-SP, em que os trabalhadores migrantes possuem ligações com as comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais, os trabalhadores de Caiabu e que por si só, tem se estabelecido no município, ao chegarem aos canaviais do Pontal do Paranapanema, tem trazido com eles a experiência em lavras relacionadas a agroindústria canavieira.

Isso ocorre pelo fato de muitos destes trabalhadores já terem tido contato com o trabalho no corte da cana, seja manual ou mecanizado em seus municípios de origem na Paraíba, dada a presença da monocultura da cana no estado, principalmente na região da Zona da Mata, havendo cerca de 09 unidades processadoras no estado na safra 2009/2010, como atestam Moreira & Targino (2010).

Esse número é menor do que o registrado na década de 1980, em que haviam no estado, cerca de 16 unidades processadoras, o que tem permitido Moreira & Targino (2010), apontarem para as consequências para a população paraibana da diminuição destas empresas, com a ampliação do desemprego e do êxodo rural, bem como das migrações para outras regiões do país.

Os autores apontam para uma nova fase de expansão da gramínea entre 2001 e 2007, conferidas por mudanças no mercado e interferência governamental, sob o advento do governo Lula e a política agroenergética do mesmo, podendo se destacar o

município de Pedras de Fogo-PB, sendo este um dos municípios de origem dos trabalhadores migrantes estabelecidos em Caiabu-SP. (MOREIRA & TARGINO, 2010)

Entretanto, outros municípios na Paraíba têm se destacado por expulsarem população para os canaviais de outras regiões, à exemplo dos municípios do sertão paraibano, a citar: Piancó, Itaporanga, Conceição, Princesa Isabel e São José de Piranhas-PB, sendo que com relação a este último, também pudemos constatar a presença de trabalhadores advindos do mesmo no município de Caiabu-SP.

Uma característica marcante destes municípios se dá pelo fato de estarem incluídos no semiárido nordestino, região caracterizada pela parca disposição das precipitações, desenvolvendo-se a vegetação do tipo caatinga, havendo diversas delimitações para a área correspondente a esta região. (MOREIRA & TARGINO, 2007)

Em relação ao avanço do agronegócio canavieiro, Moreira & Targino (2007), nos permitem pensar correlações entre a configuração apresentada nos canaviais do Pontal do Paranapanema e a situação existente para com o avanço do capital agroindustrial canavieiro na Paraíba, tendo em vista que a mesma tem sido feita inclusive sobre os assentamentos da Reforma Agrária, dada a ampliação de trabalhadores e trabalhadoras que diante de poucas alternativas, acabam por aceitar a presença da gramínea em seus lotes, arrendando terras aos grupos usineiros e/ou plantando cana, bem como se sujeitando ao assalariamento nos canaviais paraibanos, situação similar a ocorrente no Pontal.

Moreira & Targino (2011), destacam que os espaços canavieiros na Paraíba, sempre estiveram em torno da Zona da Mata e do Brejo Paraibano, mas é do sertão paraibano que tem se ampliado na primeira década do século XXI, o número de trabalhadores migrantes, estando ligado ao período de recuperação da atividade agroindustrial no país, sob os interesses de valorização do capital, devendo-se destacar a monopolização das terras do estado, e a penetração do capital internacional, com a presença de grupos estrangeiros na Paraíba. (Figura 30)



Figura 30- Usina Biosev Giasa (Grupo Louis Dreyfus) em Pedras de Fogo-PB

Fonte: Jornal Cana, 2015.

Dessa forma, a necessidade de darmos um dimensionamento para a configuração existente no estado além de nos permitir compreender as correlações com o ato migratório dos trabalhadores advindos destas localidades, também nos permite analisarmos as similitudes e contradições que marcam o movimento territorial que envolve não apenas o ato migratório, como o ordenamento e (re) ordenamento territorial promovido pelo capital agroindustrial canavieiro.

Entretanto, além da tentativa realizada em compreender a dinâmica migratória do trabalho para o capital a partir da apreensão do fenômeno nos lugares de destino, à exemplo do Pontal do Paranapanema, bem como do estabelecimento de correlações tendo como norte os locais de origem, sendo exemplo o Norte de Minas Gerais e o estado da Paraíba no Nordeste, é preciso que tentemos dimensionar as trajetórias de vida desses trabalhadores, com fins a aprofundar a discussão em torno do fenômeno migratório.

Assim, chamamos atenção para a análise e estudo das trajetórias destes trabalhadores, e pensando a formação de territórios e territorialidades migratórias, poderemos realizar tal empreitada a partir da utilização de metodologias qualitativas, à exemplo das trajetórias migratórias, embasadas em Melo (2008), bem como aos mapas afetivos de Vitorassi (2010), além da utilização do recurso da fotografia enquanto

potencial reveladora de conteúdos ligados a subjetividade destes trabalhadores e trabalhadoras.

Desse modo, o estabelecimento das trajetórias de vida destes trabalhadores tem por objetivo a ampliação daquilo que já temos debatido em outras partes deste texto, no que diz respeito às rotas migratórias, a constante mudança de lavra, os objetivos dos trabalhadores com o ato migratório, bem como as estratégias travadas pelo capital agroindustrial canavieiro de exploração cada vez maior desta mão de obra, e as estratégias destes para reagir ao controle exercido por estas personificações do capital.

Porém, é necessário ao analisarmos as trajetórias de vida destes trabalhadores e trabalhadoras, que realizemos um exercício em torno das reflexões teóricas a cerca deste tipo de análise, tendo em vista podermos amplificar o que foi debatido e apresentado nos capítulos II e III deste texto, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de territórios migratórios, dada a presença de redes de sociabilidade, pois é através das trajetórias traçadas pelos mesmos, que estes constroem e reconstroem os territórios migratórios e dão concretude ao movimento contraditório vivenciado através da realização do ato migratório.

CAPÍTULO IV

DO SONHO DA MUDANÇA À DEGRADAÇÃO DO TRABALHO: TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS TRABALHADORES MIGRANTES SAZONAIS PARA OS CANAVIAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

A compreensão em torno das trajetórias de vida dos trabalhadores migrantes, nos permite vislumbrarmos uma série de questões porque passam esses trabalhadores, desde as transformações identitárias como nos fala Vitorassi (2010), e partindo de tal pressuposto é que não podemos deixar de considerar a ligação entre a dimensão da memória enquanto parte importante da construção territorial que envolve as trajetórias de vida dos mesmos.

Entretanto, também devem ser considerados os laços interpessoais que ligam esses trabalhadores, e colocarmos em xeque a importância das redes sociais na configuração territorial empreendida por esses trabalhadores, ao acionarem o ato migratório, fazendo valer a necessidade de entendermos através das trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras, o movimento territorial que caracteriza as disputas territoriais existentes.

Em relação aos laços interpessoais, Vitorassi (2010) associa-os a construção das redes sociais. Todavia, é preciso que entendamos que estes laços interpessoais ou redes que unem estes trabalhadores e trabalhadoras, ligando os mesmos nos locais de origem e destino, numa acepção feita por Massey (1988 apud Truzzi, 2008), também revela segundo os autores os laços culturais, afetivos, familiares etc., além das oportunidades e dificuldades.

Truzzi (2008), assevera que as redes podem ultrapassar o nicho familiar, atingindo a escala microrregional, o que fortalece a perspectiva em torno da formação dos territórios migratórios, dada a projeção mental que os mesmos possam assumir, tendo em vista a formação na mente e imaginário desses trabalhadores em respeito as trajetórias vivenciadas e as que poderão ser vivenciadas no futuro.

Entretanto, Truzzi (2008) em sua leitura em respeito aos processos migratórios, traz a abordagem em torno das redes enquanto possibilidade para compreender o mesmo, categorizando as redes enquanto um conceito para a decisão de emigrar. Doravante tal explanação, não podemos deixar de creditar outras questões na decisão efetiva do migrar e a construção das trajetórias de vida, dada a ação perversa do modelo destrutivo do capital em sua ânsia por acumulação, transformando o que parece ser liberdade, numa falsa liberdade.

Desse modo, advogamos que apesar de os trabalhadores estabelecerem estratégias e redes de sociabilidade que os permitam traçar rotas migratórias, este é apenas um elemento dos inúmeros que compõem a complexidade do processo migratório, tendo em vista não poder se negligenciar os interesses e ações do capital e sua capacidade de promover a ordenação territorial, e que já abordamos neste texto.

Isso não quer dizer que não possamos pensar o conceito de redes em Truzzi (2008), enquanto possibilidade de entendimento das relações sociais e contextos em que se dão estes deslocamentos, dado o fato de o autor chamar atenção para a referência possibilitada pelas redes para os trabalhadores que efetivamente realizam ou realizarão o ato migratório.

O conceito de redes sociais não deve deixar de lado as disputas territoriais e o próprio movimento territorial existente na configuração e estabelecimento das territorialidades que potencialmente podem nos revelar as trajetórias de vida destes trabalhadores, sendo necessário nos atermos a concretização da abordagem em torno das redes sociais ou de sociabilidade atrelados a visualização do território migratório enquanto território em mutação e alvo de disputas, revelando contradições e os distintos interesses dos atores que o produzem.

Ao estabelecermos a necessidade de analisarmos o território migratório, tendo como uma das possibilidades as trajetórias de vida destes trabalhadores e trabalhadoras, é preciso que deixemos claro nosso interesse de representa-las a partir da perspectiva da cartografia social ou pelo menos da tentativa de realização de um constructo neste e aí nos utilizarmos o que Vetorassi (2010), postula enquanto mapas afetivos no intuito de aprofundarmos a discussão em torno dos sentidos do ato migratório e que estão prementes quando pensamos a análise destes territórios.

A utilização dos expostos em torno da perspectiva da cartografia social é interessante, dada a possibilidade de sua utilização pelos sujeitos que a constroem e em nosso caso os trabalhadores e trabalhadoras migrantes, enquanto reivindicação e apropriação territorial, bem como na construção de territorialidades como nos falam Martins; Varela e Duarte (2012)

O ato de utilizarmos tais metodologias se dá justamente no intuito de permitirmos a construção destas representações pelos trabalhadores, bem como o

sentido que eles atribuem a construção empreendida, fazendo-se valer o exposto por Acselrad & Coli (2008) em torno das cartografias ditas participativas, dada a possibilidade de afirmação territorial dos sujeitos que a produzem.

Acselrad (2010) postula que quando determinados grupos ou comunidades produzem sua própria representação, não querem apenas apresentar o espaço físico, mas o seu modo de vida, dada a legitimação dos mesmos e as relações de poder produzidas sobre o território, fazendo valer o que autor assevera enquanto tramas territoriais, sendo os mapas uma das formas destas representações.

Para Martins; Varella e Duarte (2012) a cartografia social deve ser analisada enquanto um processo, pois permite apresentar a visualização que aqueles que a produzem tem de si próprios, bem como do estado de coisas a qual fazem parte, além de permitir a quebra do estado de invisibilização a que possam estar acometidos, e aí chamarmos atenção para a configuração que se apresenta para os trabalhadores e trabalhadoras migrantes, que como discutimos anteriormente, são sujeitos sociais que lidam com o processo de invisibilização de sua existência nos canaviais paulistas.

Na expectativa de analisarmos as trajetórias de vida desses trabalhadores e trabalhadoras, nos apropriamos dos recursos e possibilidades que a metodologia da história oral torna possível, não no sentido de dar voz aos trabalhadores, mas sim de compreender o que é dito por esses trabalhadores, pois enquanto sujeitos sociais, esses trabalhadores e trabalhadoras já são portadores de voz, fazendo valer a subjetividade dos mesmos.

A história oral e os relatos orais nos permitem ainda realizarmos um exercício em torno da dimensão da memória destes trabalhadores, não nos esquecendo de que a mesma é seletiva e possui uma base espacial, além de ser ativa, relacionando o presente e o futuro, sendo o primeiro contado de acordo com o passado como assevera Halbwachs (1990 apud Vetorassi, 2010)

Thompson (1998) enfatiza que a história oral deve se prestar a entender a finalidade social da história, além de apresentar um desafio que nos possibilite empreender mudanças, e aí pensarmos nos sujeitos sociais que produzem a mesma e o papel exercido por eles diante do estado de coisas vigentes, sob o advento do metabolismo societário do capital.

No processo de produção da história oral é preciso também ficarmos atentos para a dimensão assumida pela memória em respeito das situações vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, tendo em mente que a imaginação dos mesmos tem papel importante na construção da memória, influenciando assim na concepção do que tenha acontecido, como tenha acontecido, dados os desvios e /ou situações distintas do que de fato tenha sido vivenciado. (THOMPSON, 1998)

Dessa forma o autor chama atenção para os silêncios e para o não dito e como estes podem nos ajudar a montar o quebra-cabeças que diz respeito à memória destes trabalhadores, pois revelam o não dito ou indizível bem como no estabelecimento de suas trajetórias de vida, podendo recuperar o passado individual e coletivo dos mesmos, nos remetendo ao exposto por Silva (2005b)

Para Halbwachs (1990), a memória é individual e social, mas sem considerar o papel que a memória de outrem influi na mesma, dada a interligação entre a memória individual e coletiva, pois se ampliam as possibilidades de recordação quando se tem em mente a produção da memória coletiva, e que no caso dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, nos permite inferir em respeito da reconstituição dos mesmos com seus locais de destino e o seu não reconhecimento enquanto participe das relações seja no local de origem ou nos de destino.

Todavia, Halbwachs (1990) também pontua que deve se levar em consideração o estado de consciência puramente individual, pois a memória coletiva não dá conta de explicar todas as lembranças, sendo as mesmas um ponto de vista em respeito a memória coletiva. Essas assertivas são importantes no exercício que nos propusemos a realizar durante a realização de nossos trabalhos de campo da pesquisa, possibilitando a concretização de um caldo cultural muito profícuo no que diz respeito a visualização do ato migratório perante os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados.

Então, neste momento pontuamos a necessidade de representarmos através de mapas afetivos, fotografias e mapas trajetória, o constructo evidenciado após as entrevistas e conversas com os trabalhadores e trabalhadoras, sendo de vital importância na análise da apropriação territorial realizada por estes sujeitos sociais e a dimensão do conflito existente quando pensamos as estratégias dos mesmos em oposição as estratégias do capital agroindustrial canavieiro.

Assim, a discussão empreendida em respeito às metodologias qualitativas destacadas neste capítulo e sua potencialidade em nos revelar uma série de questões que nos fogem na simples representação dos relatos já destacados. Desta forma, questões atinentes a constante mudança de lavra, caracterizada pela plasticidade do trabalho, bem como os sentidos do migrar e as estratégias dos trabalhadores e do capital numa leitura que seja capaz de revelar as disputas territoriais existentes.

4.1. Mapas afetivos e trajetórias de vida dos trabalhadores migrantes sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP)

Para a realização deste constructo, realizamos uma seleção dos melhores relatos e história oral obtidos adjunto aos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, ou seja, daqueles com maior riqueza de detalhes, bem como aqueles que aceitaram participar da tentativa de realização de uma oficina de mapas afetivos e de fotografia, que pudemos realizar durante nossos trabalhos de campo, dada a perspectiva de podermos representar as trajetórias de vida dos mesmos, narradas a partir de questões realizadas com o auxílio de caderno de campo e das demais metodologias supracitadas.

Desse modo, foram selecionadas sete trajetórias de vida, de oito trabalhadores, tendo em vista uma destas ser composta por um casal. A expectativa da construção destas se dá pelo entendimento não apenas das rotas migratórias dos mesmos, como também das mais distintas formas como esta mão-de-obra é precarizada em território nacional, tendo em vista as mais distintas lavras desenvolvidas, bem como as mais diversas condições de trabalho impostas a estes.

Faz se mister postular que das sete trajetórias analisadas, em seis delas nos utilizaremos de mapas afetivos, construídos pelos próprios trabalhadores, afinados aos pressupostos estabelecidos quando pensamos a produção de cartografias migratórias. Outro ponto se dá pela construção dos mapas trajetórias, resultado das trajetórias de vida, retratando assim as diversas migrações realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras destacados.

No entanto, também nos utilizamos do recurso da fotografia ao entregarmos um equipamento fotográfico para um dos trabalhadores num período de quinze dias, solicitando que ele pudesse fotografar o que considerasse importante para si em respeito ao ato migratório realizado e o local de destino, realizando assim, um exercício profícuo no que diz respeito à compreensão não apenas da mente e imaginário dos mesmos, como também da apropriação territorial realizada e quais os sinais, sentidos são marcantes para estes.

Para a confecção dos mapas trajetórias, utilizamos os relatos orais dos trabalhadores e trabalhadoras a partir de nossos registros nos cadernos de campo. Todavia, para a construção cartográfica dos mapas afetivos, os trabalhadores e trabalhadoras foram guiados por perguntas norteadoras em respeito a construção territorial e memorial que os mesmos tenham, seja dos locais de origem, da lavra desempenhada dos locais de destino, família etc., as mais distintas representações foram citadas para a pergunta: o que vem em sua mente, ou para você significa o ato migratório, ou seja, a realização da migração.

A pergunta aparentemente simples nos permite revelar um constructo interessante quando pensamos os sentidos da migração para estes trabalhadores, sua visualização do processo, bem como o quadro de precarização, degradação e superexploração da mão de obra dos mesmos ao longo de suas inúmeras rotas migratórias estabelecidas.

Assim, apresentaremos neste momento as sete trajetórias analisadas, de acordo com o que pudemos apreender durante a realização dos trabalhos de campo, destacando que foram mantidos os pseudônimos já postulados neste texto, tendo em vista preservarmos a identidade destes trabalhadores e trabalhadoras. É viável destacarmos baseando nos expostos de Vetorassi (2010), Thompson (1998), Halbwachs (1990), Silva (2005b), Acselrad (2010) e Melo (2008), dadas as contribuições já postuladas em respeito à proposta, mas sem deixarmos de sintonizar na construção da dinâmica territorial do trabalho que se assevera.

Trajetória de Luiz

A trajetória de Luiz, natural de Montezuma-MG, é marcada pelo preconceito sofrido nas mais distintas rotas migratórias traçadas, tendo isso ficado evidente em seus relatos, tendo seus objetivos relacionados a melhoria da situação financeira, podendo se destacar a utilização de expressões como “ me acostumei”, “ se acostumar”, em relação as dificuldades no ato migratório.

Seu relato apresenta os estigmas que se constroem para com os trabalhadores migrantes, mas também revela a simplicidade e passividade do mesmo em lidar com estas situações, o que nos remete as estratégias do capital agroindustrial canavieiro em se apropriar desta mão de obra, tendo em vista a gratidão dos mesmos pela oportunidade dada, pois são trabalhadores “que não dão problema”.

Luiz iniciou o ato migratório aos 19 anos, em migração para o município de Água Clara-MS, tendo ido depois para Bento de Abreu-SP, para trabalhar como cortador de cana e depois para Catalão-GO na mesma função, bem como Martinópolis, Valparaíso, e retornado a Martinópolis para a safra 2014-2015.

Entre seus objetivos está a retomada dos estudos, sendo o caráter em torno das redes de sociabilidade marcante para o trabalhador, dado que suas rotas migratórias foram traçadas de acordo com as informações de amigos e familiares em respeito aos locais de “ ganhar dinheiro”.

No entanto, é preciso destacarmos as mais distintas funções pelas quais passou este trabalhador, pensando aqui sua constante mudança de lavra, tendo o mesmo trabalhado como torneiro em Água Clara-MS, já plantou cana, bem como de lavrador, trabalhou na pecuária e de motorista, além de ter trabalhado em obras do PAC, sendo que atualmente é tratorista. (Figura 31)

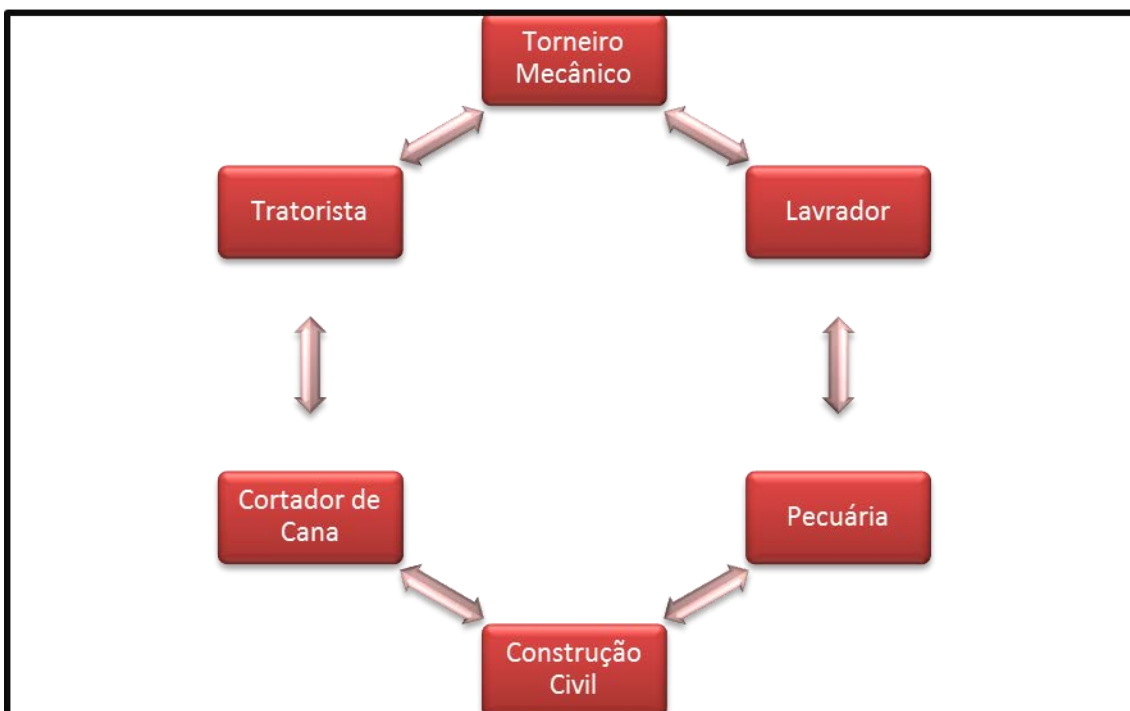


Figura 31- Diferentes funções exercidas por Luiz ao longo de sua trajetória migratória

Fonte: Pesquisa de campo (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Nossa aposta em analisarmos o quadro de plasticidade do trabalho, chamando atenção para os expostos de Thomaz Junior (2009), dada a facilidade com que esta mão de obra é apropriada pelo capital, bem como a mesma sofre os impactos do ordenamento territorial promovido por este, sendo partícipe da territorialização do capital e que como bem assevera Oliveira (2009), promove a desterritorialização do trabalho.

A trajetória de Luiz chama atenção também pelos objetivos ao migrar e isso se evidencia no primeiro mapa afetivo construído pelo trabalhador em que é muito forte o caráter do fetiche da mercadoria, como também a construção da própria casa, devendo se destacar a frase “ ter um bom futuro na minha vida”.

Todavia, ao nos utilizarmos dos mapas afetivos estamos querendo chamar atenção para as marcas que afetam a vida destes trabalhadores, o que lhe exprime sentido no migrar, havendo a interligação entre o passado, o presente e as relações travadas com os outros, tratando-se de uma memória subterrânea (VETORASSI, 2010)

Ao tentarmos interpretar tais assertivas, nos vem em mente a segurança que se transpõe quando pensamos a construção da casa própria e sua relação com a apropriação territorial empreendida pelo trabalhador, mas também retomando o exposto no capítulo III, em torno das diferenças entre desejos e objetivos almejados pelos trabalhadores solteiros e os casados. (Figura 32)

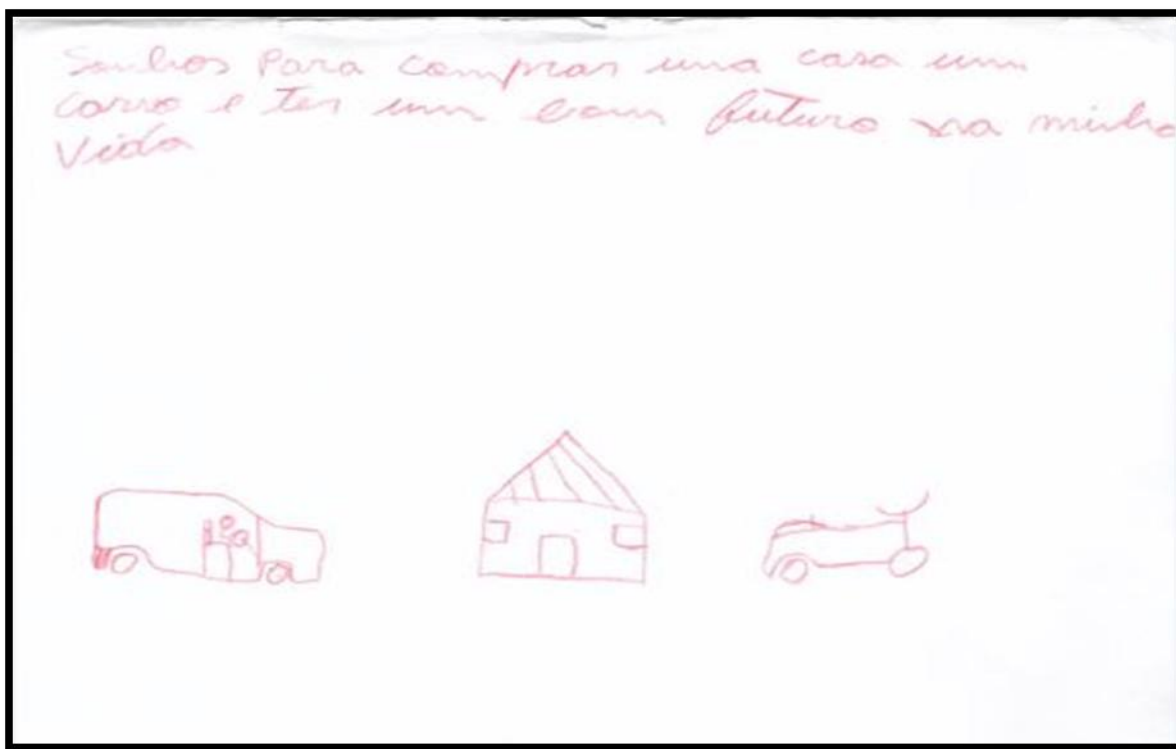


Figura 32- Mapa afetivo de Luiz

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Neste mapa, aparecem as mercadorias cobiçadas pelo trabalhador, à exemplo do carro e da moto, sendo está última um objetivo realizado, bem como aparece a casa, enquanto efetivos sentidos de sua migração. É interessante, a ênfase dada ao futuro que na leitura do trabalhador está interligada a realização destes objetivos, mas também comparece em elementos não supracitados no mapa, mas que comparecem nas entrevistas e conversas realizadas com o mesmo, que é o retorno a escola, principalmente por conta da necessidade da realização de cursos de qualificação, atrelados ao discurso do emprego que já pudemos discutir ao longo deste texto.

Em outro mapa construído pelo trabalhador, não são refletidos os sonhos e/ou objetivos, mas as dificuldades empreendidas no ato migratório, e que se refletem na própria condição de trabalhador migrante sazonal, a qual ele se encontra, *lá e cá*,

havendo destaque para a família e o tempo-espço migratório, em que este trabalhador não se reconhece enquanto partícipe de sua família. (Figura 33)

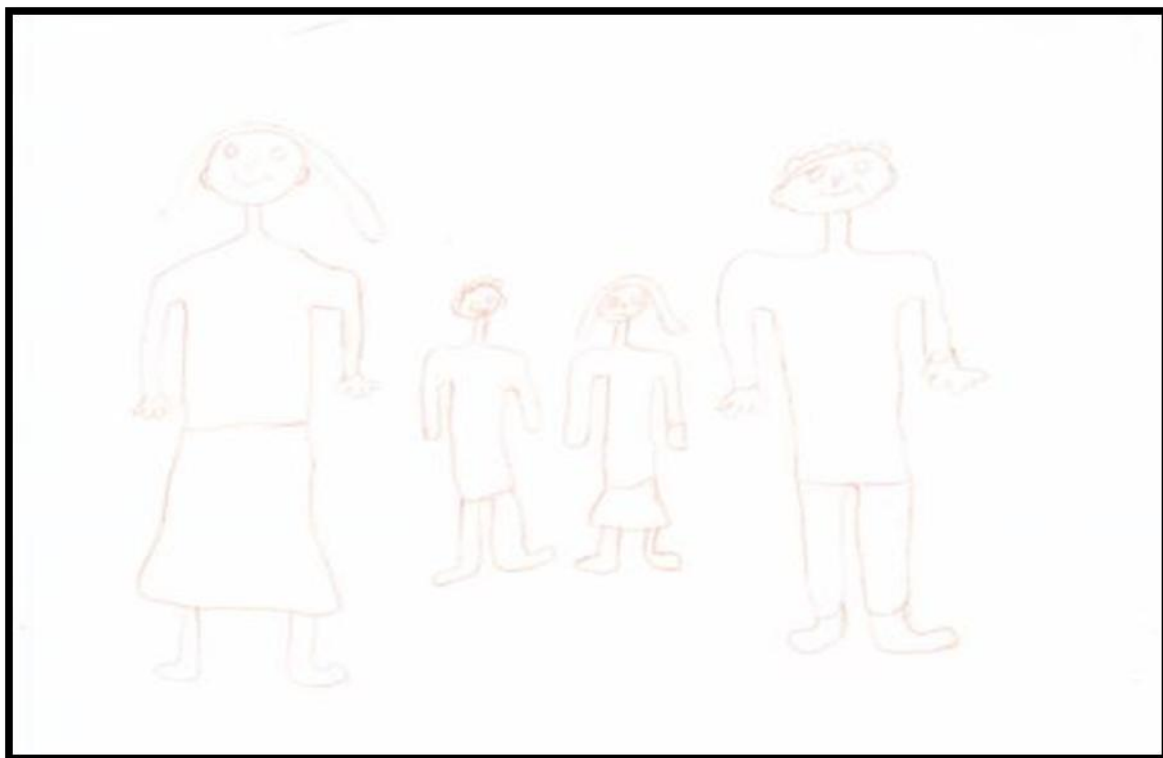


Figura 33- Mapa afetivo nº 2 de Luiz

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015).

Neste segundo mapa afetivo, estão representados os pais e irmãos do trabalhador, entretanto o mesmo não se visualiza enquanto partícipe de sua família, tendo em vista as migrações realizadas, devendo se chamar atenção para a diferença nas imagens representadas, sendo os pais do trabalhador (núcleo da família), representados de tamanho maior que os irmãos, que estão ao centro, o que nos permite pensar no significado da proteção e vínculo familiar com os pais, o estar contido na família.

A análise das trajetórias de vida também nos permite ampliarmos a discussão em torno de outras questões, tendo em vista a representação dos locais de destino para estes trabalhadores, e para o caso analisado, destacamos o exposto em nossa tentativa de leitura dos significados, contradições e territorialidades estabelecidas pelo trabalhador na utilização do registro fotográfico do que chama sua atenção, bem como do que significam as migrações para si.

Desta forma, os resultados produzidos após a entrega do equipamento fotográfico e o transcorrer dos dias em que o mesmo foi utilizado pelo trabalhador, nos revelam conteúdos que não poderiam ser apreendidos com a simples entrevista ou relato oral, havendo nos registros fotográficos a possibilidade de apreendermos o dia a dia do trabalhador na função desempenhada.

As imagens registradas chamam atenção para os sentidos ou sentido que o trabalho assume no ato migratório do trabalhador, tendo em vista que das inúmeras possibilidades de registros, houve destaque para o local de trabalho, bem como para a função desempenhada, nos remetendo ao fato de que mesmo nas horas livres, estes trabalhadores pensam em trabalho! (Figuras 34, 35 e 36)

Dessa forma, esta experiência nos permitiu inferir em respeito aos diversos sentidos e significados que se assumem quando pensamos o sujeito social que vende sua força de trabalho, e como sua própria subjetividade é capturada pelo capital e em nosso caso, personificado no capital agroindustrial canavieiro.



Figura 34- Fotografias tiradas pelo trabalhador (dia-a-dia de trabalho na usina)

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento



Figura 34- Auto fotografia do trabalhador em seu dia-a-dia de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento



Figura 35- Fotografia tirada pelo trabalhador (casa e amigos)

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

As fotografias registram diferentes momentos da vivência do trabalhador no local de destino, nos apresentando os locais de trabalho, bem como a própria representação dos mesmos na usina, podendo se chamar atenção para a forma como as fotografias foram retiradas e a finalidade na mente e imaginário destes trabalhadores, chamando atenção para as fotografias da foto 34, em que o mesmo é auto fotografado em sua lida, sendo motivo de orgulho a conquista da mudança de lavra, deixando o corte manual para o corte mecanizado.

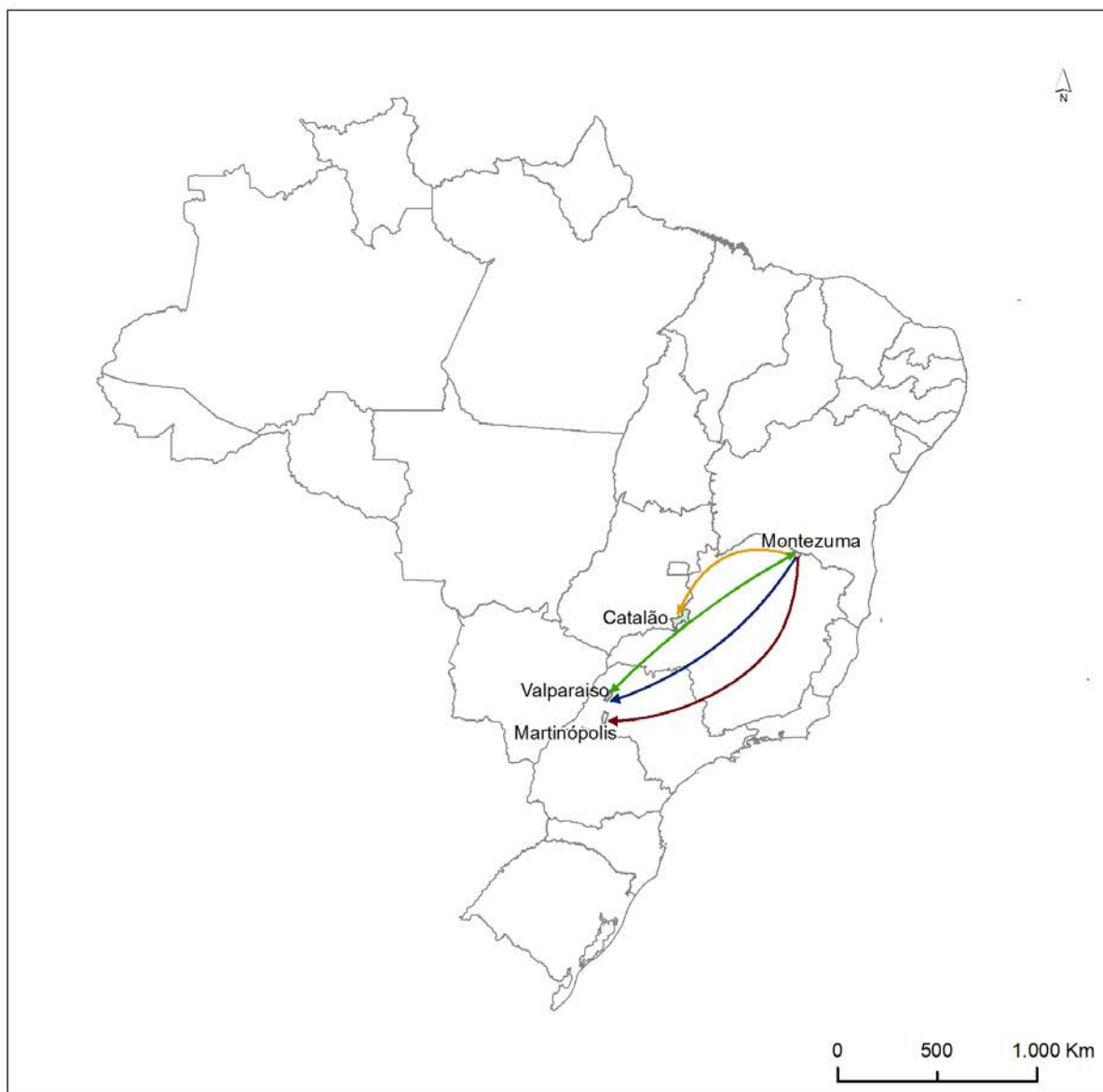
O discurso da qualificação profissional insurge novamente na fala do trabalhador e o orgulho demonstrado ao desempenhar uma função no corte mecanizado, neste caso, a função de tratorista, bem como as diferenças no que diz respeito as demais funções desempenhadas em outras lavras.

Em relação às outras lavras, destacamos as informações trazidas no Mapa Trajetória 01, produto da compreensão da trajetória de vida do trabalhador, em que se destacam as migrações realizadas para Valparaíso-SP, Água Clara-MS, Catalão-GO e Martinópolis e as distintas funções desempenhadas em cada rota migratória traçada.

Outro ponto interessante diz respeito ao caráter assumido pelas redes de sociabilidade, pois nas fotografias registradas apenas aparecem trabalhadores de seu convívio, sendo retratados apenas aqueles que há algum vínculo, à exemplo do trabalhador que aparece em uma das fotos, que se tratará de um de seus amigos.

A residência no local de destino também é retratada, e aí a escolha do trabalhador para retratar a cozinha diz respeito ao local de encontro entre os diferentes turnos dos trabalhadores, em que os mesmos podem conversar e compartilhar suas dificuldades, fazendo valer as estratégias dos trabalhadores de sociabilidade e resistência as estratégias do capital agroindustrial canavieiro.

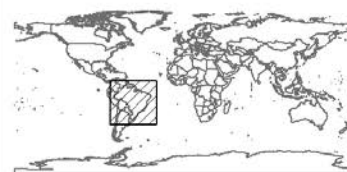
Mapa 1 - Trajetória de Luiz



Legenda

-  Ano: 2006 - 2008. Função: cortador de cana
-  Ano: 2013. Função: cortador de cana
-  Ano: 2012. Função: cortador de cana
-  Ano: 2014. Função: tratorista

Localização da área de estudo



Org: Fredi Bento. Edição Cartográfica: Elines Sodré Gomes.
 Fonte de dados: Pesquisa de campo (2014/2015)
 Base cartográfica: IBGE, 2014.

Apoio:



UNESP



Trajetória de Roberto

O trabalhador Roberto migrou pela primeira vez aos 18 anos, elencando a qualidade do trabalho (lavra) e a remuneração, como os principais detonadores de sua migração, tendo ele destacado inclusive, diferenças entre o corte manual e mecanizado, dado o grau maior de exposição ao sol, ao esforço realizado e a jornada de trabalho no corte da cana.

Em suas rotas migratórias aparecem os municípios de Catalão-GO, Valparaíso e Araçatuba-SP, sendo que em seu local de origem, o município de Montezuma-MG, residia na área rural, com sua família cultivando lavouras brancas, à exemplo do milho, feijão e arroz.

Entretanto, seu relato chama atenção para as funções advindas do processo de mecanização do corte e plantio da cana, dado o corte mecanizado não significar a eliminação da superexploração e degradação do trabalho nos canaviais, dado o mesmo reclamar de dores no ouvido etc.

Roberto já trabalhou em outras funções (Figura 36), exercendo atualmente a função de tratorista nos canaviais do Pontal do Paranapanema, ficando evidente o orgulho para com a nova função desempenhada em comparação a sua antiga função no corte da cana, o que nos elenca questões no que tange a subjetividade do trabalhador e como a mesma é capturada pelos discursos que tem se proclamado em tempos de transição nos canaviais paulistas e do Brasil, assunto este que discutiremos com mais afincos no capítulo V deste texto.

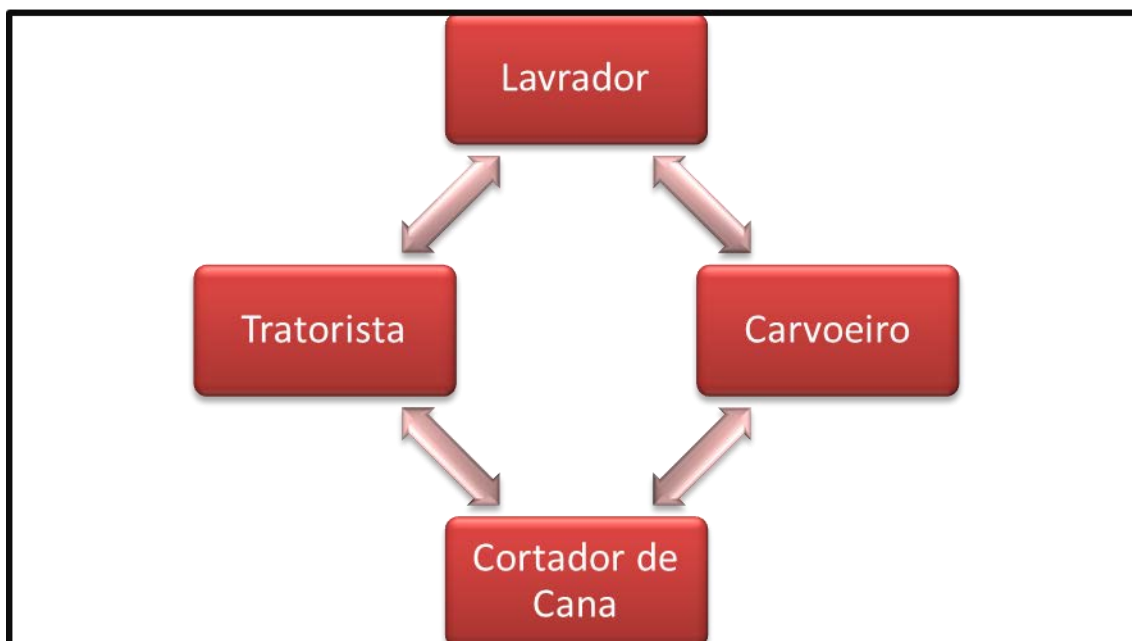


Figura 36- Diferentes funções exercidas por Roberto ao longo de sua trajetória migratória

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

A trajetória de Roberto é marcada pelo trabalho na propriedade da família, enquanto lavrador, mas também enquanto safrista em outras propriedades. Todavia, retrata também o trabalho como carvoeiro e o corte da cana nos canaviais paulistas e goianos, até a função desempenhada atualmente após a realização de curso de qualificação, que é a de tratorista.

O mapa afetivo construído pelo trabalhador difere do apresentado por Luiz, pois não dá ênfase a função desempenhada no local de destino, mas ao trabalho familiar, tendo em vista o significado assumido para com o mesmo do vínculo com sua terra natal, tendo isso ficado nítido no relato de explicação apresentado pelo trabalhador após a construção do mesmo.

Desta forma, o trabalhador ao representar a si mesmo, traz em suas mãos o que segundo ele seriam garrafas d'água levadas para o trabalho, porém destoa-se a representação da lavoura realizada na construção do mapa. (Figura 37)

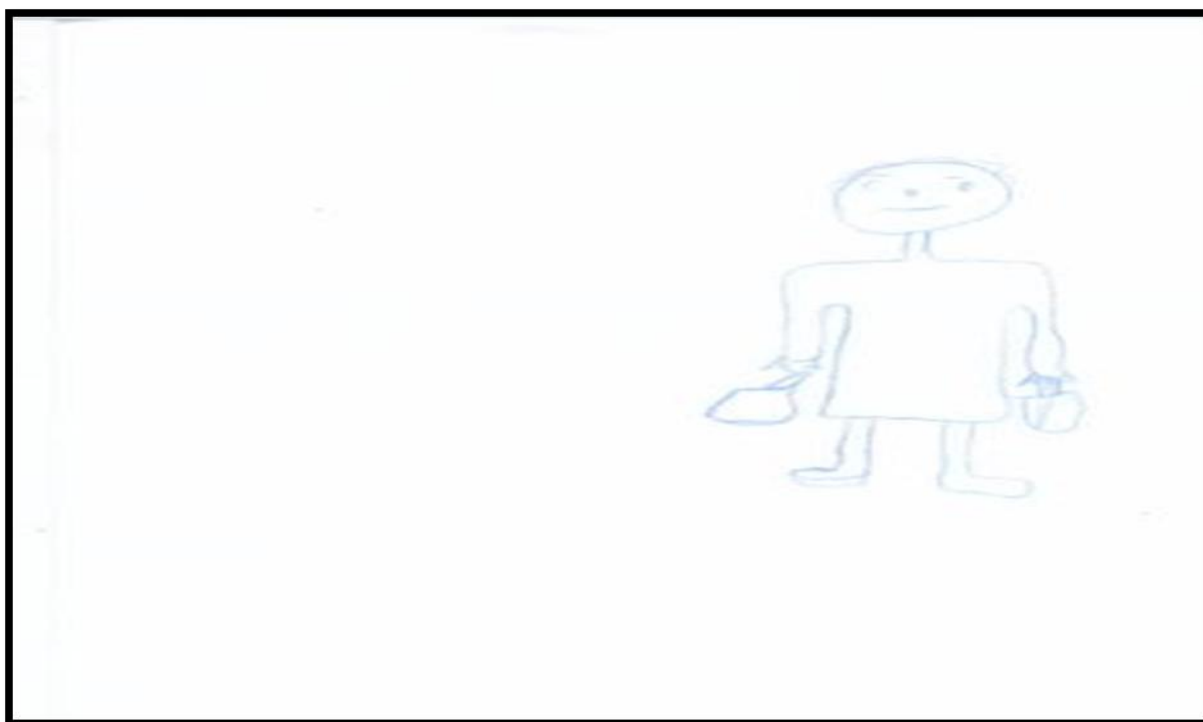
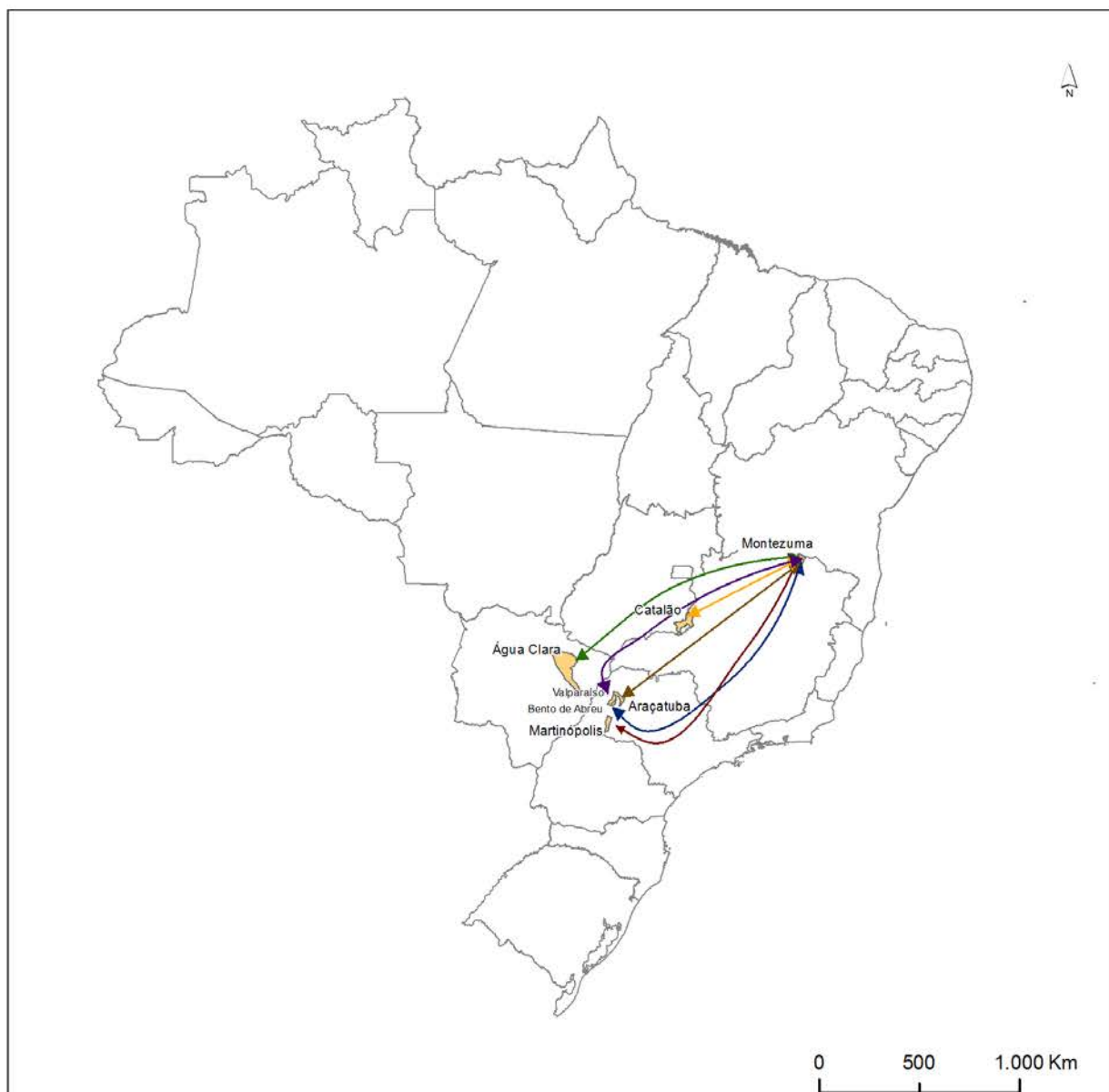


Figura 37- Mapa afetivo de Roberto

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Entretanto, a trajetória de vida de Roberto, indica uma série de rotas migratórias (Mapa Trajetória 02), pois a primeira migração realizada pelo trabalhador ocorreu em 2006 para cortar cana no Mato Grosso do Sul, estando no ano seguinte em Bento de Abreu-SP, também para o corte da cana, em 2010 em Catalão-GO, 2011 em Valparaíso-SP e 2012 em Araçatuba-SP, todas para o corte da cana, sendo que em 2014 migra para Martinópolis-SP para a função de tratorista.

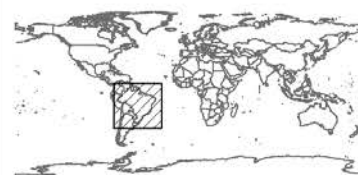
Mapa 2 - Trajetória de Roberto



Legenda

-  Ano: 2006. Função: corte de cana
-  Ano: 2007. Função: corte de cana
-  Ano: 2010. Função: corte de cana
-  Ano: 2011. Função: corte de cana
-  Ano: 2012. Função: corte de cana
-  Ano: 2014. Função: tratorista

Localização da área de estudo



Org: Fredi Bento. Edição Cartográfica: Elines Sodré Gomes.
 Fonte de dados: Pesquisa de campo (2014/2015)
 Base cartográfica: IBGE, 2014.

Apoio:



Coordenadora de Curso de Pós-graduação em Geografia



Trajetória de André

A trajetória de André, 52 anos, casado e com três filhos, inicia em 1999 quando migra pela primeira vez, já tendo trabalhado em diversas lavras, tendo sido fiscal, apontador, encarregado e atualmente é tratorista, tendo realizado cursos de qualificação.

O trabalhador é natural de Palmares-PE, tendo migrado para diversas partes do território nacional, a citar os estados de Alagoas, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Bahia. Sua primeira migração foi para Alagoas, num posto de combustível, depois na Bahia, na pecuária e irrigação no município de Mimoso-BA.

Foi encarregado de irrigação no Tocantins, fiscal de moagem no Mato Grosso do Sul, tratorista em Goiás, fiscal de moagem em Minas Gerais e tratorista no Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, devendo se destacar que quase todas as funções desempenhadas estão relacionadas a agroindústria canavieira. (Figura 38)

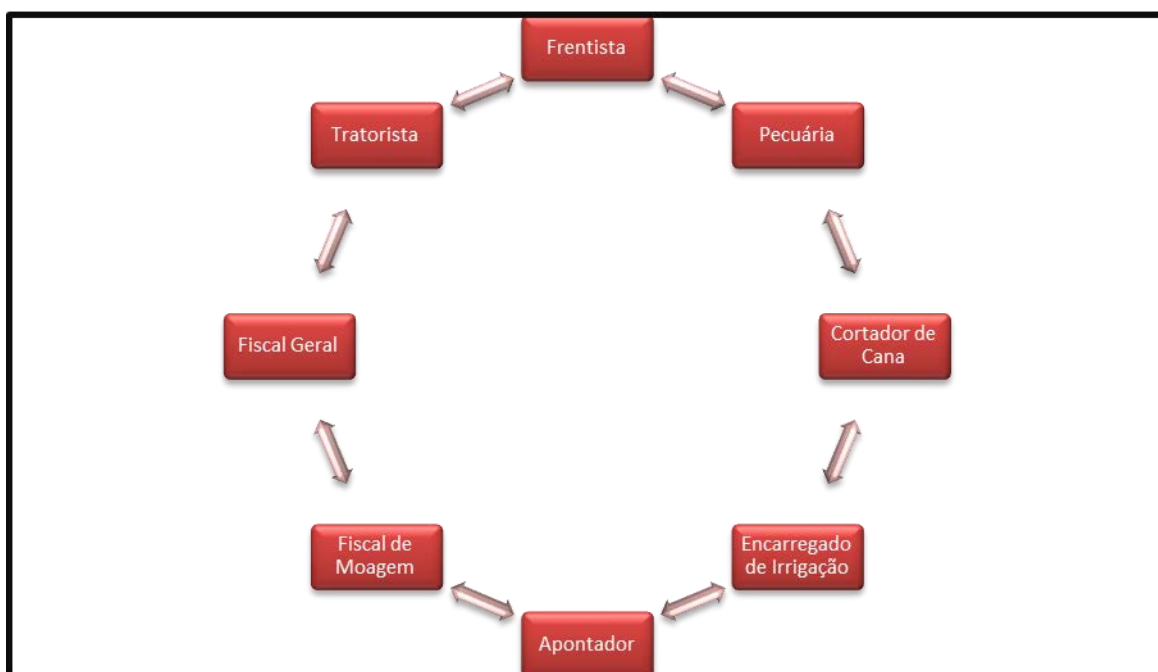


Figura 38- Diferentes funções exercidas por Roberto ao longo de sua trajetória migratória

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

No entanto, um elemento pode ser apreendido em nossos trabalhos de campo e diálogo com os trabalhadores, que diz respeito ao apelido recebido por André, de “polícia”, tendo em vista ser o único do alojamento a já ter trabalhado como fiscal, ressaltando o caráter de vigilância contínua existente nos alojamentos, em que apesar da sociabilidade travada entre os trabalhadores, não nos permite deixar de analisar a cooptação existente nos alojamentos e a vigilância constante a que se submetem estes trabalhadores.

O caráter das redes de sociabilidade destaca-se por conta das inúmeras oportunidades de trabalho que o trabalhador já se beneficiou a partir da ajuda de amigos que lhe transmitiam a informação em respeito às oportunidades de trabalho, bem como dos locais de melhor remuneração.

Em sua trajetória também comparecem elementos que remetem a juventude do trabalhador, e o primeiro emprego arranjado pelo mesmo aos 16 anos, sendo que ao constituir família precocemente, teve que abandonar os estudos, sendo este seu maior arrependimento, o não dar continuidade aos estudos.

Os mapas afetivos construídos pelo trabalhador destacam com maior profundidade o exposto no relato do trabalhador, dado seu objetivo de deixar de migrar e “sossegar”, isso fica evidente quando analisamos o primeiro mapa afetivo (Figura 39), em que é enfatizado o local de origem e a residência, que neste caso assume o significado da família, ou seja, as lembranças de sua mulher e filhos.



Figura 39- Mapa Afetivo nº01 de André

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

O mapa afetivo nº 02 (Figura 40), apresenta a visualização do trabalhador dos locais de destino, com destaque para o local de trabalho, insurgindo na memória do trabalhador, a presença da agroindústria canavieira, bem como das oportunidades de trabalho geradas nos últimos anos, sendo a mesma emblemática para o trabalhador.

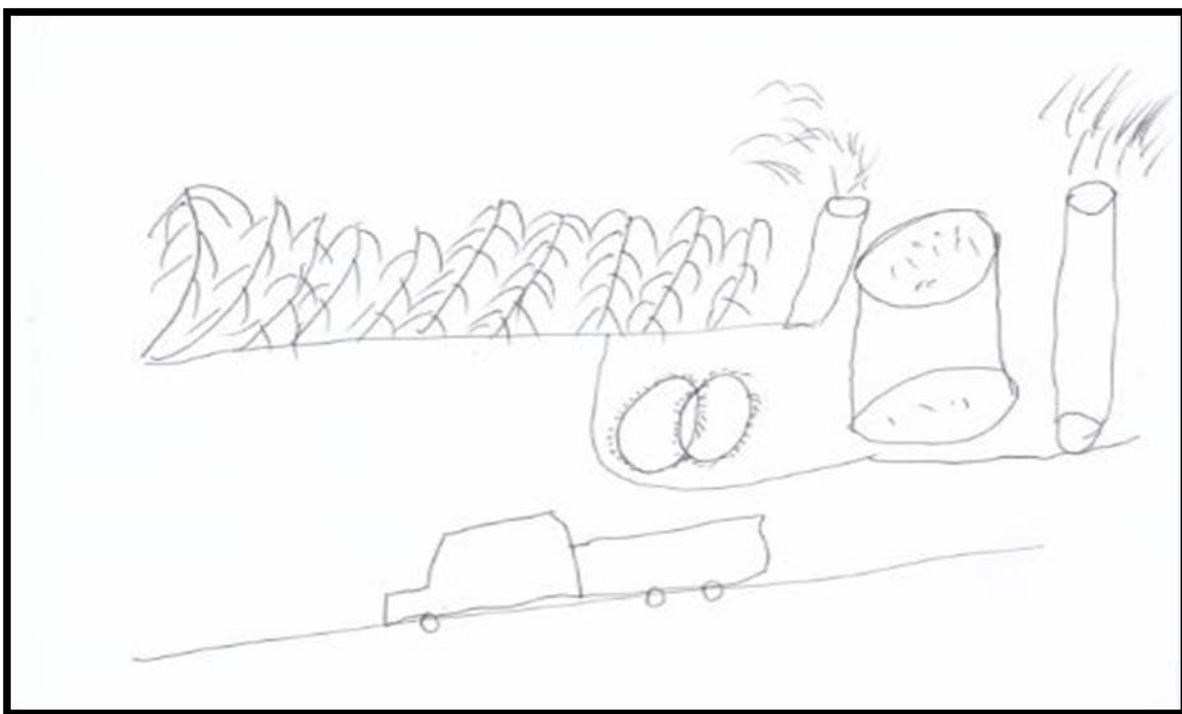


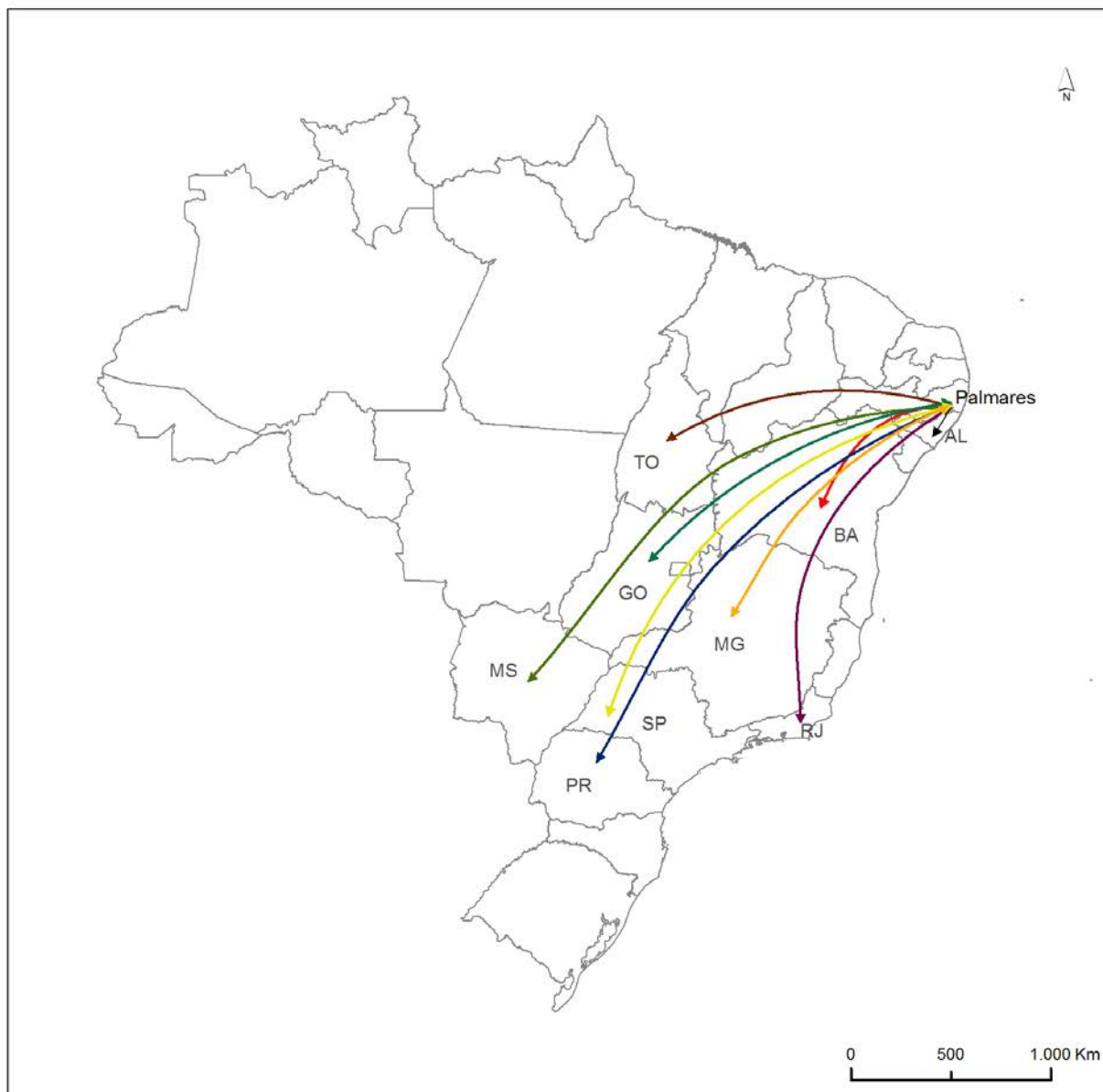
Figura 40- Mapa Afetivo nº02 de André

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Em relação à trajetória de vida do trabalhador, chama atenção a intensa mudança de lavra porque passou o trabalhador e o número de rotas migratórias traçadas (Mapa Trajetória 03), dado o trabalhador ter realizado sua primeira migração em 1999, para Alagoas, para trabalhar como frentista, tendo migrado novamente em 2001 para Mimoso-BR e em 2002 para o Tocantins enquanto encarregado de irrigação.

Em 2005 atuou como fiscal de moagem no Mato Grosso do Sul, e em 2007 na mesma função em Goiás e em 2009 em Minas Gerais. Entre 2011 e 2015, tem atuado como tratorista, podendo se destacar o estabelecimento de rotas migratórias no Paraná, Rio de Janeiro e atualmente em Martinópolis-SP.

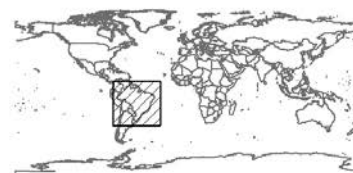
Mapa 3 -Trajetória de André



Legenda

- | | |
|--|---------------------------------------|
| ↖ Ano: 1991. Função: frentista | ↗ Ano: 2009. Função: fiscal de moagem |
| ↖ Ano: 2001. Função: lavrador | ↗ Ano: 2011. Função: tratorista |
| ↖ Ano: 2002. Função: encarregado e irrigação | ↗ Ano: 2013. Função: tratorista |
| ↖ Ano: 2005. Função: fiscal de moagem | ↗ Ano: 2015. Função: tratorista |
| ↖ Ano: 2007. Função: fiscal de moagem | |

Localização da área de estudo



Org: Fredi Bento. Edição Cartográfica: Elines Sodré Gomes.
 Fonte de dados: Pesquisa de campo (2014/2015)
 Base cartográfica: IBGE, 2014.

Apoio:



Trajetória de Carlos

A trajetória de Carlos, 26 anos, solteiro, é marcada pela desconfiança e pelas incertezas e aspirações em respeito a migração realizada, começou a trabalhar aos 18 anos, sendo marcante o discurso da qualificação profissional e o objetivo em realizar cursos de qualificação, dado o mesmo sentir na pele os impactos dos tempos de transição porque passa o setor agroindustrial canavieiro, com amplificação da utilização da mão de obra manual para o corte de cana e a ameaça constante representada pela presença das máquinas.

Diferente de outros trabalhadores, Carlos está a três anos consecutivos longe de sua família, natural de São Miguel dos Campos-AL, tendo o mesmo advindo da área rural, tendo como objetivo a construção da casa própria. Além de cortar cana, também trabalhou na construção civil, destacando-se o caráter das redes de solidariedade, dada o conhecimento das oportunidades de emprego nos canaviais do Pontal do Paranapanema, chegar ao mesmo em Alagoas.

Um elemento chama atenção na trajetória do trabalhador, pois este enfatiza a atenção para o viver em seu estado, dando ênfase a violência existente que também o levou a migrar, adjunto a seu objetivo de mudar de função, tendo em vista o trabalhador ter experiência como lavrador, cortador de cana, construção civil e atualmente exercendo a função de vigilância patrimonial numa unidade processadora de cana. (Figura 41)



Figura 41- Diferentes funções exercidas por Caio ao longo de sua trajetória migratória

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

O mapa afetivo de Carlos (Figura 42) apresenta a terra natal, bem como seu maior objetivo que é a construção da casa própria, estando este encadeado a uma série de outros objetivos que o precedem, a exemplo da carteira de habilitação e da realização de cursos de qualificação, destacando o interesse de trabalhador pelo curso de eletricista com intuito a trocar de função, pois sua função atual, de vigilante, não lhe agrada.

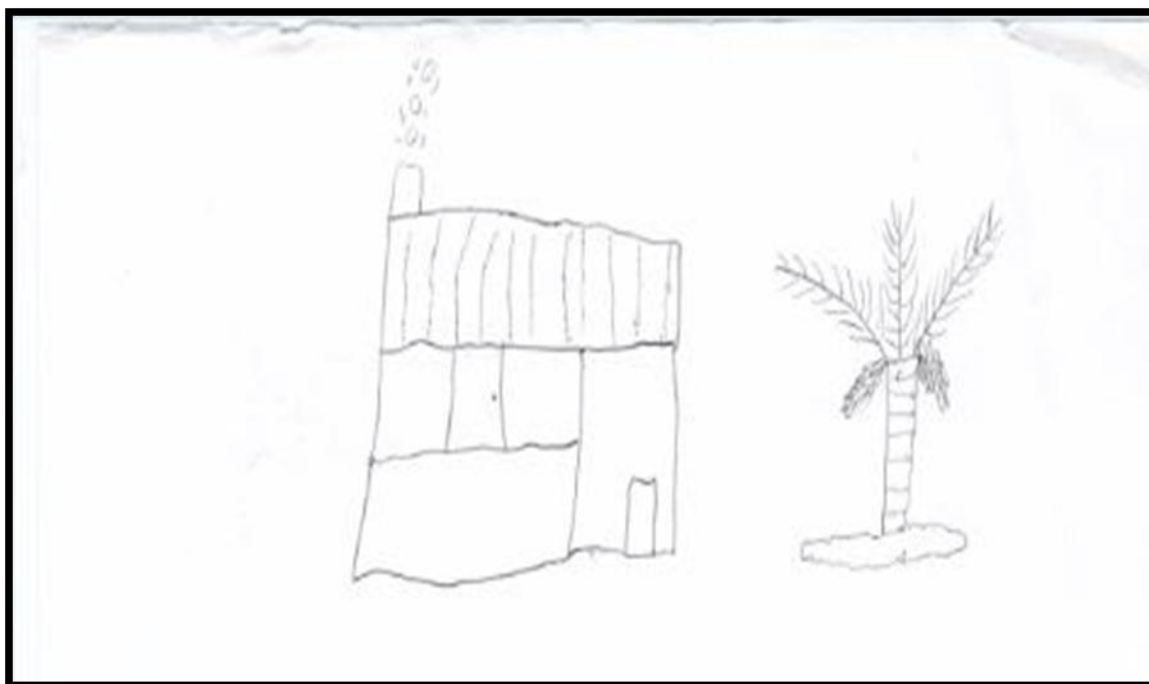


Figura 42- Mapa Afetivo de Caio

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Dentre as rotas migratórias traçadas pelo trabalhador, podemos destacar que sua primeira migração ocorreu em 2009, de São Miguel dos Campos-AL para Maceió-AL, para trabalhar na construção civil. Em 2011, o trabalhador migra para Santo Expedito-SP para o corte da cana, voltando a atuar na construção civil em 2012 em Presidente Prudente-SP, atuando ainda como cortador de cana em Martinópolis-SP em 2013 e como vigilante em 2014. (Mapa Trajetória 04)

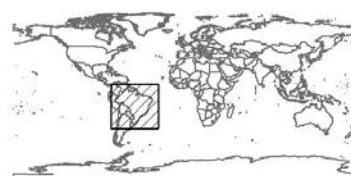
Mapa 4 - Trajetória de Carlos



Legenda

-  Ano: 2009. Função: construção civil
-  Ano: 2011. Função: corte de cana
-  Ano: 2012. Função: construção civil
- Martinópolis: Ano: 2013. Função: corte de cana
Ano: 2014. Função: guarda

Localização da área de estudo



Org: Fredi Bento. Edição Cartográfica: Elines Sodrê Gomes.
Fonte de dados: Pesquisa de campo (2014/2015)
Base cartográfica: IBGE, 2014.

Apoio:



Trajetória de Rodolfo

A trajetória de Rodolfo, 27 anos, natural de Montezuma-MG nos apresenta os medos e anseios do trabalhador ao chegar aos locais de destino, destacando sua dificuldade para com a habitação nos canaviais paulistas. Em relação as diferentes lavras desempenhadas, destacamos a lavra exercida numa metalúrgica, e também o relato em respeito às dificuldades para com o corte da cana em tempos de transição nas formas de plantio e colheita da gramínea.

Nos chama a atenção o quadro de medo e vigilância destes trabalhadores, no sentido de poder perder o emprego, estando seus objetivos atrelados a habilitação, a compra do carro e a construção da casa. A primeira função desempenhada pelo trabalhador foi no carregamento de lenha, tendo ido para metalurgia, sendo obrigado a deixar a função por conta de não estar devidamente qualificado para exercer a mesma, o que o trouxe aos canaviais do Pontal do Paranapanema para o plantio e colheita da cana. (Figura 43)



Figura 43- Diferentes funções exercidas por Rodolfo ao longo de sua trajetória migratória

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

O mapa afetivo (Figura 44) do trabalhador revela seu interesse em retomar os estudos e como a qualificação influi na perspectiva de se conseguir um “ bom emprego”, como expressou o trabalhador. Nesse sentido, a retomada dos estudos assume o papel de apropriação territorial deste trabalhador, tendo a realização dos objetivos com a migração,

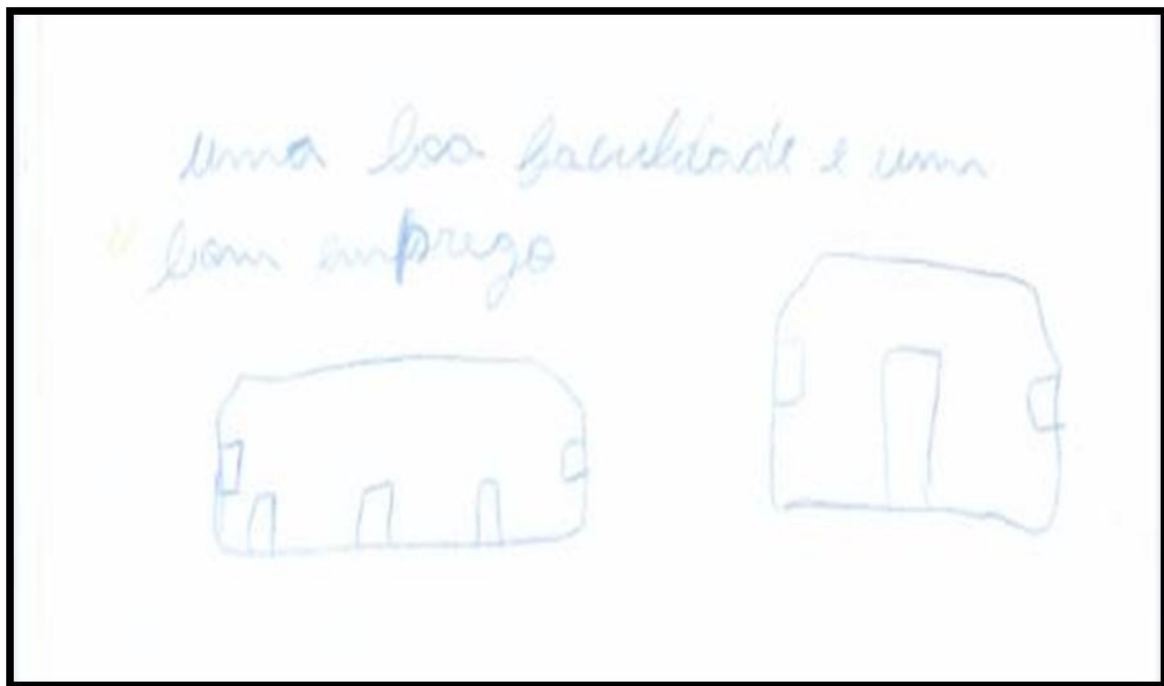
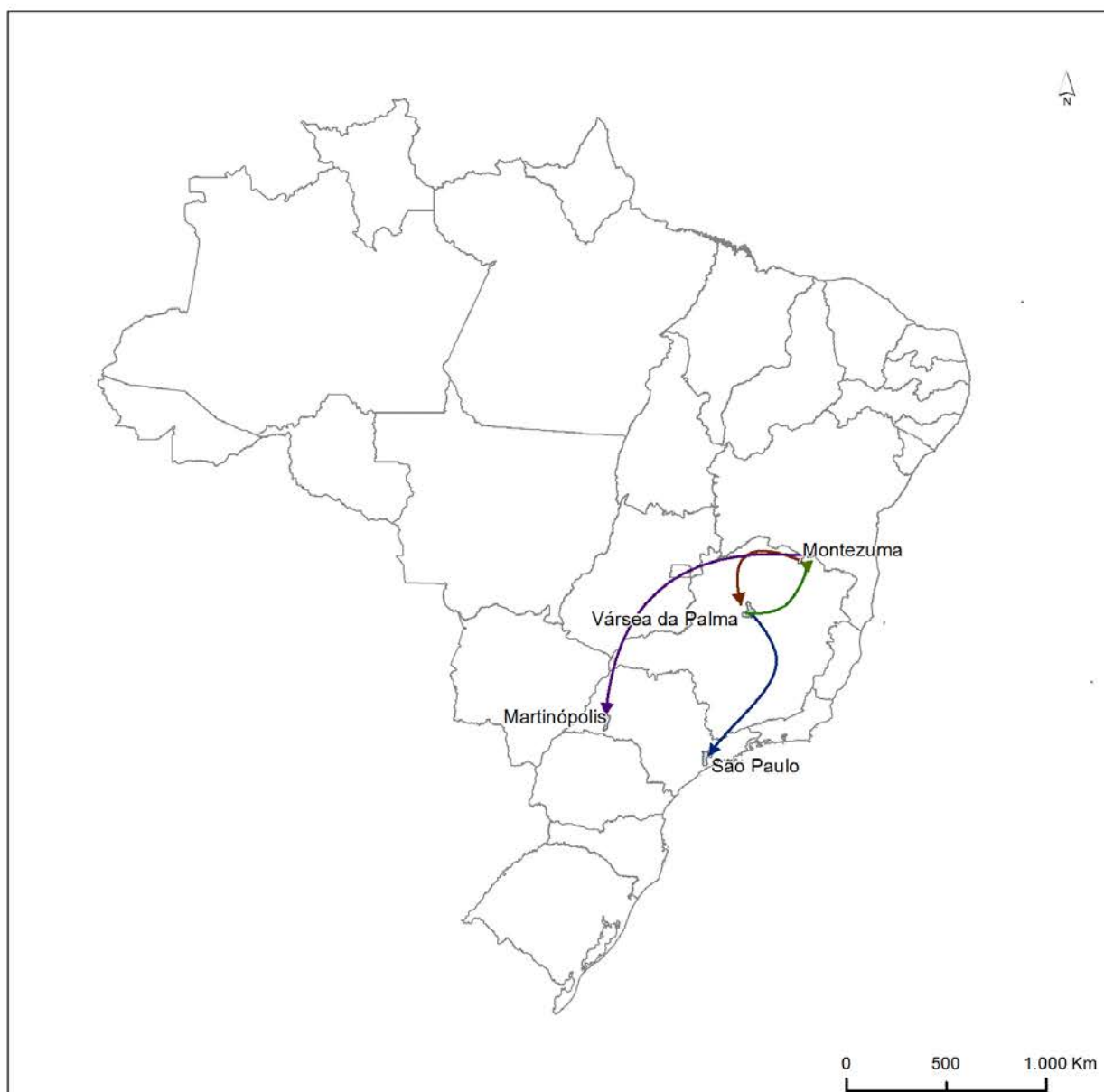


Figura 44- Mapa Afetivo de Rodolfo

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

No que diz respeito às rotas migratórias estabelecidas pelo trabalhador, podemos destacar que a primeira migração do trabalhador se dá para Várzea da Palma-MG, onde conhece sua esposa e realiza o matrimônio. Em 2004, vai para São Paulo-SP trabalhar na construção civil e em 2009 retorna para Montezuma-MG para desempenhar a função de caldeireiro numa metalúrgica e em 2014 migra para o Pontal do Paranapanema para o corte da cana. (Mapa Trajetória 05)

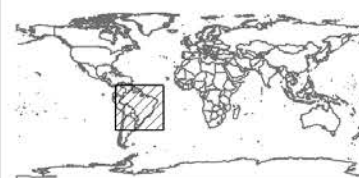
Mapa 5 - Trajetória de Rodolfo



Legenda:

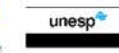
-  Ano: 2009. Função: caldeireiro
-  Ano: 2004. Função: corte de cana
-  Ano: 2004. Função: construção civil
-  Trabalhador casou-se

Localização da área de estudo



Org: Fredi Bento. Edição Cartográfica: Elines Sodré Gomes.
 Fonte de dados: Pesquisa de campo (2014/2015)
 Base cartográfica: IBGE, 2014.

Apoio:



Trajetória de Geraldo e Ester

O casal Geraldo e Ester, naturais do Maranhão, ele de Bacabal-MA e ela de Lagoa Grande-MA, são migrantes estabelecidos na acepção de Melo (2008). Geraldo atualmente é cortador de cana e Ester cuida da casa. A trajetória do casal chama atenção para as dificuldades existentes no local de origem que forçou a migração de ambos.

Em seu local de origem eles trabalhavam em terras arrendadas, tendo que pagar a renda da terra. Sua primeira migração se deu em 2007, para Santópolis do Aguapeí-SP, tendo retornado aos canaviais paulistas para Vila Escócia em Martinópolis-SP em 2008, e trazido sua esposa em 2009.

O relato do trabalhador é permeado pelas dificuldades e conflitos enfrentados nos canaviais paulistas, ficando evidente as estratégias de manipulação da mão de obra realizada pelo capital agroindustrial canavieiro, em sua iniciativa de incitar a competição entre os trabalhadores, através de bonificações dadas como relatado pelo trabalhador, havendo disputas no eito.

A busca pela “mudança de vida” é recorrente, tendo em vista seus objetivos estejam atrelados ao desejo de ajudar a família, construir a casa, devendo-se ressaltar que após a realização de alguns de seus objetivos, em determinado momento ele e sua esposa decidiram findar com as migrações e se estabelecer na Vila Escócia, podendo se ressaltar as redes de sociabilidade e a configuração de territorialidades, dadas as dificuldades enfrentadas para arranjar emprego nos canaviais paulistas.

Deve se ressaltar em sua fala, como as estratégias do capital agroindustrial canavieiro incidem sobre os trabalhadores, à exemplo da questão da “ carteira branca”, que é critério para seleção dos trabalhadores, dado os que a possuem não serem considerados aptos por não estarem ambientados a lavra diária, não sendo os mais preteridos pelo capital agroindustrial canavieiro enquanto o “bom cortador”.

Entretanto, o preconceito e os estigmas carregados pelos trabalhadores migrantes dão o tom da visualização do local de destino para estes trabalhadores, dadas as dificuldades enfrentadas para com a população local. Em contrapartida, Ester ao chegar à região um ano após seu esposo não enfrentou os mesmos problemas, dado o estabelecimento de vínculos com esposas de outros trabalhadores.

Ester era quebradeira de coco babaçu no Maranhão, tendo também trabalhado como lavradora em sua terra natal, sendo interessante destacar a diferença de estratégias dos trabalhadores casados para com as dos solteiros, tendo em vista a presença da mulher ser importante na resistência do trabalhador as dificuldades nos locais de destino.

Dentre as funções desempenhadas pelo casal, destaca se o trabalho como lavrador e o corte da cana para Geraldo, e a atividade de quebradora de coco babaçu para Ester. (Figura 45)

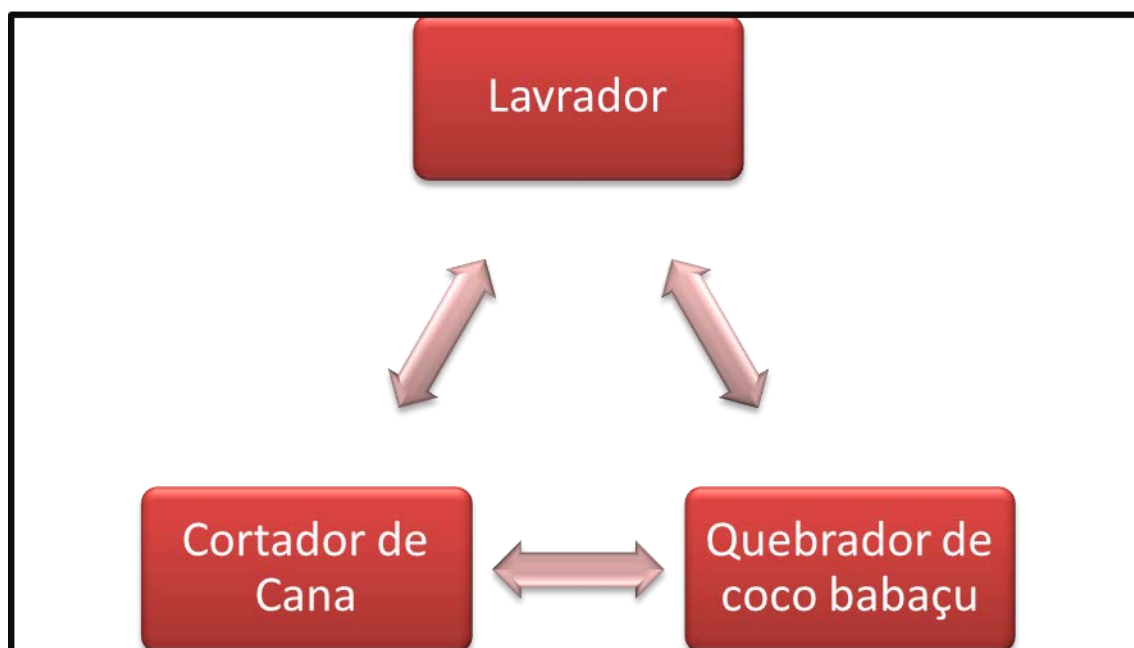
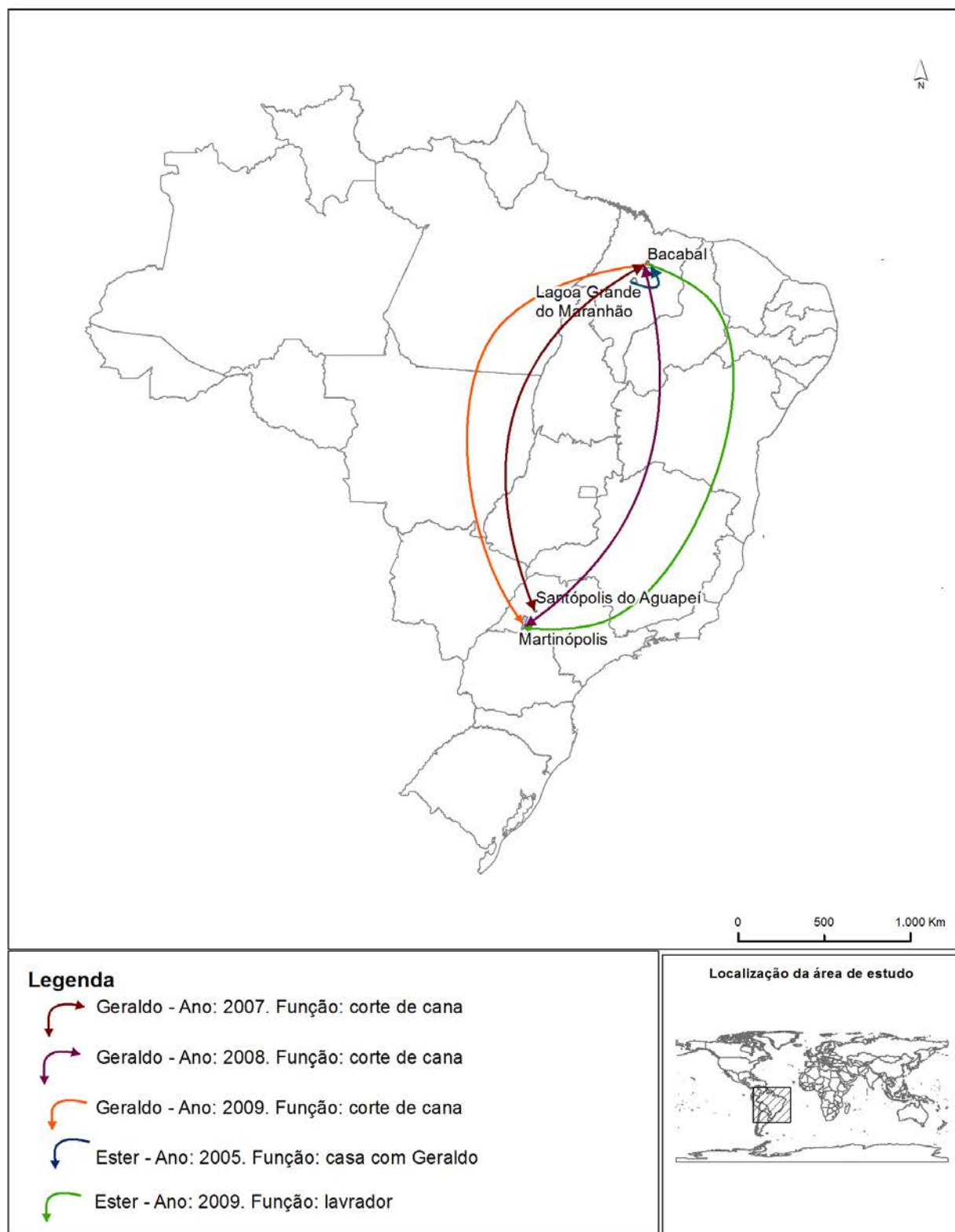


Figura 45- Diferentes funções exercidas por Rodolfo ao longo de sua trajetória migratória

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

A primeira migração realizada por Geraldo ocorreu no ano de 2007, saindo sozinho de Bacabal-MA, para Santópolis de Aguapeí-SP. Em contrapartida, Ester deixa Lagoa Grande-MA com destino a Bacabal-MA, após o matrimônio com Geraldo. Em 2008, ele migra pela primeira vez para Martinópolis-SP, no distrito de Vila Escócia para cortar cana e no ano seguinte (2009), Ester que em sua terra natal trabalhava como quebradora de coco babaçu, migra para Martinópolis-SP para atuar como lavradora, tendo ambos se estabelecido no município. (Mapa Trajetória 06)

Mapa 6 - Trajetória de Geraldo e Ester



Org: Fredi Bento. Edição Cartográfica: Elines Sodré Gomes.
 Fonte de dados: Pesquisa de campo (2014/2015)
 Base cartográfica: IBGE, 2014.

Apoio:



Trajetória de Richard

A última trajetória analisada é a de Richard, 22 anos, solteiro, natural de Montezuma-MG, estando há cerca de um ano e quatro meses nos canaviais paulistas. A primeira vez que migrou foi com apenas 16 anos para Engenheiro Coelho-SP, para trabalhar na colheita de laranja, tendo trabalhado um ano na colheita e outro no carregamento de caminhões de laranja, tendo permanecido quatro anos colhendo laranja.

A oportunidade de trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema é apresentada por seu irmão, também migrante, tendo trabalhado no corte da cana e atualmente exercendo a função de vigilante patrimonial, devendo-se destacar a realização de um curso de qualificação profissional pelo mesmo com fins a mudar para a função de tratorista. (Figura 46)

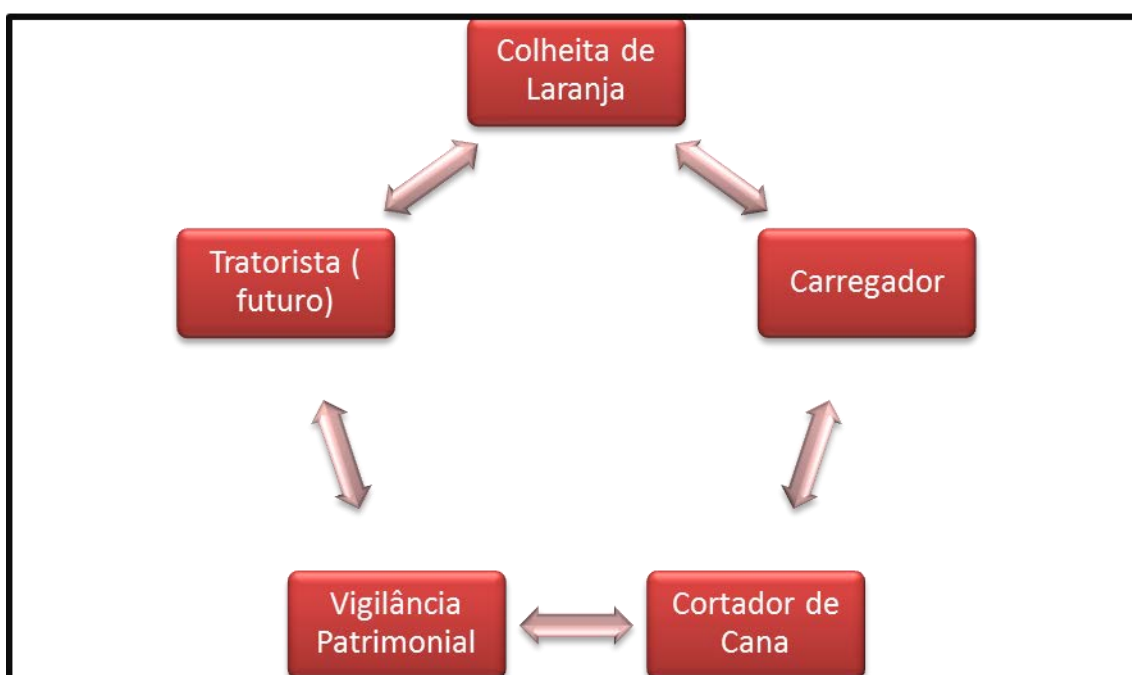


Figura 46- Diferentes funções exercidas por Richard ao longo de sua trajetória migratória

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

O mapa afetivo do trabalhador (Figura 47) retrata a situação vivenciada pelo trabalhador, podendo se notar a inexistência de expressões faciais presentes em outros mapas afetivos, e em relação a este é viável destacarmos que não era de nosso interesse a realização de tal metodologia, mas ao percebermos no depoimento do trabalhador a

riqueza de detalhes, propomos mesmo sem os materiais necessários a representação do ato migratório para o mesmo (notada pelo tipo de papel utilizado, advindo de nosso caderno de campo e a não utilização de lápis de cor).

Nesse sentido, o mapa chama atenção a adaptação aos diferentes turnos, que são motivos de desagrado para o trabalhador, tendo em vista o mesmo ter passado a trabalhar no período noturno, e os perigos sendo importante destacar um momento de silêncio do trabalhador em respeito a um episódio ocorrido durante sua jornada de trabalho, em que o trabalhador foi alvo de um assalto ocorrido ao posto de gasolina da empresa, tendo ficado sob a mira de um revólver, retratado em seu mapa.

Esse acontecimento foi crucial para o desejo do trabalhador em mudar de função, bem como para a aversão completa ao turno noturno demonstrado pelo trabalhador, que em seu depoimento deixa marcantes questões relacionadas à violência nos locais de destino e a situação de medo e vigilância constante vivenciada pelo mesmo.

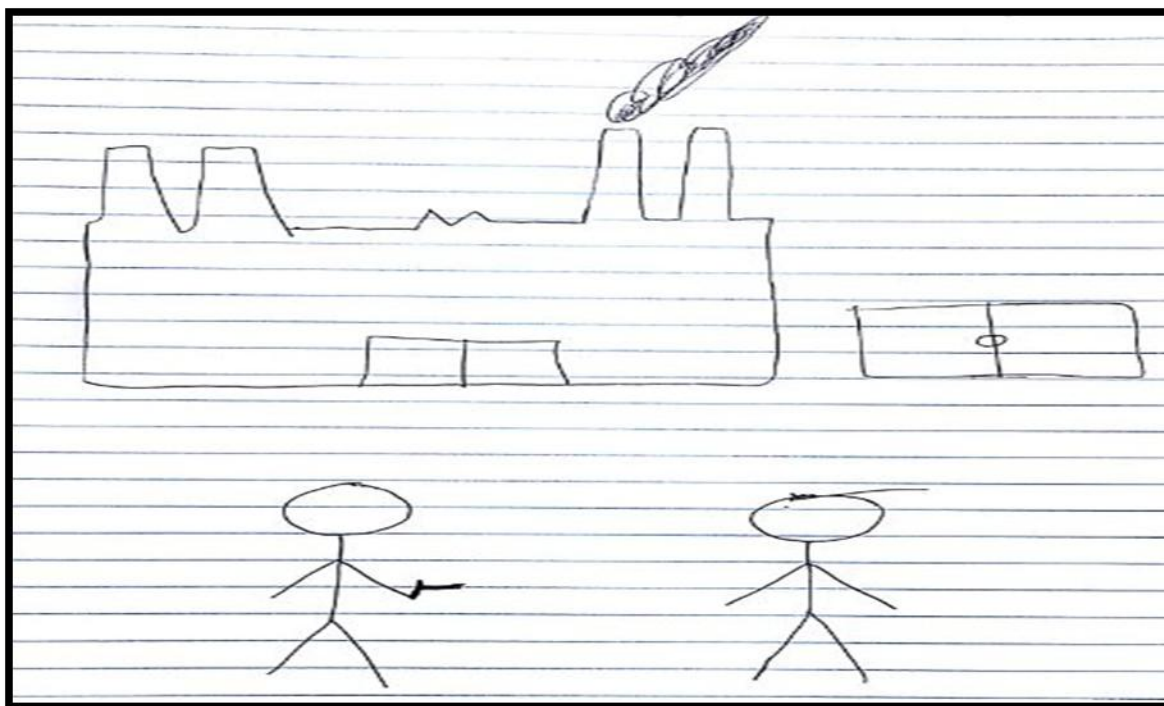


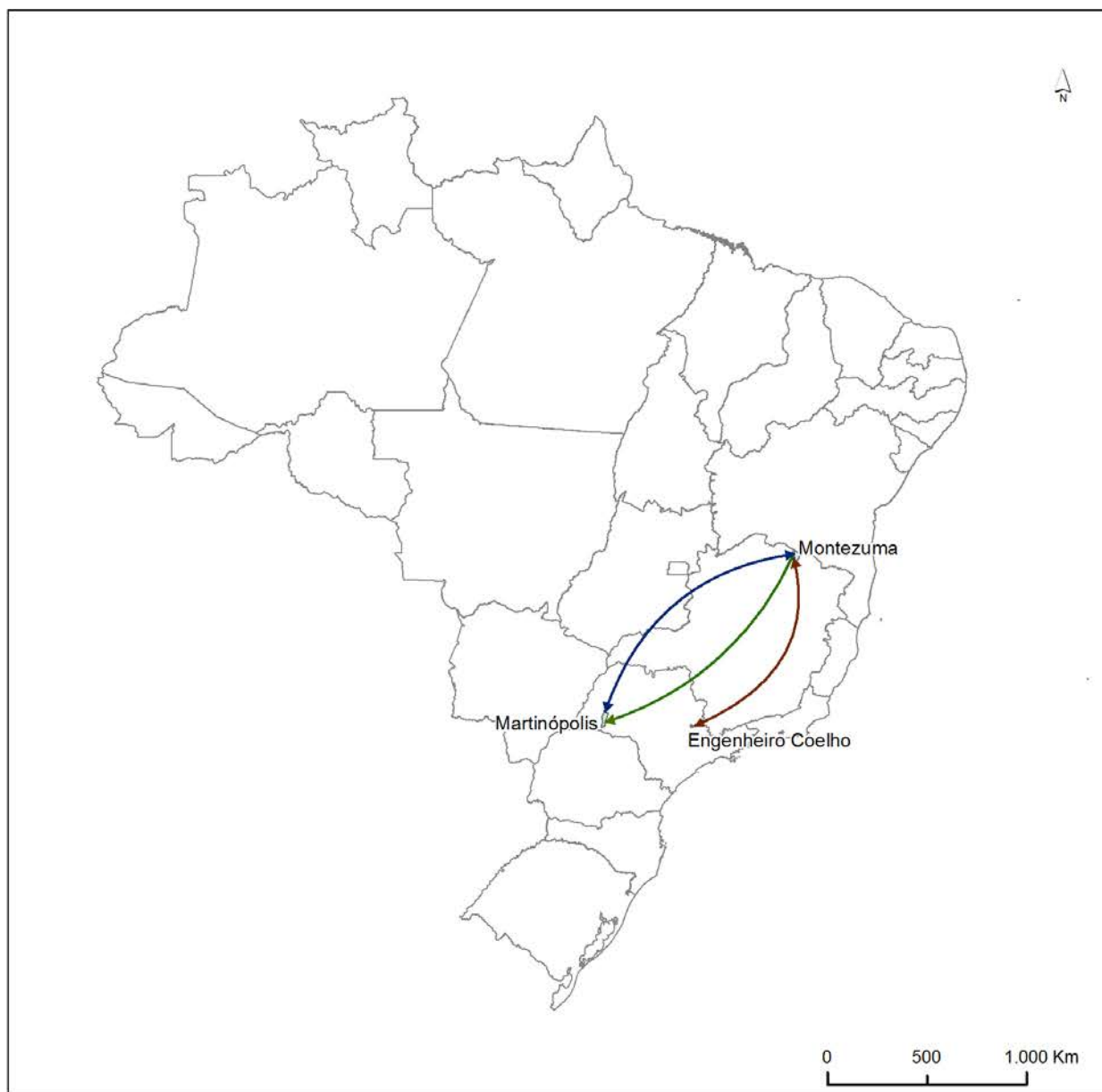
Figura 47- Mapa Afetivo de Richard

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Em relação à trajetória de vida do trabalhador, é viável destacarmos que a primeira migração empreendida pelo trabalhador foi realizada em 2009 para o

município de Engenheiro Coelho-SP, para a colheita de laranja, tendo migrado em 2013 para o corte da cana em Martinópolis e atualmente (2014-2015), atua como vigilante. (Mapa Trajetória 07)

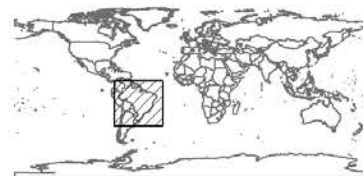
Mapa 7 - Trajetória de Richard



Legenda

-  Ano: 2009. Função: colheita de laranja
-  Ano: 2013. Função: corte de cana
-  Ano: 2014. Função: guarda

Localização da área de estudo



Org: Fredi Bento. Edição Cartográfica: Elines Sodré Gomes.
 Fonte de dados: Pesquisa de campo (2014/2015)
 Base cartográfica: IBGE, 2014.

Apoio:



Assim, ao trazermos os sete exemplos de distintas trajetórias de vida, temos em mente a necessidade chamarmos atenção para aspectos não dimensionados pela simples condução de uma entrevista, tendo em vista a apreensão do território migratório estabelecido por estes trabalhadores, território este composto por disputas e relações de poder, bem como por redes de sociabilidade.

Tal constructo é importante, dadas as sinalizações para a apreensão do quadro de precarização, degradação e heterogeneização da mão de obra migrante sazonal para as mais distintas lavras em território nacional, sujeitando se assim aos mandos e desmandos do capital que em sua ânsia por acumular tem como estratégia a apropriação da força de trabalho destes, que do “sonho da mudança de vida”, passam a sujeitar-se ao quadro de degradação do trabalho existente.

Em contrapartida, é preciso que nos pautemos nos reais significados das migrações sazonais para o trabalho no intuito de podermos construir um arcabouço teórico e prático que nos possibilite ler no movimento do trabalho, as contradições presentes não só no movimento migratório, como no próprio trabalho.

Encimados nessa perspectiva, é que nos sentimos estimulados a entender não só o processo de degradação do trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema, como também a atuação sindical em relação aos mandos e desmandos do capital agroindustrial canavieiro, tendo em vista essas questões somadas às tantas outras que nos animam neste momento, nos possibilitem empreender uma reflexão em torno da dinâmica geográfica do trabalho, relacionando-a as migrações do trabalho para o capital nestas primeiras décadas do século XXI.

Nessa perspectiva, nos fortalece também o exposto empreendido em torno de leituras realizadas em torno de nossas ações a campo, não apenas pensando àquelas relacionadas aos trabalhadores migrantes sazonais, como também para com os trabalhadores postos em movimento, pela ação de empresas, como exemplificado anteriormente, e que nos remetem ao quadro de destrutivo que enfrentam os trabalhadores.

É para com esse quadro de destruição que nos remetem a fragmentação, heterogeneização e precarização do trabalho e da classe trabalhadora, que voltamos

nossos olhos nesse momento, dada a urgência do tema e as perspectivas em torno de se realizar um debate em torno das marcas geográficas presentes na questão.

CAPÍTULO V

A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NOS CANAVIAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

O processo de degradação do trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema nos remete a ilustrarmos a real situação enfrentada por aqueles que diariamente veem subsumidos de si sua força de trabalho, e aqui chamamos atenção para o cortador de cana, que nos permitem realizar um exercício em relação a sua própria condição enquanto ser que pratica e tem consciência de seu trabalho.

Entretanto, envolvermos tais questões nos obriga a intentar para o que Thomaz Junior (2006), qualifica enquanto positividade e negatividade do trabalho e a própria capacidade de emancipação existente no trabalho, o que é distinto do que se acomete sobre o trabalhador nos canaviais, valendo muito mais a máxima em torno da negatividade de seu trabalho.

Nos últimos anos tem ganhado destaque a figura do trabalhador migrante sazonal, que além de sofrer com as dificuldades em torno da realização do trabalho nos canaviais, ainda sofre os efeitos de sua condição enquanto um ser migrante, que amplia ainda mais o potencial alienante do trabalho realizado.

É encimado nessa discussão que podemos enxergar o quadro de degradação do trabalhador migrante nos canaviais do Pontal do Paranapanema, em seus distintos significados, formas, num processo constante e que faz parte das disputas territoriais existentes na região, nos permitindo ainda enxergar uma situação de precarização que não atinge apenas o corpo físico desses trabalhadores como também o desefetiva enquanto um ser genérico para si. (SILVA, 2011a)

Então devemos estar atentos para uma série de fatores que nos permitam expressar tal processo, a começar pelas próprias condições de alimentação e moradia desses trabalhadores, e aqui gostaríamos de chamar atenção principalmente para os casos verificados no eixo Emilianópolis-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, tendo em vista a insalubridade existente nas casas alugadas pelos próprios trabalhadores, como a parca alimentação observada, se pensarmos na dura jornada de trabalho estabelecida diariamente.

A vinda de mulheres adjunta a esses trabalhadores, que migram por conta própria e aqui nos referirmos ao exposto em Emilianópolis, acaba por minorar seu sofrimento, bem como representa uma estratégia dos mesmos para resistir às dificuldades não apenas do processo migratório, como da própria atividade

desempenhada, o que nos permite entender o que Silva (2011a), postula enquanto uma apropriação do afeto, que não apenas diminui o desgaste físico, tendo em vista as mulheres os auxiliarem.

Apesar da estratégia de trazer suas mulheres para os locais de destino, a mesma é bloqueada pelo capital agroindustrial canavieiro que em busca de um controle rigoroso sobre esses trabalhadores dentro e fora do trabalho, coíbe tais práticas ou mesmo as proíbe veementemente como no caso apresentado nos alojamentos em Martinópolis, sendo essa apenas uma das formas de cooptação desses trabalhadores.

Nesse sentido é que podemos perceber que o trabalho nos canaviais, também é cercado pela dimensão do medo, este que não se apresenta apenas enquanto perder o emprego, como também medo de fracassar, de tomar gancho, que significaria no fim do mês um menor rendimento em relação ao considerado, além do medo de adoecer, que os faz inclusive tomarem enquanto normais, uma série de patologias que os acometem, pois, pedir atestado médico é visto enquanto sinal de fraqueza por esses trabalhadores.

Com relação às diversas patologias que acometem os trabalhadores migrantes, as mais comuns estão relacionadas a uma série de sintomas que são considerados enquanto normais perante o trabalhador, mas que sabemos que são sinais de alerta de malefícios que possam atingi-lo no futuro.

Desse modo, as dores de cabeça, na coluna, câimbras, dentre outros sintomas são vistos enquanto normais pelos trabalhadores, pois admiti-las enquanto problema implica em questionar a própria força e capacidade de seu trabalho, pois a doença é sinal de vergonha de ter de parar de trabalhar. (DEJOURS, 1988)

Assim, parar de trabalhar além de significar falhar no sentido da migração realizada, põe também em xeque o padrão de virilidade que cerca esses trabalhadores, e que inibe os mesmos a se quer postular suas dificuldades em torno da atividade realizada, sendo testemunhas assim da sua própria autodestruição nos canaviais do Pontal do Paranapanema.

Por meio do Gráfico 20, podemos perceber alguns dos sintomas descritos pelos trabalhadores, embora os mesmos de maneira alguma cogitem a hipótese que estes foram adquiridos nos canaviais, valendo-se destacar ainda que o fato de jamais ter

passado mal, pedido atestado médico ou ficar afastado por problemas de saúde, é tido enquanto motivo de orgulho por esses trabalhadores.

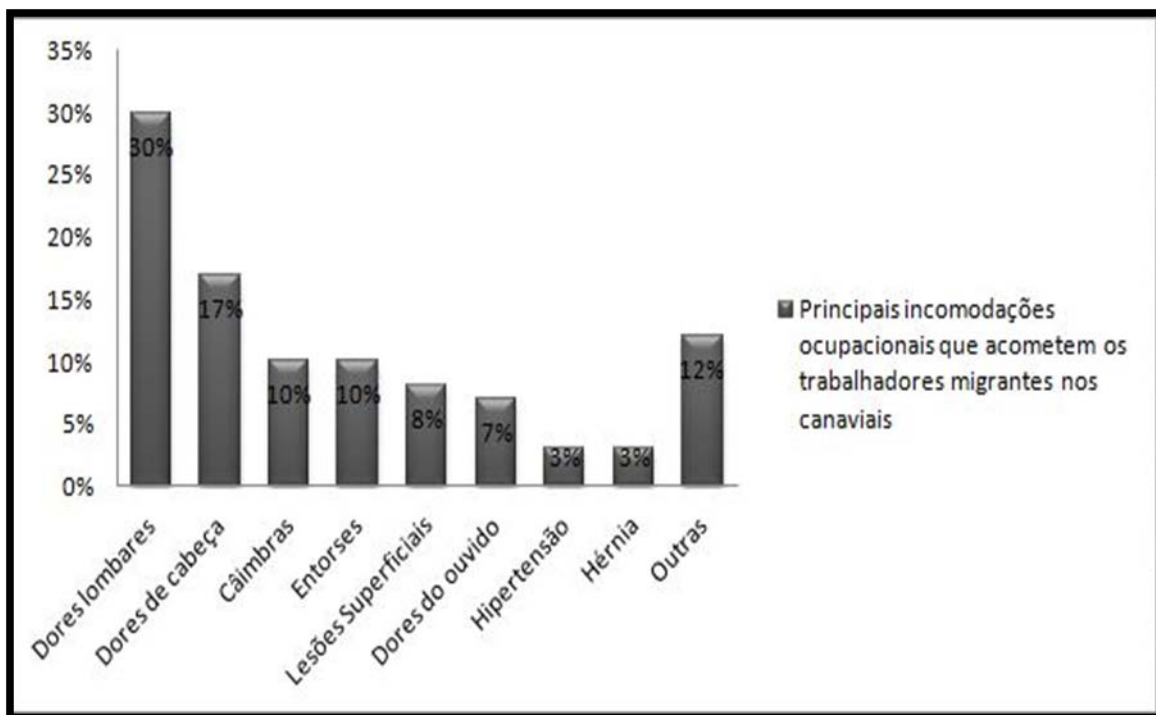


Gráfico 20-Principais incomodações ocupacionais que acometem os trabalhadores migrantes nos canaviais

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

Como podemos ver no gráfico 20, os sintomas mais descritos após uma jornada diária de trabalho nos canaviais são dores lombares, dores de cabeça, câimbras, entorses, lesões superficiais etc., sendo estas potenciais sintomas de agravos maiores, a citar lombalgias, *birola*, que se tratará de um estágio mais avançado de câimbra que atinge todo o corpo, sendo inclusive causa de morte de inúmeros trabalhadores nos canaviais e as dores de cabeça, que como descritas pelos trabalhadores, ocorrem em dias de “calorzão” (sic) nos canaviais do Pontal do Paranapanema.

Dessa forma, podemos perceber que todo um quadro de cooptação em torno da perspectiva de cortarem cada vez mais toneladas de cana nos canaviais, trazem seus rebatimentos quando enxergamos a degradação do corpo físico do trabalhador e não só, pois adjunta a degradação do corpo físico, se esconde a degradação da própria condição do trabalhador enquanto ser em si.

Entretanto, tem crescido para os municípios de destino destes trabalhadores, a procura por exames ligados a ortopedia, com a ampliação de raios x, tomografias, ressonância magnética e eletroneurografia, exames estes que acabam custeados por estes municípios, e que fazem parte do cotidiano dos trabalhadores para o agrohídronegócio canavieiro, dado o crescente número de doenças ocupacionais, como L.E.R. (Lesão Por Esforço Repetitivo), tendinite, bursite, etc., bem como entorses torácicas, lombalgias e hérnias de disco.

Em contrapartida, outro ponto a se destacar diz respeito aos atestados médicos e a atuação dos grupos usineiros de cobrirem as faltas de seus trabalhadores, enviando assistentes sociais próprias para checar nas unidades básicas de saúde, a veracidade dos atestados fornecidos e apresentados pelos trabalhadores, havendo não a preocupação para com os trabalhadores, mas para com os interesses das empresas.

Todavia, nestes tempos de transição da colheita nos canaviais paulistas, novas incomodações ocupacionais tem se destacado, e aí falarmos das dores do ouvido, estresse, insônia, surtos de hipertensão etc., que fazem parte do dia-a-dia dos trabalhadores que operam máquinas e tratores, tendo em vista as mudanças em sua jornada de trabalho, dada a constante mudança de turno e os agravos para a saúde do trabalhador advindos da mesma.

Para além das questões que envolvam o próprio esforço físico dos trabalhadores migrantes nos canaviais, e também a mais visível quando pensamos no quadro de degradação do trabalho a que estão acometidos, omitem-se outras formas de degradação que atingem não só o corpo físico, como a mente e imaginário desses trabalhadores, pois há ainda a própria quebra da solidariedade grupal, tendo em vista a competição no eito não ser apenas pelo corte de um número maior de ruas, como pela perspectiva de poder tomar a rua de outros cortadores.

Embora essa prática seja evitada pelas usinas, a mesma se dá, e nos permite avaliar outros elementos que se fazem presentes, como a própria diferenciação existente entre os trabalhadores, pensando aqui em elementos étnicos, de gênero, idade, culturais, se pensarmos a própria diferenciação entre trabalhadores migrantes e regionais, que revelam o duplo jogo de interesses do capital agroindustrial canavieiro, porque na medida em que coíbe tais práticas, as reforça no eito, promovendo assim a disputa entre os trabalhadores pelo corte de um maior número de ruas.

Essas estratégias do capital agroindustrial canavieiro fazem parte de sua própria territorialização que não está ligada apenas a disputa por terras, recursos e financiamentos, como também pela força de trabalho e exploração da mesma, trazendo assim os rebatimentos mais temíveis para os trabalhadores, que sofrem a destruição de seus hábitos e vínculos sociais anteriores, bem como o próprio processo de fragmentação social do grupo. (SILVA, 2005)

E nos canaviais do Pontal do Paranapanema, isso não é diferente tendo se verificado a concorrência não apenas entre trabalhadores regionais e migrantes, como entre os próprios migrantes, tendo em vista a diferenciação de regiões de origem, como no caso apresentado entre cearenses e mineiros, em Martinópolis, pois terminar seu eito mais rápido possibilitaria a ‘invasão’ no eito do próximo, o que na prática é motivo de disputas entre os trabalhadores que acabam por enfraquecê-los enquanto classe.

Os trabalhadores passam assim a verem-se enquanto concorrentes, pois apesar de justamente forçados a cooperar durante a realização da lavra diária, acabam competindo pela perspectiva cortarem cada vez mais cana, pois essa cooperação não é resultado de suas próprias relações de sociabilidade, mas pela vontade do capital agroindustrial canavieiro. (IAMAMOTO, 2001)

Dessa forma, é que podemos entender os reais motivos do capital agroindustrial canavieiro no auge da transição do processo de colheitas, ainda manter-se dando preferência para o corte manual, estratégia que rebate principalmente nos grupos usineiros em dificuldades, na expectativa de ampliar a taxa de acumulação.

Os trabalhadores também encontram formas de reagir a esse tipo de empreitada, tendo em vista eles próprios estabelecerem sua forma de cooperação, como foi percebido nos depoimentos em Martinópolis, onde os trabalhadores indo contra o que é estabelecido pelas usinas mantêm seus laços sociais durante a atividade no eito, e em meio a muitas conversas, cantorias, também deixam a marca de sua territorialização nos canaviais.

Aliado as estratégias do capital agroindustrial canavieiro está um fator pelo qual os trabalhadores migrantes, não podem competir que é o processo já descrito antes, de transição para a colheita mecanizada e que tem se feito notar com maior urgência no Pontal do Paranapanema nos últimos anos, colocando os trabalhadores entre duas

alternativas, migrar para outro tipo de lavra ou tornar-se um apêndice das máquinas colheitadeiras.

No entanto, retomando a questão relativa à dimensão do medo existente nos canaviais, o mesmo também se perpetua nas “repúblicas de trabalhadores”, que como dissemos antes funcionam também enquanto parte do processo de cooptação desses trabalhadores, e que nos remete ainda a sua dimensão punitiva.

Desse modo, os trabalhadores ao mesmo tempo em que mantém relações de solidariedade e criam redes sociais entre si, também estão à mercê de uma construção perversa de vigilância, tendo em vista não incorrerem em erros que os levariam a dispensa de seu trabalho e o fracasso em sua migração.

Aqui queremos chamar atenção para a dimensão presente em torno do medo que permite que esses trabalhadores respeitem os preceitos que advém da usina, tendo em vista o medo de cair em erro. Tal dimensão também é percebida nos canaviais em relação às advertências, suspensões e a perspectiva de pegar diárias, o que nos permite enxergar o conflito entre as estratégias do capital agroindustrial canavieiro e a dos trabalhadores migrantes, que nos remetem a própria territorialização de ambas, sendo um processo de desterritorialização da outra.

Essas questões dão animo ao debate em torno da própria apropriação territorial promovida pelos trabalhadores migrantes, nos permitindo entender os limites das ações dos trabalhadores a revelia da territorialização imposta pelo capital, nos chamando a questão, a própria dimensão subjetiva do trabalho realizado pelos trabalhadores migrantes e que nos possibilita entender a própria interiorização da dominação existente nos canaviais do Pontal do Paranapanema.

Tal processo de interiorização e aqui nos referenciando em Silva (1999), se expressa enquanto a junção das mais diversas formas de aliciamento e cooptação do trabalhador já apresentadas até aqui, desde a contratação dos trabalhadores, a forma de alojamento, e a própria ingerência do medo e da competição enquanto partes de um processo de fragmentação do trabalho, e que por si só gera sofrimento aos trabalhadores.

Ao pensarmos em sofrimento, devemos lembrar a expectativa desses trabalhadores em escolher aceitar e dado o fato de serem migrantes, isso se torna

necessário tendo em vista não terem outra expectativa, ou resistir o que pode implicar no fracasso do migrar. Nesse sentido, vale o exposto por Dejours (1999), pois é através do sofrimento que o trabalhador acaba aderindo a cooptação imposta.

O mesmo também implica na geração de um movimento contrário em torno do reconhecimento do sofrimento dos seus semelhantes, e que nos remetem a apropriação territorial realizada por esses trabalhadores, tendo em vista a formação de estratégias e redes de solidariedade entre os mesmos. (DEJOURS, 1999)

É partir da fragmentação do trabalho e do sofrimento a que são submetidos os trabalhadores é que enxergamos também um movimento de renovação e reconstrução das estratégias dos mesmos para resistir a territorialização imposta, e que no caso dos trabalhadores migrantes, nos permitem conceber os territórios da migração.

Para Thomaz Junior (2009) é na fragmentação do trabalho que o capital agroindustrial canavieiro exerce seu controle social e domínio de classe, dado o fato de ter sobre si as rédeas do processo social a que comanda, no qual podemos enxergar o processo de gestão territorial promovido pelo mesmo.

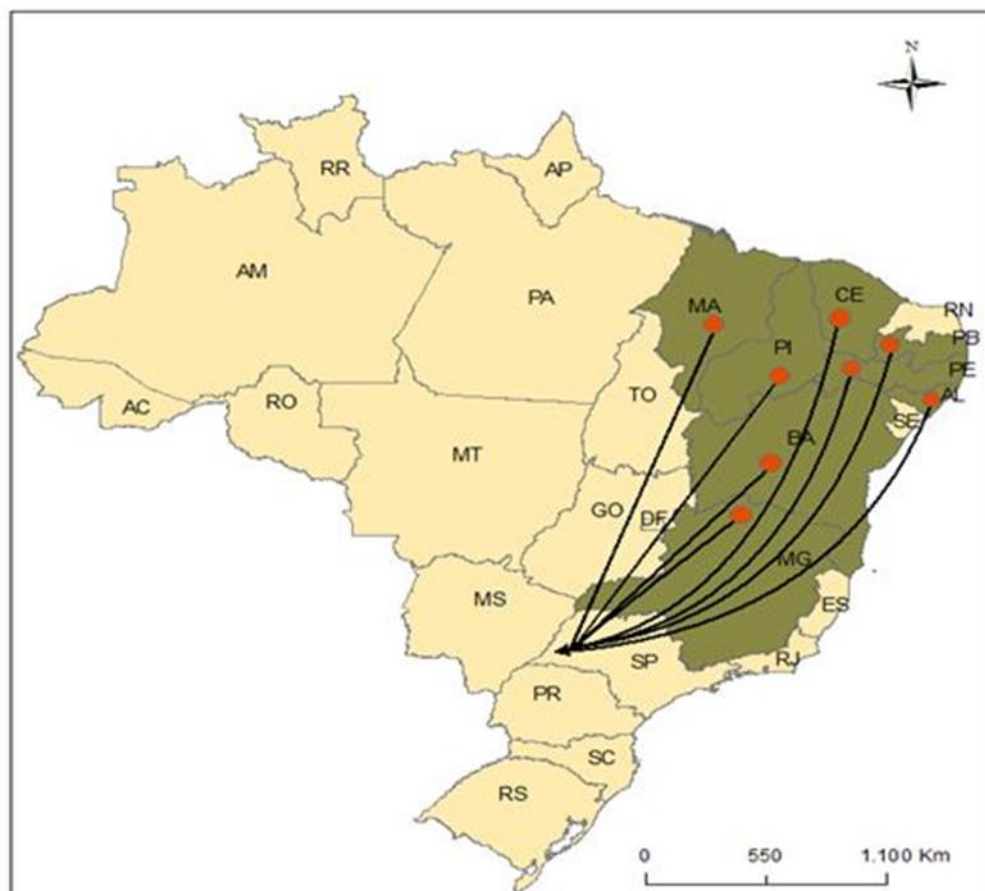
Tais questões nos remetem a própria condição em que se encontram os trabalhadores migrantes, sendo partícipes de um processo de precarização e superexploração do trabalho, que se inicia quando os mesmos ativam o ato migratório, ao participarem do recrutamento organizado pelos agenciadores, até o momento em que se dirigem para as mais diversas funções. (THOMAZ JUNIOR, 2009)

É encimado na fragmentação, heterogeneização e precarização do trabalho que se assentam as estratégias do capital agroindustrial canavieiro, tendo em vista o descumprimento de acordos trabalhistas, os roubos na pesagem da cana cortada, nos agravos para a saúde dos trabalhadores gerados pela prática do rodízio, bem como toda uma sorte de práticas que pudemos ver até aqui, e que fazem parte da compreensão do processo de desrealização do trabalho instaurado.

Então, é nesse sentido que o Pontal do Paranapanema tem ganhado destaque não só pelas migrações do trabalho para o capital que tem recebido, como também pela própria dimensão de precariedade do trabalho realizado, sendo o trabalhador migrante peça chave da estratégia de acumulação do capital agroindustrial canavieiro nesses tempos de transição porque passa o setor na região nos últimos anos.

Dessa forma, podemos perceber o quadro de degradação que recai sobre o trabalhador nos canaviais do Pontal do Paranapanema, situação que nubla não só os interesses desses trabalhadores, como uma série de valores culturais que trazem de sua terra natal, tendo em vista esses trabalhadores advirem principalmente da região Nordeste (Mapa 04), o que nos permite perceber que as formas de cooptação e precarização atingem não apenas o trabalho, como a pessoa do trabalhador, destituindo inclusive suas representações culturais.

Mapa 04 - Principais estados de origem dos trabalhadores migrantes sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema-SP



Localização do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo



Pontal do Paranapanema



Legenda

- Pontal do Paranapanema
- Unidades da Federação
- Deslocamentos
- Estados de origem

Organização: Fredi dos Santos Bento
Edição Cartográfica: Eline Sodrê Gomes
Fonte: Pesquisa de campo (2014/2015)
Fevereiro/2015



Outra questão advém do próprio componente étnico, pois como pudemos analisar em nossa pesquisa, boa parte dos trabalhadores migrantes constituem-se de negros e pardos, sendo essa uma das faces do processo de desqualificação do trabalho que atinge os segmentos mais excluídos historicamente da população brasileira, e que traz sinalizações em torno dos estigmas que carrega o trabalhador migrante. (THOMAZ JUNIOR, 2011)

O mapa 04 é resultado das informações recolhidas durante a pesquisa, não apenas em diálogo direto com os trabalhadores como também para com a população local e em torno da esfera sindical que nos possibilitou traçar os principais estados de origem desses trabalhadores nos canaviais do Pontal do Paranapanema, podendo-se notar que boa parte desses trabalhadores advém de municípios do interior dos estados do Nordeste, tendo a região enquanto um dos pontos de suas rotas migratórias, dada a atração exercida pelo capital agroindustrial canavieiro.

Assim, é em torno da atração exercida pelo capital agroindustrial canavieiro, não apenas enquanto local de mudança de vida, de lugar de ganhar dinheiro, que se instaura o projeto do capital canavieiro de exploração desses trabalhadores, enquanto verdadeiras células vivas de seu sistema de dominação e que depois de consumidas são dispensadas ao término da safra.

É com relação a essas questões que chamamos atenção para o processo de enfrentamento existente nos canaviais do Pontal do Paranapanema, não apenas entre o próprio capital usineiro, tendo em vista o processo de concentração e centralização do setor na região, mas para com a própria apropriação subjetiva dos trabalhadores nos canaviais.

Tal questão, rebate não apenas para com os trabalhadores migrantes, como por toda a instância do agronegócio canavieiro, tendo em vista as mais distintas formas de coação da mão de obra, que incluem o sentimento de pertencimento à usina, o que denota as próprias formas não apenas de participação dentro da empresa, como a própria formação de uma mentalidade no trabalhador enquanto um representante da mesma, e como tal é tido enquanto um colaborador.

Nesta perspectiva, o trabalhador passa a desenvolver um sentimento de gratidão pela oportunidade de trabalho criada, ampliando assim o quadro de sujeição a que se

acomete, devendo-se destacar que o trabalhador migrante sofre duplamente esse processo, tendo em vista que além da gratidão, ainda expressa um grau de passividade diante das ações do capital agroindustrial canavieiro, tendo em vista sua própria condição enquanto migrante.

A degradação do trabalho não está presente assim, apenas na violação do corpo físico do trabalhador, mas principalmente na violação da própria subjetividade dos mesmos, esta que é abalada nas mais diversas formas de coerção dentro e fora dos canaviais (Figura 48), e que mexem com as próprias emoções, crenças e valores que trazem e carregam esses trabalhadores.



Figura 48- Trabalhadores realizando exercícios e se preparando para a oração antes de iniciar o turno

Fonte: Pesquisa de Campo (2014). Autor: Fredi dos Santos Bento. (08/2014)

Assim, podemos entender o fato dos trabalhadores nem mesmo reconhecerem seu próprio sofrimento, e quando o reconhecem, evitam expressá-lo, dada a necessidade de manter uma postura que emane vitalidade e força diante da jornada de trabalho.

Dessa forma, nos sentimos provocados a buscar nas ilustrações realizadas até aqui, as marcas geográficas de um processo que atinge não apenas o trabalhador migrante, como o próprio trabalho em si, dado o quadro de desrealização do mesmo em sintonia as estratégias do capital.

Em meio a essas questões em torno não apenas da degradação como da própria desrealização do trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema, nos chamam atenção o papel da estrutura sindical nesse processo, tendo em vista o engessamento que a esfera sindical tem sofrido nas últimas décadas.

Tal questão ganha força se considerarmos a dupla condição de existência dos sindicatos rurais no estado de São Paulo, e que nos permitem buscar entender as tramas territoriais contidas na questão, tendo em vista a mudança de papel que tem incorrido os sindicatos, passando de representante dos trabalhadores, para um aliado do capital, não sendo diferente com relação ao agronegócio canavieiro.

5.1. Demandas do trabalhador migrante sazonal X a ação sindical

Nas últimas décadas, o movimento sindical tem sofrido um grande refluxo se considerarmos sua caracterização enquanto órgão representante da classe trabalhadora como ficou conhecido historicamente. Dessa forma, o sindicato enquanto defensor dos trabalhadores deu lugar ao sindicato enquanto negociador com os representantes do capital.

Essa discussão se amplia quando consideramos o fracionamento do trabalho, realizado a partir da esfera sindical tendo rebatimentos assim para a própria configuração territorial do trabalho, tendo em vista a divisão por categorias que ao mesmo tempo em que parecem dar uma maior representatividade as mais inúmeras formas de labor, na verdade as fragmenta, pois no âmbito da disputa capital x trabalho, ocorre à fragilização dos trabalhadores que já não se reconhecem mais enquanto tais. (THOMAZ JUNIOR, 2002b).

Nesta perspectiva, podemos perceber que os sindicatos sofrem um processo de engessamento, pois suas ações pautadas muito mais nos trâmites burocráticos impedem

que os mesmos possam se situar enquanto organização de defesa dos trabalhadores, o que não ocorre na atualidade, tendo em vista não apenas a fragilidade dos mesmos diante do capital, como as consequências desse processo para os trabalhadores que veem os sindicatos enquanto uma organização distante não apenas de si, como de seus interesses. (THOMAZ JUNIOR, 2009)

Antunes (2000) assevera que os sindicatos têm sofrido um processo de reversão tendo em vista a passagem de uma organização sindical classista e defensora dos trabalhadores, para uma organização empenhada em buscar a participação dentro da ordem, ou seja, sua subordinação para com o capital, justo contra quem deveria realizar o enfrentamento.

Nesse sentido, é que Alves (2000) considera que a organização sindical estaria (está) sofrendo um processo de “inércia estrutural”, e que segundo o autor, impediria que a própria organização pudesse romper sua vinculação com a lógica do capital, ou seja, com o seu papel dentro da ordem, subordinando-se assim as personificações do capital.

Tal situação torna-se evidente quando analisamos a organização sindical nos canaviais do Pontal do Paranapanema, tendo em vista toda uma construção histórica e conflituosa em torno da organização sindical rural no estado de São Paulo. Dessa maneira, estamos chamando atenção para a própria fragmentação existente na organização dos sindicatos rurais, tendo em vista a existência de duas federações no estado, a Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo) e a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo).

Então, torna se ainda mais complexa à situação, dado o fato de a fragmentação ter separado não apenas os trabalhadores em categorias e funções, como também agora o ter separado em sua própria categoria, dada a base a que esteja filiado, o que acaba por blindar as possibilidades de uma construção coletiva dos mesmos para com sua luta.

Outra questão a ser levantada, se dá pela própria dificuldade de ação da organização sindical nos canaviais, dado o processo de transição que se encontra em avanço constante nos canaviais do Pontal do Paranapanema, entre as colheitas manuais e as colheitas mecanizadas, o que acaba por fragilizar o poder de ação dos sindicatos

dos trabalhadores rurais, tendo em vista sozinhos eles não serem mais capazes de sustentar, por exemplo, um movimento grevista.

Entretanto, dentre as estratégias do capital agroindustrial canavieiro, além da cooptação na esfera sindical, deve se destacar que a própria presença dos trabalhadores migrantes, é vista pelas representações sindicais enquanto um problema, tendo em vista o enfraquecimento das lutas empreendidas pelas bases sindicais da região.

Essa questão compõe também o que afirmamos anteriormente em torno do conflito instaurado pelo próprio capital usineiro, entre os trabalhadores regionais e os trabalhadores migrantes sazonais, dado que as estratégias das bases sindicais acabam não afinadas com a existência do trabalhador migrante sazonal.

Dentre os fatores que indicam esse descompasso, está o próprio caráter sazonal da migração desses trabalhadores, que faz com que a organização sindical não possa contar com a participação efetiva dos mesmos, seja pelo fato de ficarem apenas uma safra nos canaviais, o que inviabiliza a própria sociabilidade, seja pelo fato desse trabalhador estar preparado para o trabalho, ou seja, participar de paralisações, greves, etc., vai contra seus interesses e necessidades ao realizar o ato migratório.

Em contrapartida, esses trabalhadores mesmo que temporariamente também são incorporados enquanto partícipes das bases sindicais a que pertençam os municípios em que se instalam, embora não se sintam representados por esses sindicatos dado o contato ser meramente em reclamações pelo preço da cana, ou no acerto safrista no fim da ano.

Para tanto, têm sido comuns nos canaviais do Pontal do Paranapanema nos últimos anos, greves de trabalhadores rurais não só protagonizadas por trabalhadores migrantes, como também organizadas pelos mesmos, embora isso signifique para esses trabalhadores, a dispensa dos canaviais tendo em vista todo um caráter de contradições na própria contratação e manutenção desses trabalhadores na região, um fator importante que permite entendermos as ações do capital agroindustrial canavieiro.

Nesta perspectiva, ocorrem pactos entre o capital agroindustrial canavieiro e a organização sindical local que acabam por violar os direitos e expectativas dos trabalhadores migrantes, podendo se dizer que se encontram em contramão os interesses e desejos dos trabalhadores migrantes e a ação sindical, que ao invés da luta em prol dos mesmos, tem preferido se aliar aos interesses do capital agroindustrial canavieiro, vendo

no trabalhador migrante um problema e não um agente estratégico no empreendimento da luta contra o capital agroindustrial canavieiro em favor dos trabalhadores. (Gráfico 21)

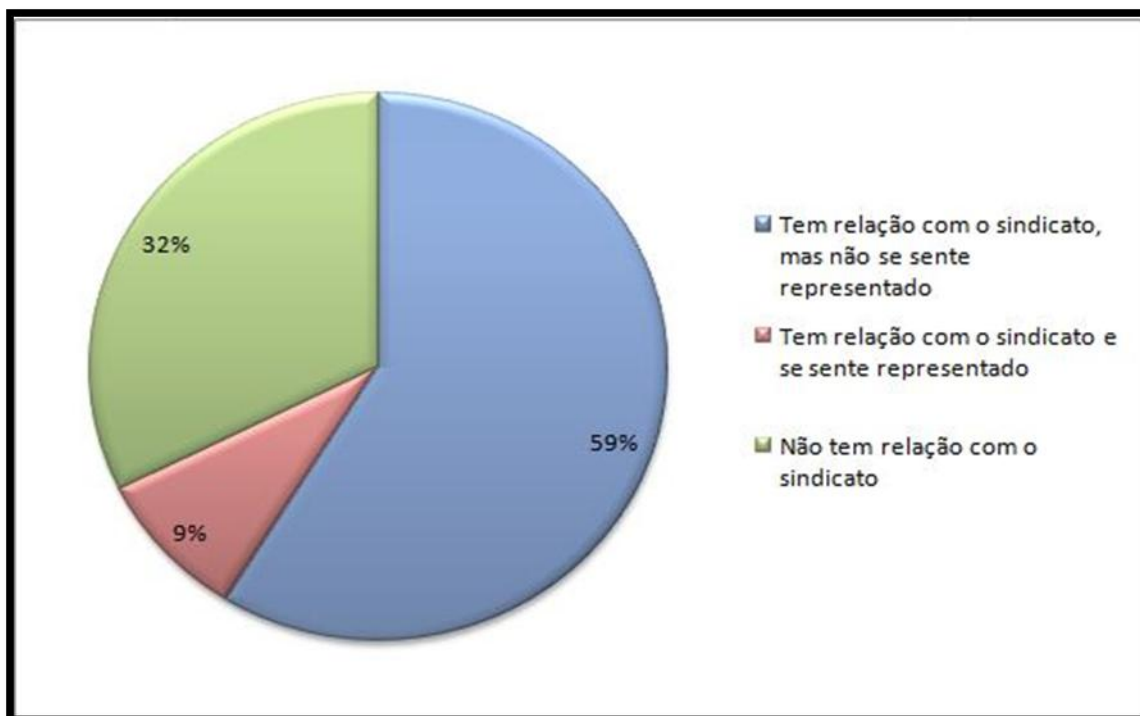


Gráfico 21- Representatividade sindical para os trabalhadores migrantes entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014-2015). Organização: Fredi dos Santos Bento

O Gráfico 21 é expressão do significado da estrutura sindical para os trabalhadores migrantes, dado que 59% não se sente representado pelo mesmo, estando relacionados ao mesmo por conta da empresa. Porém, 32% dos trabalhadores entrevistados não tem qualquer relação com o sindicato, preferindo inclusive não o procurar, dado o medo de perder o emprego.

Todavia, é preciso que consideremos também o processo de migração de categorias sindicais existente na atualidade e que ganha força nos canaviais do Pontal do Paranapanema, nesse período de transição, dada a mudança contínua de categorias de trabalhadores, o que traz conflitos entre os sindicatos relacionados à expansão/diminuição de sua base.

Assim, ganha destaque no Pontal do Paranapanema, um conflito não apenas em torno das estratégias e interesses do capital agroindustrial canavieiro e dos trabalhadores

migrantes, como expressamos antes, mas tem destaque também, o papel contraditório empreendido pela organização sindical que de aliada dos trabalhadores, passa a aliada do capital, estando em contramão aos direitos e necessidades dos trabalhadores.

Isso se reflete na insatisfação dos trabalhadores diante da organização sindical, vendo nela apenas um órgão engessado e enquanto uma forma, ou seja, reconhecem sua existência e legitimidade, porém não confiam nela enquanto solucionadora de seus problemas e necessidades.

No entanto, a própria fragmentação da base sindical, com disputas entre as diversas categorias por trabalhadores, mesmo que isso signifique extravasar os limites de sua base ou de representação de uma determinada categoria e a perspectiva da participação dentro da ordem, podem ser lidas enquanto estratégias do capital usineiro, dado que quanto mais fragmentada a base sindical, maior o quadro de precariedade imposta aos trabalhadores.

As disputas territoriais que têm ocorrido no Pontal do Paranapanema, dizem respeito não apenas a disputa por terras, água, recursos naturais e força de trabalho, mas dela também fazem parte às disputas gestadas em torno da organização sindical, tendo em vista as disputas por ampliação de base existente na região, sendo esse um fenômeno observado em nossa pesquisa.

Esse quadro de disputas territoriais chama atenção pelo papel antagonista assumido pela organização sindical para com os trabalhadores, e que nos permite buscarmos os reais significados para os trabalhadores, tendo em vista o quadro de fragmentação e precariedade existente nos canais.

Desta forma é que buscaremos a seguir empreender uma leitura da classe trabalhadora encimada não apenas na configuração atual instaurada no Pontal do Paranapanema, tendo em vista o período de transição das colheitas, as mudanças na organização sindical e os seus efeitos sobre os trabalhadores, além do papel exercido pelas migrações do trabalho para o capital nas disputas territoriais existentes na região.

Todas essas questões acabam por firmar em nós o desejo de buscar na dinâmica geográfica do trabalho, os reais significados do quadro ilustrado no Pontal do Paranapanema para com a classe trabalhadora, tendo em vista o papel exercido pelos

trabalhadores migrantes sazonais enquanto peças centrais na estratégia do capital agroindustrial canavieiro na região como pudemos ver até aqui.

5.2. Apontamentos para a "leitura" da dinâmica geográfica do trabalho no âmbito das migrações do trabalho para o capital

Nesse início do século XXI, com a ampliação da desrealização do trabalho, tendo em vista sua fragmentação, heterogeneização e precarização tem se tornado mais recorrente analisarmos esse fenômeno sintonizados numa leitura crítica em respeito das marcas territoriais e sociais que se fazem perceber com o avanço do projeto imperial do capital encimado na classe trabalhadora.

Entretanto, ao nos perguntarmos o porquê de uma leitura que mescle geografia e trabalho, é viável que enxerguemos a dimensão geográfica do avanço do capital sobre o trabalho, que como vimos até aqui produz não só a sua territorialização, como a desterritorialização do trabalho.

Esses fenômenos nos têm chamado atenção, principalmente na região do Pontal do Paranapanema, tendo em vista a configuração impar encontrada, dado não apenas pela oposição entre capital x trabalho, como também pelo próprio histórico de disputas territoriais que nos permitem enxergar assim a *geograficidade* desse processo.

Por geograficidade estamos querendo chamar atenção não apenas para todo um processo que abrange não apenas as disputas territoriais, como também a própria espacialização do fenômeno, tendo em vista o caráter contraditório da mesma, encimado no reordenamento territorial produzido pelo agrohídronegócio canavieiro, sendo os trabalhadores não apenas sujeitos participantes do processo, enquanto força de trabalho, como também seus opositores.

Todavia, como já destacamos anteriormente, vive-se um quadro de desrealização do trabalho não apenas na região, como em toda a sociedade do capital, em que tem ganhado ênfase o caráter abstrato do trabalho a ser realizado, marcado ainda por um ambiente de sujeição e exploração dos trabalhadores, que trazem reflexos nas próprias

lutas empreendidas pelos mesmos, na configuração de sua apropriação territorial que por si só é contrária à realizada pelo capital. (THOMAZ JUNIOR, 2007)

Em meio a essas contradições, nos chama atenção à figura do trabalhador migrante sazonal, que como vimos até aqui, além de mão de obra barata e descartável para o capital canavieiro, faz parte da racionalidade do capital, tendo em vista as estratégias que visem acumulação de capital se derem em torno dos mesmos.

Assim, além de principal protagonista do quadro de desrealização do trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema, tendo em vista não só as estratégias do capital canavieiro, como também a própria (des) representatividade pela esfera sindical para com os mesmos, nos permitem vê-los enquanto engrenagens vitais da máquina de acumulação do capital agroindustrial canavieiro.

Dessa forma, nos chama atenção também à visualização da apropriação de seu trabalho por esses trabalhadores, dada a perspectiva do não reconhecimento de sua participação na produção desse trabalho, que longe de representar a humanização, representa de fato é a destruição não apenas desses trabalhadores enquanto produtores do mesmo, como também enquanto seres em si. (THOMAZ JUNIOR, 2009)

O trabalhador acaba então estando alienado de si mesmo, ou seja, alienado de sua produção, tendo em vista que o não reconhecimento enquanto produtor de riqueza para o capital agroindustrial canavieiro os torna passivos a realização de um trabalho desprovido de significado para si, acometendo-se assim uma situação de barbárie, dado o seu trabalho ser para ele apenas uma forma de aferir renda no fim do expediente, ser enfim uma mercadoria que precisa ser trocada por outra. (MENEGAT, 2006)

Para com essa relação, podemos entender não apenas o caráter predatório da relação estabelecida entre o capital usineiro e esses trabalhadores, como também a própria usurpação desses trabalhadores de si mesmos, esta que ocorre não apenas dentro dos canaviais, como também em seus momentos livres, que como apresentamos antes são marcados pelo medo contínuo da demissão.

Cria-se então diante do trabalhador migrante, a cristalização dos seus interesses que deve ser atrelada aos interesses do capital usineiro, e que nos remete a relação fundada na despersonalização desse trabalhador, que afeta não apenas o seu ser em si,

como também a própria relação estabelecida com os demais companheiros de trabalho, impedindo assim o seu reconhecimento enquanto classe para si. (ANTUNES, 2000)

Afinados em torno da questão, podemos enxergar um processo (des) identidade de classe, como nos fala Thomaz Junior (2009) dado não apenas a despersonalização desses trabalhadores, como a intensa mudança de funções, que nos remete a expressão plasticidade do trabalho, dados os agravos que a mudança constante de funções realiza, tendo em vista a apropriação territorial realizada pelos mesmos, que passa a ser comprometida por conta de um estado em trânsito a que vive essa mão de obra.

Com relação a esse estado em trânsito nos referimos à constante mudança de funções, de representações sindicais, o que amplia ainda mais o processo de fragmentação do trabalho, dada mudança constante de lavra e que, como vimos anteriormente torna-os ainda mais frágeis às estratégias do capital canavieiro.

O processo de mudança da forma de seu trabalho, também está associado amplificação dos conflitos, que se materializam conforme as contradições existentes para com o trabalho, daí chamarmos de trabalho mutante, dada as constantes mudanças que afetam não apenas o trabalho, como os sujeitos que o desempenham, produzindo não apenas as migrações do trabalho para o capital, como a própria mudança de funções, que nos remete a um processo de plasticidade do trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2009)

Nessa perspectiva, podemos enxergar o trabalhador migrante enquanto um participe do que Thomaz Junior (2009) considera enquanto trabalho mutante, dada as novas configurações territoriais que se fazem em torno desses trabalhadores, dada a constante mudança de forma de seu trabalho, bem como as disputas territoriais que se dão em meio a esse quadro.

Esses trabalhadores passam assim a nem mesmo reconhecerem sua participação dentro de determinada base sindical, dada a constante mudança de lavra, sendo que no lugar do seu trabalho, surge um ser aborto, um homem instrumento, que tem arrancado de si seu próprio reconhecimento enquanto trabalhador. (DEJOURS, 1988)

Ao trabalharmos essas questões estamos chamando atenção para com o estranhamento vivido por esses trabalhadores nos canaviais, entendendo o estranhamento não apenas enquanto barreiras que obstaculizam o desenvolvimento de

si, como também o fato de o trabalhador não se reconhecer nos resultados de sua atividade. (ANTUNES, 2000; RANIERI, 2001)

É importante tomarmos esclarecimento dessas questões, pelas próprias peculiaridades em que se encontram os trabalhadores migrantes sazonais, pois além de estranhados de sua atividade, não se reconhecendo enquanto produtores da mesma, ainda tem sobre si e em torno de seus desejos e objetivos no ato migratório, a própria submissão em torno das mercadorias desejadas que como postulamos anteriormente, exercem certo fascínio sobre esses trabalhadores.

Para tanto, ficou evidente nas entrevistas o próprio caráter de desgosto em relação à atividade desempenhada, tendo em vista que apesar de enxergarem na colheita da cana a oportunidade de mudança de vida e de aferir melhoras para sua família, a mesma não lhes é satisfatória, o que nos remete não apenas a precariedade em torno da atividade desempenhada, como a própria insatisfação com um trabalho que não lhes acrescenta um sentido.

Tal insatisfação é uma marca da desrealização porque passam esses trabalhadores nos canaviais, dado o fato de o corte da cana, só ser importante enquanto possibilidade de materializar as ambições, desejos e objetivos desses trabalhadores, que compõem assim as estratégias com o migrar. Porém, essas estratégias esbarram nas próprias condições de realização desse trabalho, pois seus objetivos são alcançados às custas da destruição da sua pessoa enquanto trabalhador.

O trabalho realizado por esses trabalhadores pode então ser visto enquanto uma mercadoria, que dados os obstáculos que o constituem, acabam por impedir a própria efetivação do homem enquanto ser genérico para si, ou seja, sua relação enquanto gênero vivo, o que implica no processo de não reconhecimento não apenas de seu papel enquanto produtor de trabalho, como também dos produtos de seu trabalho, distanciando-o da *omnilateralidade* humana. (RANIERI, 2001; ANTUNES, 2004)

Assim, “quanto melhor formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador... quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna” (ANTUNES, 2004, p.179).

Nesse sentido, esses trabalhadores estão longe de uma vida cheia de sentidos, bem como da realização de um trabalho cheio de sentidos, distanciando-se cada vez

mais da vida produtiva, enquanto atividade livre e sucumbindo cada vez mais a unilateralidade que marca sua submissão não apenas a propriedade privada, resultado do estranhamento de si mesmos e de sua própria vida, bem como de seu trabalho, como também pelo fetiche estabelecido pelas mercadorias objetivadas. (ANTUNES, 2000; 2004)

O trabalho estranhado ao promover a desumanização do homem, ataca também o que Alves (2013) postula enquanto atributos fundamentais da pessoa humana, a citar sua individualidade, subjetividade e alteridade, promovendo assim o desencontro não apenas entre o homem em si mesmo, como para si e para com os outros, sendo exemplo à própria transformação da individualidade humana em individualismo na sociedade do capital e a captura de sua subjetividade. (ALVES, 2013)

Todavia, retomando o exposto de Antunes (2004) em torno da vida reduzida, podemos concebê-la enquanto redução do tempo de vida a tempo de trabalho, promovendo assim a “corrosão da pessoa humana”, e que no caso dos trabalhadores migrantes sazonais se intensifica dado o fato do mesmo ser caracterizado enquanto mão de obra barata sujeita a descarte a qualquer momento, o que nos permite retomar a discussão em torno do caráter transitório não apenas de seu deslocamento, como também das atividades laborais a que se submete. (ALVES, 2013)

Porém, são muitas as formas de submissão a que o trabalhador migrante sazonal se encontra nos canaviais do Pontal do Paranapanema, desde a cooptação nos alojamentos, até mesmo durante a atividade laboral no eito, dado a própria estratégia do capital usineiro de fazer com que o trabalhador se sinta parte da usina, ou seja, sinta-se agradecido pela oportunidade de trabalho e não só, que ele também passe a se ver enquanto a empresa, como afirmamos anteriormente.

Tal submissão ganha mais força nesse período de transição do corte manual para o mecanizado na região, e acaba promovendo não só a flexibilização das relações de trabalho, como a própria captura da subjetividade desses trabalhadores, tendo em vista estarem voltados para a cooperação com as metas e ideais da usina. (ALVES, 2011)

Essas questões nos remetem ao período histórico em que vivemos, tendo em vista as marcas sociais e geográficas do período atual, em meio a uma crise estrutural do metabolismo do capital, o que nos permite buscarmos seus significados para com os

trabalhadores e a própria formação dos mesmos enquanto seres em si e para si, pensando aqui a perspectiva do reconhecimento dos mesmos enquanto classe. (ANTUNES, 2000)

Dessa maneira, é preciso que nos sintonizemos nas mudanças empreendidas pelo capital agroindustrial canavieiro na região nos últimos anos, dado os sentidos para com os trabalhadores, valendo-se considerar as distintas tramas territoriais que se fazem construir nesse processo, e que nos permitem falarmos numa dinâmica geográfica do trabalho.

O processo migratório do trabalho para o capital nos revela assim uma série de questões e contradições que se fizeram entender durante esse texto, não estando nem perto de serem esgotadas por nós até este momento, permitindo assim buscarmos no movimento de desrealização do trabalho, os sentidos e significados não apenas para os trabalhadores, mas para sua própria condição enquanto classe.

Entretanto, é preciso consideramos que o estranhamento, bem como o processo de captura da subjetividade, se faz mais forte quando pensamos a figura do trabalhador migrante sazonal, dada a própria situação vivenciada por esses trabalhadores, que além de impedi-los de se reconhecerem enquanto partícipes do produto realizado e da produção por si só, ainda não se reconhecem enquanto classe na luta por seus direitos.

Isso ficou evidenciado na própria relação com os agentes do capital usineiro e aqui estamos falando não apenas dos fiscais e agenciadores, como da própria organização sindical, pois a mesma também faz parte das estratégias do capital usineiro, dada os acordos realizados entre as bases sindicais e a usina, que resulta quase sempre em prejuízo para os trabalhadores, embora haja exceções na região, e aqui falarmos dos sindicatos combativos.

Outro fator que os impede de se reconhecerem enquanto classe e travarem luta ao lado das demais frações da classe trabalhadora dentro da usina, é o caráter do medo e da vigilância irrestrita a que sofrem principalmente os trabalhadores que residem em alojamentos, pois como apresentamos antes, vigora entre esses trabalhadores o medo de arranjar confusão, pois além de significar o fracasso da migração, ainda obstaculizaria as próprias rotas migratórias desses trabalhadores, dado o fato de não mais se empregarem em usinas, ao ficarem marcados enquanto maus trabalhadores.

Embora, dentre as estratégias defensivas desses trabalhadores e aqui nos remetemos a própria apropriação territorial realizada por esses trabalhadores, seja um obstáculo para o capital canavieiro, ela não impede a territorialização do mesmo dado todo um processo contraditório de relações estabelecidas entre suas personificações e a mão de obra utilizada.

Então, quando dizemos que o trabalhador migrante sazonal é um ser dividido no tempo e espaço migratórios, podemos envolver na questão a precariedade que o acomete desde o local de origem, esta que não se expressa apenas financeiramente, como também socialmente, dado esse processo atingir também o próprio imaginário desses trabalhadores.

Essas questões nos possibilitam buscar correlações entre o trabalho realizado pelos mesmos, e a apropriação territorial realizada, dado o quadro apresentado, pois a mesma acaba por ser incompleta pelo fato de ser feita encimada na territorialização do capital que se acomete sobre esses trabalhadores desde os locais de origem, e amplia-se quando eles ativam o processo migratório.

Em suma, é importante dizer que uma das marcas que acometem o trabalhador migrante sazonal, é a da precariedade e da fragmentação imposta a eles, que não atinge apenas a situação econômica e social, mas reverbera-se para as próprias atividades laborais desenvolvidas por esses trabalhadores, no geral considerados descartáveis como já afirmamos anteriormente, para o capital que lhes emprega.

O caráter de descartabilidade que acompanha esses trabalhadores ilustra a percepção dos mesmos, não apenas enquanto exército de reserva de mão de obra, como também a constante mudança de lavra e seus rebatimentos para com o trabalho nas mais diversas instâncias, dado o caráter móvel desses trabalhadores pelo território nacional.

Tais considerações são importantes, pois fazem parte da realização de uma leitura geográfica do trabalho, que é o que viemos tentando empreender aqui até este momento, tendo em vista não apenas as marcas territoriais e os tensionamentos expressos nas contradições e estratégias existentes do capital para com o trabalho.

Isso ficou evidente quando pensamos a própria ação do capital usineiro, num período de crise do setor, pois os reflexos das mudanças territoriais se materializam não

só no reordenamento territorial empreendido, como também a própria desterritorialização dos trabalhadores enquanto parte desse movimento.

Por desterritorialização do trabalho também queremos enxergar o próprio movimento de trabalhadores que ocorre na região, dada não apenas a constante mudança de unidades processadoras, como a própria configuração territorial que se anuncia, tendo em vista as mudanças relacionadas à própria territorialização da cana na região, que se faz sentir com maior força nesse período de quebraadeira no setor, que tem permitido o reordenamento das unidades processadoras na região.

Todas essas discussões compõem o que estamos chamando aqui de dinâmica geográfica do trabalho, embora não tenhamos a pretensão de criarmos uma sistematização para o conceito, temos que entender sua materialização, dada a espacialidade do mesmo, que pode ser lida não apenas nas contradições empreendidas pelo agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, como na própria transfiguração do trabalhador e de seu trabalho, que se materializa e nos põe a pensarmos alternativas para o momento vivido.

É importante destacarmos ainda que a possibilidade de tentarmos enxergar a formação de territórios da migração, não exclui de forma alguma, sua leitura impactada pelo pacto de classes existentes, bem como pelas próprias estratégias do capital, ao aliciar esse tipo de mão de obra, acionando as rotas migratórias.

Assim, acreditamos não descaracterizarmos a subjetividade existente na territorialização das migrações sazonais, mas não podemos deixar de considerar o período histórico vivenciado, de ampliação da degradação do trabalho, do desemprego, do trabalhador polivalente e do subemprego, que nos permitem enxergar os significados para o trabalho, dadas essas serem faces de um movimento destrutivo do capital sobre o trabalho que ganha força no período de crise estrutural vivenciada. (MÉSZÁROS, 2002)

Então, apesar de não termos nem de longe esgotado as discussões em torno da realidade materializada nos canaviais do Pontal do Paranapanema, acreditamos sair fortalecidos para a compreensão de outras questões que se avolumam nesse momento, principalmente pelo período vivenciado pelo agrohidronegócio canavieiro na região, e que nos possibilita novos questionamentos e significados para a classe trabalhadora,

tendo em vista as marcas territoriais produzidas e os tensionamentos que nos permitem avançar na compreensão da dinâmica geográfica do trabalho.

Dessa forma, as migrações do trabalho para o capital além de serem apenas uma das faces desse processo, ainda explicitam o caráter móvel da força de trabalho explorada pelo capital, que ao chegar aos canaviais do Pontal do Paranapanema, passam a fazer parte do quadro conflituoso existente na região, sendo parte assim das disputas territoriais feitas e (re) feitas na região dada à configuração territorial existente, com a formação de alianças não apenas entre o agronegócio canavieiro e o latifúndio grilado, mas o próprio extravasamento para a classe trabalhadora, tendo em vista a cooptação da organização sindical e a fragmentação, heterogeneização e precarização do trabalho na região.

Considerações Finais

As reflexões que apresentamos nessa monografia, nos possibilitaram expressar nossos posicionamentos em relação à irracionalidade das ações do capital, que se refletem no Pontal do Paranapanema, com o avanço da territorialização do agrohidronegócio canavieiro, sobre as terras griladas e/ou com pendências jurídicas, dada a aliança estabelecida entre o capital e o latifúndio grileiro, pactuando assim uma aliança entre capital agroindustrial/financeiro e burguesia agrária/latifúndio.

Essa aliança reflete-se nas disputas territoriais empreendidas pelo capital usineiro por terras férteis, mecanizáveis de acesso à água, dadas as necessidades de estabelecimento dos canaviais, ao mesmo tempo em que legitimam o caráter contraditório das ações do mesmo na região.

Entretanto, se dê um lado nos últimos anos com o avanço da mecanização das colheitas na região e o discurso não apenas ambiental, como social em torno do desenvolvimento regional e do fim da visualização da mesma enquanto região de conflitos agrários esbarra no saldo de precariedade do trabalho existente na região.

Essas sinalizações ganham sentido, quando pensamos a própria existência das migrações do trabalho para o capital na região e que como vimos até aqui, são parte das estratégias de acumulação do setor, que nesses tempos de transição das colheitas,

aproveita-se para explorar ainda mais a mão de obra desses trabalhadores, se aproveitando de sua ânsia por trabalharem cada vez mais dada a necessidade de aferir um ganho maior.

Tais questões ganharam força em nossa pesquisa, dadas às formas de cooptação silenciosas existentes para com esses trabalhadores, pois a mesma não se encontra apenas nos mandos e desmandos do capital usineiro, como está também engendrada na mente desses trabalhadores, que até mesmo em períodos das refeições, ou de lazer, pensam em trabalho!

Assim é que ganha sentido em nossa análise o caráter destituído de sentido do trabalho realizado por esses trabalhadores, dadas não apenas as contradições apresentadas até aqui, como também a própria forma com que esses trabalhadores se veem nos canaviais, apesar de também terem estratégias, e aqui pensarmos a formação das redes sociais de solidariedade entre os mesmos.

Com esse intuito é que nos permitimos compreender as travagens de um processo social perverso que atinge não apenas a região, como toda a sociedade imersa no metabolismo do capital, o que nos leva a entender o não trabalho, e a destruição dos seres que o realizam.

Nesse sentido, esperamos poder ter contribuído de alguma forma com essas questões tendo em vista a realidade premente nos canaviais do Pontal do Paranapanema, que longe de esgotarem nossas possibilidades, apenas nos abrem para novos caminhos e entranças na expectativa de poder se situar diante do que seja não só a classe trabalhadora hoje, como também as formas de desrealização que se impõem sobre a mesma.

Tal empreitada só será realizada com sucesso, se não deixarmos de perceber e analisar as marcas territoriais e sociais resultantes dos tensionamentos existentes na promoção das disputas territoriais na região, sendo o trabalhador migrante sazonal uma das peças mobilizadas nessa luta.

Para tanto, entendemos o trabalhador migrante sazonal enquanto uma das peças que fazem funcionar a máquina de acumulação do capital canavieiro na região, e que nos permitem avançar no intuito de compreendermos as sinalizações para um exercício

que nos possibilite postular uma alternativa intermediária a que está posta encimada no metabolismo do capital.

Assim, ao tomarmos ciência não só das contradições que permeiam a classe trabalhadora, e aqui nosso esforço na compreensão da mesma no Pontal do Paranapanema dado todo um espectro de contradições, nos sentimos estimulados a contribuir em torno de um modelo alternativo ao que está posto, tendo em vista este trazer regressão, precariedade, fragmentação, heterogeneização e a destituição dos trabalhadores enquanto tais.

Sabemos, porém, das dificuldades da empreitada e que esse é um caminho arduo a ser traçado, sendo as investigações produzidas pelas pesquisas realizadas, o alicerce na construção não apenas teórica como também prática em torno de uma alternativa.

E a partir do quadro projetado no Pontal do Paranapanema é que nos sentimos instigados a somar forças com os movimentos sociais que exercem a luta pela terra, bem como para com as bases sindicais combativas, na perspectiva de entendermos que um modelo alternativo ao que está posto não é apenas possível, como também viável e necessário.

Assim, seguimos com a luta pela emancipação humana do jugo do capital, e esperamos que até aqui, tenhamos podido oferecer uma contribuição não apenas para as contradições do atual estado de coisas referente ao metabolismo do capital, como também no intuito de pensarmos num modelo alternativo ao mesmo!

Aqui ficam também mais uma vez, nossos agradecimentos à FAPESP, pela oportunidade de realização da pesquisa que possibilitou a construção desta monografia, bem como ao professor Thomaz, sem o qual não teríamos chegado até aqui.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.**1972.339f.Tese (Doutorado em Geografia) -Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ACSELRAD, Henri et al. **Cartografias sociais e território**. 1.ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, 167p.

_____. **Cartografias sociais e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 1.ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010, 222p.

AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Lá no Norte de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/09/la-no-norte-de-minas-gerais/>>. Acesso em 18 de agosto de 2015.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. São Paulo: Editora da FGV, 2005, 234p.

ALVES, Francisco José da Costa Alves. Diagnóstico e propostas de políticas públicas para o complexo agroindustrial canavieiro na macrorregião de Ribeirão Preto. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (orgs.). **Agroindústria canavieira no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2002, 367p.

_____. Por que morrem os cortadores de cana? **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol.15, n.3, p.90-98, set-dez, 2006.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000, 365p.

_____. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: AMARAL, André Luiz Vizzaccaro; PESTANA, Daniel; ALVES, Giovanni. (Orgs.). **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. 1.ed. São Paulo: LTr, 2011, 232p.

_____. Produção do capital, afirmação e negação da pessoa humana. In: **Dimensões da precarização do trabalho**. 1. ed. Bauru: Práxis, 2013, 257p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964, 267p.

_____. **Modernização e pobreza**. 1.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1994, 250p.

ANTONIO, Armando Pereira. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990.**1990.177f.Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Cortez: UNICAMP, 2000, 155p.

_____. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 195p.

BACCARIN, José Giacomo; CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; FERREIRA, João Victor Barretto Nogueira. **Boletim Sucrocupação Centro Sul.** Jaboticabal, nº 58, nov.de 2014.

_____. **Boletim Sucrocupação Centro Sul,** Jaboticabal, nº59, dez. de 2014.

_____. **Boletim Sucrocupação Centro Sul,** Jaboticabal,nº60, mar. de 2015.

_____. **Boletim Sucrocupação Centro Sul,** Jaboticabal, nº61, abr. de 2015.

BARRETO, Maria Joseli. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho.**2012.244f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BARRETO, Maria Joseli; THOMAZ JÚNIOR, Antonio a. O cenário do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: [s/n], 2012.

_____.b. Os impactos territoriais da monocultura da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP. **Revista Pegada,** Presidente Prudente, vol.13, n.2, p.46-68, dez., 2012.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século.** 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 367p.

BELIK, Walter; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Desregulamentação estatal e novas estratégias competitivas da agroindústria canavieira em São Paulo. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (orgs.). **Agroindústria canavieira no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2002, 367p.

BOURDIEU, Pierre et al.. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, 747p.

BRASIL, Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**, terceiro levantamento, Brasília, p.1-15, dez.2013.

_____. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**, primeiro levantamento, Brasília, p.1-20, abr.2014.

BRAY, Silvio Carlos; FERREIRA, Enéas Rente; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. 1. ed. Marília: Editora da UNESP, 2000, 104p.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Novas estratégias competitivas para o novo ambiente institucional: o caso do setor sucroalcooleiro em Alagoas-1990/2001. In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (orgs.). **Agroindústria canavieira no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2002, 367p.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Oboré, 1988, 163p.

_____. **A banalização da injustiça social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, 158p.

FLORES, Sara María Lara. Control del espacio y territorialidad en las migraciones rurales en el caso de Mexico. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito: [s/n], 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 1999, 262p.

GALLIANO, André de Mello; VETORASSI, Andréa; NAVARRO, Vera Lucia. Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: o que apreendem e sentem os jovens trabalhadores? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, vol.37, n.125, p.51-64, jan-jun, 2012.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOETTERT, Jones Dári. **O espaço e o vento**: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. 1.ed. Dourados: Editora da UFGD, 2008, 487p.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: evoluções e desafios. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol.15, n.43, p.173-184, 2001.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol.5, n.4, p.31-56, out-dez, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. 1. ed.Niterói: EDUFF, 1997, 293p.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 395p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**.1.ed.São Paulo: Vértice,1990,189p.

IAMAMOTO, Marilda. **Trabalho e indivíduo social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 294p.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1.ed. São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998, 202p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, vol.11, n.12, p.55-67, jan-jun, 2008.

MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão** (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p.44-61.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 228p.

MARTINS, Pedro; VARELLA, Marcelo Cunha; DUARTE, Letícia Ayumi.Cartografias sociais e a representação de territorialidades específicas: uma discussão espacial. In:

SEMINÁRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE,1, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: [s/n], 2012.

MELO Beatriz Medeiros de. **Migração, memória e território**: o trabalhador rural nordestino na Ibaté Paulista. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MELLO, Maria Conceição D’Incao. **O “boia-fria”**: acumulação e miséria. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976, 154p.

MENEGAT, Marildo. **O olho da barbárie**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 351p.

MENEZES, Marilda Aparecida de Menezes; SILVA, Marcelo Saturnino; COVER, Maciel. Os impactos da mecanização da colheita da cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. **Revista Ideias**, Campinas, nova série, n.2, p.60-87, 1º semestre, 2011.

MENEZES, Marilda Aparecida de Menezes. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, Recife, vol.23, n.1, p.113-136, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002, 1102p.

MONDARDO, Marcos Leandro. Estudos migratórios na modernidade e na pós-modernidade: do econômico ao cultural? **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 23, vol.2, n.29, p.51-74, ago-dez, 2007.

MOREIRA, Emília et al. Trabalho assalariado na zona canavieira da Paraíba: tendências atuais. **Revista ABET**, Curitiba, vol.VII, n.1, p.136-151,2008.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n.10, p.72-93, jan-jun. de 2007.

_____. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, vol.7, n.1, número especial, p.147-160, out. de 2011.

NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2007, 314p.

NOVAES, José Roberto. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol.21, n.59, pág.167-177, jan-abr, 2007.

_____. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facho. **Revista Ruris**, Campinas, vol. 3, n.1, março de 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001, 164p.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 571f. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. 2012. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

PÓVOA NETO, Héliom. **Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual**. Novos desafios para análise. Revista Experimental, São Paulo, n.2, p.11-24, março de 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1993, 269p.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**. 1. ed. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009, 365p.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2001, 174p.

SAFRAS & MERCADO. **Safra 2014**. Disponível em: < <http://www.safras.com.br/>>. Acesso em 04 de julho de 2014.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. Sessão temática 17-migrações internas: a necessidade de novos paradigmas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8.,1992, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: vol.3, pág. 119-144, 1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, 384p.

SÃO PAULO, União da indústria de cana-de-açúcar. **Balanço 2013**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/documentos/publicacoes/sid/18797613/>>. Acesso em 04 de julho de 2014.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**. 1.ed. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009,365p.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1988, 299p.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida et al.. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte de cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.1, n.15, pág.147-161, jan-mar, 1999.

SILVA, José Graziano da; KAGEYAMA, Ângela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 1. ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1996, 217 p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. **Errantes do fim do século**. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, 370p.

_____. Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (orgs.). **O avesso do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 408p.

_____. a. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **Revista Agrária**, São Paulo, n.2, p.02-39, 2005.

_____. b. Das mãos a memória. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. 1.ed. Bauru: EDUSC, 2005, 328p.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista Abra** Campinas, vol.33, n.2, p.118-143, ago-dez, 2006.

_____. a. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Revista Perspectivas**, São Paulo, vol.39, p.11-46, jan-jun, 2011.

_____. b. Vidas transitórias. Entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. **Revista da ANPEGE**, vol.7, n.1, p. 161-178, outubro, 2011.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia política da urbanização**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, 151p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamentais: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**. 1.ed. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009, 365p.

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira**: estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. 283f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SZMERECSENYI, Támas; Moreira E.P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a II Guerra Mundial. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, vol.11, p.59-79, jan-abr, 1991.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio a. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002, 388p.

_____. b. Por uma geografia do trabalho. **Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol.6, n.119, [s/n], agosto de 2002.

_____. **Geografia passo-a-passo**: (ensaios críticos dos anos 90). 1. ed. Presidente Prudente: Centelha, 2005, 176p.

_____. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil! In: THOMAZ JÚNIOR, et al. (orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**, vol.2, p.135-170. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

_____. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/ improdutivas e neutralização dos movimentos sociais**. Presidente Prudente, 2007, (mimeografado).

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e limites teóricos). 2009. 997f. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Uberlândia, **Revista Campo-território**, vol.5, n.10, p. 92-122, agosto de 2010.

_____. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, vol.7, n.1, número especial, p.307-329, outubro de 2011.

_____. Nova face do conflito pela posse da terra no Pontal do Paranapanema (SP): estratégia de classe do latifúndio e do capital agroindustrial canavieiro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**, v.2, p.325-340. São Paulo: Boitempo, 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 385p.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Revista Tempo Social**, vol.20, n.1, p.199-218, junho de 2008.

VETORASSI, Andréa. **Laços de trabalho e redes dos migrantes: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP**. 2010. 211f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, p.35-53, jan-jun, 1990.

Sites consultados

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.unica.com.br>

<http://www.pastoraldomigrante.org.br>

<http://www.udop.com.br>

<http://www.conab.gov.br>

<http://www.novacana.com.br>

<http://www.ifronteira.com.br>

<http://www.sindetanol.com.br>

<http://www.safras.com.br>

<http://www.odebrechtagroindustrial.com.br>

<http://www.ctcanavieira.com.br>

<http://www.ambiente.sp.gov.br>

<http://www.imparcial.com.br>

<http://www.unipontal.com.br>

<http://www.pac.gov.br>

<http://www.copersucar.com.br>

<http://www.ipea.gov.br>

ANEXOS

Anexo 01- Roteiro de questões discutidas nas entrevistas aos trabalhadores migrantes sazonais

Tema 01-Informações gerais

- 1) Nome e idade?
- 2) Escolaridade.
- 3) Estado civil? Tem filhos? Quantos?
- 4) Qual a origem e ofício dos pais?

Tema 02-Origem e deslocamentos

- 1) Porque migrar do migrar.
- 2) De onde eles vêm.
- 3) Qual o(s) objetivo(s) ao migrar.
- 4) Haveria alternativas que não a migração?
- 5) No caso de não ter migrado por causa do trabalho, que outras justificativas se dariam para a realização deste deslocamento?
- 6) Analisar as rotas migratórias caso existam, pontuando se esses trabalhadores já migram anteriormente ou esta é a primeira vez.
- 7) Caso tenha migrado para outras regiões, conte-nos um pouco sobre a experiência, diferenças e semelhanças entre o aqui e estas outras localidades?
- 8) Qual período vocês costumam se deslocar, tanto para as regiões de destino, como para as regiões de origem?
- 9) Qual o período médio que vocês costumam ficar nos locais de origem e nos locais de destino?

- 10) Caso tenha migrado anteriormente, migrou alguma vez para outros municípios da região, a citar o Pontal do Paranapanema?
- 11) Fale um pouco sobre os motivos que te levaram a este deslocamento, e no caso sobre as rotas ou possíveis rotas migratórias que possam existir?
- 12) Como chegou até São Paulo, através de ônibus de linha, clandestino, ônibus de empresa, outros meios? Destacar prováveis deslocamentos anteriores.
- 13) Como ficou sabendo da oportunidade de emprego nos canaviais paulistas?
- 14) Investigar as oportunidades de emprego nos locais de origem.
- 15) Tais oportunidades estão ligadas a agricultura?
- 16) É beneficiário do Bolsa Família, ou tem algum membro da família que recebe?
- 17) Como é ou foi à partida, fale um pouco sobre o sentimento de deixar sua terra natal?
- 18) Analisar a adaptação nos locais de destino.
- 19) Deixou família em sua terra natal? Veio sozinho ou acompanhado de outras pessoas?
- 20) Relate um pouco sobre a atividade de trabalho que sua família realiza nos locais de origem?
- 21) Há outros membros de sua família que também realizam estes deslocamentos temporários?
- 22) No caso da Usina, a mesma auxilia na possibilidade da vinda de outros trabalhadores para as regiões de destino?

Anexo 2: Caso se identifique enquanto camponeses

- 1) Vocês trabalham ou desenvolvem agricultura familiar?
- 2) A terra em questão pertence a vocês ou a família, ou é terra arrendada, conte-nos um pouco sobre a dinâmica da agricultura local?
- 3) Em caso de produção familiar, que gêneros são cultivados, sendo estes para consumo próprio, ou para venda?
- 4) Há problemas relacionados aos cultivos realizados?
- 5) Conhecem o MST? Caso conheçam, há a existência de alguma ação do movimento na sua região?
- 6) Você participa do movimento? Já participou?
- 7) É de seu conhecimento alguns programas do governo ligados à agricultura familiar, como o Pronaf? É beneficiário do mesmo?

Tema 03- Relações de trabalho (loais de origem e destino)

- 1) Gostaria que nos relatasse como se dão as oportunidades de trabalho em seus locais de origem?
- 2) Como foi o deixar, seu local de origem, já vieram empregados das mesmas?
- 3) Caso tenham se empregado nas regiões de destino, ao chegar às mesmas, como conseguiram tais empregos? Na Usina, eles sabiam que você vinha de fora?
- 4) Você se considera um bom cortador de cana?
- 5) Poderia nos falar agora, sobre como é a sua jornada de trabalho?
- 6) Como são realizados os acertos e pagamentos, há atrasos?
- 7) E as relações com outros trabalhadores, principalmente os regionais (trabalhadores paulistas) como se dá?
- 8) Sofre alguma pressão para cortar mais cana?

- 9) Você sabe, mais ou menos quantas toneladas de cana, você corta por dia?
- 10) Já cortou cana em seus locais de origem?
- 11) Como avalia o trabalho nos canaviais?
- 12) Em outras regiões, caso tenha realizado outras migrações, trabalhou também em canaviais, caso não, em que outras atividades?
- 13) Já se cortou, se feriu ou se machucou nos canaviais? Já passou mal ao cortar cana?
- 14) Tem, ou teve algum problema relacionado ao exercício da função de cortar cana?
Ex: torções, câimbras, cansaço?
- 15) Conhece ou percebe a ação sindical dentro e fora da Usina, aprova ou desaprova caso exista tal representação e por quê?
- 16) Já se afastou por motivos de saúde?
- 17) Já viu algum outro trabalhador passando mal nos canaviais?
- 18) O que acha do pagamento por produção?
- 19) Há quanto tempo esta no corte da cana? Quantas safras?
- 20) Para qual empresa está trabalhando? Ou, porque está parado?
- 21) Como é a situação do transporte até o canavial? Os instrumentos de trabalho são levados em local separado?
- 22) A empresa fornece/forneceu todos os instrumentos de trabalho e EPI?
- 23) Quanto ganha, em média, por dia? Sabe como é calculado o preço da cana?
- 24) Se tivesse condições no local de origem, você migraria?
- 25) O que acha das greves e paralisações, você já participou de alguma?
- 26) Existe incentivo da usina para que vocês trabalhem, ou melhor, produzam mais, há benefícios, promessas etc.?

Outros temas

- 1) Você já ouviu falar sobre a mecanização do corte da cana, o que você pensa a respeito?

- 2) Fale um pouco da importância do contato com outros trabalhadores migrantes e como se dão estas relações?

Anexos 3- Fotografias tiradas pelo próprio trabalhador





Anexo 4- Selos de certificação

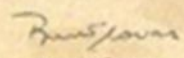




Certificado

Reposição FLORESTAL

Certificamos que
UMOE BIOENERGY S.A. UNIDADE II,
CNPJ 03.445.208/0004-55, cumpriu a reposição florestal
conforme Lei Estadual Nº 10.780/01.


Bruno Covas
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Computo arborizado (Março 2010) de 810 al. de área, equivalente a 4000 árvores.

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE



GOVERNO DE
SÃO PAULO

Validade
26/09/2012



SELO SOCIAL

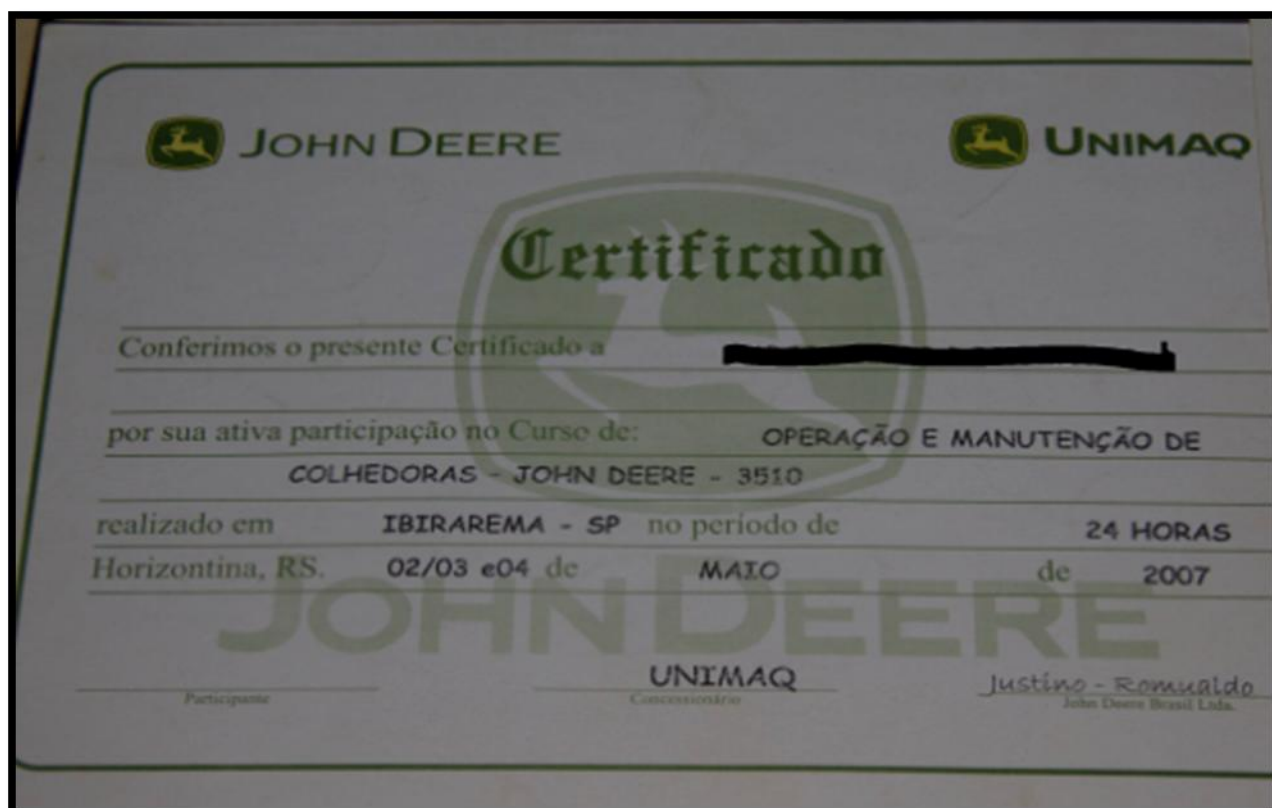
Em reconhecimento ao incentivo, à confiança mútua e a parceria, a Casa do Pequeno Trabalhador tem a honra de conceder a **DESTILARIA PARANAPANEMA S/A**, de Presidente Prudente - SP, com o selo social de **EMPRESA AMIGA DO APRENDIZ CIDADÃO**.

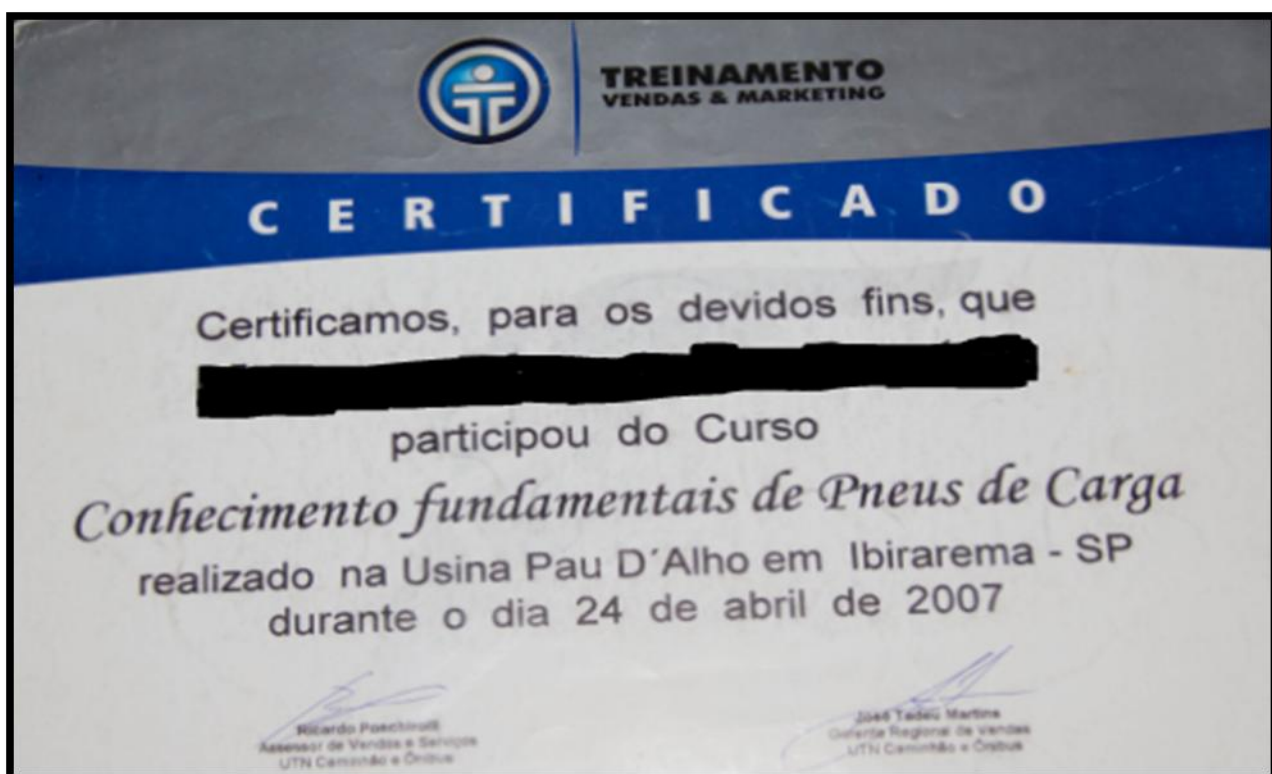
Novembro de 2010.


Milton Yamamoto
PRESIDENTE



Anexos 5- Certificados de qualificação profissional







JOHN DEERE

Certificado

Conferimos o presente Certificado a

[Redacted Name]

por sua ativa participação no Curso

Conhecimento de Produto

Colhedora de Cana 3510

realizado em 18/12/2006 a 22/12/2006

com duração de 40h

Catalão/GO

JOHN DEERE

Participante

Concedido

[Signature]

CURSO:
LIDERANÇA &
Gestão de Equipes

Certificado

[Redacted Name]

Participou do curso de Liderança e Gestão de Equipes, ministrado pelo consultor empresarial Henri Fernandes Cardim, carga horária de 08 horas, no dia 22 de outubro de 2007, realizado no Centro de Convenções do Hotel Pousada Ourinhos/SP.

Ourinhos, 22 de outubro de 2007.

[Signature]

Henri Fernandes Cardim
Consultor Senior



Pau d'Alho
bioenergia



HFC
& associados



Anexos 6- Histórico de uma unidade processadora do Pontal do Paranapanema

